REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies











Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v. 3	n. 6	p. 1-219	Jul./Dez. 2018
---	--------------	------	------	----------	-------------------

SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital e impresso, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

INDEXADORES









Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS



EQUIPE EDITORIAL / EDITORIAL TEAM

EDITOR CHEFE / CHIEF EDITOR

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)

Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)

Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)

Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)

Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)

Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)

Ian Taylor (University of St Andrews, Escócia)

Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)

Li Anshan (Peking University, China)

Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

ASSISTENTES DE EDIÇÃO /EDITION ASSISTANTS

Amabilly Bonacina (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Igor Estima Sardo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Rafaela Pinto Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO /CONSULTATIVE BOARD

Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)

Andrei Tokarev (Russian Academy of Sciences, Rússia)

Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)

Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)

Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)

Fantu Cheru (American University, EUA)

Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina)

Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)

Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)

José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)

Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)

Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)

Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)

Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)

Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)

Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)

Tim Murithi (Free State University, África do Sul)

Renu Modi (University of Mumbai, Índia)

Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Esta edição também contou com a avaliação dos pesquisadores Anselmo Otávio, Carla Morasso, Maíra Baé Baladão Vieira, Sylvio de Souza Ferreira e Yoslán Silverio González.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos - UFRGS

Acompanhamento Editorial: Michele Bandeira Capa: Janaína Horn Projeto gráfico: Janaína Horn Diagramação: Janaína Horn Revisão de padrão: Felipe Raskin Cardon e Marcos Viola Cardoso Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A Revista Brasileira de Estudos Africanos está disponível online em português e inglês em www.seer.ufrgs.br/rbea

CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Ciências Econômicas Av. João Pessoa, 52 – Sala 18C – 1° andar CEP 90040-000 - Centro – Porto Alegre/RS - Brasil Fone: +55 51 3308.3272 / 3308.3348 E-mail: cebrafrica@ufrgs.br

> seer.ufrgs.br/rbea ufrgs.br/cebrafrica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 3, n. 6 (jul./dez 2018). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2017 -

Semestral. ISSN 2448-3907. e-ISSN 2448-3923

África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional.
 Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

SUMÁRIO

Editorial Analúcia Danilevicz Pereira	7
Estratégia alternativa para a crise na República Centro-Africana: o estabelecimento de uma força africana permanente de paz Josias Marcos de Resende Silva	9
Moçambique no processo de integração na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) Arnaldo Timóteo Massangaie	23
Determinantes de secessões bem-sucedidas na África pós-colonial: o caso do Sudão do Sul Albano Agostinho Troco	57
De afrocubanos a cubanos negros. Africanidad y color de piel en el imaginario social cuban Zuleica Romay Guerra	77
Igualdade ou desigualdade de gênero na África? Pensamento feminista africano Ineildes Calheiro, Eduardo David Oliveira	93
A embaixada de Daomé em Salvador (1750): protocolos diplomáticos e afirmação política de um Estado em expansão na África Ocidental José Rivair Macedo	111
Investimento chinês e suas consequências para a segurança econômica nigeriana Shiitu Adewole Raji, Adenike Ogunrinu	129
O papel das Corporações Multinacionais de Petróleo na Nigéria: mais exploração equivale a um menor desenvolvimento da região rica em petróleo do Delta do Níger Oluwatoyin Oluwaremilekun Oluwaniyi	151
'Bandidos de Terras' ou 'Grileiros': incessantes conflitos sangrentos entre pastores Fulani e fazendeiros locais na Nigéria Seun Bamidele	173

Migrações sazonais, alivio da pobreza e contratos de sexo nos centros de produção de cacau no quadrante litorâneo de Camarões: um estudo diagnóstico social-antropológico na área pós-colonial Martin Sango Ndeh	
RESENHA "África Occidental: crisis vs estabilidad política", de Yoslán Silverio González María Elena Álvarez Acosta	213
Parceiros	217
Normas de Submissão	219

A responsabilidade do conteúdo dos artigos é de seus respectivos autores. The responsibility for the content of the articles is of their respective authors.

Revista Brasileira de Estudos Africanos e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | Porto Alegre | v.3, n.6 | Jul./Dez. 2018

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Dezembro/2018

A Revista Brasileira de Estudos Africanos (RBEA), em seu sexto número, aborda os desafios políticos, socioeconômicos e securitários em diferentes países africanos. Mas, também, apresenta uma discussão importante sobre os chamados "novos temas das Relações Internacionais". Sem incorporar o debate das agendas pós-modernas euro-americanas, os pesquisadores analisam questões "raciais", de gênero e processos migratórios, por exemplo, a partir de uma abordagem que considera os grandes problemas estruturais que envolvem essas questões.

O legado de incorporação da África à economia global durante a época colonial e a decorrente dependência econômica continuou a ser um determinante importante para a evolução político-econômica dos novos Estados africanos. Atualmente, o controle de recursos, o acesso a mercados e as oportunidades de investimento são uma parte fundamental dos cálculos externos desses Estados. A fragilidade econômica de alguns países é um dos principais motivos para o fato das elites africanas buscarem, ainda, o apoio de poderes extra-africanas. No entanto, essa situação tende a se transformar com o surgimento de Estados mais sólidos e que assumiram o papel de lideranças regionais no continente.

A África, além de ser uma importante arena na política mundial contemporânea, também é foco na busca de zonas de projeção econômica pelas grandes potências. Nesse sentido, embora tenha havido um esmorecimento do seu valor estratégico com o encerramento da Guerra Fria, a África começa a ser vista como o "continente do petróleo e dos minerais estratégicos", implicando na confluência de interesses de atores externos nas regiões produtoras. O surgimento de uma corrida pelo petróleo e minérios africanos, destacando países como os Estados Unidos e a China, pode levar à militarização da região sul-atlântica, como o Golfo da Guiné, e também produzir eventos de instabilidade no continente.

Por outro lado, os africanos têm encontrado no sistema das Nações Unidas um quadro muito conveniente para a diplomacia. No entanto, ainda a ONU espelha as relações de poder que tornaram a África vulnerável à intervenção e a dependência econômica. Os Estados africanos, nesse sentido, ainda têm pouca escolha para definir estratégias de capacitação. Os ideais de unidade africana, institucionalizados na Organização da Unidade Africana (OUA), posteriormente transformada em União Africana (UA), bem como na solidariedade do Terceiro Mundo, concretizadas em um novo tipo de Cooperação Sul-Sul, expressam uma visão de poder que, por meio da diplomacia coletiva, pode conduzir a uma nova configuração de poder. A própria diversidade e heterogeneidade dos regimes africanos constituem, ainda, outra restrição sobre a tomada de decisão africana. Mas, na Europa não é diferente.

Nessa perspectiva, assumir uma postura mais ampla e coletiva converte-se em um importante objetivo para o conjunto regional. Os líderes africanos são obrigados a se esforçar nesse sentido. Por essa razão, os Estados africanos têm se empenhado na promoção do desenvolvimento econômico sustentado por ações políticas próprias: a União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) são exemplos claros da vontade de superar problemas históricos. E mais, as metas são definidas pelos próprios africanos, que assumem todas as dificuldades inerentes a projetos desse porte.

Em seu sexto número, a RBEA traz importantes análises sobre a crise na República Centro-Africana e o caso do Sudão do Sul, assim como a Política Externa de Moçambique para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Sobre a Nigéria, são tratados os temas relativos aos investimentos chineses no país, o papel das corporações multinacionais de petróleo e o problema da terra. As migrações econômicas em Camarões, o pensamento feminista africano e a questão afro-descendente em Cuba completam a edição juntamente com artigo histórico sobre as relações do Brasil com a África. Por fim, a RBEA apresenta a resenha da obra África Occidental: crisis vs estabilidad política, publicada na Série Africana (CEBRAFRICA/UFRGS).

A RBEA publica versão eletrônica e impressa bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com eles.

Agradecemos aos Assistentes de Edição Amabilly Bonacina, Igor Sardo e Rafaela Serpa e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução dos artigos.

ESTRATÉGIA ALTERNATIVA PARA A CRISE NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA: O ESTABELECIMENTO DE UMA FORÇA AFRICANA PERMANENTE DE PAZ

Josias Marcos de Resende Silva¹

Introdução

Desde sua independência da França, em 1960, a República Centro-Africana (RCA) foi vista como um Estado falido. Uma série de golpes e contragolpes afetou gravemente a política e a frágil economia do país nas últimas seis décadas. Em 2013, a crise na República Centro-Africana piorou significativamente após um golpe liderado por grupos rebeldes muçulmanos, chamados Séléka, que compõe a minoria no Estado. Milícias cristãs, também conhecidas como anti-Balaka, retaliaram. A disputa por território e poder entre os dois grupos contribuiu para o caos humanitário encontrado hoje na RCA. De acordo com Arieff (2014, 28), em meados de janeiro de 2014, cerca de 900.000 pessoas (quase uma em cada cinco) haviam sido deslocadas internamente, enquanto outras 86.000 haviam fugido para países vizinhos como refugiados. Além disso, as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) estimam que 2,6 milhões de pessoas, ou metade da população, precisam de ajuda humanitária e que 60% das famílias não possuem estoques de alimentos disponíveis.

Como resultado da pressão internacional o presidente Michel Djotadia, líder dos Séléka, decidiu renunciar em janeiro de 2014. A cristã Catherine Samba-Panza, empresária e ex-prefeita da capital Bangui, foi escolhida como presidente interina para chefiar um governo de transição no país. Devido à situação catastrófica na RCA, o Conselho de Segurança autorizou, em 10 de abril de 2014, a instalação de uma operação de paz multidimensional das

I Universidade Militar Americana, Charles Town, EUA. E-mail: dojosias@gmail.com.

Nações Unidas (MINUSCA²), substituindo a missão temporária liderada pela União Africana (MISCA³), esta apoiada por tropas francesas. A maior prioridade da MINUSCA é a proteção dos civis. Suas outras tarefas incluem dar suporte ao processo de transição; facilitar a assistência humanitária; promover e proteger os direitos humanos; apoiar a justiça e o estado de direito; além de viabilizar processos de desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação (UN 2018).

Segundo as Nações Unidas (2018), um dos principais objetivos da MINUSCA, durante a fase inicial de sua implantação, era proporcionar um ambiente seguro, essencial para o progresso da missão em outras áreas. Neste ambiente hostil, a MINUSCA precisa adotar estratégias inovadoras para conter o conflito em sua origem. Assim, com o objetivo de incluir ideias não ocidentais num processo de resolução de conflitos e tirar proveito de semelhanças culturais regionais, o estabelecimento de uma força africana permanente de manutenção da paz, como um braço da União Africana e sob o controlo da MINUSCA, aumenta as hipóteses de sucesso da operação multidimensional de manutenção da paz na República Centro-Africana?

O objetivo deste ensaio é examinar um novo conceito para a estruturação de forças de manutenção da paz na África, particularmente na República Centro-Africana. Estratégias tradicionais têm sido usadas em operações de manutenção da paz no continente, muitas delas sem sucesso. A República Centro-Africana está imersa em uma grave crise humanitária, que se agravou nos últimos anos. Grupos militantes violentos, alguns apoiados pelos governos dos Estados vizinhos, atacam não só uns aos outros, como também a população civil na tentativa de controlar o território e aumentar seu poder. Com base no contexto da RCA, este artigo analisará se uma força africana permanente de manutenção da paz, como um ramo da União Africana, seria melhor treinada, remunerada e mais imparcial do que os contingentes multinacionais implantados hoje na África.

O Conflito na República Centro-Africana

Arieff examina os antecedentes da evolução da crise política, securitária e humanitária na RCA. Ele enfatiza que a religião não é a principal causa do conflito e que líderes religiosos locais têm trabalhado pela paz e

² Sigla do francês, Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation en République Centrafricaine.

³ Sigla do francês, Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine.

reconciliação durante a crise. As raízes do conflito são as disputas intercomunitárias sobre o acesso a recursos, o controle sobre o comércio e a identidade nacional. Além disso, a competição por terra tem alimentado atritos entre pastores, que são majoritariamente muçulmanos, e agricultores, dos quais são, em sua maioria, cristãos ou seguidores de religiões nativas (Arieff 2014, 35). Segundo Arieff, alguns atores externos merecem atenção especial. A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) tentou desempenhar um papel proeminente na RAC, mediando acordos de paz, mobilizando tropas pacificadoras e influenciando a seleção da liderança política do RAC. No entanto, as rivalidades regionais e a falta de conhecimentos enfraqueceram os esforços da CEEAC (Arieff 2014, 37). Outro ator relevante é o presidente do Chade, Idriss Déby. Ele apoiou o ex-presidente Bozizé para alcançar o poder na RCA. Contudo, quando ele ficou insatisfeito com Bozizé, ele permitiu que o Séléka tomasse o poder e derrubasse o presidente. Arieff afirma que a influência do presidente do Chade na política do RCA tem contribuído constantemente para a tensão entre muculmanos e cristãos. Finalmente, a África do Sul começou a cultivar laços crescentes com o governo de Bozizé em 2012. A intenção da África do Sul era aumentar sua influência na África francófona, o que desafiou os interesses franceses e chadianos (Arieff 2012, 38).

Entre os atores internos, Arieff analisa o conflito a partir de uma perspectiva étnica, com especial atenção ao papel dos grupos Séléka (atualmente ex-Séléka) e anti-Balaka. Ele enfatiza que houve de fato uma ocupação estrangeira na RCA, já que muitos combatentes do Séléka vêm do Chade e do Sudão. Esta informação, no entanto, é difícil de avaliar, dada a distribuição inconsistente de documentos de identificação entre a população em geral. Além disso, o termo estrangeiro é frequentemente usado por sulistas e não-muçulmanos para se referir a grupos étnicos nordestinos com laços familiares transfronteiriços (Arieff 2014, 33). Assim, embora exista uma presença relevante de estrangeiros no conflito, especialmente dentro dos grupos do Séléka, é impossível definir o número exato de não nacionais. Por outro lado, os grupos anti-Balaka parecem ser integrados por ex-oficiais militares. Arieff afirma que o ex-presidente Bozizé (um cristão evangélico) deve estar apoiando-os de seu exílio, devido às sofisticadas capacidades militares dos grupos anti-Balaka (Arieff 2014, 34).

Sibbald concorda com Arieff em relação à origem não religiosa do conflito na RCA. Ela analisa o conflito de uma perspectiva humanitária e relata o trabalho dos Médicos Sem Fronteiras (MSF) no país. Sibbald afirma que "as queixas do povo muçulmano são políticas e econômicas, não religiosas, mas a luta cada vez mais toma um tom sectário desde o golpe de Estado

em março de 2013" (Sibbald 2014, 336). Ela explica que cerca de 80% da população da RCA é cristã. A população muçulmana está concentrada na fronteira marginalizada ao norte, perto do Sudão e do Chade. Ela também enfatiza as terríveis condições sanitárias da capital, Bangui, na qual 100.000 cristãos (cerca de 25% da população local) moravam no aeroporto de Mpoko com menos de quatro litros de água ao dia por pessoa.

Embora o foco da comunidade internacional tenha sido a capital Bangui, o International Crisis Group (ICG) chama a atenção para os confrontos nas áreas rurais, que estão criando um "conflito dentro do conflito". A luta entre ex-Séléka e milicianos anti-Balaka levou a um combate frequente entre comunidades pastoris e agrícolas desde 2013. O ICG descreve detalhadamente a formação dos vários grupos inter-comunais e as raízes do conflito desde a independência da RCA. Segundo o ICG (2015, 4), o gado é um importante capital econômico e, há muito tempo, é a fonte de riqueza e a causa de violência. A exploração de pastores por parte do exército da RCA nos últimos vinte anos contribuiu para o seu empobrecimento e maior militarização. Durante esse período, seus rebanhos diminuíram drasticamente, como resultado da insegurança, inflação e aumento do tamanho.das famílias. Desde o início da guerra, muitos pastores foram forçados a se refugiar em outros países ou em outras regiões da RCA, causando o colapso do setor pecuário e a radicalização de alguns grupos pastoris. O ICG enfatiza que a relação entre os ex-grupos de Séléka e os pastores muda de acordo com a região e o grupo social. Enquanto alguns pastores são submetidos à extorsão pelo ex-Séléka, os pastores árabes que vieram do Chade na década de 1980 têm um bom relacionamento com ex-combatentes do Séléka (ICG 2015, 6). O ICG também explica diferentes estratégias dos ex-Séléka e dos anti-Balaka para controlar o território. Os grupos anti-Balaka muitas vezes tentam controlar partes das estradas para que possam cobrar impostos informais e roubar mercadorias. Por outro lado, grupos ex-Séléka assumem toda a administração de cidades e até mesmo arbitram disputas entre agricultores e pastores. Esta apropriação de funções tradicionais por combatentes da ex-Séléka levou ao colapso da prática tradicional de buscar acordos informais e assentamentos amigáveis, os quais mantiveram certa coesão social nas partes ao norte do país. A participação desses milicianos neste processo afetou a estratégia das ONGs de revitalizar os comitês tradicionais de mediação e restaurar os laços sociais entre agricultores e pastores (ICG 2015, 7).

O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IIEE) também examina o contexto do conflito na RCA e alguns de seus principais atores, particularmente a França. O IIEE explica que, arruinada pelo golpe e pelo contragolpe, a República Centro-Africana foi governada principalmente

por líderes militares desde sua independência da França em 1960. Devido à turbulência política do país e a segurança instável, sua economia nunca melhorou. A situação humanitária e a violência pioraram significativamente desde o último golpe em 2013, o que levou a ONU e a UA a implementarem a MINUSCA em 2014.

A presença das Nações Unidas na República Centro-Africana

As operações de manutenção da paz provaram ser essenciais para a redução de conflitos em todo o mundo. Com base em um estudo estatístico, Hegre, Hultman e Nygard afirmam que as operações de manutenção da paz com um orçamento anual alto (US\$ 500 milhões ou mais) diminuem o risco de grandes conflitos em 80%. As operações de orçamento anual altas incluem a MINUSCA, que tinha um orçamento de US\$ 882 milhões para o ano 2017-18. Eles também afirmam que a África Oriental, Central e Austral são algumas das regiões onde as operações de manutenção da paz têm o efeito mais forte. Nessas regiões africanas, mandatos fortes como o da MINUSCA reduzem a incidência prevista de grandes conflitos nos países de cerca de 8% para cerca de 3%, correspondendo na diminuição de mais de dois conflitos por ano (Hegre, Hultman e Nygard 2013, 24).

De acordo com as Nações Unidas (2018), a MINUSCA é uma das maiores operações de manutenção da paz no mundo. A MINUSCA foi implementada sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o que significa que o Conselho de Segurança autoriza a MINUSCA a tomar todos os meios necessários para cumprir seu mandato, dentro de suas capacidades e suas áreas de implementação. Ela é composta por 12.870 militares, incluindo 480 observadores e 276 oficiais de Estado, bem como 2.080 policiais, com 1.572 membros da unidade policial formados, 400 policiais individuais e 108 agentes penitenciários. Países africanos e asiáticos, como Ruanda, Egito, Camarões, Senegal, Paquistão e Bangladesh, são os principais contribuintes de tropas ou policiais na MINUSCA, que pode ser considerada uma das mais perigosas operações de paz da ONU, totalizando 75 mortes por missão de manutenção da paz.

Embora as estatísticas mostrem que as operações de paz com um forte mandato afetam significativamente o risco de grandes conflitos na região da África Central, a MINUSCA está longe de ser eficaz. Barbosa, um ex-Observador Militar (MILOBS) na RCA de 2014-15, afirma que a maioria dos

países que contribuem com tropas na MINUSCA tem interesses nacionais na região. Camarões e República Democrática do Congo (RDC) têm fronteiras permeáveis com o país e possuem populações nômades ingressando no território da RCA. A operação SANGARIS, que foi conduzida pela França dentro da RCA, tinha seu próprio mandato e apenas defendia os interesses franceses na região. Ademais, as tropas do Chade foram retiradas da RCA porque claramente tomaram partido no conflito, afetando a imparcialidade e a credibilidade da MINUSCA. Outros fatores que contribuem para a ineficácia da MINUSCA são a falta de ação no nível político, a fragmentação dos grupos rebeldes, o número insuficiente de soldados da ONU, o baixo nível de treinamento de tropas e a recusa de algumas tropas em assumir riscos. Barbosa também ressalta as péssimas condições das tropas africanas na RCA, que não recebem seus salários mensalmente de maneira efetiva, apesar de as Nações Unidas pagarem adequadamente os países africanos (Barbosa 2015). Ainda mais graves são as consequências da falta de profissionalismo e integridade das tropas africanas que fazem parte da MINUSCA. Segundo o Conselho de Segurança das Nações Unidas (2014), soldados do Burundi, do Chade, da RDC e do Gabão na MISCA / MINUSCA foram responsáveis por 21 violações de direitos humanos de dezembro de 2013 a agosto de 2014, como tortura, assassinato e até a morte de pessoas pertencentes a um grupo cristão. Por outro lado, nesse mesmo período, o número de mortes de civis caiu de 1.212 para 7 por mês (Painel de Especialistas 2014), o que prova que a operação de manutenção da paz na RCA é altamente necessária.

O emprego de forças regionais de manutenção da paz

O neocolonialismo, que dividiu a África em colônias sem considerar os grupos étnicos existentes, contribuiu para a contenção de diferentes povos, culturas e religiões dentro do mesmo Estado. Um grande número de conflitos estourou nos Estados africanos como resultado das disputas entre esses grupos étnicos pelos recursos básicos, em um continente atormentado pela pobreza. Na RCA, as disputas intercomunitárias (existentes desde a independência do país) evoluíram para um conflito sangrento entre as milícias armadas. Após várias tentativas de resolver o conflito pela comunidade internacional, as estratégias tradicionais de manutenção da paz se mostraram ineficazes. Neste ambiente complexo e violento, em que as tropas da ONU não conseguiram cumprir plenamente sua missão, o emprego de uma força africana permanente de manutenção da paz aparece como uma alternativa.

Uma teoria conveniente para o caso em questão, útil e fornece o suporte teórico para a designação de forças de intervenção regional, se encontra no livro do cientista político Samuel Huntington: "O choque de civilizações?". De acordo com Huntington (1993, 24), uma civilização é "o maior agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural possuem e que distingue os humanos das outras espécies". Além disso, ele explica que diferentes civilizações têm visões diferentes sobre religião, o papel do Estado, cidadãos, mulheres, filhos, casamento, direitos, autoridade, etc. Baseado nesses parâmetros, Huntington divide o mundo em oito grandes civilizações: ocidental, confucionista, japonesa, islâmica, hindu, eslavo-ortodoxa, latino-americana e, possivelmente, africana (Huntington 1993, 25). Ele também afirma que grandes conflitos provavelmente acontecerão entre duas civilizações diferentes e o regionalismo só poderá ter sucesso dentro da mesma civilização. Por essa razão, de acordo com a teoria de Huntington, as forças de intervenção regionais provavelmente teriam sucesso em operações de imposição da paz, em vez de forças de intervenção não regionais.

Em março de 2000, uma série de fatores, incluindo os grandes fracassos das Nações Unidas na década de 1990, a nova demanda por operações de paz e o quase colapso da missão da ONU na Serra Leoa, levaram o secretário-geral da ONU a criar um Painel sobre o assunto "Operações de paz das Nações Unidas", presidido pelo ex-ministro das Relações Exteriores argelino, Lakhdar Brahimi (Bellamy, Williams, e Griffin 2010, 129). Em setembro de 2000, como resultado do painel, o Relatório Brahimi fez várias recomendações para promover uma melhor gestão das operações de paz. Entre as recomendações, o relatório destacou que o componente militar de uma operação de paz deve ser robusto o suficiente para se defender efetivamente e proteger os civis sob seus cuidados. Alguns anos mais tarde, como resultado da Cúpula Mundial de 2005, os Estados membros endossaram o princípio da responsabilidade de proteger (R2P), o qual afirma que a comunidade internacional deve intervir quando os Estados anfitriões são incapazes de evitar abusos violentos aos direitos humanos.

Além disso, motivada principalmente por sua incapacidade de prevenir o genocídio em Ruanda e Srebrenica (Bósnia) em meados da década de 1990, a ONU percebeu que deveria estar preparada para realizar uma manutenção da paz mais robusta ou de grande envergadura (Ucko e Berdal 2015, 7). Por essa razão, ultimamente, a ONU emitiu mandatos sob o Capítulo VII da Carta da ONU, permitindo o uso de todos os meios necessários com o objetivo principal de proteger civis, incluindo uma força de intervenção militar em alguns casos (Bellamy 2014, 55).

Nas últimas duas décadas, portanto, as operações de paz sofreram mudanças significativas. Apesar das operações tradicionais de manutenção da paz tenham ocorrido com frequência em um contexto de conflito interestatal, as operações mais recentes foram implementadas para resolver conflitos em um ambiente de guerra civil. Esse novo conceito de operação de manutenção da paz, também chamado de multidimensional ou complexo, além dos componentes militar e policial, inclui atividades relacionadas aos direitos humanos, proteção de civis, refugiados, desmobilização e reintegração de combatentes e desenvolvimento (Aguilar 2015, 254). Ao contrário das missões tradicionais da ONU, Aguilar afirma que as atuais operações de paz só têm a segurança como parte do processo de paz. Ele aponta como sendo os principais fatores para essa mudança, a ocorrência frequente de guerras civis, nas quais o princípio do consenso não se aplica aos Estados envolvidos, mas a todas as partes no conflito (Aguilar 2015, 255). Nesse tipo de conflito, que geralmente ocorre em Estados falidos, a população civil é a maior vítima.

Nesse cenário, Aguilar defende o uso de forças de intervenção regional em vez de forças de intervenção não regional nas operações de paz, especialmente as do Capítulo VII da Carta da ONU, como a MINUSCA. O autor afirma que os fatores que contribuem para essa nova tendência são a busca por maior participação regional, redução de custos e a crescente importância das organizações regionais. Ele também observa que, das 50 operações de paz em 2011, as organizações e instituições regionais foram responsáveis por 20 (Aguilar 2015, 264). Outra tendência importante, segundo Aguilar, é o maior número de operações de paz realizadas pelo sul. A quantidade relevante de operações de paz em África ajuda a explicar este fenómeno, assim como o forte envolvimento da União Africana no continente (Aguilar 2015). No Congo, a recém-criada Brigada de Intervenção da Força (FIB), formada por tropas regionais, venceu vários confrontos militares, ajudando o exército nacional a retomar parte do território congolês e a combater o M23 e todos os outros grupos armados que violam os direitos humanos (Aguilar 2015, 264).

No que diz respeito à situação na RDC, Doss explica que, no final de 2012, uma força rebelde capturou a capital da província de Kivu do Norte e, no leste do Congo, a cidade de Goma. Incrivelmente, este evento ocorreu em um Estado onde havia a presença da maior força de paz já implantada em uma zona de conflito. Por essa razão, Doss afirma que a queda de Goma fez as Nações Unidas se perguntarem sobre os métodos de resolução de conflitos empregados nas operações de paz (Doss 2014, 703). A ONU então decidiu que a operação no Congo, MONUC⁴, seria renomeada MONUSCO⁵, para

⁴ Sigla do francês, Mission de l'Organisation des Nations Unies en République Démocratique du Congo. 5 Sigla do francês, Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la Stabilisation en République Démocratique du Congo.

caracterizar uma nova fase da missão. Alguns eventos trágicos provocaram a mudança de comportamento da ONU. Entre eles, Doss afirma que um dos problemas mais sérios enfrentados pela MONUC, em 2010, foi o horrendo estupro em massa em Kivu do Norte. A lenta resposta da MONUC resultou em severas críticas da comunidade internacional em relação à operação da ONU. Pior do que o estupro em massa, Doss afirma que o motim liderado pelo grupo rebelde M23 em 2012 causou uma discussão em todo o mundo sobre o assunto. Ele explica que as ações do M23 rapidamente superaram o exército nacional congolês, que culminou com a queda de Goma (Doss 2014, 726). Com uma nova estratégia, o Conselho de Segurança autorizou, em caráter excepcional e sem prejuízo aos princípios acordados de manutenção da paz, a instalação de uma brigada de intervenção regional, também conhecida como a Brigada de Intervenção de Força (FIB). A brigada é incumbida de um mandato ofensivo e encarregada de neutralizar grupos armados. É composto por três batalhões de infantaria, uma artilharia e uma Força Especial e a Empresa de Reconhecimento. Um detalhe importante é que a brigada é composta apenas por tropas de nações africanas, operando sob a ordem direta do Comandante da Força.

Vitórias substanciais do FIB, que conseguiram desalojar o notório M23 de cidades como Kibumba, Rumangabo e Rutshuru em apenas quatro dias (25-28 de outubro de 2013), trouxeram uma sensação de triunfo e confiança para muitos, já que ninguém havia previsto a derrota dos rebeldes. Em pouquíssimo tempo, já havia provas contundentes de que as ameaças existenciais na região tinham sido drasticamente reduzidas (Namangale 2014, 81), provando os benefícios de uma força regional no contexto de uma operação de manutenção da paz.

Arredondo concorda com Aguilar sobre a tendência ao regionalismo nas operações de paz, expressando o ponto de vista latino-americano. Segundo ele, a América Latina demonstra forte apoio ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos e uma clara relutância em apoiar qualquer tipo de intervenção estrangeira, especialmente dos Estados ocidentais. Arredondo explica que essa relutância se deve a razões históricas, principalmente como consequência das intervenções americanas ao longo do século XX (Arredondo 2014, 277). Por essa razão, ele aprova a estratégia usada na missão da ONU no Haiti (MINUSTAH⁶), composta principalmente por uma força de paz regional, sob a liderança de outra nação latino-americana, o Brasil. A MINUSTAH concluiu com sucesso suas operações militares no Haiti em 2017, após aproximadamente 13 anos no país caribenho. Por outro lado, Arre-

⁶ Sigla do francês, Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti.

dondo critica a participação de nações ocidentais, através da OTAN, na Líbia. Ele explica que a Resolução de 1973 contou com o apoio da Liga Árabe e da União Africana, o que lhe deu uma legitimidade inquestionável a princípio. A resolução estabeleceu uma zona de exclusão aérea e embargo naval à Líbia, além de autorizar que a força de intervenção a tomasse todas as medidas necessárias para proteger os civis, mas excluiu expressamente a possibilidade de ocupação estrangeira de qualquer parte do território líbio. Arredondo enfatiza que estas condições "foram violadas" pela OTAN, transformando o mandato numa operação de mudança de regime e minando o princípio da R2P (Arredondo 2014, 285).

Diehl defende o uso de forças regionais de manutenção da paz argumentando que estas possuem a vantagem de alcançar um maior consenso nos Estados membros, maior apoio dos disputantes, maior controle sobre os Estados de terceiros e maiores chances de resolução de conflitos (Diehl 1994, 122). Isso acontece porque os Estados da mesma região geralmente têm o mesmo nível de desenvolvimento, sistemas políticos semelhantes e compartilham raízes históricas, étnicas ou tribais. No entanto, uma série de fatores impede que as tropas africanas sejam efetivas. Assim, as forças de manutenção da paz na África precisam de mudanças estruturais para melhorar sua capacidade, profissionalismo e eficácia. O autor também defende o emprego de uma força de paz permanente da ONU, afirmando que essas unidades receberão melhor treinamento, se mobilizarão mais rapidamente para uma zona de conflito, terão mais experiência em operações de paz e evitarão a falta de vontade de alguns países em apoiar uma missão específica da ONU. Diehl considera tanto o uso de forças regionais quanto a existência de uma força permanente de manutenção da paz da ONU como estratégias alternativas para as operações de paz (Diehl 1994, 165).

Barbosa argumenta que, em um cenário em que uma força permanente de paz africana fosse paga, equipada, adequadamente supervisionada e treinada com o apoio da comunidade internacional, provavelmente haveria um aumento em sua eficiência. Esta força permanente de manutenção da paz africana permitiria uma implementação mais rápida nos eventos de violações graves, reduziria os problemas logísticos e proporcionaria uma mudança de mentalidade a longo prazo, além de treinamento para as tropas (Barbosa 2015). Contudo, no caso de um conflito intraestatal, é desejável que os Estados que contribuem para a força de intervenção regional não compartilhem fronteiras com os disputantes. Ademais, a relação histórica entre os Estados em uma organização regional precisa ser observada. Por exemplo, uma força regional liderada pelos EUA no âmbito da OEA pode atender aos interesses

dos EUA e terá menos legitimidade do que uma força da ONU na América Latina (Diehl 1994, 122).

A literatura existente, portanto, aborda as raízes e a escalada do conflito na RCA. Os autores concordam que uma disputa pelos recursos básicos tomou um tom sectário e se transformou em um sério conflito étnico envolvendo milícias violentas em um Estado falido. Mesmo após a implementação da MISCA, liderada pela UA, seguida pelo estabelecimento da MINUSCA, liderada pela ONU, o conflito não parou. Forças regionais de manutenção da paz surgiram como uma opção válida em operações complexas de paz da ONU, provando ser ferramentas eficazes para conter conflitos e estabilizar regiões problemáticas. No entanto, tropas regionais atualmente instaladas na RCA carecem de melhores salários, treinamento e motivação, principalmente porque seus países fazem mau uso dos recursos da ONU. Assim, a fim de conter o conflito em curso na RCA, a criação e o envio de uma força africana permanente de manutenção da paz, enquanto ramo da UA, surge como uma estratégia alternativa.

Conclusões

Depois de examinar pesquisas acadêmicas e uma entrevista com os MILOBS brasileiros na República Centro-Africana, é possível verificar que o estabelecimento de uma força de paz africana permanente, como um braço da União Africana e sob o controle da MINUSCA, aumenta as chances de sucesso da operação multidimensional de manutenção da paz na República Centro-Africana. A atual organização militar da MINUSCA, envolvendo contingentes nacionais de vários países, em sua maioria africana, enfrenta sérios problemas estruturais e contribui para a ineficácia da missão da ONU na RCA.

A combinação das estratégias alternativas de Diehl (o estabelecimento de uma força de paz permanente da ONU e operações de paz conduzidas por organizações regionais) ofereceu um sólido argumento para a contenção do conflito na República Centro-Africana, que é o estabelecimento de uma força africana permanente de manutenção da paz. Isto forneceu explicações para entender os benefícios de uma força permanente de manutenção da paz da ONU, concentrada apenas nas operações de paz. Além disto, o trabalho descreveu as vantagens do emprego das forças regionais nos conflitos e as razões pelas quais essas forças têm maior probabilidade de sucesso nas operações de paz.

Como resultado, é possível concluir que as tropas africanas na MINUSCA não são eficazes para conter o conflito na RCA. Obstáculos, como baixo nível de treinamento, recusa em assumir riscos, más condições, parcialidade e violação dos direitos humanos, impedem que o atual contingente africano atinja o alto padrão necessário para o sucesso da MINUSCA. A maioria desses problemas são consequências diretas de condições econômicas e sociais ruins associadas a políticas nacionais nos países que contribuem com tropas. Considerando este contexto, uma força africana permanente de manutenção da paz, como um ramo da União Africana e sob o controle da MINUSCA, torna-se uma proposta viável na RCA. Uma tropa multinacional africana seria melhor paga e equipada porque os recursos não passariam pelos governos nacionais. Além disso, as tropas seriam mais imparciais, já que não representariam seus países, mas apenas a UA. Finalmente, o nível de treinamento seria melhorado, pois esta tropa africana permanente seria especialmente preparada e moldada para missões de manutenção da paz. Portanto, há evidências de que uma força de paz africana permanente configuraria uma tropa mais apropriada para apoiar os esforços de paz na RCA.

Este estudo não esgota o conhecimento sobre estratégias alternativas para a eficácia da MINUSCA, o estabelecimento de uma força de paz permanente da ONU e operações de paz conduzidas por organizações regionais. A ONU nunca teve a sua própria força militar permanente, assim como a UA. Desta forma, mais estudos sobre a viabilidade de tal força militar, sua estrutura, emprego e aceitabilidade pelos Estados nacionais complementariam eficientemente este artigo.

REFERÊNCIAS

- Aguilar, Sérgio Luiz Cruz. 2015. "Operações de Paz: novos mandatos e suas implicações para os países contribuintes com tropas. (Portuguese)." *História e Cultura* 4, no. 1: 254-276. Directory of Open Access Journals.
- Arieff, Alexis. 2014. "Crisis in the Central African Republic." *Current Politics and Economics of Africa* 7, no. 1: 27-46. http://search.proquest.com/docview/1622616796?accountid=8289.
- Arredondo, Ricardo. 2014. "La Responsabilidad de Proteger: la Perspectiva Latinoamericana. (Spanish)." *Araucaria*16, no. 32. Directory of Open Access Journals.
- Barbosa, K. 2015. Interviewed by Silva, Josias. Rio de Janeiro. August 18.

- Bellamy, Alex J., Paul D. Williams, and Stuart Griffin. 2010. *Understanding Peacekeeping*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press.
- Diehl, Paul F. 1994. *International Peacekeeping*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- Doss, Alan. 2014. "In the Footsteps of Dr. Bunche: The Congo, UN Peace-keeping, and the Use of Force." *Journal of Strategic Studies* 37, no. 5. http://www.tand-fonline.com.ezproxy1.apus.edu/doi/abs/10.1080/01402390.2014.908284#VTbTtebF-So.
- Hegre, Havard, Lisa Hultman, and Havard Nygard. 2013. "Evaluating the conflict-reducing effect of UN peacekeeping operations." *Centre for the Study of Civil War.* https://havardhegre.files.wordpress.com/2013/10/pko_prediction_2012.pdf
- Huntington, Samuel P. 1993. "The Clash of Civilizations?" *Foreign Affairs* 72, no. 3: 22-49. Proquest Military Collection.
- International Crisis Group. 2015. "The Central African Republic's Hidden Conflict." http://www.crisisgroup.org/~/media/Files/africa/central-africa/central-african-republic/b105-la-face-cachee-du-conflit-centrafricain-english.pdf
- Namangale, Clement. 2014. "Dynamics of Conflict Management in the Democratic Republic of the Congo." *PRISM Security Studies Journal* 5, no. 2: 73-83. International Security & Counter Terrorism Reference Center. EBSCOhost.
- Sibbald, Barbara. 2014. "Address extreme violence in Central African Republic now: MSF." *Canadian Medical Association Journal* 186, no. 5: 335-336. http://search.proquest.com/docview/1522776083?accountid=8289.
- The International Institute for Strategic Studies. 2013. "Central African Republic: Instability and Intervention." *Strategic Comments* 19, no. 9. http://www.tandfonline.com.ezproxy2.apus.edu/doi/pdf/10.1080/13567888.2013.877693
- Ucko, David, and Mats Berdal. 2015. "The Use of Force in Peacekeeping Operations." *The Rusi Journal* 160, no. 1. http://www.tandfonline.com.ezproxy2.apus.edu/doi/abs/10.1080/03071847.2015.1016718 #.VTbJU-bF-So.
- United Nations, 2018. "United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic." http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minusca/
- United Nations Security Council. 2014. "Panel of Experts on the Central African Republic." http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ N1453897.pdf

RESUMO

Em 2013, após o golpe liderado pelo Séléka, grupos rebeldes muçulmanos, as milícias cristãs, também conhecidas como anti-Balaka, decidiram retaliar. Esta disputa violenta deteriorou as condições já desfavorecidas na República Centro-Africana (RCA). Embora a Organização das Nações Unidas (ONU) tenha estabelecido uma missão multidimensional de manutenção da paz na RCA, a MINUSCA não foi eficaz para conter o conflito e evitar uma crise humanitária. Assim, este artigo examina um novo conceito para a estruturação de forças de manutenção da paz na África, particularmente na República Centro-Africana, que é o estabelecimento de uma força africana permanente de manutenção da paz. Após prévia pesquisa bibliográfica e uma entrevista com um observador militar brasileiro, que trabalhou na RCA, foi possível verificar que os contingentes militares nacionais que integram a MINUSCA enfrentam graves problemas, como baixo nível de treinamento de tropas, salários atrasados, parcialidade e até mesmo a violação dos direitos humanos da população civil, minando a credibilidade da ONU no país. A fim de melhorar a eficácia da força militar na RCA, uma força africana permanente de manutenção da paz, como um ramo da União Africana (UA) e sob o controle da MINUSCA, parece atender maiores chances de sucesso, já que esta tropa seria mais imparcial, melhor remunerada e especificamente treinada para as operações de paz.

PALAVRAS-CHAVE

Força Africana Permanente de Paz; União Africana; Nações Unidas; MINUSCA.

Recebido em 19 de setembro de 2018. Aprovado em 11 de janeiro de 2019.

Traduzido por Luana de Meneses Borba.

MOÇAMBIQUE NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

Arnaldo Timóteo Massangaie¹

Introdução

Durante a luta de libertação nacional de Moçambique, levada a cabo pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), foram estabelecidas relações de amizade com outros movimentos que tinham sido acolhidos na Tanzânia como país onde preparavam as suas ações de luta nos respectivos territórios.

Neste contexto, a FRELIMO estabeleceu contatos com o Congresso Nacional Africano (CNA), a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU²), a União dos Povos Africanos do Zimbábue (ZAPU³), a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO⁴) e outros, ainda durante o tempo da luta de libertação nacional. Foi durante esta luta que a FRELIMO estabeleceu que a independência de Moçambique só seria efetiva se os outros países da região estivessem livres da dominação colonial e dos regimes racistas que ainda se encontravam na região, nomeadamente na África do Sul, sob o regime do apartheid, na Rodésia (atual Zimbábue) sob um regime minoritário e ilegal liderado por Ian Smith e ainda na Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul.

Alcançada a independência das colônias britânicas, francesas e belgas situadas na África Ocidental, Central, Oriental e Austral em finais da década de 1950 e inícios da década de 1960, os países africanos independentes congregados na Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963 através

I Curso de Relações Internacionais e Diplomacia, Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo, Moçambique. E-mail: arnaldomassangaie@yahoo.com.br.

² Sigla do inglês, Zimbabwe African National Union.

³ Sigla do inglês, Zimbabwe African People's Union.

⁴ Sigla do inglês, South West African People's Organisation.

do seu Comitê de Libertação, esta passou a canalizar apoios aos movimentos de libertação visando possibilitar a libertação da parte do continente que ainda se encontrava sob dominação colonial ou por regimes minoritários e racistas.

Neste contexto, dirigentes dos Estados independentes que se encontravam na vizinhança da zona de conflito desenharam iniciativas com vista a canalizar o apoio necessário aos movimentos de libertação que lutavam contra os últimos bastiões do colonialismo em África, que se localizavam na África Austral. Papel de destaque coube à República Unida da Tanzânia que ofereceu espaços do seu território para a edificação de bases para preparação político-militar aos movimentos de libertação, tendo ainda contribuído para o processo de unificação dos movimentos nacionalistas e a criação de frentes unidas contra os colonizadores, como foi o caso da FRELIMO.

Outros países independentes da região como o Botswana, sob a liderança de Sir Seretse Khama, e a Zâmbia, liderada por Keneth Khaunda, concertaram esforços para apoiar os movimentos de luta pela independência, tendo constituído o embrião da associação dos Estados da Linha da Frente, que veio a ser fortalecida com a adesão de Moçambique e Angola, após alcançarem sua independência em 1975 sob a liderança de Samora Machel e Agostinho Neto, respectivamente.

Inicia-se, assim um processo de integração dos países da África Austral alicerçado na busca da independência dos países da região, que veio resultar na independência do Zimbábue em 1980, ano em que os Estados independentes da região passaram para um estágio mais avançado de coordenação de seus esforços não somente na área de defesa e segurança mas também na área econômica. É dentro deste contexto que se procura analisar o papel de Moçambique na região da África Austral, desde o período do alcance da sua independência em 25 de Junho de 1975.

A Organização dos Estados da Linha da Frente

Em princípios dos anos 1970, a Tanzânia, Zâmbia e Botswana juntaram-se numa aliança informal para apoiar a luta anticolonial pela independência em Moçambique, Angola, Zimbábue e Namíbia. Esta organização ficou conhecida como Estados da Linha da Frente. Após terem ganho suas independências, Moçambique, Angola e, mais tarde o Zimbábue, juntaram-se a esta aliança.

O alcance da independência de Moçambique, em 1975, abriu a possibilidade da participação deste país nos esforços que já vinham sendo levados

pelos países africanos independentes, visando a erradicação dos últimos bastiões do colonialismo e de dominação por regimes minoritários em África. A região da África Austral é aquela que ainda registrava uma presença massiva de regimes minoritários, nomeadamente na Rodésia, África do Sul e a Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul.

A colaboração entre os movimentos de libertação da África Austral tinha sido iniciada nas bases recuadas na Tanzânia e, no caso do Zimbábue, a abertura, em 1968, da Frente de Tete pela FRELIMO tinha permitido o estabelecimento de bases da ZANU nas zonas libertadas da FRELIMO para além do fortalecimento de colaboração entre estes movimentos de libertação. Moçambique passou a trabalhar mais de perto com os países que haviam agido mais diretamente no apoio à sua luta de libertação, numa aliança informal que foi denominada de Estados da linha da Frente.

Esta aliança, constituída pelo Botswana, Zâmbia e Tanzânia, viu-se reforçada em meados de 1970 com a participação de Angola e Moçambique, antigas colônias portuguesas na África Austral. Sendo Moçambique o país mais próximo do teatro de operações, tanto em relação ao Zimbábue como em relação à África do Sul, este país viria a desempenhar um papel crucial no apoio aos movimentos que lutavam pela libertação daqueles países da dominação por regimes minoritários. Foi neste contexto que Moçambique acolheu um grande número de guerrilheiros da ZANU, ZAPU e do CNA e se envolveu profundamente na procura de solução para os problemas daqueles territórios dominados por regimes minoritários.

De acordo com Matusse (2009), o ambiente de confrontação que se vivia na África Austral contribuiu para a formação dos Estados da Linha da Frente, um fórum informal que passou a ser constituído por Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, bem como pelos movimentos de libertação da região nomeadamente o CNA e o Congresso Pan-africanista (PAC), da África do Sul, e a SWAPO, da Namíbia. De acordo com este autor, o Primeiro-Ministro do Lesoto, Leabua Jonathan, mais tarde forjou laços com o CNA, tendo se recusado a reconhecer a independência do Transkei e outros bantustões, juntando-se aos Estados da Linha da Frente em 1977.

Foi no seio dos Estados da Linha da Frente que Moçambique desempenhou um papel de grande relevância no processo de libertação dos países da região que ainda se encontravam sob a dominação de regimes minoritários. Com efeito, os Estados da Linha da Frente desempenharam um papel decisivo na coordenação de ações políticas, diplomáticas e militares para a libertação da África Austral. Foram os Estados da Linha da Frente que enviaram esforços que culminaram com a aproximação entre os líderes nacionalistas

zimbabuanos, Joshua Nkomo, da ZAPU e Robert Mugabe, da ZANU, para se apresentarem numa frente única, a Frente Patriótica, perante a Grã-Bretanha através de esforços diplomáticos para a independência do Zimbábue.

Na sequência de pressões realizadas pelos Estados da Linha da Frente à Grã-Bretanha e à comunidade internacional em geral, foram realizadas as conversações visando pôr fim ao regime ilegal de Ian Smith, na Rodésia, e foram abertas as negociações que levaram à independência do Zimbábue e à instauração de um regime de maioria negra, dirigido pela ZANU, Frente Patriótica de Robert Mugabe, através do Acordo de *Lancaster House*, assinado a 21 de Dezembro de 1979.

Os Estados da Linha da Frente também desempenharam um papel decisivo na libertação da Namíbia e na derrocada do regime do *apartheid*, na África do Sul. A cooperação que se desenvolveu no seio dos Estados da Linha da Frente serviu de base para a criação da Conferência Coordenada para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC⁵) em 1980.

Logo depois da criação da aliança da Linha da Frente, a FRELIMO abriu as suas 750 milhas (1.200 quilômetros) de fronteira com a Rodésia aos insurgentes zimbabuanos, convidando a ZANU e a ZAPU a estabelecer bases militares conjuntas. Por outro lado, transferiu uma quantidade substancial de armas modernas para as forças da ZANU baseadas em Moçambique, e reassentou mais de 150.000 refugiados zimbabuanos em campos de refugiados (Christie 1988).

Consoante Matusse (2009), por no mínimo um ano, forças de reconhecimento moçambicanas operaram dentro da Rodésia com guerrilheiros zimbabuanos. O Governo de Moçambique tentou também preencher a lacuna entre os dois movimentos nacionalistas encorajando a formação da Frente Patriótica, uma tentativa de aliança da ZANU e da ZAPU. A organização informal Estados da Linha da Frente viria a ser dissolvida a 30 de Junho de 1994, mas a sua estrutura para assuntos de defesa e segurança, o Comitê Inter-Estatal de Defesa e Segurança (CIEDS) manteve-se em funcionamento tendo mais tarde sido incorporada na SADCC.

Moçambique pertenceu também à Área de Comércio Preferencial para a África Oriental e Austral (PTA)⁶, uma outra organização regional criada em 1982. Esta era uma área de comércio preferencial fundada com o objetivo de promover o comércio, política aduaneira e a cooperação econômica entre os países membros do Sul e do Sudeste Africano. Além dos países da

⁵ Sigla do inglês, Southern Africa Development Coordination Conference.

⁶ Sigla do inglês, Preferential Trade Area of Eastern and Southern Africa.

SADC (exceto África do Sul, Moçambique, Botswana e República Democrática do Congo) os Estados da África Oriental: Etiópia, Burundi, Djibuti, Quênia, Comores, Ruanda, Somália, Sudão e Uganda pertenciam ao PTA que, em 1993, foi renomeada Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA⁷). Moçambique retirou-se do COMESA em 1997, passando a pertencer unicamente à SADC.

A Conferência Coordenada para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)

Segundo Murapa⁸ (2002, 157), o período de transição da década de 1960 para a de 1970 foi marcado por maciça revolta política no continente Africano. Foi o tempo de descolonização e de independência, e esse movimento ocorreu com relativa rapidez na maioria da África. No entanto, na África Austral, onde a presença do colonizador era considerável, houve resistência à descolonização.

Em consequência dessa resistência, a luta pela independência assumiu uma estratégia totalmente diferente: das negociações políticas ao confronto militar em países como a antiga Rodésia (Zimbábue), África Oriental Portuguesa (Moçambique) África Ocidental Portuguesa (Angola), África do Sul e Namíbia.

Consequentemente a Organização da Unidade Africana (OUA) decidiu estabelecer um Comitê de Libertação, sediado em Dar-es-Salam e liderado pela Tanzânia. No cumprimento das suas responsabilidades como base do Comitê de Libertação, a Tanzânia reuniu Estados que se tornaram conhecidos como Estados da Linha da Frente (países vizinhos aos locais onde havia a resistência) e assumiram a responsabilidade de mobilizar apoio internacional para movimentos de libertação (FRELIMO, ZAPU, ZANU, MPLA9, SWAPO, CNA e PAC).

Com a independência de Moçambique, Angola e Zimbábue, a liderança dos Estados da Linha da Frente sentiu a necessidade de tratar de questões econômicas na região. O Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, convocou uma reunião consultiva em Arusha, Tanzânia, em 1979, para discutir

⁷ Sigla do inglês, Common Market for Eastern and Southern Africa.

⁸ Murapa, Rukudzo, Vice-chanceler da Africa University(Zimbabwe), Consultor do PNUD, Banco Mundial e outras Agências Internacionais. In www.africa edu. vc@syscom.co.zw, acesso em 18 de Agosto de 2014.

⁹ Movimento Popular para a Libertação de Angola.

a ideia de uma aliança econômica entre o crescente número de Estados da Linha da Frente, visando coordenar e harmonizar suas políticas econômica. A reunião contou com a participação dos Estados da Linha da frente, bem como os líderes dos movimentos de libertação de países da região que ainda não tinham alcançado um governo da maioria.

Com efeito, segundo Abrahamson e Nilsson (1994), com a independência das colônias portuguesas, em 1975, a situação política e o equilíbrio do poder na África Austral sofreram uma transformação radical. Com a independência do Zimbábue, em 1980, desapareceu mais um Estado "para-choques" que o regime de minoria branca de Pretória considerava necessário para a proteção contra a África negra.

Abrahamson e Nilsson (1994) afirmam ainda que, no mesmo ano, os Estados da Linha da Frente formaram a SADCC¹º com vista a mudar as realidades econômica da região. As esperanças políticas de diminuir a dependência em relação ao ocidente, em geral, e à África do Sul em particular, através de uma maior cooperação regional iriam finalmente se concretizar. Os antecedentes por detrás deste fato eram os esforços dos Estados da Linha da Frente por encontrar uma alternativa à hegemonia sul-africana e à sua estratégia de dominância, apresentada no CONSAS.

O projeto CONSAS foi reintroduzido em Maio de 1979, numa tentativa da África do Sul de estabelecer o seu domínio regional. Porém, na mesma altura, os cinco Estados da Linha da Frente (Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia) decidiram dar início a uma cooperação regional alternativa sob a denominação de Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). A esta decisão seguiu-se uma nova conferência em Arusha, na Tanzânia, em julho do mesmo ano, na qual foram convidados vários doadores potenciais.

No entanto, como Abrahamson e Nilsson (1994) constataram que, para que ambas as organizações (CONSAS e SADCC) pudessem ter êxito, era necessária a participação do Zimbábue independente. Para além de ser o país mais desenvolvido da África Austral depois da África do Sul, o Zimbábue estava localizado no meio da região e era, por isso, um país de trânsito importante para todos os transportes intercontinentais.

¹⁰ Foram membros fundadores da SADCC os seguintes Estados: Angola, Botswana, Lesotho, Malaui, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe e Tanzânia. A Namíbia juntou-se após a sua independência em 1990. A organização foi formalmente mudada para SADC, no acordo de Windhoek em 1992. A África do Sul juntou-se em 1994, Maurícias em 1995, a República das Seychelles e a R.D.Congo em 1997.

Assim, os sul-africanos esperaram até ao fim que o Zimbábue independente viesse a ser dirigido pelo Bispo Abel Muzorewa, que tinha declarado apoio ao CONSAS, enquanto que os países da Linha da Frente, na sua luta contra o regime de minoria branca na África do Sul, estavam dependentes do apoio da Frente Patriótica, que era uma aliança política entre a ZANU e a ZAPU. Com a vitória da ZANU nas eleições de 1980 e a entrada do Zimbábue nos países da Linha da Frente, a SADCC pôde ser estabelecida formalmente em Abril de 1980 tendo ficado completamente destruídas as condições para a existência do CONSAS, pelo menos de momento (Abrahamson e Nilsson 1994, 186).

De modo a alcançar as prioridades nacionais por meio de uma ação regional, cada Estado membro assumiu a responsabilidade de coordenar um ou mais setores. Isso envolvia a proposição de políticas, estratégias e prioridades para o setor e implementar projetos para a inclusão no programa setorial, monitorando seu progresso e apresentando relatórios ao Conselho Ministerial.

Quadro 1- Distribuição de Setores de Atividades Pelos Estados-Membros da SADCC em 1980

Estado-Membro	Setor
Angola	Comissão da Energia
Botswana	Pesquisa agrícola, produção de animais e controle de doenças de animais;
Lesoto	Meio ambiente, administração da terra e água;
Moçambique	Cultura, informação, desportos, Comissão de Transportes e Comunicações;
Malaui	Pescas, área florestal e fauna selvagem;
Suazilândia	Desenvolvimento de recursos humanos;
Tanzânia	Indústria e comércio;
Zâmbia	Emprego, trabalho e mineração;
Zimbábue	Produção agrícola, alimentação, recursos agrícolas e naturais.

Fonte: Nsekela (1981, ix)

A Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) surgiu no âmbito da reunião realizada em Arusha, em 1979, que foi seguida de uma Conferência realizada em Lusaka (1980). Segundo Nsekela (1981), no fim da Conferência de Lusaka, os líderes de nove Estados independentes da África Austral emitiram uma declaração sumarizando suas discussões e colocando os quatro objetivos de desenvolvimento que eles identificaram e prometeram prosseguir através de ações coordenadas, sendo nomeadamente:

- a) a redução de dependência econômica, particularmente, mas não somente, em relação à África do Sul;
- b) o fortalecimento de ligações para criar uma integração regional genuína e equitativa;
- c) a mobilização de recursos para promover a implementação de políticas nacionais, interestatais e regionais;
- d) a realização de ações concertadas para garantir a cooperação internacional dentro dos instrumentos das estratégias para a libertação econômica.

De salientar que o surgimento da SADCC contou com o apoio massivo de doadores internacionais, pois, como Abrahamson e Nilsson (1994) afirmam, a economia política internacional reinante era favorável. Para estes autores, o mundo ocidental analisou o desenvolvimento regional na África Austral e os seus conflitos numa perspectiva oeste/leste e através de um grande apoio à organização se desejava conservar a influência política, econômica e militar na região¹¹.

¹¹ De acordo com Abrahamson e Nilsson (1994, 186) existem opiniões diferentes sobre os antecedentes da constituição da SADCC: Alguns observadores afirmam que, na realidade, foi o mundo ocidental que tomou a iniciativa de formar a SADCC para, através do restabelecimento do sistema colonial de transportes, haver ligações mais fortes entre os países da Linha da Frente e o mundo ocidental podendo, desse modo, impedir um aumento da influência soviética na região. Uma justificação dessa interpretação é que a totalidade do financiamento internacional da SADCC é feito pelo mundo ocidental. A União Soviética nunca contribuiu para o financiamento da organização. Outros observadores vão ainda mais longe e acentuam o interesse do mundo ocidental e da África do Sul em ampliar a organização de modo a que esta passasse a incluir , não só os Estados da Linha da Frente mais radicais, mas também países que tradicionalmente eram mais favoráveis à cooperação, tais como o Malauí, por exemplo, para, desse modo, poder diminuir o perfil da política externa da SADCC. Estes autores remetem-nos, entre outros autores a Leys, Roger &Tostensen, Arne em "Regional Cooperation in Southern Africa: The SADCC", Review of African Political Economy 23:52-82. Remetem-nos também a Amin, Samir, Chitala, Derrick & Mandza, Ibo, "SADCC-Prospects for Disengagement and Development in Southern Africa", Zed, London, 1987.

O entusiasmo resultante do sucesso na cooperação política entre os Estados da Linha da Frente que conduziu à intensificação da luta e iminente vitória da ZANU, no Zimbábue, levou os líderes dos Estados da Linha da Frente a acreditarem que uma dinâmica de coordenação similar seria alcançável na frente econômica (Nsekela 1981; Matusse 2009). Para os dirigentes dos Estados da África Austral, a SADCC veio adquirir uma função especialmente importante na angariação de apoio internacional e uma fonte financeira para vários projetos de desenvolvimento urgentes, muitas vezes de âmbito nacional (Abrahamson e Nilsson 1994).

Para Abrahamson e Nilsson (1994), os países nórdicos desempenharam um papel muito importante no financiamento do programa de investimentos da SADC. Consoante a estes autores, nos finais da década de 1980 eles respondiam por cerca de 1/4 do apoio internacional total à SADCC. Este apoio era considerado como uma condição para diminuir a dependência dos países da Linha da Frente em relação à África do Sul, tanto pelos países nórdicos como pela maioria dos países da Europa Ocidental.

Com efeito, de acordo com estes autores, o financiamento dos países nórdicos e da Comunidade Econômica Europeia (CEE) permitiu a execução de vários projetos e de seminários de investigação na SADCC. Estes financiamento eram essencialmente direcionados para o setor de transportes e comunicações, considerado muito importante para a SADCC devido à influência positiva que a reconstrução e o reforço da infraestrutura de transportes têm para a dependência dos países membros inferiores em relação ao sistema de transportes sul-africano.

Em relação a Moçambique havia necessidade de se poder calcular as possibilidades futuras de aumentar as receitas de divisas resultantes dos transportes efetuados e que se esperava que pudessem vir a ser o resultado dos investimentos efetuados. De referir ainda que durante o período colonial foram estabelecidas infraestruturas de transportes consideráveis em Moçambique para fazer a ligação entre as minas e as plantações dos países do interior com o Oceano Índico.

Neste contexto foram construídos portos internacionais importantes em Maputo, Beira e Nacala, com as respectivas linhas férreas na direção ocidente-oriente. Através dessas infraestruturas, dois terços do comércio da Rodésia passavam por Moçambique durante as décadas de 1950 e 1960 e, cerca de uma terça parte das receitas totais de Moçambique em moeda estrangeira tinham origem na utilização das vias de tráfego do país (Abrahamson e Nilsson 1994).

Para a Rodésia (atual Zimbábue), Zâmbia e Malauí, as vias de transporte naturais para o mercado mundial passavam pela Beira e por Nacala. Entretanto, a adesão de Moçambique às sanções decretadas pelas Nações Unidas contra a Rodésia do Sul, encerrando, assim, a sua fronteira com este país reduziu consideravelmente o fluxo de mercadorias através da Beira, visto que a Rodésia começou a transportar as suas mercadorias através dos portos sul-africanos.

Porém, com a independência do Zimbábue em 1980, a fronteira foi reaberta e as tradicionais vias de transporte por Moçambique iriam retomar o seu importante papel, tendo iniciado, no âmbito da SADCC, um programa de reconstrução total da infraestrutura de transporte. Moçambique voltava, assim, a desempenhar o seu papel tradicional nos transportes regionais e o seu sistema de transportes ganhou um maior significado para os países membros da SADCC.

Foi neste contexto que, no âmbito da coordenação setorial de atividades na SADCC, coube a Moçambique a responsabilidade principal de identificar, implementar e coordenar os programas de transportes. Foi criada, para o efeito, uma comissão coordenadora especial e regional, a Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC¹²), cujo secretariado encontrava-se em Maputo.

Consoante Abrahamson e Nilsson (1994), durante a década de 1980 foram realizados cerca de 200 projetos diferentes na região no valor de cerca de 6 bilhões de dólares americanos, tendo sido garantido o financiamento para 4 bilhões de dólares. Deste montante, cerca de 2,5 bilhões destinavam-se à reconstrução de portos e estradas de ferro na região, sendo a parte moçambicana cerca de um bilhão de dólares.

No entanto, o programa de investimentos elaborado no âmbito da SATCC para Moçambique baseava-se exclusivamente na necessidade de reconstruir e equipar os três corredores de transporte que, na época colonial, davam a Moçambique receitas consideráveis em moeda estrangeira. Nenhuma parte desse programa de investimentos abrangia a reconstrução da rede de estradas que faz a ligação entre esses corredores de transporte com as outras partes do país. Também nunca foram elaborados quaisquer planos de investimentos com o objetivo de reforçar as condições para um aumento do comércio dentro da região através do alargamento da infraestrutura de transportes entre os diferentes países membros (Abrahamson e Nilsson 1994).

Segundo estes autores, apesar do esforço empreendido ao nível da SADCC para reduzir a dependência dos Estados membros tanto para com

¹² Sigla do inglês, Southern African Transport and Communications Commission.

o ocidente como para com a África do Sul, este aumentou, especialmente durante a década de 1980. O comércio interno da região é muito baixo. Por outro lado, durante o mesmo período o comércio dos países membros da SADCC com a África do Sul aumentou, especialmente durante os últimos anos (Abrahamson e Nilsson 1994).

A falta de complementaridade entre as economias dos Estados da SADC é considerado como sendo a justificação para esta situação, dado que o comércio dos países consiste essencialmente em produtos agrícolas e matérias-primas, sendo a procura dos mesmos bastante limitada na região. As suas importações consistem em combustíveis, insumos para a agricultura, bens de capital e bens de consumo, produtos estes fabricados em quantidades muito pequenas pelos Estados membros da SADCC.

Para Abrahamson e Nilsson (1994), o aumento do comércio regional também não foi estimulado por iniciativas dos governos. Foram feitos poucos investimentos para modificar as estruturas de produção coloniais, que tinham como objetivo sobretudo a exploração, segundo as necessidades dos poderes coloniais. Pelo contrário, os desequilíbrios macroeconômicos dos países membros com grandes déficits da balança de pagamentos e as respectivas dívidas aumentaram o significado das receitas de exportação das estruturas de produção tradicionais.

Por isso, mesmo com a criação da SADCC, a dependência dos países da região em relação à África do Sul continuou. O reduzido comércio intra-regional e a falta de complementaridade entre as economias dos países da região são fatores que contribuíram de sobremaneira para este fracasso. Realçando que a maioria dos países membros da SADCC estão especializados na produção de produtos primários (essencialmente produtos minerais e agrícolas), não possuindo capacidade para oferecer os produtos manufaturados necessários para o incremento do comércio intra-regional.

Salienta-se, no entanto, que os líderes dos nove Estados independentes da região tiveram que ultrapassar dificuldades relacionadas com interesses econômicos nacionais e diferenças de opiniões em benefício da criação da SADCC. A situação de dependência em que se encontravam os Estados da África Austral durante o período de vigência do regime do *apartheid* na África do sul pode ser caracterizada como descreve Nsekela (1981, ix):

Os Estados da África Austral precisavam alargar sua liberdade de escolha porque havia necessidade de escolha entre rotas de transportes e canais de comunicações, de fontes de energia, de mercados e fornecedores, fontes de investimentos e parcerias empresariais; os Estados da África Austral precisavam desenvolver programas para reduzir a dependência

proveniente de um lado e aumentar as opções às economias nacionais e aos governos. Esta necessidade era prioritária e urgente na África Austral onde a fragmentação das economias e a sua integração forçada à República da África do Sul tinha criado uma excessiva dependência nacional e regional, que se pretendia agora reduzir com a criação da SADCC.

Refere-se, no entanto, que os Estados da África Austral tinham iniciado ações de coordenação para o seu desenvolvimento antes mesmo da criação da SADCC. Segundo Nsekela (1981), após a declaração unilateral (ilegal) da independência na Rodésia do Sul em 1965, a Zâmbia encarou uma crise de transportes. Como resultado, um esforço conjunto da Zâmbia com a Tanzânia, ajudados por uma vasta gama de parceiros externos incluindo a China, o Banco Mundial, a Itália e os Estados Unidos da América, fizeram com que a região tivesse atualmente a estrada de Lusaka a Dar-es-Salam, a Companhia de Serviços de Estradas Zâmbia-Tanzânia, o *pipeline* da Tanzânia, a linha férrea Tanzânia-Zâmbia Railways (TAZARA), e o apoio zambiano para a expansão das instalações portuárias em Dar-es-Salam e Mtwara, bem como o Aeroporto de Mtwara.

Angola e Zâmbia trabalharam juntos em planos de reabilitação da Linha Férrea de Benguela; a Zâmbia e a Botswana cooperaram para garantir uma rota terrestre entre os dois países que não cruzasse a antiga Rodésia do Sul. Moçambique coordenou o desenvolvimento de transporte nacional e uso de rotas com o Malaui, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia (Nsekela 1981).

Vale realçar, no entanto, que consoante Nsekela (1981), a coordenação das atividades entre os Estados da região Austral da África antes da criação da SADCC manifestava-se essencialmente ao nível bilateral e teve inúmeras dificuldades originadas pela guerra contra os regimes minoritários da África do Sul, da Rodésia do Sul e nas antigas colónias Portuguesas de Angola e Moçambique.

Importa referir, como Nsekela (1981) constata, que com da criação da SADCC foi reafirmada a necessidade do aumento do comércio intra-regional, tendo sido coletivamente rejeitados modelos que pudessem conduzir as crescentes hiatos entre Estados fortes e fracos que pudessem minar a confiança mútua e conduzir à dissolução da organização. De acordo com este autor, acreditava-se na possibilidade de aumento do comércio intra-regional tal como muitos destes países tinham já experimentado com a Federação das Rodésias e Nyassalândia, a Comunidade da África Oriental (EAC)¹³ e a

¹³ Sigla do inglês, East African Community.

União Aduaneira da África Austral (SACU)¹⁴ que, apesar de serem organizações criadas pelas potências coloniais, tinham contribuído para a criação do comércio na região.

Ademais a identificação da necessidade de desenvolvimento das infraestruturas, como uma área-chave para o desenvolvimento da região continua sendo uma estratégia-chave na participação contemporânea de Moçambique na região. Como constatam Lhalbahadur e Otto (2013), na era imediata pós-guerra, a participação regional de Moçambique permitiu fornecer seus vizinhos com preços competitivamente alternativos de acesso aos portos. Com um dos mais baixos custos do comércio trans-fronteiriços na região, a 60% do custo médio para importações e exportações na África subsaariana, Moçambique provou ser uma opção custo-efetivo para muitos dos seus vizinhos incluindo a África do Sul.

O estabelecimento dos corredores de desenvolvimento e as iniciativas de desenvolvimento espacial têm encorajado o comércio transfronteiriço e estão a promover a agricultura local, naqueles que são consideradas como características subsidiárias do envolvimento de Moçambique com os outros países da região.

Consequências da criação da SADCC para Moçambique

A análise do percurso histórico da região de África Austral afigura-se pertinente para a compreensão da dinâmica atual da integração regional, bem como para se traçarem quaisquer estratégias de desenvolvimento econômico regional e de aprofundamento da cooperação política entre os Estados da região de África Austral. A criação da SADCC em 1980 trouxe inúmeras consequências econômicas e políticas cujas sequelas continuam a fazer-se sentir tanto dentro dos Estados como nas relações entre os Estados.

A dependência em relação à África do Sul e a acumulação de recursos que este país teve em resultado da exploração das vantagens, que tinham sido atribuídas com a incorporação dos outros Estados da região, aliada aos inúmeros recursos naturais que este Estado possui, tornou-o no Estado mais desenvolvido da região. Como Abrahamson e Nilsson (1994, 192) afirmam, a África do Sul interpretou a independência do Zimbábue e a formação da SADCC como uma ameaça às possibilidades de o país poder conservar o seu sistema de *apartheid*. O aumento da cooperação regional entre os Estados da Linha da Frente iria diminuir a sua dependência da África do Sul e isto

¹⁴ Sigla do inglês, Southern African Customs Union.

estava contra os interesses políticos sul-africanos. Assim sendo, a ameaça de sanções internacionais à África do Sul podia ser rejeitada pelo regime do *apartheid* utilizando o argumento de que este tipo de sanções iria, sobretudo, afetar o abastecimento dos países vizinhos interiores.

Por isso, ações de desestabilização sul-africana tiveram lugar contra os Estados vizinhos, tendo como principais alvos as infraestruturas de transporte destes países. As ações militares afetaram Angola e Moçambique de uma forma particularmente grave, embora o Zimbábue e Botswana tenham igualmente sofrido desestabilização. Analisando a situação em Moçambique durante o processo de desestabilização consequente e sistemática levada a cabo pela África do Sul sob o regime do *apartheid*, Stephens (1991) *apud* Abrahamson e Nilsson (1994, 193) refere que:

Durante o período compreendido entre 1982 e 1989 foram destruídas 308 locomotivas, 662 carruagens, 35 pontes, e 244 km de linha férrea em Moçambique. Calcula-se que o custo em moeda estrangeira de material destruído seja de aproximadamente 259 milhões de dólares americanos, para além das receitas de fretes não executados que foram perdidas. Estas ações de destruição visavam criar o descrédito dos utilizadores do sistema de transportes e comunicações de Moçambique pelos exportadores/importadores da região. Por outro lado, as empresas estatais sul-africanas utilizaram uma estratégia comercial invulgarmente agressiva para convencerem os exportadores e importadores dos países vizinhos a utilizar a rede de transportes sul-africana atribuindo consideráveis subvenções de fretes aos clientes que, apesar de a distância de transporte ser maior, escolherem enviar a sua carga pela África do Sul.

Criou-se, assim, uma distorção do comércio a nível regional que veio a acrescer-se às distorções tradicionais historicamente criadas, que colocavam os Estados vizinhos da África do Sul como fontes de abastecimento deste país em mão-de-obra e em mercados para a geração de emprego e rendimento para a sua economia, para além da destruição dos recursos humanos e materiais necessários para a edificação dos Estados da região, especialmente Angola e Moçambique.

Segundo Abrahamson e Nilsson (1994), a desestabilização sul-africana foi facilitada porque o seu objetivo político de impedir os países vizinhos de utilizar a rede moçambicana de transportes coincidiu com os correspondentes interesses comerciais dos compradores de transportes da região. Muitas vezes, eles próprios preferiram enviar a sua carga através do sistema sul-africano de transportes devido à transformação estrutural que o mercado de transportes da região sofreu durante a década de 1980, essen-

cialmente baseada na introdução de contentores no sistema de transporte de mercadorias.

Essa transformação estrutural teve como resultado transportes mais baratos e mais eficientes, mas também uma concentração crescente das atividades nos despachantes e nas companhias de navegação mais eficientes. Assim, a situação de concorrência nos portos foi fortalecida e muitos tiveram que abandonar esta atividade quando não tinham condições para atrair para si o fluxo de carga (Abrahamson e Nilsson 1994).

No que concerne a Moçambique, as ações de desestabilização levadas a cabo pelas forças de defesa sul-africanas eram direcionadas essencialmente aos sistemas de transportes e comunicações atingindo linhas férreas, estradas, pontes, meios de transportes e outros empreendimentos vitais para o desenvolvimento do país. Deste modo, as ações desestabilizadoras do regime do *apartheid* vieram aumentar a destruição de Moçambique, iniciada pelo regime Rodesiano devido ao apoio incondicional que este país dava aos movimentos de libertação zimbabuanos.

Com efeito, a adesão de Moçambique às sanções contra o regime Rodesiano, decretadas pelas Nações Unidas, que levaram ao encerramento da fronteira com este país em 1976, contribuíram para a redução do tráfego internacional de mercadorias, uma das principais fontes de divisas: "os prejuízos decorrentes das sanções e de agressões da Rodésia foram estimados pelo Governo em cerca de 16.500 mil contos de 1976 a 1980" (Mosca 2005, 146). Para além disto, este autor afirma que:

O internacionalismo e a solidariedade para com as lutas contra as situações coloniais (Zimbábue) e de ocupação (Namíbia) e do *apartheid* representaram, para Moçambique, elevados custos econômicos e humanos: por exemplo, a África do Sul reduziu abruptamente as relações econômicas com este país, com uma dupla estratégia: a) mecanização da produção mineira e reforço do recrutamento de mão-de-obra em outros países da região; b) implementação de políticas comerciais agressivas para que os países da África Austral desviassem fluxos de mercadorias que até então eram escoados através dos portos de Moçambique (Mosca 2005, 146).

Constata-se, assim, que as ações de desestabilização das economias dos países da África Austral por parte dos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul contribuíram de sobremaneira para a continuação da dependência destes países em relação à África do Sul e aos países da Europa Ocidental. Estudos realizados por Stephens (1986) e Machintosh (1986) apud

Mosca (2005) sobre as estratégias de transportes na África Austral apontam algumas causas que contribuíram para que Moçambique tivesse perdido a importância no sistema de transportes da região, podendo se destacar:

- a guerra que tinha como um dos objetivos impossibilitar os fluxos através de Moçambique no quadro da estratégia de desestabilização, devido à importância econômica que representavam nas receitas em divisas;
- a África do Sul desenvolveu um conjunto de ações comerciais com o firme propósito de desviar o tráfego de Moçambique como, por exemplo, não cumprir acordos de tarifas com os Caminhos de Ferro de Moçambique e subsidiar o transporte de alguns produtos provenientes da região;
- c) a evolução tecnológica do transporte por contentores não foi acompanhada por Moçambique fazendo com que este país perdesse a competitividade devido às vantagens, tanto para os proprietários das cargas como para as empresas armadoras;
- d) a contentorização do transporte provocou a formação de monopólios nas empresas de agenciamento e as ligações do capital sul-africano e da Rodésia do Sul, que permaneceram após a independência do Zimbábue, dificultando as tentativas da Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC) para reduzir a dependência da África do Sul.

A desestabilização econômica e militar da África do Sul nos Estados independentes da região veio, deste modo, exacerbar as distorções econômicas herdadas do período colonial e corroborou para a minimização dos esforços levados a cabo pela SADCC para reduzir a dependência em relação àquele Estado dominado pelo regime do *apartheid*.

À semelhança de Moçambique, Angola foi particularmente afetada pela desestabilização sul-africana numa tentativa de cortar o apoio que este país dava à SWAPO, a qual lutava pela independência da Namíbia, mas também devido à necessidade de colocar, naquele país, um governo que fosse favorável aos interesses da África do Sul. Isto permitiria o acesso deste país aos inúmeros recursos minerais (principalmente petróleo) que a África do Sul viria eventualmente a necessitar caso as sanções internacionais fossem efetivas e duradouras. Assim, invocando igualmente a "ameaça comunista" representada pelo MPLA e seu líder Agostinho Neto, uma grande ofensiva desestabilizadora foi lançada àquele país da África Austral, ainda nas vésperas da sua independência.

Ilustrando os efeitos da desestabilização e com base em dados fornecidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Davies (1990) apresenta estimativas que indicavam que pelo menos 1,3 milhões de angolanos e moçambicanos morreram entre 1980 e 1988, como resultado direto ou indireto das guerras de desestabilização movidas por Pretória. As perdas sofridas pelas economias dos Estados membros da SADCC no mesmo período foram estimadas em 60,5 biliões de dólares americanos, mais do que o triplo da dívida externa conjunta dos nove países desta organização.

Sem pretendermos analisar com profundidade o processo de desestabilização de Angola pela África do Sul, cujas proporções foram maiores do que os nos outros países da região, torna-se pertinente afirmar que a invasão daquele país pela África do Sul pouco tempo antes da proclamação da independência trouxe uma nova dinâmica para a situação desta região. Com efeito, em resposta a esta invasão, Cuba enviou milhares de soldados a partir de Outubro de 1975 que asseguraram que, quando a independência foi formalmente declarada em Novembro de 1975, o MPLA estivesse no controle da capital onde se proclamou a "República Popular" e o seu líder Agostinho Neto como Presidente.

Daí em diante, Angola passou a ser palco de uma confrontação que passou do âmbito regional para o contexto da Guerra Fria, com o envolvimento de vários atores externos, incluindo a União Soviética e os Estados Unidos. No entanto, ao longo de poucos meses, os cubanos asseguraram o controle ao nível de todo o país. O apoio americano à UNITA¹⁵ parou na sequência da Emenda Clark que proibia o apoio a qualquer das facções angolanas (uma manifestação da atitude pós-Vietnã nesse momento nos EUA). Isso deixou as forças sul-africanas sozinhas e forçou o governo sul-africano a retirar as suas forças para além da fronteira namibiana em Abril de 1976 (Davies 1990).

Como Rothchild (1997) afirma, o desafio militar que os antagonistas internos e externos puseram ao Governo Angolano, entre 1976 e 1980, tornaram-no impossível de gerir. Um conflito de baixa intensidade começou a observar uma escalada a partir de 1981, quando a África do Sul lança a Operação *Protea*, a maior incursão das suas forças para a Província do Cunene.

Contudo, como afirma Davies (1990), no segundo trimestre de 1988, verificaram-se algumas alterações e mudanças no conteúdo da política regional sul-africana que não representaram uma mudança de intenções da parte dos centros de decisão, mas eram fruto das profundas mudanças nas circunstâncias objetivas em que as decisões foram tomadas. No entanto, por

¹⁵ União Nacional para a Independência Total de Angola.

essa altura, ainda se verificava um grande entusiasmo da África do Sul em continuar com as agressões também em Moçambique e no Zimbábue.

Entretanto, consoante Davies (1990), a batalha de Cuito Cuanavale, em 1988, e o confronto na barragem de Calueque representaram um ponto de inflexão em dois aspectos: primeiro, eles indicam uma importante mudança no balanço estratégico das forças em presença. A superioridade aérea por parte das forças armadas angolanas apoiadas pelas forças cubanas minou as pretensões sul-africanas de invencibilidade militar na região e a mostrou a capacidade das Forças Populares de Libertação de Angola (FAPLA) de manterem a Cidade e o Aeroporto de Cuito Cuanavale, como fortes oponentes no seu próprio território.

Segundo, os altos custos da guerra tinham contribuído para um senso de inutilidade da guerra no seio do regime do MPLA e dos intervenientes diretos e indiretos. As perdas das Forças de Defesa da África do Sul (SADF 16) em aviões e em homens (incluindo centenas de soldados negros e no mínimo sessenta soldados brancos) trouxeram um novo ceticismo e sensibilidade nos círculos civis sobre as vítimas e os custos financeiros da guerra.

Nestas circunstâncias, de acordo com Davies (1990), ao mesmo tempo que as batalhas de Cuito Cuanavale produziam, indubitavelmente, a mais decisiva das "novas realidades" emergentes a nível regional, desenvolvimentos nas outras fontes de desestabilização regional tinham também um impacto significante. No caso dos rebeldes de Moçambique, o conhecido envolvimento de Pretória com a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) começou a ameaçar aumentar o seu isolamento internacional. Por outro lado, a extrema brutalidade das ações da RENAMO ilustradas pelos massacres de Homoíne, Manjacaze e Taninga/Maluana que [GRS1] foram amplamente divulgados, impediram qualquer apoio internacional que, de outro modo, os rebeldes poderiam ter mobilizado.

Para Davies (1990), apesar de a base técnica da guerra ser, sem dúvida, parcialmente proveniente da "doutrina Reagan", a brutalidade dos assaltos da RENAMO no contexto da ativa diplomacia do governo de Moçambique levou até mesmo a administração Norte-Americana a se distanciar deles. Numa conferência de doadores para emergência realizada em Maputo, em abril de 1988, o Vice-Secretário do Estado, Roy Stacy, acusou a RENAMO de provocar um dos mais brutais holocaustos desde a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Davies (1990), um relatório apresentado pelo Departamento de Estado Norte-Americano estimava que o MNR tinha sido responsável pela morte de pelo menos cem mil civis. Este relatório, escrito por

¹⁶ Sigla do inglês, South African Defense Forces.

Robert Gersony, foi baseado em entrevistas com duzentos informantes em Moçambique e nos países vizinhos. Os informadores de Gersony disseram que eles próprios tinham presenciado seiscentos assassinatos a tiro, facas, machados, baionetas, queimaduras em vida, espancamento, asfixia, fome e afogamento.

Por outro lado, ataques contra ativistas *antiapartheid* eram levados a cabo, muitas vezes em incursões do tipo "bate e foge" nos países vizinhos da África do Sul, como aconteceu em Bulawayo, em Janeiro de 1988, e no Botswana, onde uma incursão falhou, mas nesta foi ferido um policial, o que ajudou que nos EUA a África do Sul fosse declarada "um Estado terrorista". Situações semelhantes ocorreram em Moçambique com ataques relâmpago em zonas suspeitas de albergar militantes do ANC, como ocorreu na Matola em 30 de Janeiro de 1981 (Davies 1990).

No entanto, o colapso da "estratégia total", adotada pelo regime de Botha quando subiu ao poder em 1978, foi implicitamente reconhecido pelos estrategos estatais, durante o período da escalada de ações populares entre Setembro de 1984 e Junho de 1986. A resposta mais direta e imediata do regime, perante o aprofundamento da crise neste período, foi a intensificação da repressão coberta pelo estado de emergência imposto em 1986 à escala nacional. Contudo, as crises profundas deram lugar a uma significante reformulação do componente político da estratégia do Estado dentro das instituições do Sistema de Segurança Nacional.

Pouco depois registrou-se a ascensão de F.W. De Klerk à liderança do Partido Nacional no poder na África do Sul e depois à chefia do regime em que ele apareceu como o representante de um bloco de forças (destacando-se entre elas o capital monopolista doméstico), dando prioridade à redução do isolamento internacional e procurando "uma solução política" para as crises do *apartheid*. Consoante Davies (1990), as forças agrupadas em torno de De Klerk pareciam ter reconhecido que estes objetivos não seriam alcançados sem negociações constitucionais dignas de crédito, que envolvessem não só os aliados já existentes mas também os conhecidos representantes da maioria oprimida, incluindo o ANC.

Neste contexto, o regime de De Klerk fez importantes mudanças estratégicas na conduta, não só da sua política interna, como a nível regional. Isto torna-se evidente nas medidas anunciadas a 2 de Fevereiro de 1990: o levantamento do banimento contra o ANC, o Partido Comunista Sul-Africano (SACP), o Congresso Pan-Africano (PAC) e outras organizações *antiapartheid* seguido pela libertação, a 11 de Fevereiro, de Nelson Mandela. Estas concessões, embora parciais, eram significativas em relação às solicitações para a

criação de um clima propício a negociações através da normalização da vida política e representa um grande afastamento em relação às posições rigidamente seguidas no regime de Botha.

Passos mais significativos foram dados em seguida, que culminaram com o fim do regime do *apartheid* na África do Sul e o prenúncio de um regime de maioria democraticamente eleito naquele país. Consumava-se, assim, o fim de mais um regime retrógrado que, desde finais dos anos 1940, constituiu fonte de instabilidade política e econômica na África Austral, para além do tratamento desumano e cruel que era atribuído à maioria negra e outros grupos minoritários da África do Sul. Abriam-se, assim, perspectivas de participação de uma África do Sul democrática e multirracial nos projetos de integração regional e no concerto das nações.

Torna-se necessário mencionar, também, que a guerra civil a qual durante dezesseis anos dilacerou Moçambique chegou ao fim com a celebração, em 1992, do Acordo Geral de Paz assinado em Roma, Itália, a 4 de Outubro pelo governo de Moçambique e pela RENAMO. Abria-se, assim, uma nova etapa no desenvolvimento político, econômico e social de Moçambique, que realizou as suas primeiras eleições democráticas e multipartidárias em 1994.

O Governo de Moçambique, legitimado pelo sufrágio universal, direto e secreto, passava assim, a ter possibilidade de se concentrar na definição de políticas e estratégias visando a promoção do desenvolvimento econômico e social deste país e a incentivar a sua inserção plena na região e no mundo. Entretanto, em Angola, o conflito tomou várias dimensões tendo se prolongado mesmo após o fim da Guerra Fria numa miscelânea de problemas que iam desde a etnicidade e cobiça estrangeira em relação aos inúmeros recursos existentes no país até à ambição exacerbada do poder evidenciada pelas elites representativas dos diferentes espaços socioculturais de Angola.

O conflito Angolano só viria a terminar com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, a 22 de Fevereiro de 2002, abrindo-se, assim, o caminho para o desenvolvimento econômico e social de Angola, além e sua participação plena no processo de integração regional e a sua inserção na comunidade internacional.

A criação da SADC e o papel de Moçambique nesta organização

Em 17 de agosto de 1992 em Windhoek, na Namíbia, foi criada a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) com a Decla-

ração e o Tratado Constitutivo foram assinados, na Cúpula dos Chefes do Estado e Governo. Deste modo, a SADCC transformou-se em SADC. Para além dos nove Estados fundadores da SADCC, após alcançar a sua independência, a Namíbia aderiu à SADC em 1990. Com o fim do regime do *apartheid*, a África do Sul aderiu em 1994, as Ilhas Maurícias em 1995, a República Democrática do Congo em 1997, as Ilhas Seychelles em 2000 e a Ilha de Madagascar¹⁷ em 2005.

Após longos anos de guerra civil que se seguiu à proclamação da independência de Moçambique em 1975, o país destacou-se no em seu papel estratégico na luta contra os regimes minoritários da África do Sul e da Rodésia do Sul, tendo sido, por isso, alvo de um processo contínuo de desestabilização política, militar e econômica. Foi membro da Organização informal dos Estados da Linha da Frente desde a sua independência sendo membro fundador da SADCC em 1980 e, mais tarde, da SADC em 1992.

As reformas introduzidas em finais da década de 1980, visando acomodar a economia de mercado e o sistema de democracia multipartidária, ocorreram em simultâneo com a participação ativa do país no processo de integração regional na SADC. Assim, a inserção regional de Moçambique passou a ocorrer em simultâneo com a implementação de medidas de ajustamento estrutural, iniciadas com a adesão do país às instituições financeiras internacionais em 1984, e a implementação do programa de ajustamento estrutura denominado Programa de Reabilitação Econômica (PRE), em 1987, que evoluiu para Programas de Reabilitação Econômica e Social (PRES) em 1990.

A economia de Moçambique no período colonial era caracterizada pela sua ligação desde longa data à economia da África Austral, essa como fornecedora de serviços devido à sua localização estratégica. Relações entre Moçambique e a África do Sul datam do período colonial e eram caracterizadas pela migração de força de trabalho para as minas de ouro, diamantes e carvão, fornecimento de energia eléctrica a partir da barragem de Cahora Bassa e o uso dos portos de Maputo, Beira e Nacala pelos países do interior. Assim, Moçambique desempenhou um papel importante no fornecimento

¹⁷ Devido à instabilidade reinante em Madagáscar desde 2009, este país foi suspenso da sua qualidade de membro da SADC. Com efeito, em 2009, uma série de manifestações antigovernamentais culminaram com o envolvimento militar e na tomada do poder pelo líder da oposição Andry Rajoelina, afastando o Presidente Marc Ravalomanana da direcção suprema do Estado. Esta ação consubstanciava um ato inconstitucional e um atentado contra os valores democráticos defendidos pela SADC, o que levou esta Organização a suspender este país como membro. Entretanto, restabelecida a legalidade constitucional, Madagascar voltou a ser readmitido como membro de pleno direito em 2014.

de serviços à África do Sul e às antigas colônias britânicas do Malauí, Zâmbia e Zimbábue. Este papel foi desempenhado graças à complexa infraestrutura de transportes e comunicações orientadas para o *hinterland* e as suas fortes ligações com a África do Sul.

Após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), que pôs termo a uma prolongada guerra civil inserida no contexto da desestabilização política, econômica e militar levada a cabo pelo regime do *apartheid* da África do Sul e pela RENAMO, um processo de democratização e de reconciliação nacional teve lugar, passando a realizar eleições regulares e a consolidar as instituições democráticas.

No âmbito econômico, verificou-se uma estabilidade resultante da implementação de projetos capital-intensivo, como os "megaprojetos" da fábrica de Alumínio (MOZAL), de exploração de gás natural pela SASOL e projetos nas minas de carvão de Tete, através dos quais se mobilizou um grande influxo de capital estrangeiro. Por essa via, Moçambique manteve índices de crescimento macroeconômico entre 7 e 10%, bem como níveis de inflação sob controle.

No contexto da sua participação no processo de integração regional, Moçambique aderiu ao Protocolo Comercial da SADC (PC-SADC), em 1999, tendo o implementado a partir de Setembro de 2001. À semelhança dos outros Estados que aderiram ao protocolo, Moçambique apresentou ao Secretariado da SADC a sua oferta de redução de tarifas aduaneiras. De acordo com o MIC (2005), o PC-SADC é um dos principais instrumentos que orientam o processo de integração regional na área comercial.

Este protocolo foi assinado em agosto de 1996 por 11 Estados-membros da SADC, nomeadamente: Botswana, Lesoto, Malauí, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, Tanzânia, e Zimbábue. Angola subscreveu o protocolo comercial em 2003 e passou a preparar a sua oferta de redução tarifária. Madagascar acedeu ao Protocolo em 2005 e apresentou, em 2006, a sua oferta de redução tarifária, bem como o instrumento para o início da implementação. A República Democrática do Congo não é signatária do PC-SADC.

O PC-SADC entrou em vigor a 25 de janeiro de 2000 e está a ser implementado desde Janeiro de 2001 pelos onze países acima mencionados e tinha como finalidade de criação de uma Zona de Comércio Livre em 2008. Os objetivos deste protocolo eram os seguintes:

 fomentar a liberalização do comércio intra-regional em matéria de bens e serviços, na base de acordos comerciais justos, equi-

- librados e de benefício mútuo, complementados por protocolos noutras áreas;
- b) garantir uma produção eficaz dentro da SADC, que reflita as atuais e potenciais vantagens comparativas dos seus Membros;
- c) contribuir para o melhoramento de um ambiente favorável ao investimento nacional, transfronteiriço e estrangeiro;
- d) incrementar o desenvolvimento econômico, diversificação e industrialização da região;
- e) estabelecer uma Zona de Comércio Livre (ZCL) na região da SADC (MIC 2005).

O processo de integração econômica na SADC baseia-se no princípio de assimetria, que consiste no tratamento diferenciado dos países em função do seu nível de desenvolvimento. No caso específico da SADC isto tem como objetivo assegurar os interesses dos países menos desenvolvidos. Assim, assume-se a partida que os países mais desenvolvidos devem desarmar suas tarifas mais cedo e mais rapidamente que os países em desenvolvimento e, estes, por sua vez, mais cedo e mais rapidamente do que os países menos desenvolvidos.

De referir que, de acordo com o MIC (2005), Moçambique foi um dos primeiros Estados a promulgar todos os instrumentos necessários à implementação do PC-SADC, tendo ratificado este em dezembro de 1999 e iniciado a sua implementação em janeiro de 2001. Os regulamentos sobre regras de origem e a sua certificação, bem como os mecanismos de implementação, foram publicados no Boletim da República em Outubro de 2001, destacando o fato de Moçambique ter sido o único país da região que publicou na íntegra o respectivo calendário de desarmamento pautal.

Assim, como todos os outros países da região (exceto a África do Sul), Moçambique apresentou duas ofertas de redução tarifária designadamente, uma oferta básica dirigida à África do Sul, como proposta de desarmamento tarifário mais protecionista. A outra oferta de redução tarifária era denominada oferta diferenciada destinada aos restantes países membros (exceto a África do Sul), tendo em conta a assimetria na liberalização do comércio no âmbito do PC-SADC.

Moçambique foi considerado um dos países mais entusiastas na implementação do PC-SADC, tendo alcançado níveis altos de abertura do seu mercado no âmbito do PC-SADC. Esses níveis de abertura do mercado nacional para a África do Sul, deste período até finais de 2007, foram de cerca de 28,10 % (mantendo-se protegido em cerca de 71.9%), 92,5% no período

de 2008 até finais de 2014 (cerca de 7.5% protegido), e 99.57% de 2015 em diante (mantendo-se protegido em apenas 0.43%) (MIC 2005).

Em relação aos outros países da região (sem a África do Sul), os níveis de abertura do mercado moçambicano, no âmbito do PC-SADC foram de 30.4% até finais de 2007 (mantendo-se protegido em 69.96%), cerca de 93.93% no período de 2008 até finais de 2014 (mantendo-se protegido em cerca de 6.07%) e de cerca de 2015 em diante (MIC 2005).

O impacto econômico da adesão de Moçambique ao PC-SADC consistiu no surgimento de novos empreendimentos econômicos com capitais da região, com grande peso na produção nacional, destacando: A SASOL (50% de capital sul-africano), na exploração e transporte do gás natural de Pande exportado para a África do Sul; a MOZAL (15% de capital sul-africano), virada para a produção do alumínio; as areias pesadas do Chibuto (com parte de capital sul-africano).

Foram também feitas aquisições de empresas moçambicanas que estavam paralisadas, destacando: A empresa metalúrgica CIFEL; a Companhia Industrial da Matola, dedicada à produção de massas, bolachas, moageira; as empresas Cervejas de Moçambique e a fábrica de refrigerantes CocaCola; a empresa têxtil Texmoque e as açucareiras.

Na área de serviços foi feita a concessão do Porto de Maputo. Na área do comércio foram abertos grandes supermercados por capitais sul-africanos designadamente a Shoprite, Game e Mica, bem como o estabelecimento do Banco Austral e o Standard Bank. Estes investimentos têm influência na criação de um ambiente propício à integração regional, uma vez que contribuem para o aproveitamento de potencialidades existentes no país e ainda para a capacitação e capitalização de pequenas e médias empresas fornecedoras de serviços e produtos aos empreendimentos estabelecidos. Assim, a África do Sul tornou-se o maior parceiro de investimento de Moçambique na região da África Austral.

De realçar que o conceito de integração para o desenvolvimento adotado na SADC, que consiste na integração setorial e de infraestruturas, tem raízes históricas pois os países desta região, em geral, beneficiaram-se de sistemas e relações estabelecidas pelas potências coloniais, bem como do regime do *apartheid* na África do Sul, tais como os sistemas de estradas e caminhos de ferro (MAIR 2001).

Recursos naturais como a água e a biodiversidade estabelecidos para além das fronteiras convencionais facilitam a integração regional, permitindo aos países vizinhos partilharem seus benefícios. Por isso, a água, a energia, os sistemas de transportes e a biodiversidade são fatores que facilitam a

integração na região da SADC. À semelhança de Angola, Moçambique é um país com uma vasta rede hidrográfica, partilhando as principais bacias hidrográficas com os outros países da região, nomeadamente nos rios Rovuma, Zambeze, Limpopo, Incomáti e Maputo. Partilha ainda o Lago Niassa na fronteira noroeste com a Tanzânia, e o Malaui.

A importância dos recursos hídricos para a integração e o desenvolvimento da região é reconhecida pelos Estados membros. Por isso, em 1995, a região adoptou o Protocolo sobre Sistemas de Água Compartilhados, revisto em 2003, para regular a gestão e a utilização de recursos de água regionais escassos, dada a sua importância no desenvolvimento econômico, ambiental, de segurança alimentar e do alívio da pobreza (Erasmus 2003).

No setor de energia, Moçambique possui também um grande potencial devido, essencialmente, à existência de inúmeros recursos hídricos, carvão, gás natural, biomassa e altos níveis de energia solar. A barragem de Cahora Bassa é a principal fonte de energia hidrelétrica, cujo potencial é estimado em 14.000 Megawatts, dos quais somente 2.075 estão atualmente a serem explorados (EIA 2005).

A Hidroelétrica de Cahora Bassa fornece energia para o consumo doméstico e para o fornecimento à África do Sul e Zimbábue. Em 2003, Moçambique concorreu com sucesso para o fornecimento de energia ao Malaui por 20 anos, a partir de 2004, com o fornecimento acima de 300 MW a partir da Hidroelétrica de Cahora Bassa, no Songo (EIA 2005).

Na área de energia, a SADC aprovou um Protocolo sobre energia, que entrou em vigor a partir de 1998, para regular a gestão e utilização da energia na região. A SADC *Power Pool* desempenha um papel essencial neste domínio, tendo a companhia sul-africana de Energia, ESCOM, iniciado a penetração em cada país vizinho para a maximização da utilização da energia (EIA 2005).

Em fevereiro de 2004, foi instalado um gasoduto de 536 milhas, fornecendo gás natural dos campos de Temane, em Moçambique, para Secunda, na África do Sul. O projeto, instalado pela SAZOL, estabelece a integração entre Moçambique e a África do Sul e corresponde a 1.2 bilhões de dólares.

O estabelecimento de corredores de desenvolvimento ligando o país com os países vizinhos, no âmbito do conceito de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI¹8), tem como objetivo o aumento do comércio intrarregional, criando complementaridades dentro das estratégias econômicas do país e fortalecer o nível de integração regional.

¹⁸ Sigla do inglês, Spatial Development Initiative.

De referir, a este respeito, que Moçambique tem três corredores principais. O Corredor de desenvolvimento de Nacala, na Província de Nampula, no norte, estabelecido para ligar Moçambique aos países interiores de Malauí e Zâmbia. Este corredor foi privatizado em 2000, estando atualmente numa fase avançada de desenvolvimento com a aquisição de novas locomotivas e restauração da linha férrea, que já permite a ligação entre Nampula e Lichinga, capital da província do Niassa.

O Corredor de Desenvolvimento da Beira é outro corredor inserido nestas iniciativas, tendo duas linhas: A linha de Machipanda, ligando o Porto da Beira ao Zimbábue, consistindo em cerca de 3000 quilômetros de estrada, linha férrea e um oleoduto; a outra é a linha de Sena, ligando a Beira às minas de carvão de Moatize em Tete e o Malauí, com cerca de 600 km. A atualização do projeto de reabilitação da infraestrutura e *procurement* das locomotivas e outros insumos contou com o financiamento parcial do Banco Mundial (Muagerene 2005).

O Corredor de Desenvolvimento de Maputo (MDC)¹⁹ foi a primeira das SDIs a ser executada, em 1995, e liga a província de Gauteng da África do Sul ao porto de Maputo em Moçambique. O sistema do corredor inclui a autoestrada, a linha férrea, o posto fronteiriço e o Porto de Maputo. A partir de 2004, o MDC inclui um gasoduto e possui uma zona franca industrial, onde se localizam os megaprojetos da MOZAL e SAZOL. A partir de 2005, foram abolidos os requisitos de visto, para facilitar o processo de integração regional (TRALAC 2005).

Os desenvolvimentos ao longo do corredor focaram-se na reabilitação e modernização das tradicionais ligações do comércio e transporte como uma base para um desenvolvimento econômico abrangente. A estrada, as ferrovias e a infraestrutura e funcionamento do porto foram concessionados em Moçambique. Consoante a SADC Hoje (2006), a participação do setor privado joga um papel importante no corredor, particularmente, no investimento na construção de uma estrada com portagens que liga Withbank na África do Sul a Maputo (a estrada com portagens N4) e na melhoria do funcionamento de ferrovias e portos em Moçambique.

Outros grandes investimentos do setor privado, localizados ao longo deste corredor, incluem a fábrica de alumínio de Moçambique (MOZAL), a fábrica do Ferro e Aço de Maputo, o Parque Industrial do Beluluane e vários projetos da indústria do gás natural. Estima-se que os desenvolvimentos no corredor já criaram cerca de 15.000 empregos (SADC Hoje 2006).

¹⁹ Sigla do inglês, Maputo Development Corridor.

Segundo Lhalbahadur e Otto (2013), a Iniciativa Logística do Corredor de Maputo (MCLI)²⁰ foi lançada em 2004, como uma parceria do sector público e privado para criar maior consciencialização e utilização do corredor. Para estes autores, a MCLI emergiu como uma das instituições mais vibrantes e inclusivas dirigidas pelo setor privado na África Austral e faz a gestão da infraestrutura portuária de Maputo. Os autores concluem que se trata de um exemplo significativo de cooperação entre Moçambique e África do Sul, particularmente no desenvolvimento e integração econômica.

Para Lhalbahadur e Otto (2013) também, o Corredor de Desenvolvimento de Mtwara envolve os territórios do Malauí, Moçambique, República Unida da Tanzânia e a Zâmbia. O Corredor é percorrido desde o porto de Mtwara, no leste, à Mbamba Bay, ao ocidente no Lago Malauí. Projetos dos transportes incluem a expansão e modernização do porto de Mtwara, dos portos de Mbamba Bay e Manda, ambos situados no Lago Niassa. Outros projetos incluem a modernização do Aeroporto de Mtwara e várias infraestruturas de estradas e caminhos-de-ferro.

A Ponte da Unidade, inaugurada em Maio de 2010 pelos Chefes de Estados de Moçambique da Tanzânia, atravessa o Rovuma, contribui significativamente para melhoria na conectividade da rede de estradas na região. Importantes, também, são a Estação de Energia Térmica de Mchuchuma, o viaduto de petróleo de Mtwara-Mbamba Bay e o projeto do gás do Songo (SADC Hoje 2006). De referir ainda que, segundo fontes oficiais, a estrada que liga a Tanzânia à Ponte da Unidade já se encontra asfaltada e, do lado moçambicano, afirma-se terem já sido disponibilizados os recursos necessários à asfaltagem da estrada (Lalbahadur e Otto 2013).

Moçambique possui, também, um grande potencial na área do turismo associado à fauna transfronteiriça incluindo parques nacionais e reservas de caça para além de possuir inúmeras praias de renome regional e internacional. Para o efeito, o país assinou importantes acordos regionais, o primeiro dos quais sendo um Acordo Internacional sobre o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, assinado com a África do Sul e o Zimbábue, em Novembro de 2000. Outro acordo com dimensões similares é o Protocolo Trilateral entre Moçambique, África do Sul e Suazilândia para a Área de Conservação Transfronteiriça dos Libombos, que foi assinado em junho de 2000. Estas iniciativas são consideradas como tendo potencial para promover o turismo bem como a convergência na região (Muagerene 2005).

No que concerne ao desenvolvimento político, Moçambique é considerado uma jovem democracia à semelhança dos outros países da SADC. O

²⁰ Sigla do inglês, Maputo Corridor Logistic Initiative.

país adotou o sistema democrático em 1990 e foram feitos progressos no estabelecimento de instituições democráticas e na consolidação da regularidade de eleições democráticas desde 1994. A necessidade de melhorias na reforma judicial, bem como o respeito do Estado de Direito para ir de encontro com as necessidades introduzidas através do processo de reformas econômicas, tem sido apontados como os principais constrangimentos do processo.

Constata-se, no entanto, que Moçambique tem um grande potencial para desempenhar um papel importante na integração regional e se beneficiar das oportunidades que este processo oferece para o seu desenvolvimento econômico e social. As vantagens resultantes da sua localização geográfica e dotação de recursos naturais concorrem para a aquisição de benefícios em resultado do seu envolvimento no processo de integração na África Austral.

Importantes ações têm sido levadas a cabo, no âmbito da diplomacia pelos líderes moçambicanos, como foi o caso da mediação do conflito político em Madagascar, levada a cabo pelo antigo Presidente Moçambicano, Joaquim Chissano, através do mandato da SADC. O antigo estadista moçambicano foi incumbido de mediar o conflito político em Madagascar, que emergiu quando Andry Rajoelina afastou o incumbente Marc Ravalomanana num golpe em 2009. Esta ação, que resultou na suspensão de Madagascar da UA e da SADC por uma mudança inconstitucional do governo, caiu dentro do mandato da SADC para o resolver. Apesar da pesada natureza do processo de mediação, os esforços de Chissano foram louváveis.

Entretanto, a crise política em Madagascar foi gerida de forma adequada pela SADC, levando paulatinamente os principais e legítimos interessados à mesa de negociações numa abordagem win-win, que só poderia beneficiar a todos os cidadãos Malgaxes, contrariamente às abordagens militaristas que a crise estava conhecendo aquando da sua eclosão e em determinados momentos do seu decurso. Esta crise encontra-se atualmente resolvida e a legalidade constitucional foi resposta em Madagascar graças ao empenho e dedicação da SADC e do mediador indicado por esta organização, Joaquim Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique.

Os esforços de mediação do antigo Presidente de Moçambique foram igualmente reconhecidos em 2012, quando recebeu o mandato para mediar uma disputa fronteiriça entre o Malauí e a Tanzânia. Os dois Estados membros da SADC divergiam sobre a delimitação do Lago Malauí-Lago Niassa, uma disputa que ameaçava tomar contornos violentos. Porém, tudo indica que a disputa está sob controle, seguindo seus trâmites para uma resolução por meios pacíficos.

Segundo Lhalbahadur e Otto (2013), Moçambique envolveu-se ainda num compromisso que tem sido muito elogiado na região. Trata-se do triângulo de crescimento Zâmbia – Malauí – Moçambique (ZMM-GT)²¹, uma iniciativa trilateral visando promover o comércio e investimento nos três países vizinhos através do aproveitamento da dotação de recursos através da participação do setor privado e da criação de infraestruturas desenvolvidas.

Consoante Lhalbahadur e Otto (2013), o ZMM-GT pretende fortalecer as capacidades dos pequenos produtores e expandir seu Mercado potencial para a promoção de atividades do comércio, produção e investimentos nas cadeias de valor através das fronteiras. De acordo com estes autores o projeto tem ambições amplas para harmonizar o comércio e políticas internacionais, ao mesmo tempo que também presta atenção a assuntos de vistos, residências e segurança, entretanto tem dificuldades para obter apoio financeiro.

Lhalbahadur e Otto (2013) afirmam também, que Moçambique embarcou de forma bem-sucedida num acordo trilateral de cooperação em segurança com a Tanzânia e África do Sul sob os auspícios da SADC, para conter a ameaça de pirataria ao longo da sua vasta costa. Dado que a atividade marítima irá aumentar quando os vários corredores de desenvolvimento se tornarem plenamente operacionais, há preocupações de que a pirataria poderá recrudescer na região. No entanto, de acordo com estes autores, embora haja preocupações de que as medidas postas em prática sejam insuficientes (apenas uma fragata sul-africana para patrulhar a costa), há um acordo geral de que a cooperação entre os três países está funcionando bem.

Considerações finais

Torna-se evidente que Moçambique tem desempenhado, ao longo do tempo, um papel de grande relevo no processo de integração regional na África Austral. Este papel ganhou importância particular durante vigência dos regimes minoritários na região, para cujo derrube Moçambique se empenhou de forma abnegada. O apoio concedido aos movimentos de libertação, no contexto da Organização dos Estados da Linha da Frente, a participação na criação da SADCC, como um dos principais atores na busca da redução da dependência regional em relação à África do Sul, e não só, bem como o seu envolvimento em diversas missões de busca de paz por meios pacíficos para a região são ações que colocam o país no pedestal dos esforços de promoção da integração regional na SADC.

²¹ Sigla do inglês, Zambia-Mozambique-Malawi Growth Triangle.

Este protagonismo na promoção da cooperação regional foi um fator adicional na colocação de Moçambique como um dos principais inimigos dos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul, tendo criado enormes custos para este país. No entanto, a posição geoestratégica de Moçambique, servindo de porta de acesso ao mar dos países vizinhos como o Zimbábue, Malaui, Zâmbia e Suazilândia continua a ser um fator encorajador para o seu envolvimento nos esforços da integração regional.

Com efeito, a existência de importantes portos em Maputo, Beira e Nacala, bem como a existência de uma infraestrutura de transportes e comunicações orientada para a prestação de serviços faz de Moçambique um beneficiário potencial dos esforços de integração regional. Esforços de cooperação estão, também, sendo levados a cabo com outros países da região como é o caso do Botswana, país interessado Numa parceria para a construção de um porto de águas profundas em Techobanine, na província de Maputo.

De recordar que os esforços da SADCC na restauração da rede de transportes existentes em Moçambique foi considerado um pilar nos esforços para o estabelecimento de ligações que poderão concorrer para a facilitação do comércio intra-regional e internacional. No âmbito da sua política externa na região, o restabelecimento de relações com a África do Sul, que estavam bastante condicionadas pela vigência da política de *apartheid* naquele país, constituiu uma das prioridades da política externa de Moçambique no período pós-guerra civil e após a implantação, naquele país, de um regime de maioria democraticamente eleito em 1994.

Antigos aliados desde os tempos de exílio na Tanzânia, a FRELIMO e o CNA encontraram ambiente propício para o fortalecimento de suas relações de amizade e cooperação formal entre partidos no poder em Estados independentes e soberanos. Assim, a África do Sul democrática passou a ser o maior investidor regional e maior parceiro comercial de Moçambique na região.

A cooperação na área da segurança contra o crime transfronteiriço, consubstanciado no roubo de viaturas, tráfico de armas ligeiras e de drogas, caça furtiva e outros tipos de crime, constituem objeto das ações conjuntas que estão sendo levadas a cabo pelos dois países nesta matéria. Por outro lado, em cooperação com a Tanzânia no âmbito de um acordo tripartido, têm sido levadas a cabo ações de patrulhamento da costa marítima, visando proteger os países signatários das investidas de piratas do mar, dos imigrantes ilegais e de outros atores que possam atentar contra a soberania destes países da costa do Índico.

A política externa de Moçambique tem sido caracterizada por um grande protagonismo nos assuntos regionais, o que fez com que o país se

destacasse em várias etapas da integração regional. Apesar da política externa diversificada virada para a "procura de mais amigos e mais parcerias" a nível internacional, é na região da SADC e no continente africano que se localiza a maior parte das representações diplomáticas de Moçambique.

A integração regional constitui um dos principais pilares da política externa de Moçambique, de onde se espera tirar proveito das suas vantagens comparativas devidas à sua localização geoestratégica e a abundância de recursos naturais para além de ter uma grande capacidade de fornecer energia elétrica à maioria dos países da região através da Barragem de Cahora Bassa, a maior barragem hidrelétrica existente na região, que ainda se encontra subutilizada. O papel histórico desempenhado por este país na libertação dos países da região, que ainda se encontravam sob dominação de regimes minoritários, atribui-lhe um lugar de destaque na política regional.

Para além do desempenho de importantes papéis na gestão política da organização regional, Moçambique tem se empenhado no cumprimento de suas obrigações na SADC, organização de que é membro fundador e na qual se empenha com grande entusiasmo. No âmbito do Protocolo Comercial da SADC, que preconizava a criação de uma a Zona de Comércio Livre da África Austral em 2008, Moçambique foi exemplar no cumprimento dos calendários de desarmamento tarifário e na aprovação dos instrumentos legais visando a abertura do mercado nacional aos parceiros da região. Tem exercido mandatos de presidência das cúpulas da SADC e do Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança, tendo liderado iniciativas de fortalecimento ou de manutenção da paz em alguns Estados da região.

No âmbito da busca de mecanismos para a resolução pacífica de conflitos, para além do empenho demonstrado pelo Presidente Joaquim Chissano e que tiveram a sua continuação na presidência de Armando Guebuza, Moçambique envolveu-se entusiasticamente na procura de soluções para as crises políticas no Lesoto, Zimbábue, República Democrática do Congo, e Madagascar, também no conflito potencial que ameaçava eclodir entre o Malauí e a Tanzânia em disputa pelo Lago Malauí/Niassa. Este protagonismo tem sido igualmente evidente nas ações que estão sendo levadas cabo por Filipe Nyusi, presidente eleito em 2014, que tem igualmente se envolvido entusiasticamente nos assuntos da região através da sua ativa participação na SADC.

De referir ainda que Moçambique deu um importante contributo na SADC através do antigo Ministro das Finanças, Dr. Tomaz Salomão, que desempenhou, por dois mandatos, o cargo de Secretário-Geral desta organização. O envolvimento de funcionários superiores de Moçambique em tarefas técnicas e de direção de vários serviços e departamentos da SADC tem sido um fato recorrente e incontestável.

Apesar disso, torna-se necessário referir que nos últimos anos, Moçambique se tem mostrado cauteloso em relação à integração regional, tendo adiado a sua adesão à zona de comércio tripartido SADC-COMESA -EAC. A necessidade de uma avaliação mais cuidada dos benefícios a resultarem deste processo tripartido de integração regional tem sido apontada como o fator que determinou o adiamento da adesão de Moçambique a este acordo.

REFERÊNCIAS

- Abrahamsson, H. e Nilsson, A. 1994. Moçambique em Transição: um estudo da história do desenvolvimento durante o período de 1974-1992. Maputo: Padrigu/CEEI- ISRI.
- Christie, I. 1988. Machel of Mozambique. Harare: Zimbabwe.
- Davies, R. 1991. "Política Regional Sul-Africana nos anos 90: perspectivas para Mudança". In: Zacarias, A. (Ed.). Repensando estratégias sobre Moçambique e África Austral. Maputo: INFOTEN- ISRI.
- Erasmus, G. 2003. "The sustainable sharing of water in Southern Africa: Towards an integrated approach?" In: *Monitoring regional integration in Southern Africa*. Yearbook, v.3, p.81-93. Windhoek: Gamsberg Macmilan Publishers (Pty).
- Lhalbahadur, A. e Otto, L. 2013. Mozambique's foreign policy: pragmatic non-alignment as a tool for development. África do Sul: SAIIA.
- Mair, S. 2001. "EAC, ECOWAS and SADC: an inter-regional comparison." In: Hansohom, D. et al. (Ed.). *Monitoring regional integration in Southern Africa*. Yearbook, v. 1, p 9-39. Windhoek: Gamsberg Macmillan publishers (Pty).
- Matusse, R. 2002. África Austral: das migrações bantu à integração regional. Maputo: Imprensa Universitária.
- Moçambique. Ministério da Indústria e Comércio MIC. 2005. Estratégia de Moçambique para o processo de integração regional na SADC. Maputo.
- Mosca, J. 2005. Economia de Moçambique. Lisboa: Instituto Piaget.
- Muagerene, A. 2005. "SADC regional integration: assessing the role of Angola and Mozambique." In: Hansohom, D. et al. (Ed.). *Monotoring regional integration in Southern Africa*. Yearbook, v. 5, p. 67-82. Windhoek: NEPRU.

- Murapa, R. 2014. Regional Integration in Southern Africa. www.africa edu. vc@syscom.co.zw.
- Nsekela, J. A. (Ed.). 1981. Southern Africa: Towards economic liberation. Londres: Collings.
- Rotchild, D. 1997. *Managing Ethnic Conflict in África. Pressures and Incentives for Cooperation*. Washington, D.C.: Brooking Institution Press.
- Southern African Development Community SADC. 2006. "SADC Hoje", *Gaborone*, v. 9, n. 4. wwww.sardc.net/editorial/sadctoday/documents/portv9n4.pdf
- Trade and Law Centre TRALAC. Cross-border movement between Mozambique and SA no longer require Visas. http://www.tralac.org/scripts/

RESUMO

Neste artigo se pretende refletir sobre o papel de Moçambique na região da África Austral. Sem procurar fazer uma análise exaustiva do processo de integração na SADC, o artigo busca a compreensão do contributo de Moçambique no desenvolvimento político, econômico e social da região da SADC. As vantagens resultantes da sua localização geoestratégica e o seu comprometimento para com a causa da libertação dos países que se encontravam sob a dominação de regimes minoritários são fatores que colaboraram para o desempenho, de Moçambique, de um papel crucial nos desenvolvimentos ocorridos na região da África Austral.

PALAVRAS-CHAVE

Moçambique; Integração regional; África Austral.

Recebido em 25 de agosto de 2018. Aprovado em 9 de janeiro de 2019.

DETERMINANTES DE SECESSÕES BEM--SUCEDIDAS NA ÁFRICA PÓS-COLONIAL: O CASO DO SUDÃO DO SUL

Albano Agostinho Troco¹

Introdução

Em 9 de julho de 2011 um evento político excepcional teve lugar no continente africano: o nascimento de um novo Estado com o nome oficial de República do Sudão do Sul. O país se tornou o 54° Estado africano ao oficialmente se retirar da República do Sudão como resultado da gradual implementação do Acordo Geral de Paz (CPA²)³. A ascensão do Sudão do Sul ao status de Estado é um extraordinário desenvolvimento político na África pós-colonial, considerando o fato que – com a exceção da Eritreia em 1993 – nenhum outro movimento secessionista no continente teve sucesso, com o estabelecimento de novos Estados independentes.

A secessão do Sudão do Sul é ainda mais excepcional tendo em mente que as políticas da União Africana (UA) e sua antecessora, a Organização da União Africana (OUA), afirmam o caráter sacrossanto das fronteiras coloniais herdadas, e o fato de que a comunidade internacional prefere o *status quo* no tocante à emergência de novos Estados, tornando o reconhecimento de reivindicações secessionistas fora do contexto colonial um assunto extremamente delicado (McNamee 2012, 3).

Esse evento deu início a um intenso debate na literatura a respeito dos fatores que melhor explicam a partição do Sudão. Uma parte da academia sugere que fatores externos desempenham um papel fundamental

I Departamento de Estudos Políticos, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul. E-mail: albanotroco@gmail.com.

² Sigla do inglês, Comprehensive Peace Agreement.

³ O CPA foi um acordo assinado entre o Governo do Sudão e o Movimento/Exército Popular de Libertação do Sul (SPLA/M) em 2005, estabelecendo provisões para o exercício do direito de autodeterminação por meio de referendo nas províncias meridionais do Sudão.

na secessão do Sudão do Sul (Mamdani 2011; Medani 2012; Sterio 2013)⁴; enquanto outra defende que fatores domésticos são conclusivos na divisão do país (Huliaras 2012; Salman 2013; Christopher 2011)⁵.

Este estudo adota uma visão alternativa, propondo que tanto fatores externos quanto domésticos desempenharam um papel decisivo no sucesso da secessão do Sudão do Sul. O artigo se baseia na análise qualitativa de fontes secundárias de dados e é estruturado da seguinte forma: a primeira seção apresenta uma perspectiva teórica sobre a secessão; a segunda seção examina as causas dos conflitos secessionistas na África pós-colonial; a terceira seção analisa o processo de secessão do Sudão do Sul; a seção quatro apresenta os fatores que explicam o sucesso da secessão do Sudão do Sul.

Perspectivas teóricas sobre a secessão

Há pouco consenso entre os acadêmicos a respeito da definição de secessão⁶. Apesar disso, as diferentes definições de secessão compartilham o

⁴ Por exemplo, Mamdani (2011) afirma que "no caso do Sudão do Sul, o fator externo é o mais decisivo. Esse fator externo foi o 11/9 e, na sequência, a invasão norte-americana ao Afeganistão e Iraque". Essa visão foi complementada por Medani (2012, 290) que argumenta que "o acordo apoiado pelo Estados Unidos, essencialmente entre duas facções de elite do Norte e do Sul do Sudão, desempenhou um papel crucial na prevenção da reorganização de um Estado sudanês unificado". Isso vai ao encontro do apresentado por Milena Sterio (2013, 161), que defende que, "os grandes potências foram instrumentais em garantir que o Sudão do Sul permanecesse como parte do Sudão, e, então, ao longo da última década, os grandes potências desempenharam um papel dominante em abrir o caminho para a independência do Sudão do Sul".

⁵ Em particular, Huliaras (2012, 21) argumenta que "enquanto tanto fatores domésticos quanto externos explicam o inesperado resultado, fatores domésticos foram muito mais importantes do que os externos". Da mesma forma, Salman (2013, 345) defende que "a secessão do Sudão do Sul resultou da falha dos líderes políticos do norte do Sudão de lidar seriamente com as diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais do Sudão do Sul". A falha do governo central de tornar a "unidade do Sudão" atrativa para as pessoas do Sudão meridional no período provisório do CPA contribuiu para o voto massivo pela secessão do referendo de autodeterminação (Christopher 2011, 128).

⁶ Por exemplo, Anderson (2913, 344) inclui todos os casos de formação estatal resultantes do processo de descolonização. De acordo com essa visão, a vasta maioria das antigas colônias da África e Ásia seriam considerados casos de secessão. Crawford (1979, 247) estabelece os limites da secessão ao uso ou ameaça de uso de força pelos secessionistas, e oposição do Estado original. Sua definição reduz a secessão a alguns poucos casos, como Bangladesh. Para Bartkus (1999, 3), Kohen (2006, 1), e Pavikovic e Radan (2007, 1), secessão inclui apenas Estados constituídos fora do contexto colonial, com Bartkus destacando o papel do reconhecimento por outros Estados como um critério essencial para o status de Estado.

entendimento de que o conceito é próximo da ideia de se afastar ou se retirar (Anderson 2013, 345). Essa noção emana da etimologia da palavra, do verbo latino *secede*, que significa "se afastar" (Pavikovic e Radan 2007, 5). A partir dessa perspectiva, a secessão é comumente entendida como "a criação de uma nova entidade estatal independente através da separação de parte do território e população de um Estado existente" (Kohen 2006, 1).

Mais do que o acaso está envolvido no estudo analítico da secessão. Uma série de padrões pode com frequência ser discernida na análise de casos individuais. Nesse contexto, várias teorias foram construídas para explicar quando e porque secessões ou tentativas de secessão ocorrem. Essas teorias refletem o caráter multidisciplinar e interdisciplinar do assunto. Teorias da secessão foram categorizados em três grupos distintos: explanatórias, normativas e legais (Pavikovic e Radan 2011, 171). As teorias explanatórias da secessão exploram os aspectos sociais, políticos e econômicos que levam (ou causam) à secessão. As teorias normativas da secessão especulam a respeito das justificativas morais e éticas do fenômeno, enquanto as teorias legais ponderam o direito dos povos à autodeterminação contra a preservação com a integridade territorial dos Estados, com base em uma variedade de documentos legais como as Constituições nacionais e Resoluções das Nações Unidas.

Este artigo favorece teorias explanatórias da secessão, pois elas abordam fatores estruturais relevantes, como o contexto social, político e econômico no qual secessões ou tentativas de secessão ocorrem. O modelo de análise comparativa de Wood (1980) sobre a secessão é representativo desse grupo de teorias, que entendem o fenômeno como um processo dinâmico, ocorrendo em etapas sucessivas.

O modelo analítico inicia com a compreensão de que secessões não ocorrem em um vácuo. Demografia, geografia e história desempenham um papel decisivo em projetos separatistas, já que o desejo para criar uma nova, independente entidade política soberana pressupõe a existência de um grupo populacional unido por identidades primordiais ou outros elementos de agregação, habitando um território específico, e vivenciando um sentimento de marginalização e frustração em relação ao Estado existente. Divergências não resolvidas levam à adoção de ideologias nacionalistas e a formação de organizações secessionistas, buscando defender os interesses do grupo. A falha do governo central em suprimir os separatistas através de meios coercitivos, incluindo assimilação; ou acomodação através de reformas constitucionais e políticas com frequência levam à ocorrência de guerras abertas, em que as vantagens estratégicas e táticas dos beligerantes e o envolvimento externo são dois dos fatores que podem afetar decisivamente o resultado.

Finalmente, um processo de secessão só está completo e bem-sucedido quando os separatistas controlam um território e seu movimento se torna "institucionalizado em um novo governo, legítimo domesticamente e reconhecido externamente" (Wood 1980, 133). O reconhecimento por parte de outros Estados é importante nesse processo, já que uma entidade somente é tratada como Estado se o resto do mundo a reconhece como tal (Sterio 2009, 8). Nas palavras de Dugard e Raic (2006, 94), "o reconhecimento oferece o *imprimatur* da condição de Estado para entidades secessionistas".

As causas fundamentais da secessão na África

Conflitos secessionistas têm sido observados na África desde o início das independências nos anos 1960, com diversos países enfrentando rebeliões envolvendo grupos etno-linguísticos ou comunidades marginalizadas demandando separação territorial de Estados existentes com o objetivo de estabelecer nações independentes. Essa lista inclui países como Angola (Cabinda), Comores (Anjouan e Mohedi), República Democrática do Congo (Katanga), Etiópia (Eritreia, Ogaden, e Oromia, Afar), Mali (Tuaregues), Nigéria (Biafra, Delta do Níger), Senegal (Casamance), Somália (Somalilândia) e Sudão (Sudão do Sul). A vasta maioria desses conflitos estão fundamentados na especificidade das fronteiras interestatais e problemas de governança.

Em geral, as fronteiras africanas foram demarcadas na Conferência de Berlim em 1884, e se mantêm virtualmente imutáveis desde então. Essas linhas são consideradas "artificiais e arbitrárias, com base em não corresponderem no que se acredita serem fronteiras demográficas, etnográficas e topográficas racionais" (Herbst 1989, 693), e pela sua "propensão a agrupar povos que historicamente viveram sob sistemas diferentes, quando não hostis" (Engelbert et al. 2001, 1093). Entretanto, os pais da independência africana decidiram manter as fronteiras herdadas do colonialismo, as transformando em fronteiras internacionais entre os emergentes Estados pós-independência (Hughes 2004, 834). O respeito pela integridade territorial das fronteiras herdadas da era colonial se tornou a posição oficial da OUA e sua sucessora, a UA. Essas fronteiras com frequência foram contestadas por diferentes grupos nos Estados pós-coloniais.

Problemas de governança também estiveram no centro de conflitos secessionistas na África. De fato, as dinâmicas de marginalização levaram grupos a desafiar o Estado (Ylonen 2013, 131). A respeito disso, Ndulo (2013) nota, "a falha da governança leva grupos minoritários a acreditar que eles

não estão incluídos na administração dos assuntos do Estado". A frustração com o Estado com frequência leva à mobilização de acordo com identidades étnicas ou geográficas com a crença de que os direitos do grupo serão adequadamente protegidos em um território autogovernado. Similarmente, Bamfo (2012, 37) indica que as diferenças ideológicas e políticas entre uma região ou um grupo étnico e o governo central podem levar à emergência do sentimento separatista, que pode ou não se tornar uma guerra secessionista.

O processo de secessão do Sudão do Sul

A República do Sudão do Sul é um país sem saída para o mar situado na África Centro-Oriental, lindeiro a seis Estados soberanos: Etiópia ao leste, Quênia e Uganda ao sul, República Democrática do Congo ao sudoeste, República Central Africana ao oeste, e Sudão ao norte.

O Sudão do Sul possui uma população estimada em cerca de 11,5 milhões de habitantes, distribuídos em três grupos etno-linguísticos principais: nilóticos, nilo-camíticos e sudanicos (World Factbook 2014). Grupos nilóticos (compreendendo os Dinka, os Nuer e os Shilluk) constituem a maioria, com os Dinka sendo os mais numerosos, prósperos e politicamente influentes (Heraclides 1987, 216). O ambiente em que o povo do Sudão do Sul habita moldou seus padrões de vida com a maior parte dos grupos atuando como agricultores, agropecuaristas e pescadores sazonais sedentários. Em termos de religião, muitos Sul-sudaneses aderem a religiões locais, ao cristianismo e ao islamismo (Salman 2013, 346).

A história documentada do Sudão do Sul está intrinsecamente conectada à emergência do Sudão moderno, há quase dois séculos. Essa história se inicia com a expansão ao sul do regime setentrional Turco-Egípcio de Mohamed Ali Pasha em 1821, buscando marfim, escravos e a fonte da Bacia do Nilo (Salman 2013, 347). O regime Turco-Egípcio foi sucedido pelo regime Madista (1881-1898), que deu continuidade às práticas exploratórias de seus antecessores — como apresamento e comércio de escravos — contra as comunidades do Sul (Salman 2013, 347). Em 1899 forças Britânicas e Egípcias derrotaram o regime Madista, impondo sua autoridade sobre o Sudão, que se tornou uma colônia anglo-egípcia até 1947.

Durante o domínio anglo-egípcio, as regiões Norte e Sul do Sudão eram administradas como duas entidades separadas por meio da Política do

⁷ Entre 1899 e 1947 o Sudão foi oficialmente uma possessão egípcia administrada por funcionários britânicos em nome do Rei do Egito.

Sul. Essa provisão permitia o estabelecimento de diferentes regras administrativas, legais, religiosas e educacionais nas duas partes do país; fechamento das fronteiras e restrição do movimento entre as regiões por via de Decreto de Passaportes e Autorizações (Ali et al. 2005, 167). Nas palavras do Secretário Civil Britânico (citado em Johnson 2004, 11), "a administração do Sudão do Sul deveria ser elaborada em linhas 'Africanas', ao invés de 'Árabes', e o futuro do Sudão Meridional pode em última instância estar com os países da África Oriental Britânica, ao invés de com o Oriente Médio".

O estabelecimento da ordem colonial anglo-egípcia no Sudão exacerbou um hiato regional entre suas regiões Norte e Sul. Havia pouco investimento educacional no Sul e nenhuma iniciativa econômica foi tentada na região. O Sul era socialmente, economicamente e politicamente carente em relação ao Norte durante o período colonial (Wassara 2015, 64). Entretanto, a Política do Sul foi revertida em 1947 depois de o Ministério de Negócios Estrangeiros britânico ter decidido conceder independência às regiões Norte e Sul do Sudão como um país unificado. Essa tarefa foi concluída em 1ffl de janeiro de 1956.

Apesar das suas raízes pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais, as mais recentes manifestações de desavenças separatistas Sulistas resultam das políticas que levaram à independência do país, incluindo receios do Sul de dominação e colonização interna por parte do Norte no Sudão pós-colonial. As tensões entre os grupos regionais foram agravadas pela recusa do Norte de uma constituição federal bi-estatal, por políticas de "arabização" e "islamização", e pela sub-representação do Sul em estruturas governamentais, como resultado da "Política de sudanização" (Rogier 2005, 10).

Por exemplo, no início de 1952, representantes do Norte, que possuíam a maioria na Assembleia Legislativa, recusaram provisões no projeto de constituição do Sudão relacionadas a demandas por certas salvaguardas para o Sul. Entre elas estavam um Estado secular bi-federal e o apontamento de um ministro para assuntos sulistas, responsável pelo empoderamento social e econômicos do Sul (Oromo 2015, 70). Mais tarde naquele ano, os sulistas foram excluídos de discussões constitucionais cruciais a respeito do futuro do país, por não estarem organizados em partidos políticos. As conversas foram realizadas em Cairo e envolveram partidos políticos do Norte e as duas potências coloniais: Reino Unido e Egito (Wassara 2015, 64).

Além disso, o processo de "sudanização" (a substituição de funcionários do serviço civil estrangeiros por sudaneses) confirmou os receios do Sul de dominação pelo Norte, já que apenas seis dos oitocentos altos cargos na administração foram conferidos a sulistas (Heraclides 1987, 217). Os sulistas

também se queixaram de ser sub-representados no primeiro governo eleito: o gabinete incluía apenas três sudaneses do Sul, em postos inferiores do Estado, ao invés de plenos ministros; e apenas três dos quarenta e seis membros da Assembleia Constitucional foram sulistas (Salman 2013, 351).

Questões relacionadas à natureza do Estado pós-independência também contribuíram para alimentar as tensões entre os dois grupos etno-regionais. Ao Sudão foi conferida independência sob uma constituição temporária. A missão de definir o caráter do Estado pós-colonial foi deixada ao primeiro governo eleito. Dever-se-ia optar por um estado federal ou unitário, e entre uma constituição secular ou islâmica. Os sulistas preferiam o federalismo como uma forma de escapar à dominação do Norte, enquanto estes argumentavam que o federalismo era o primeiro passo rumo ao separatismo. Ao fim, o Sudão não se constituiu em um Estado federal secular, pois as ideias do Norte de um Estado unitário islâmico prevaleceram (Johnson 2004, 30).

Além disso, a elite política do Norte tinha a visão de que o Sul era culturalmente vazio e deveria ser preenchido com a cultura árabe-islâmica (Heraclides 1987, 218). Consequentemente, o governo militar do general Abbud promoveu uma política agressiva de islamização e arabização no Sul, com foco na educação: escolas missionárias foram colocadas sob controle do governo; o idioma arábico foi tornado o meio oficial de instrução; conversões ao islã foram encorajadas; e as atividades de missionários foram intensamente restritas, até serem finalmente expulsos em 1964 (Johnson 2004, 30).

Essa sequência de eventos e medidas incentivaram a elite política do Sudão do Sul a se engajar em oposição política e militar organizada contra o governo em Cartum. O processo se iniciou de fato em 1962, com a fundação da União Nacional Africana Sudanesa (SANU 8). Nos anos subsequentes, diversas organizações separatistas emergiram, sendo instrumentais na condução da luta sulista por independência, incluindo o Movimento de Libertação Sul-Sudanês (SSLM 9) estabelecido em 1971, e o Movimento/Exército Popular de Libertação do Sul (SPLA/M 10) em 1983. Essas organizações se opuseram militarmente a sucessivos governos em Cartum, em um conflito que durou quase cinco décadas e foi travado em duas fases: entre 1955 e 1972; e entre 1983 e 2002.

A primeira fase da guerra se iniciou em 18 de agosto de 1955, após oficiais sulistas do Corpo Equatorial, estacionado em Torit, se amotinarem

⁸ Sigla do inglês, Sudan African National Union.

⁹ Sigla do inglês, Southern Sudan Liberation Movement.

¹⁰ Sigla do inglês, Sudan People's Liberation Army/Movement.

por temor de serem desarmados e transferidos para o Norte. Insurreições similares no exército, polícia e serviços penitenciários eclodiram em todo Sul (Johnson 2011, 208). O Exército Sudanês suprimiu esses levantes, levando os sulistas sobreviventes a refugiarem-se em Uganda, onde eles estabeleceram campos militares e centros operacionais.

Tentativas de resolver o problema do Sul foram realizadas na Conferência Mesa Redonda em 1965. As partes beligerantes não alcançaram um consenso, resultando no escalonamento da guerra. Entre 1967 em 1972 a primeira guerra civil do Sudão internacionalizou-se como uma extensão dos conflitos do Oriente Médio e as políticas da Guerra Fria: o governo militar do general Jaafar Nimeiri se alinhou ao bloco árabe e aos Estados socialistas, recebendo substantivo auxílio militar do Egito, Líbia e União Soviética (Johnson 2011, 212); enquanto Israel desenvolveu uma rede de apoio financeiro e de treinamento para as guerrilhas sulistas e o SSLM em Uganda e na Etiópia (Rogier 2005, 11).

Esses eventos tiveram impactos significativos no desenvolvimento da guerra no Sul, já que a posição reforçada das forças guerrilheiras sulistas exigiu uma solução diplomática para o conflito. Nesse contexto, o governo sudanês e o SSLM negociaram um acordo de paz que foi assinado pelo presidente Nimeiri e Joseph Lagu em Adis Abeba em fevereiro de 1972. O acordo de Adis Abeba não apenas trouxe paz ao Sudão, mas também "garantiu status regional de autogoverno ao Sudão do Sul na República do Sudão" (Dersso 2013, 7). Entretanto, a autonomia regional do Sul acabou em 1983, depois de o regime de Nimeiri tomar uma série de decisões que equivaliam à revogação unilateral do Acordo de Adis Abeba, incluindo a abolição da região sulista, declaração do árabe como língua oficial no Sul, e imposição da lei da Sharia em todo território nacional (Rogier 2005, 16-17).

A segunda fase da guerra civil do Sudão se iniciou em 1983 com um motim de soldados sulistas no exército sudanês. A rebelião foi motivada pela "promoção por parte do Norte da lei islâmica, falhas na implementação do Acordo de Adis Abeba e a contínua marginalização do Sul" (Schafer 2007, 4). Esses motins constituíram o núcleo do SPLA, que recebeu auxílio externo do regime Dergue na Etiópia.

Em 1989, o SPLA conseguiu capturar todas as principais cidades do Sul, forçando negociações de paz com o governo de Sadiq al-Mahdi e exigindo o estabelecimento de um Estado secular. A Frente Islâmica Nacional do general Omar al-Bashir reagiu promovendo um golpe de Estado que removeu o governo de Sadiq al-Mahdi, suspendendo as negociações de paz. Em 1991 a guerra internacionalizou-se quando países vizinhos começaram

a se alinhar com as partes do conflito (Schafer 2007, 4). Por exemplo, com a intensificação das guerras civis na Etiópia, Cartum apoiou as forças revolucionárias (a Frente de Libertação do Povo Eritreu, a Frente de Libertação do Povo Tigré e a Frente de Libertação Oromo), enquanto a SPLA proveu apoio armado ao regime de Mengistu (Johnson 2011, 219).

A guerra prosseguiu intermitentemente até que foi encerrada por meios diplomáticos em 2002. As negociações se iniciaram com a assinatura do Protocolo Machakos em 20 de julho de 2002. O documento estabeleceu as bases do Acordo Geral de Paz (CPA), que foi assinado em 2005. O CPA comprometeu o SPLA e o governo em Cartum a trabalhar pela unidade do país "conferindo ao Sul a opção por um referendo de independência após um período provisório" (Johnson 2011, 221). Como resultado, em janeiro de 2011 o povo do Sul do Sul votou pela independência em relação ao Sudão, e em 9 de julho de 2011 o Sudão do Sul emergiu oficialmente como 54º Estado africano.

Explicando os determinantes da secessão bem-sucedida do Sudão do Sul

Deve ser reiterado que o Sudão do Sul obteve seu status de Estado em um modelo normativo internacional hostil em relação à emergência de novos Estados¹¹. A independência da Eritreia em 1993 ocorreu em meio a uma série de partições de Estados, desencadeada pelo colapso da União Soviética. A OUA/UA em particular manteve sua visão de secessão como a antítese do Estado africano. Assim, o feito eritreu foi considerado uma exceção à regra. Por exemplo, a reivindicação de status de Estado da Somalilândia permanece não resolvida, enquanto a saída de Anjouan e Mohéli de Comoreos em 1997 foi revertida após a imposição de pesadas sanções pela OUA. Além disso, o conflito Norte-Sul não terminou com uma vitória militar; ao invés disso ele foi resolvido diplomaticamente por meio do CPA.

Nesse contexto, é razoável explorar os determinantes da bem-sucedida ascensão do Sudão do Sul ao status de Estado. Essa sessão argumenta que

¹¹ Estados tendem a emergir em ondas, criando um contexto internacional favorável à admissão na comunidade global de nações. Por exemplo, diversas nações obtiveram o status de Estado através do processo de descolonização, quando impérios perderam suas possessões coloniais entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1970. Além disso, o colapso da Federação Iugoslava e da União Soviética no início dos anos 1990 criou mais de 20 novos países.

a partição do Sudão foi resultado de uma combinação de fatores domésticos e externos incluindo: as relações históricas antagônicas entre as regiões Norte e Sul do Sudão; a busca internacional por paz e estabilidade no Sudão; os impactos do 11 de setembro e da guerra ao terror no processo de paz sudanês; e as falhas na elaboração e implementação do AAP.

Relações históricas antagônicas entre as regiões Norte e Sul do Sudão

O primeiro fator determinante para a partição do Sudão é a historicamente inamistosa natureza das relações Norte-Sul. Antes da secessão sulista, o país era descrito como um "microcosmo" com uma divisão fundamental entre o Norte e o Sul (Heraclides 1987, 219). Foi relatado que "o Norte é, com algumas importantes exceções, arábico na fala, e seu povo é universalmente muçulmano" (Holt e Daly 1988, 3); enquanto o Sul é constituído por diversas comunidades, fenotipicamente associadas à África tropical e seguidoras de religiões locais, assim como do cristianismo (Dersso 2012, 6).

Por séculos, o Norte, centrado em Cartum, procurou expandir seu domínio à periferia do Sudão. Entretanto, os primeiros contatos entre as pessoas do Norte e os habitantes do Sul foram marcados por extrema hostilidade e brutalidade. Durante a Turkiyya (1820-1881) e a Mahdiyya (1881-1898), o Norte via o Sul como uma fonte de escravos, marfim, ouro e outros recursos naturais a ser pilhados em seu benefício (Johnson 2004, 7-9). Apesar de o governo colonial anglo-egípcio (1899-1956) ter interrompido o assalto ao povo do Sul, ele reforçou o hiato entre as duas regiões através da implantação de políticas administrativas e de desenvolvimento diferenciadas.

O legado da conquista pré-colonial, apresamento de escravos e pilhagem de recursos, assim como do desenvolvimento desigual durante o período colonial, influenciou as demandas do Sul do Sudão por salvaguardas especiais em um Sudão pós-colonial unido. Entretanto, no Sudão independente, o Norte consistentemente se recusou a levar a sério as demandas sulistas, por via do que Salman (2013, 345) denominou "uma série de promessas quebradas e oportunidades perdidas para solucionar o problema do Sudão do Sul". Nesse sentido, não seria um erro descrever o Sul como uma colônia interna entre 1956 e 1972 (Heraclides 1987, 217). A atitude do Norte em relação ao Sul comprova essa visão: sub-representação e exclusão das negociações que levaram à independência do país; participação desigual nos assuntos de Estado; rejeição das reivindicações por uma constituição federal; e assimilação forçada através de políticas de islamização e arabização.

Cartum reconheceu o direito dos povos do Sudão do Sul de desenvolver suas culturas em um Sudão unificado nos Acordos de Adis Abeba em 1972. Ao Sul do Sudão foi conferido um status de autogoverno regional sob a Constituição do Sudão de 1973 (Dersso 2012, 7). Entretanto, a revogação unilateral do acordo de paz por Nimeiri, a declaração de um Estado islâmico, instituição do árabe como língua oficial no Sul, e a imposição da lei das Sharia em todo território nacional somou-se à longa lista de promessas quebradas ao Sul. A tomada do governo pela Frente Nacional Islâmica (NIF¹²) do general Omar al-Bashir e Hassan al-Turabi em 1989 alienaram o Sul ainda mais. O regime considerava o conflito Norte-Sul, que durou até 2002, uma *Jihad*, uma guerra santa contra os "pagãos" do Sul (Rogier 2005, 21).

Essa longa história de violações dos processos democráticos, opressão socioeconômica, política e cultural, e marginalização, deixou claro para os mediadores locais, regionais e internacionais que a solução para o conflito Norte-Sul no Sudão era a aceitação das reivindicações de autodeterminação sulistas (Dersso 2012, 7).

Busca internacional por paz e estabilidade no Sudão

O sucesso da separação entre o Sudão do Sul e o Sudão foi também facilitado pelos esforços de numerosos atores externos em prol de uma solução diplomática para o conflito. Entre 1992 e 2001, países e organizações africanas (motivados por diversos interesses) lançaram numerosas iniciativas de paz: Nigéria (1992-1993), IGAD (1994-1997), e Egito e Líbia (1999-2001). Esse "engarrafamento de iniciativas de paz regionais" não apenas forneceu as fundações para o acordo final em 2005, mas também complicou a solução do longo conflito africano (Rogier 2005, 36).

Dois grandes eventos em 1991, a queda do regime de Mengistu na Etiópia – o maior apoiador externo do SPLA no momento – e a divisão do movimento entre as forças leais a John Garang e as leais a Riek Machar e Lam Akol, fragilizaram a posição militar do SPLA. Essa situação foi vista como uma oportunidade para encerrar o conflito na mesa de negociação, levando o presidente nigeriano Ibrahim Babangida a lançar a rodada de negociações de Abuja no início de 1992. Durante as negociações os sulistas reivindicaram o exercício da autodeterminação em um Sudão unificado, enquanto a NIF insistia na manutenção do Sudão como um Estado muçulmano. A iniciativa de paz de Abuja falhou como resultado das posições irreconciliáveis dos beligerantes (Johnson 2004, 174).

¹² Sigla do inglês, National Islamic Front.

Em 1994, os parceiros do Sudão na Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD¹³) lançaram uma iniciativa de paz regional para o país. Estados-membros da IGAD (Eritreia, Etiópia, Quênia, Uganda, Djibuti e Somália) estavam preocupados com os efeitos negativos da guerra nos países vizinhos. Esses incluíam o fluxo de refugiados e a consequente precarização da situação humanitária, perda de oportunidades econômicas, e a desestabilização política da região por parte do Sudão, devido a Cartum patrocinar grupos rebeldes através das fronteiras (Schafer 2007, 8). Em 19995, a IGAD introduziu uma Declaração de Princípios (DOP), propondo uma solução diplomática para o conflito, a unidade do país, pluralismo religioso e o direito de autodeterminação para o Sul por via de um referendo (Johnson 2004, 174). Infelizmente, o processo de paz da IGAD colapsou quando ao NIF abandonou as negociações em favor de soluções alternativas, que incluíam um processo de "paz a partir de dentro" com as pequenas facções dissidentes do SPLA. O processo de paz da IGAD continuou em 1997 depois de Cartum aceitar a DOP como base para discussões futuras (Schafer 2007, 5).

Similarmente, a Líbia e o Egito lançaram uma iniciativa de paz em 1999. Essa nova iniciativa ajudou a parar o processo de paz da IGAD. A iniciativa líbio-egípcia, que representava um ponto de vista árabe para o conflito, pretendia contrabalançar uma "percebida" dominação africana do processo de paz e a exclusão de um grande interessado árabe, o Egito¹⁴. Em 2001, a iniciativa havia chegado a uma proposta que "excluía toda referência à autodeterminação e ao secularismo, mas destacava a necessidade de preservar a unidade do Sudão e previa *inter alia* 'reconhecer a diversidade do Sudão', 'estabelecer um governo descentralizado', e 'formar um governo provisório'" (Rogier 2005, 42).

Em 2001, o processo de paz da IGAD foi revivido como resultado dos eventos políticos nos Estados Unidos: George W. Bush foi empossado presidente no início do ano, John Danforth foi apontado enviado especial ao Sudão em 6 de setembro, e, alguns dias depois, o mundo testemunhou os ataques terroristas de 11 de Setembro. As suas consequências "impactaram dramaticamente na relação bilateral entre os governos norte-americano e sudanês, assim criando um ambiente em que uma nova paz internacional veio à luz" (Rogier 2005, 45). Nesse sentido, os Estados Unidos, o Reino Unido, a Itália, a Holanda e a Noruega pressionaram por renovadas negociações, resultando na assinatura do protocolo Machakos em 2002. O protocolo

¹³ Sigla do inglês, Intergovernmental Authority for Peace.

¹⁴ Os interesses do Egito no Sudão incluíam o acesso às águas do Nilo e a contenção do fundamentalismo islâmico seguido pela NIF.

foi mediado por Quênia, sob os auspícios da IGAD, e constituiu as fundações para as negociações futuras, culminando na assinatura do Acordo Geral de Paz (CPA).

O CPA foi assinado entre o governo central do Sudão e o SPLA em Nairóbi em 9 de janeiro de 2005. De acordo com Dersso (2012, 7), "a assinatura do Amplo Acordo de Paz em 2005, que criou uma base democrática para uma paz sustentável, foi um evento importante para o Sudão e de fato para a África, e levou à conclusão uma das mais longas guerras civis africanas". A provisão central do CPA era o direito dos sulistas de conduzirem um referendo sobre sua autodeterminação após um período provisório de seis anos, em que o Norte e o Sul trabalhariam para tornar a unidade atrativa. Foi de acordo com essa cláusula que um referendo foi realizado entre 9 e 15 de janeiro de 2011. A maioria dos sulistas (aproximadamente 98%) votou pela independência, e ,após seis meses, a República do Sudão do Sul emergiu como o 54° Estado africano.

Os efeitos da Guerra ao Terror liderada pelos EUA sobre o processo de paz sudanês

A guerra ao terror liderada pelos Estados Unidos foi instrumental na partição do Sudão. Em particular, o clima pós-11 de setembro, que intensificou as crescentes preocupações securitárias norte-americanas em relação ao Sudão. Os ataques terroristas impactaram dramaticamente na relação bilateral entre Washington e Cartum, criando assim o ambiente em que o CPA foi assinado (Rogier 2005, 52). O raciocínio por trás dessa estratégia foi a percepção de Washington de que "a segurança dos próprios Estados Unidos está ligada ao resultado de conflitos como aquele do Sudão" (Young 2005, 104).

De uma perspectiva pós-Guerra Fria, os interesses securitários norteamericanos no Sudão se iniciaram com a ascensão ao poder do NIF em 1989. Os Estados Unidos expressaram grande preocupação com a adoção por parte do Sudão de uma política externa agressiva e islamista (Young 2005, 104), e seu comprometimento de "espalhar o renascimento islâmico pelos mundos árabes e africanos" (Medani 2012, 284). As relações de Washington com Cartum se tornaram abertamente antagônicas entre 1991 e 1993 como resultado de um número de ações e políticas perseguidas pelo governo sudanês, como: prover refúgio a terroristas, apoiar o Iraque durante a Guerra do Golfo, ampliar as relações com a República Islâmica do Irã, etc. (Rogier 2005, 46).

Em resposta, os Estados Unidos incluíram o Sudão em sua lista de Estados que apoiavam atos de terrorismo internacional em 1993 (Medani 2012, 284). Além disso, em novembro de 1996 os Estados Unidos ofereceram USD 20 milhões em material militar para os Estados próximos para proteção contra a agressão islâmica sudanesa. Um ano depois, os Estados Unidos impuseram sanções unilaterais contra o Sudão. Em agosto de 1998, os norte-americanos lançaram ataques de mísseis de cruzeiro contra plantas farmacêuticas em Cartum (Young 2005, 104). O Sudão permaneceu um Estado pária ao longo do mandato de Clinton, entre 1993 e 2000.

Os EUA retomaram o engajamento diplomático com Cartum sob o presidente George W. Bush. O contínuo interesse do governo Bush pelo Sudão foi influenciado pela pressão pública interna, a exploração de petróleo e o terrorismo (Rogier 2005, 51). Esses três parâmetros motivaram o envolvimento norte-americano no processo de paz. No início de 2000, os Estados Unidos iniciaram um diálogo com o Sudão a respeito de questões securitárias, posteriormente estabelecendo um escritório contraterrorismo em Cartum. Em maio de 2001, foi apontado um Coordenador Humanitário Especial para o Sudão, e, em 6 de setembro, o senador John Danforth foi apontado como enviado especial para o Sudão, com o mandato de mediar um acordo de paz.

Os eventos do 11 de Setembro fortaleceram as atividades norte-americanas em relação ao Sudão. Uma política externa mais proativa foi adotada para o antigo "Estado terrorista", estrategicamente localizado nas intersecções entre o Oriente Médio e a África Oriental. Os Estados Unidos tomaram um papel de liderança nos processos de paz, oferecendo incentivos e penalizações para as partes beligerantes. Foi requerido que o governo sudanês "cooperasse ativamente contra o terrorismo", enquanto o governo de Cartum respondia positivamente temendo "possível ação retaliatória norte-americana" ou integração internacional (Rogier 2005, 52).

Nesse sentido, Young (2005, 104) observa que "enquanto o engajamento norte-americano no Sudão se intensificava, a participação de países da região, exceto do Quênia, no processo de paz declinava e questões geopolíticas e securitárias mais amplas vinham à tona". Os EUA influenciaram no processo de paz sudanês através da IGAD e de uma troika de parceiros (Reino Unido, Holanda, Noruega, Itália, etc.). Esses atores negociaram a assinatura do Protocolo Machakos em 2002 e do CPA três anos depois.

Falhas na elaboração e implementação do CPA

Apesar de o CPA ter encerrado a guerra civil do Sudão, o acordo de paz incluía numerosas deficiências (tanto em termos de planejamento quanto de implementação), que contribuíram para o abandono da promessa

de um país unificado. O CPA era prejudicado por duas limitações principais: a estreita abordagem exclusivista do processo de paz; e a falta de credibilidade associada às eleições nacionais realizadas durante o período provisório em abril de 2010.

Em termos de planejamento, o CPA emergiu de uma abordagem exclusivista sobre processos de paz: um acordo bilateral entre duas partes anteriormente beligerantes, sem a participação de outros grupos político-militares e da sociedade civil. Nas palavras de Medani (2012, 288) o CPA foi "um acordo negociado entre elites étnicas e militares, mediado por partes externas, que aceitam uma forma mínima de participação da elite com o objetivo de obter estabilidade política enquanto se evita a oposição por outras forças da sociedade". As demandas de participação de outras forças políticas – como as Forças de Defesa do Sudão do Sul (SSDF¹5), a Aliança Democrática Nacional (NDA¹6), o Movimento pela Justiça e Igualdade (JEM¹7) – foram rejeitados pela IGAD e outros atores envolvidos em mediar o acordo de paz (Young 2005, 102).

De fato, o CPA instalou uma coalizão governamental entre o SPLA e o Partido do Congresso Nacional (NCP¹8) de al-Bashir; criando dois governos em um país; e estabelecendo uma divisão igualitária dos royalties de petróleo entre Cartum e Juba. A falha do SPLA em incorporar as demandas de outros grupos e regiões marginalizados trouxe ameaças à obtenção de paz e estabilidade sustentáveis no Sudão. Deve ser observado que quando o "engarrafamento de iniciativas de paz" começou, no início dos anos 1990, o conflito no Sudão já havia transcendido a divisão Norte-Sul (como reconhecido na visão do SPLA de um "Novo Sudão"). A erupção do conflito em Darfur em 2003 foi uma tentativa pelos insurgentes do Exército de Libertação do Sudão (SLA¹9) de ter suas vozes e queixas ouvidas, como as dos sulistas (Young 2005, 102).

Outra falha, desta vez relacionada à implementação do CPA, com relevância especial para o argumento sendo proposto (as falhas na natureza e execução do CPA contribuíram para a partição do Sudão) foi a falta de credibilidade do processo eleitoral realizado durante o período provisório entre 11 e 15 de abril de 2010. O processo foi marcado por manipulações e fraudes eleitorais desde o princípio (Medani 2012, 288). Tanto o SPLA quanto

¹⁵ Sigla do inglês, South Sudan Defense Force.

¹⁶ Sigla do inglês, National Democratic Alliance.

¹⁷ Sigla do inglês, Justice and Equality Movement.

¹⁸ Sigla do inglês, National Congress Party.

¹⁹ Sigla do inglês, Sudan Liberation Army.

o NCP de al-Bashir foram motivados por diferentes objetivos. Após a morte do líder pró-unidade John Garang em 2005, o SPLA passou a se concentrar em governar o Sul com o objetivo de criar as condições necessárias para um referendo bem-sucedido²⁰. O NCP, por outro lado, focou-se em manter o *status quo* no Norte.

Consequentemente, o SPLA e o regime de al-Bashir forjaram uma parceria estratégica para garantir que seus objetivos fossem atingidos. Isso levou Medani (2012, 289) a observar que "as eleições de abril de 2010 não foram apenas não representativas da sociedade sudanesa; seu propósito último era abrir caminho para o referendo do ano seguinte". Ao fim, ambos os partidos atingiram seus objetivos: o SPLA venceu as eleições no Sul com 93% dos votos, enquanto o Partido do Congresso Nacional (NCP) de al-Bashir manteve-se no poder no Norte com 68% dos votos, apesar de um boicote de todos os principais partidos de oposição.

Conclusão

O Sudão do Sul conquistou sua independência por meio do fenômeno político da secessão em um ambiente que era particularmente hostil à emergência de novos Estados. Este artigo argumentou que a partição do Sudão foi resultado da combinação de fatores domésticos e externos. Domesticamente, as relações históricas antagônicas entre as partes Norte e Sul do Sudão, assim como as falhas na elaboração e implementação do CPA, desempenharam um

²⁰ John Garang de Mabior liderou o SPLA/M desde sua fundação em 1983 até sua morte precoce em 30 de julho de 2005, na queda de um helicóptero no Sudão do Sul. Ele defendia a ideia da criação de um "Novo Sudão", uma entidade que "refletiria a diversidade da população e garantiria a todos os grupos acesso igualitário ao poder econômico e político" (Rogier 2005, 18). A visão de um "Novo Sudão" implicava o estabelecimento de um governo secular e representativo dentro das fronteiras de um Sudão unificado. Esse objetivo audacioso não apenas representava uma descontinuidade com a agenda secessionista da maioria das organizações sulistas, mas também requeria a derrubada do governo em Cartum. A visão de Garang do "Novo Sudão" foi bem recebida por outros grupos e regiões marginalizados no Sudão, animando a luta contra o governo em Cartum. Entretanto, ela também enfrentou forte oposição entre nacionalistas sulistas convictos dentro do seu próprio movimento e outras organizações sulistas que advogavam pela separação do Sul. No fim, a visão do "Novo Sudão" parece ter sido refletida no CPA, particularmente em sua provisão sobre a divisão de poder entre o Partido do Congresso Nacional (NCP) de al-Bashir e o SPLM de Garang, com o líder do NCP assumindo a presidência e o do SPLM a vice-presidência do Sudão. Já que Garang era altamente respeitado como comandante militar e líder carismático no Sul e no Sudão como um todo, foi frequentemente especulado que, não fosse sua prematura morte, sua visão de um "Novo Sudão" provavelmente teria influenciado no resultado do referendo.

papel importante. Externamente, o papel de atores estrangeiros na busca pela paz e estabilidade no país, assim como os impactos do 11 de setembro e da guerra ao terror no processo de paz sudanês, contribuíram para a independência do Sudão do Sul em 11 de julho de 2011.

Mesmo assim, a independência do Sudão do Sul não se traduziu em paz e estabilidade para o novo Estado. A trajetória pós-independência do país foi caracterizada por guerras sucessivas. Enfrentamentos militares com o Estado de origem (Sudão) irromperam em março de 2012, como resultado de disputas a respeito da demarcação das fronteiras e a divisão dos lucros da exploração do petróleo. Além disso, o país vive uma guerra civil desde dezembro de 2013. O conflito opõe forças leais ao presidente Salva Kiir e leais ao antigo vice-presidente Riek Machar. Essa situação levou ao aumento do sofrimento de um povo, que, em dado momento, se acreditou ter terminado seu tortuoso caminho rumo à paz.

A secessão bem-sucedida do Sudão do Sul provocou um renovado interesse acadêmico nos movimentos secessionistas latentes e ativos da África. Ficou claro que a secessão do Sudão do Sul não levou a um efeito dominó em movimentos similares no resto do continente. Apesar de haver alguns grupos separatistas operando na África, nenhum movimento parece possuir poder militar suficiente para forçar o governo central a aceitar suas demandas. A situação tende a permanecer inalterada, já que a União Africana não reformou a posição de sua antecessora a respeito do caráter sacrossanto das fronteiras africanas, e a comunidade internacional demonstra uma predileção pelo *status quo* no que se refere à emergência de novos Estados.

REFERÊNCIAS

- Anderson, Glen. 2013. "Secession in International Law and Relations: What Are We Talking About?". Loyola of Los Angeles International and Comparative Law review. V.7, n.1. 343-388.
- Ali, Ali. Elbadawi, Ibrahim and El-Batahani, Atta. 2005. "Sudan's Civil War: Why has it prevailed for so long?". Collier, Paul and Sambanis, Nicholas (eds). *Understanding Civil War: Evidence and Analysis*. Washington DC: The World Bank. 193-219.
- Bamfo, Napoleon. 2012. "The Menace of Secession in Africa and Why Governments Should Care: The Disparate Cases of Katanga, Biafra, South Sudan, and Azawad". Global Journal of Human Social Science Sociology Economics & Political Science. V.12. n.10. 37-48.

- Christopher, Anthony. 2011. "Secession and South Sudan: an African precedent for the future?". South African Geographical Journal. V.93. n.2. 125-132.
- Dersso, Solomon. 2012. "International Law and the Self-Determination of South Sudan". *Institute for Security Studies*. Paper 231.
- Doyle, Don (ed). 2010. Secession as an International Phenomenon: from America's Civil to Contemporary Separatist Movements. Georgia: University of Georgia Press.
- Dugard, John. and Raic, David. 2006. "The role of Recognition in the law and practice of secession". Kohen, Marcelo (ed). *Secession: International Law Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press. 94-136.
- Engelbert, Pierre. Tarango, Stacey and Carter, Matthew. 2002. "Dismemberment and Suffocation: A Contribution to the Debate on African Boundaries". *Comparative Political Studies*. V.35. n. 10. 1093-1118.
- Heraclides, Alexis. 1987. "Janus or Sisyphus? The Southern Problem of the Sudan". *The Journal of Modern African Studies*. V.25. n.2. 213-231.
- Herbst, Jeffrey. 1989. "The Creation and Maintenance of National Boundaries in Africa". *International Organization*. V.43. n.4. 673-692.
- Hughes, Arnold. 2004. "Decolonizing Africa: Colonial Boundaries and the Crisis of the (Non) Nation State". *Diplomacy & Statecraft*. V.15. n.4. 833-866.
- Huliaras, Asteris. 2012. "The unanticipated break-up of Sudan: causes and consequences of redrawing international boundaries". *Commonwealth & Comparative Politics*. V.50. n.3. 257-270.
- Johnson, Douglas. 2004. The Root Causes of Sudan's Civil Wars. Indiana: Indiana University Press.
- ______. 2012. "Twentieth-Century Civil Wars". Ryle, John. Willis, Justin. Baldo, Suliman. Jok, Jok. (eds). *The Sudan Handbook*. New York: Boydell & Brewer Ltd., 207-222.
- Kohen, Marcelo. 2006. *Secession: International Law Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McNamee, Terrence. 2012. "The first crack in Africa's map? Secession and Self-Determination after South Sudan". The Brentehurst Foundation. Discussion Paper 2012/01.
- Medani, Khalid. 2012. "The Horn of Africa in the shadow of the cold war: understanding the partition of Sudan from a regional perspective". *The Journal of North African Studies*. V.17. n.2. 275-294.

- Mamdani, Mahmood. 2014. "South Sudan: No Power-Sharing Without Reform". http://www.newvision.co.ug/news/652467-south-sudan-no-power-sharing-without-reform.html
- Ndulo, Muna. 2013. "Secession bids in Africa are a result of poor governance". http://www.bdlive.co.za/indepth/AfricanPerspective/2013/01/16/secession-bids-in-africa-are-a-result-of-poor-governance
- Oromo, Sirisio. 2015. "Sudan's first civil war for self-determination". Breketeab, Redie (ed). *Self-determination and Secession in Africa: The Post-colonial State*. New York: Routledge. 69-80.
- Pavkovi, Aleksandar and Radan, Peter. (eds) 2011. *The Ashgate Research Companion to Secession*. Farnham: Ashgate Publishing Company.
- ______. 2007. Creating New States: Theory and Practice of Secession. Hampshire: Ashgate Publishing Limited.
- Rogier, Emeric. 2005. "No More Hills Ahead? Sudan's Tortuous Ascent to the Heights of Peace". The Hague: Netherlands Institute of International relations.
- Salman, Salman. 2013. "South Sudan Road to Independence: Broken Promises and Lost opportunities". *Global Business & Development Law Journal*. V26. n.i. 343-414. Schafer, Leslie. 2007. "Negotiating the North/South conflict: Sudan's Comprehensive Peace Agreement". Pretoria: Institute for Security Studies. Paper 148.
- Sterio, Milena. 2013. The Right to Self-determination under International Law: "Selfistans", Secession and Great Powers. New York: Routledge.
- ______. 2009. "On the Right to external Self-determination: "Selfistans", Secession and the Great Powers' Rule". http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1337172.
- Wassara, Sanson. 2015. "Political history of Southern Sudan before Independence of Sudan". Breketeab, Redie. (ed). *Self-determination and Secession in Africa: The Post-colonial* State. New York: Routledge. 53-68.
- Wood, John. 1981. "Secession: A Comparative Analytical framework". Canadian Journal of Political Science. V.14. n.1. 107-134.
- Ylonen, Aleksi. 2013. "'The State and the Southern problem' in Sudan: Marginalisation, self-determination and secessionism". In.: Ndlovu-Gatsheni, Sabelo and Mhlanga, Brilliant. *The Bondage of Boundaries and identity Politics in Postcolonial Africa: The 'Northern Problem' and Ethno-Futures*, Pretoria: Africa Institute of South Africa. 130-147.
- Young, John. 2005. "Sudan: A Flawed Peace Process Leading to a Flawed Peace". Review of African Political Economy. V.32. n.103. 99-113.

RESUMO

Desde o início das independências africanas nos anos 1960, diversos países vivenciaram rebeliões envolvendo grupos etno-linguísticos ou comunidades marginalizadas, que exigem a partição territorial de Estados existentes com o objetivo de constituir nações novas e independentes. Apesar da alta incidência de conflitos secessionistas no continente, apenas dois casos conseguiram com sucesso estabelecer novos Estados na África pós-colonial: Eritreia, em 1993, e Sudão do Sul, em 2011. A fundação do Sudão do Sul ocorreu em um contexto continental e global hostil à emergência de novos Estados. O evento deu início a um intenso debate na literatura a respeito dos fatores que melhor explicam a partição do país. Uma parte da academia sugere que fatores domésticos são cruciais no processo, enquanto outra defende serem fatores externos os decisivos para a separação. Este estudo oferece uma nova perspectiva ao debate argumentando que uma combinação entre fatores domésticos e externos foi decisiva para o sucesso da luta secessionista do Sudão do Sul. O artigo se baseia na análise qualitativa de fontes secundárias e representa uma contribuição única ao debate sobre os determinantes para as secessões bem-sucedidas na África pós-colonial.

PALAVRAS-CHAVE

Secessão; Movimentos Secessionistas; Autodeterminação; Sudão do Sul; África Pós-Colonial.

Recebido em 29 de setembro de 2018. Aceito em 11 de janeiro de 2019.

Traduzido por Salvatore Gasparini Xerri.

DE AFROCUBANOS A CUBANOS NEGROS. AFRICANIDAD Y COLOR DE PIEL EN EL IMAGINARIO SOCIAL CUBANO

Zuleica Romay Guerra¹

El imperativo político que en la Conferencia Ciudadana contra el Racismo, la Xenofobia, la Intolerancia y la Discriminación Racial, celebrada en el año 2000 en Chile, incorporó el término "afrodescendiente" al vocabulario oficial internacional, fundó a su vez una controversia – no resuelta hasta hoy – sobre la pertinencia de tal término.

Para los que necesitaban una categoría de identificación-comunicación de y entre la diáspora africana en las Américas, una forma de exaltar y reconocer una historia común de desarraigo y dominación, la reivindicación del prefijo afro fue un modo de legitimar los procesos de construcción identitaria que la revolución haitiana inauguró. Para otros, emocionalmente conectados con una historia africana que encontró su curso emancipatorio en estas orillas del Atlántico, la propuesta llegaba demasiado tarde porque África, que era ya músculo y sangre, no necesitaba convertirse en piel.

De un modo u otro, la discusión sobre la justeza de anteponer nuestra ascendencia étnica a nuestro origen nacional, sugiere considerar cómo fueron construidas esas identidades y en qué contribuciones de las culturas africanas se reconocen hoy los negros cubanos, la mayor parte de los cuales acostumbran a asumirse como negros solo en segundo término. Así, la reticencia ante el uso cultural y político del vocablo "afrocubano" pudiera interpretarse como una marcha contrapuesta al discurso político emergente, o como un petulante viaje de regreso de la comunidad imaginada hacia la que muchos otros van.

La reflexión que proponemos presupone un repaso de la historia, porque el punto de partida fue el mismo para todos: guerras, cacerías, asechanzas

I Programa de Estudios sobre Afroamérica, Casa de las Américas, Habana, Cuba. E-mail: afroamerica@casa.cult.cu.

y emboscadas precedieron al trueque y la venta, el inhumano almacenamiento en las factorías de la costa, el embarque horroroso, en medio del oleaje y el terror de gente que nunca había visto el mar. Los miedos se multiplicaban con el traslado a otro almacén – el barco de esclavos – siempre en movimiento a pesar de los mareos, los vómitos, las muertes y el chapotear de cada uno sobre sus excrecencias y las de los demás. Lo que ocurrió, probablemente muy pocas veces, fue contado de manera espontánea, porque al ser humano le resulta difícil rememorar el horror. Hoy solo podemos imaginar lo sucedido a través de las novelas de Manuel Zapata Olivella, Toni Morrison, Alice Walker o Roberto Burgos Cantor.

Tal como apuntó Fernando Ortiz:

Los negreros, cuando trajeron a las Indias sus costosas piezas de ébano, no pudieron quitarles la savia que en ellos corría, no pudieron traer de sus esclavos solo sus cuerpos y no los espíritus. Los africanos trajeron consigo su cultura y trataron en su añoranza cruel de mantenerla y transmitirla a sus hijos" "Entre el tesoro folklórico que les era propio debían estar los cuentos, fábulas, leyendas, rapsodias, y cantos que contenían las hazañas de sus antepasados, las mitologías de sus creencias, las cosmogonías de sus filósofos, los ritos de sus cultos, los conjuros de sus hechiceros y los cuentos con los que las madres negras entretenían a sus hijos y les inculcaban las enseñanzas y consejos del saber popular (Cairo 2002).

En su análisis sobre la construcción de la identidad criolla, como fase temprana del proceso de formación nacional, el historiador Eduardo Torres Cuevas destaca que en Cuba, como en el resto del Caribe, la nueva comunidad hubo de integrar múltiples orígenes:

Del bozal, al criollo, al cubano; del español, al criollo, al cubano; del chino, al criollo, al cubano. Siempre el proceso es el mismo y el resultado, un nuevo arquetipo social que no se define por ninguna etnia – y asume de todas –; que interrelaciona elementos disímiles, pero siempre alterando su contenido original para originar una nueva calidad que no se encuentra en ninguno de sus componentes anteriores, que es resultado de una síntesis superadora producto no de una mezcla que conserva separados los ingredientes (Torres Cuevas 2006, I 16).

Visto en una perspectiva de larga duración, tal fue la manera en que el proceso transcurrió. No obstante, conviene no olvidar que, durante la colonia, los criollos de origen africano fueron designados como afrocubanos con mucha mayor frecuencia de la que se les reconoció como criollos negros, por-

que a los blancos nacidos en la isla interesaba monopolizar esa condición. Los integrantes de los estratos blancos pensaron "lo criollo" como una categoría social, económica y política que resultaría, con el paso del tiempo, un gentilicio social (Le Riverend y Venegas, 2005, 10-11). Mientras tanto, a la población negra, incluso aquella con estatus de libre, "[...] se le seguía definiendo por su herencia africana y se le asociaba con la esclavitud. La identidad racial se convertía cada vez más en el factor primario — aunque no el único — en la definición de la jerarquía en la sociedad cubana" (Childs 2012, 125).

Desde entonces, los descendientes de africanos somos parte de esa "otredad", construida con intencionalidad y alevosía por las eficaces herramientas del poder que nos dominó e inventó las palabras que nos describen y nos clasifican, definiciones y categorías que, como ha explicado el intelectual y activista venezolano Jesús "Chucho" García, buscan siempre el modo de prorrogarse:

[...] nosotros, ingenuamente, por ignorancia o simplemente por resignación, nos hemos conformado en la mayoría de los casos con la mirada del colonizador y neocolonizador, desde cualquier tribuna: la academia, la Iglesia, la intelectualidad inorgánica, el Estado, la política, y otros espacios que legitiman sus construcciones discursivas de la dominación sobre la base del racismo y la discriminación racial (García 2015, 213).

Durante el periodo colonial, el empleo cotidiano del vocablo afrocubano sirvió no sólo para designar a los nacidos en Cuba que ostentaban determinadas fisonomías; pero también, muchas veces, resultó suficiente para codificar una condición innoble, mientras tanto aludía a una cultura considerada primitiva, marginada y delincuencial. En los albores del siglo XX, la antropología criminal aún buscaba entre los afrocubanos al

[...] delincuente, estafador continuo, ladrón a menudo, violador y asesino en algunos casos, profanador de sepulcros cuando puede. Lujurioso hasta la más salvaje corrupción sexual, concubinario, polígamo, lascivo en las prácticas del culto y fuera de ellas y fomentador de la prostitución ajena (Quiza 1998, 233).

Numerables testimonios de personas ex esclavizadas dieron cuenta, en los siglos XIX y XX, de las estrategias autodidácticas de los oprimidos frente a un poder que les prohibía aprender a leer y escribir. De ahí que la educación y la cultura hayan sido las vías fundamentales de ascensión social de los descendientes de africanos. En la Cuba decimonónica, la Sociedad Amigos del País – institución fundada a finales del siglo XVIII por las elites

ilustradas con propósitos de instrucción y adelantamiento cultural –, proscribió en 1816 la práctica de que los niños pobres de sexos y colores diferentes compartieran el aula y desaconsejó que personas libres de color pudieran trabajar como maestros, aunque se "toleraba" el ejercicio de la profesión frente a niños de similar condición racial.

Para 1861, la proporción de niñas y niños negros matriculados en la enseñanza primaria había descendido de un 25% de la matrícula a un 3.7% (García Agüero 1937, 175). Sin embargo, las estadísticas censales de la primera década poscolonial cubana² reportaban que entre 1899 y 1907 los alfabetizados negros mayores de 10 años crecieron de 24 a 45%, siete puntos porcentuales por encima de los blancos de similar segmento poblacional; y los adolescentes entre 10 y 14 años que sabían leer y escribir casi igualaban el 70% alcanzado por sus pares blancos³. Aunque pueden hacerse muchas objeciones respecto a los alcances y grados de las oportunidades de ascenso social ofrecidas con el advenimiento de la república, resulta indiscutible que

[...] los afrocubanos las aprovecharon. De hecho, sus índices de escolaridad en la década del 20 fueron ligeramente superiores a los de los blancos. Según datos censales, en 1907 y 1919, las proporciones de asistencia escolar de negros/blancos fueron de 1.04 y 1.03, respectivamente (de la Fuente 2014, 184).

Desde el fin de la primera guerra de independencia cubana (1868-1878), la cual no trajo consigoa la independencia política de la isla ni la abolición de la esclavitud, los negros y mulatos habían librado grandes batallas por sus derechos civiles. Algunas de sus más importantes victorias fueron: la autorización de matrícula en las escuelas secundarias, las escuelas profesionales y la universidad (1878); el fin de la separación por colores en los libros parroquiales (1881); el acceso a los parques, jardines y paseos (1882);

² La segunda guerra de liberación contra España emprendida por los cubanos en el siglo XIX concluyó en 1898, después de tres años de cruentos enfrentamientos, con la intervención en la contienda del ejército de los Estado Unidos y la firma de un acuerdo de paz –el Tratado de París– del que fueron excluidos los representantes del Ejército Libertador cubano. El gobierno estadounidense funcionó como autoridad interventora entre 1899 y 1902. Durante ese periodo, una asamblea constituyente redactó el primer texto constitucional cubano, se convocó a elecciones y se instauró formalmente la república, el 20 de mayo de 1902. La constitución tenía, no obstante, una cláusula que permitía a los Estados Unidos intervenir militarmente en la isla si el gobierno de aquel país consideraba que sus intereses eran afectados de alguna forma. Hasta 1934 la república cubana funcionó más bien como un protectorado.

³ Ver: Report on the Census of Cuba, 1899. Office Director Census of Cuba. War Department; y Censo de la República de Cuba 1907, Oficina del Censo de los Estados Unidos, Washington, 1908.

la posibilidad de ocupar vagones de primera clase en los trenes (1887); y la facultad para utilizar el tratamiento de "don" y "doña" (1893).

Con la promulgación en 1878 de una Ley de Asociaciones, los negros y mulatos cubanos accedieron a un nuevo tipo de sociabilidad, que en las capas populares afianzó las redes solidarias, mantuvo las reelaboraciones de la cultura africana como razón y argamasa social, a la par que otorgaba un papel cada vez más importante a la construcción de ciudadanía. Ya en el siglo XX, los descendientes de africanos de mayor solvencia constituyeron sociedades y clubes en las que el estatus económico y, en algunos casos, la tonalidad de la piel, influían en las posibilidades de acceso a una u otra institución.

Resulta comprensible que, para muchas negras y negros cubanos, resultasen comportamientos distintivos de civilidad y progreso, expresarse correctamente en una lengua que sus abuelos no lograron dominar; imitar la etiqueta y costumbres europeas; rehuir la cercanía estridente del tambor y el desenfreno de sus bailes; alisar sus cabellos; demonizar las religiones de sustrato africano; y fundar sociedades de instrucción y ayuda mutua donde no hubiese espacio para reminiscencias de tal índole.

No obstante, beneficiaría mucho a nuestro análisis no equiparar maquinalmente tales respuestas culturales con el mimetismo inherente al colonizado, con la expresión conductual de quien acepta y reverencia la cultura dominante aunque esta sea también la que inferioriza y oprime. Donde no hay diálogos ni intercambios la imitación es auto reconocimiento de la inferioridad, pero resulta aconsejable tener en cuenta que el mimetismo es también la primera etapa de todo proceso de reconstrucción cultural.

A Cuba los africanos arribaban por decenas de miles para hacer funcionar plantaciones y haciendas sin otro patrimonio que su cuerpo, su cultura y su memoria histórica, cuando la parte más joven y dinámica de la sociedad insular luchaba por adquirir autonomía económica, libertad política y perfil cultural propio. Se olvida con frecuencia que buena parte de ellos eran niños y adolescentes, si nos atenemos a las estadísticas que han compilado y revisado los estudiosos de la trata trasatlántica⁴. Mucho más dúctiles y abiertos a los diálogos e intercambios forzados por la convivencia, los esclavizados llegados masivamente a Cuba a partir de 1808 – cuando Inglaterra abolió la esclavitud y se dedicó a hostigar y perseguir la trata –, no pudieron hacer

⁴ Paul E. Lovejoy ("Los niños del Atlántico". Rina Cáceres Gómez (Ed.): *Del olvido a la memoria: África en tiempos de la esclavitud*. Oficina Regional de la UNESCO para Centroamérica y Panamá, San José, 2008, p. 50), asegura que en la citada fecha fueron desembarcados en las costas de América 2 340 088 esclavizados de los cuales 1 017 013 eran niños, el 43.46%. Para ello, cita estadísticas de David Eltis, Stephen Behrendt, David Richardson, y Manolo Florentino. "The Trans-Atlantic Slave Trade Database", versión revisada, 2007.

otra cosa que amalgamarse, fundirse, aportar sus esencias africanas a una naturaleza corporal, psicológica y cultural totalmente nueva.

Utilizado como sustantivo a veces denigrante, el vocablo "afrocubano" se tornó un adjetivo como resultado de una integración que enhebró amores, trabajos y luchas tremendas de los descendientes de africanos para dejar de ser prolongación de un etnos pretérito trasplantado a las Américas y autentificarse como cubanas y cubanos negros.

Los amores confirieron a las mujeres negras un lugar irreemplazable. Ellas amamantaban y criaban a los hijos de sus amos y con ellos iban forjando extrañas afinidades; les transmitían fábulas, leyendas y células rítmicas africanas en forma de canciones de cuna; creaban nuevos moldes fonéticos para la lengua castellana e implantaban en los niños — con sus particulares maneras de preparar los alimentos —, raíces gustativas no europeas. Pero por sobre todas las cosas, las mujeres negras, esclavizadas o libres, brindaban amor desinteresado, rendida complicidad y consentimientos excesivos.

Los trabajos tornaron imprescindibles a las mujeres y hombres negros. Sus brazos cortaban la caña y extraían sus jugos; sembraban y cosechaban el café; cuidaban de los animales; erigían fortines, palacetes y centros culturales; movían carruajes, distribuían agua y desbrozaban caminos; mostraban nuevas formas de hacer y disfrutar la música, de vestir y ornamentar el cuerpo. Donde quiera que las prácticas sociales expresaran la nueva y diferente constitución de las colonias americanas, allí estaban ellos, tornando realizables los proyectos, las necesidades y los deseos. Es la huella inolvidable de los presuntamente dominados la que creó las religiones afrocubanas, la música afrocolombiana, la cocina afrobrasileña, las danzas afro uruguayas y todas las prácticas sociales cuyos prefijos perdieron parte de su importancia, según aquellas adquirían credenciales nacionales.

En el caso de Cuba, esa construcción de lo nacional se robusteció con la participación de las personas negras en la política, cuyas más radicales expresiones fueron los palenques de cimarrones, las sublevaciones de esclavos y la masiva incorporación a un ejército popular que, en su última guerra, otorgó grados de general a 17 descendientes de africanos⁵.

⁵ El historiador cubano Francisco Pérez Guzmán en su libro Radiografía del Ejército Libertador (Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2005), identificó a los siguientes oficiales: con grado de Mayor General: Antonio Maceo Grajales, José Maceo Grajales, Agustín Cebreco Sánchez, Adolfo Flor Crombet Tejera, Pedro Díaz Molina, José Guillermo Moncada y Jesús Sablón Moreno, Rabí; con grado de General de División: Florencio Salcedo Torres, José González Planas, Juan Eligio Ducasse Reeve y Quintín Bandera Betancourt; y como Generales de Brigada: Juan Pablo Cebreco Sánchez, Dionisio Gil de la Rosa (dominicano de nacimiento), Alfonso Goulet Goulet, Prudencio Martínez Echeverría, Vidal Ducasse Reeve y Silverio Sánchez Figueras.

Otras silenciosas pero encarnizadas batallas – también políticas, en tanto confrontaban el sistema de dominación colonial – libraron las mujeres y los hombres negros de Cuba para tener familia, patria y derechos ciudadanos. Convertir la práctica social en fuente de derecho, abrir caminos hacia la libertad a través de la coartación y de estrategias de liberación progresiva mediante acuerdos diversos; aprender, contra viento y marea, a leer y escribir; cultivar los oficios de los que dependía el funcionamiento de la sociedad colonial; resanar, mediante los cabildos de nación, la cohesión social fragmentada por la esclavitud y aprovechar cada resquicio de libertad una vez decretada la abolición, les preparó para participar del debut republicano.

Creo entender a Michel Zeuske (2003, I 76) cuando afirma que "África es un invento cultural de América". Tras ese sueño partieron miles de afroamericanos, sobre todo desde los Estados Unidos, Brasil y varias islas del Caribe. El retorno – que alcanzó sus mayores volúmenes entre 1835 y 1842 por los aportes de los interceptados en el mar y luego emancipados –, escogió como sitios de entrada Lagos, Porto-Novo y otros puertos que hoy pertenecen a Nigeria occidental y las repúblicas de Benín, Togo y Ghana (Matory 2015, 61-62). Con el regreso a una tierra que era proyecto, pero también mito, se inició una era de intercambios entre África y América, que aún no han sido suficientemente estudiados, aunque a la larga tales diálogos resultaron influyentes en las prácticas productivas, el comercio, las religiones, la música, las artes visuales y el pensamiento social en ambos continentes.

Liberia, la colonia fundada en 1822 y en la que se intentó realizar la utopía del retorno, recibió decenas de miles de afroamericanos, entre mediados del siglo XIX y la primera década de la centuria siguiente. Sin embargo, los americo-liberianos, convencidos de la superioridad que les confería su cultura occidental, uso de la lengua inglesa y adhesión a la fe cristiana, ejercieron hegemonía cultural sobre los africanos indígenas, promovieron activamente el cristianismo y, conscientes de su posición privilegiada, mantuvieron

[...] un estricto control político sobre Liberia, limitando la participación política incluso de los africanos indígenas instruidos. Sólo a muy pocos de ellos se les otorgó el derecho al voto en pie de igualdad con los americo-liberianos (aunque éstos mismos podían ser analfabetos y pobres) (Akpan 1987, VII 279).

Con la implantación de la racionalidad occidental en la que fueron educados, los emigrados a Liberia reconstituyeron el patrón hegemónico de las viejas metrópolis. La África de la nostalgia, los sueños y los planes de retorno, de los semi humanos y retozones *orishas*, casi nunca estuvo allí; y

tampoco en las Américas, pese a los esfuerzos de la antropología culturalista del siglo XX, empeñada en rastrear "residuos" y "supervivencias" africanas entre nosotros, sin entender que estaban en construcción nuevas culturas que interpretaban, cuestionaban y negaban dialécticamente las multiplicidades culturales de África. La vida continuó a uno y otro lado del Atlántico, poniendo a prueba la utopía y el mito con modalidades diferentes de colonización, evangelización, dominio colonial, integración al capitalismo trasnacional y apertura a nuevas confrontaciones culturales.

En el caso de Cuba, la ideología nacionalista y el ideal de igualdad y fraternidad que convirtieron a una masa de insurrectos, integrada mayoritariamente por campesinos y descendientes de africanos, en un ejército popular capaz de desgastar hasta la falencia al ejército profesional español, fueron elementos ancilares de la república proclamada en 1902. Los descendientes de africanos conquistaron, con su sudor y su sangre, la condición de ciudadanos. Quizás por eso el negro criollo jamás pensó en ser sino cubano, como destacara en su momento Fernando Ortiz (Suárez 1996, 33).

En el ámbito cultural, el nuevo orden republicano debía materializar los proyectos modernizadores de las elites ilustradas, más al tanto de los logros económicos, científicos, y técnicos del joven imperio estadounidense, que del angustioso bregar del liberalismo español o los tormentosos reacomodos de las repúblicas sudamericanas, mientras la frustración del ideal de igualdad racial conformaba un nuevo escenario de lucha para los negros y mestizos cubanos.

Pese a los avances experimentados sobre la base de grandes esfuerzos personales y la activación de redes sociales y familiares, en los años veinte se habían acumulado las frustraciones suficientes, las prácticas políticas y los entrecruzamientos sociales necesarios para contribuir a un cambio; transformación que sería catalizada por la crisis del paradigma civilizatorio burgués que sobrevino tras la firma del Tratado de Versalles, una coyuntura que me gustaría caracterizar según un artículo del intelectual Gustavo Urrutia titulado "Hora afrocubana":

[...] cuando la Gran Guerra dejó destrozada el alma del mundo occidental, el negro acudió nuevamente a prestar a ese mismo mundo el auxilio de su robusta personalidad espiritual, esta vez por influjo de su arte como reactivo psicológico de los pueblos blancos, que pelearon unos contra otros con fiero salvajismo aniquilando hombres, culturas, y valores espirituales. Para rehacerse desde la médula psicológica, necesitaban esos pueblos una fortísima inyección de 'salvajismo culto'. Esta generosa inyección de 'cultura salvaje' la prodigó el negro vertiendo de improviso el tesoro de su arte en el ámbito extenuado de

la civilización occidental, las esencias dinámicas o elocuentes de sus bailes, sus coros, sus tambores, su literatura, su escultura, su risa, esa mágica risa negra... disolvente de todo empacho neurasténico (Urrutia 1935, 4).

En Cuba la tercera década del siglo XX constituyó el escenario temporal de encarnizadas luchas populares, protagonizadas por obreros y estudiantes sublevados contra la opresión de las transnacionales yanquis y sus mayordomos del patio, contradicciones que alcanzaron su clímax durante la llamada Revolución del 30⁶. En el terreno cultural se produjo también una enconada confrontación, entre la hispanidad empeñada en mantener su hegemonía y las nuevas formas y manifestaciones culturales de una sociedad que comenzaba a asumir su africanidad raigal y confrontaba el racismo inherente a la conciencia panhispánica que el otrora imperio colonial, trataba de restaurar.

En varios de nuestros países — Cuba, Brasil, Argentina y México, por citar unos pocos ejemplos —, muchos de los debates nacionalistas de la época se libraban en torno a la construcción simbólica y factual de la cultura autóctona. Tales discusiones mostraban ciertas similitudes en Cuba y Brasil en tanto sociedades profundamente marcadas por los rigores y excesos de la "Segunda Esclavitud". A propósito de ello, el intelectual argentino Octavio di Leo (2001, 49) afirma: "Durante la ajetreada década del '30, la 'cuestión racial' llegó a ocupar el centro del debate intelectual en Brasil", criterio que bien pudiera aplicarse a Cuba.

Por entonces, la isla era escenario de un movimiento cultural de carácter efímero y naturaleza contradictoria, pero imprescindible como sustrato y estación intermedia en el proceso de construcción nacional cubano: el afrocubanismo, corriente sobre la cual Alejo Carpentier escribió en 1946:

Así nació la tendencia afrocubanista, que durante más de diez años alimentaría poemas, novelas, estudios folklóricos y sociológicos. Tendencia que, en muchos casos, solo llegó a lo superficial y periférico, 'al negro bajo las palmeras ebrias de sol', pero que constituía un paso necesario para comprender mejor ciertos factores poéticos, musica-

⁶ Insurrección popular gestada desde que el gobernante de turno, Gerardo Machado Morales, creó en 1928 un mecanismo ilegítimo para prorrogar los poderes ejecutivo y legislativo del Estado cubano hasta 1935. Aunque no se produjo la unificación de las fuerzas revolucionarias ni alguno de los líderes descollara lo suficiente para conducir la rebeldía popular, la conjunción de acciones colectivas de resistencia y protesta llevadas a cabo en las calle por trabajadores, estudiantes y el pueblo en general, sobre todo desde finales de 1932, lograron derribar a la tiranía el 12 de agosto de 1933.

les, étnicos y sociales, que habían contribuido a darle una fisonomía propia a lo criollo (Carpentier 2012, 216).

Los encontrados puntos de vista de artistas e intelectuales de la época sobre la trascendencia de los aportes hispanos y africanos a la cultura cubana, se aprecian en toda su riqueza en las polémicas generadas por la introducción de células rítmicas africanas e instrumentos musicales de similar origen en las agrupaciones musicales de formato sinfónico — con alusiones más o menos directas a las innovaciones musicales de Amadeo Roldán y Alejandro García Caturla —, o en las peyorativas y conservadoras críticas de que fueron objeto *Motivos de son y Sóngoro cosongo*, los dos primeros poemarios de Nicolás Guillén en los que la lengua rebelde emuló al tambor y repuso a África en su trono.

A la altura de los años treinta, buena parte de los intelectuales negros y mestizos no empleaban ya el vocablo afrocubano y preferían – como Nicolás Guillén, Ángel César Pinto y Alberto Arredondo –, aludir a negras y negros cubanos, destacando las cualidades, esfuerzos y condiciones que habían permitido a una ínfima pero significativa minoría, emular los resultados de los blancos ilustrados. Es lo que recordaba Nicolás Guillén al periodista Raimundo Menocal, en la polémica desatada a propósito de un artículo en el que el publicista intentó argumentar la inferioridad de las personas negras:

¿Qué medios de instrucción tuvo el esclavo negro? ¿Cuáles tuvo el negro libre? Pero cada vez que los encontró, dio tipos como Manzano, Plácido, White, Brindis de Salas, los Maceo, Morúa, Juan Gualberto Gómez, en la colonia, y está dando ya, en la República, ejemplares cada vez más depurados de inteligencia, cultura y amor al trabajo y al progreso (Guillén 2002, I 67).

Por entonces, muchos comprendían que los africanos y sus descendientes no solo tuvieron una participación decisiva en el funcionamiento económico de la sociedad colonial cubana; como también resultaron irremplazables para la familia y el hogar, imprescindibles para la construcción de una nueva trama cultural y protagonistas sin discusión de las gestas anticoloniales del pueblo cubano.

Fueron estas influencias múltiples, ejercidas sobre una comunidad en pleno proceso de constitución de su tejido social, las que produjeron la indeseada pero irrevocable "africanización" de la cultura cubana. Esa historia y sus circunstancias marcaron los debates culturales de las décadas del treinta y el cuarenta, periodo en el que fragua definitivamente en Cuba un perfil humano que, siendo uno y muchos a la vez, expresaría uno de sus discursos nacionalistas más consistentes a través de expresiones culturales vernáculas.

Después de 1959, las radicales medidas sociales de la Revolución Cubana⁷ se acompañaron con una política cultural emancipadora y anticolonial que estimuló el surgimiento y desarrollo de decenas de agrupaciones musicales y danzarias especialmente dedicadas al rescate, conservación y enriquecimiento de los subvalorados aportes africanos, mientras museos e instituciones culturales diversas difundían las expresiones materiales y espirituales de similar origen, complementadas por los aportes de relevantes instituciones científicas, cientos de investigadores sociales y un número importante de casas editoriales (de la Hoz 2006).

Cuba fue el penúltimo país de las Américas en abolir la esclavitud, en 1886, y uno de los territorios con mayor peso demográfico africano hasta mediados del siglo XIX. Ello explica el potencial legitimador de una práctica política que a partir de 1959 tendió puentes hacia las culturas africanas y las contraculturas encarnadas en los Panteras Negras y Malcolm X. Su asumida africanidad se fortaleció, además, con los intercambios sostenidos con las repúblicas emergidas del proceso de descolonización, en las que cientos de miles de cubanos han salvado vidas, alfabetizado, combatido y construido viviendas y obras de infraestructura.

Vivir, trabajar y guerrear en tierras subsaharianas, permitió a cientos de miles de cubanos sustituir al África mitológica por la real, con todas sus complejidades y contradicciones. Tan formidable impacto restó legitimidad y evidenció, con el paso del tiempo, la incongruencia de otras políticas estatales, como la estigmatización de las religiones de sustrato africano y la conversión del "ateísmo científico" en sostén filosófico del sistema educacional y la militancia partidista en Cuba. La resolución que respecto al primer

⁷ Entre 1959 y 1961 tuvo lugar el desmontaje del modo de vida y la institucionalidad que caracterizaron a la república burguesa neocolonial cubana. La Ley de Reforma Agraria, distribuyó la tierra que estaba en manos de los capitalistas nacionales y extranjeros, eliminó el pago de rentas que afectaba al 85% de los campesinos y aumentó su poder adquisitivo. En marzo de 1959 se ejecutó la rebaja de las tarifas telefónicas y pocos días después se rebajaron entre 30% y un 50%. En agosto, se redujeron las tarifas eléctricas con un impacto económico similar al provocado por la disminución, en la misma fecha, de los precios de un amplio catálogo de medicamentos. Entre 1959 y 1961 se generaron decenas de miles de puestos de trabajo y los salarios de los trabajadores crecieron entre 30% y 40%. En diciembre de 1961, concluyó la Campaña de Alfabetización durante la cual más de 700 000 personas aprendieron a leer y escribir.

tema adoptó el IV Congreso del Partido Comunista, en octubre de 1991⁸, contribuyó a finiquitar lo que el fraile dominico Frei Betto calificó como "un partido confesional, en la medida en que es un partido ateo que proclama la no existencia de Dios" (Betto 1985, 227).

Probablemente sea cierto que la mayoría de los cubanos no están preparados, sicológica ni culturalmente, para entender a África real. Valoré la enorme influencia que la europeizante tradición "occidental" tiene en las percepciones y respuestas instintivas de los cubanos durante mi primera y única visita a un país africano – Ghana –, tan inconmensurable desde el punto de vista cultural como cualquier otro de ese continente. Sin embargo, estas occidentalizadas prevenciones no resultan óbice para que los naturales de la isla – no importa cuán visible o no sea la negrura de su piel –, consideren a África referente afectivo, fuente de inspiración y argamasa idealizada que los hace sentirse parte de algo trascendente en el tiempo y el espacio.

Debido a la historia que he estudiado y vivido, me identifico plenamente con esa mayoría de mujeres y hombres que se sienten ante todo cubanos y ostentan una africanidad no requerida de prefijos. Personalmente, me siento primero cubana y después negra, y no a la inversa, porque he nacido y vivido en la Cuba revolucionaria, como me significó hace algún tiempo la historiadora y activista estadounidense Lisa Brock. Pero no puedo ni debo negar esa nueva y orgullosa manera que tienen algunos compatriotas de considerarse "afrocubanos". Lo asumo más como modo de ser que como cualidad intrínseca, persuadida de que la trasnacionalidad fundada por la trata esclavista comienza a revertir la inferiorización congénita y enfrenta con sus propios valores el discurso, siempre colonial y colonizante, de la racionalidad occidental.

Hace algún tiempo, en respuesta a un cuestionario que envié a varios amigos, uno de ellos respondió:

[...] un afrocubano es el negro y yo añado, mulato o blanco que se identifica con lo afrocubano, el hombre o mujer que tiene conciencia plena y se enorgullece de sus ancestros africanos, que se define como tal para subrayar su herencia africana y que ya no se deja definir como ser humano a partir de prejuicios eurocéntricos [...]9.

⁸ El cónclave partidista cubano, en su *Resolución sobre los Estatutos del Partido Comunista* ratificó su línea ideológica martiana, marxista y leninista, pero puso fin a la exclusión de los creyentes cuando, entre las modificaciones que debían ser adoptadas de inmediato, dispuso: "suprimir en la práctica de los procesos de crecimiento para el Partido cualquier interpretación de los actuales estatutos que entrañe negar a un revolucionario de vanguardia, en razón de sus creencias religiosas, el derecho a aspirar a ser admitido en el Partido".

⁹ Intercambio de correos de la autora con el investigador y activista social Tomás Fernández Robaina.

Me satisfizo una definición que nos integra a las luchas que millones de mujeres y hombres, descendientes de africanos, han librado durante casi medio milenio, siempre en condiciones desventajosas, sin otro escudo ni otra espada que sus culturas y su memoria histórica. Por ello creo que ha llegado la hora de deponer suspicacias y tecnicismos: seamos afrocubanos en la medida que haga falta, si ello aporta fuerza y luz al empeño de hacer de Cuba un país mejor.

REFERENCIAS

- Akpan, M. B. 1987. "Liberia y Etiopia, 1880-1914: la supervivencia de dos estados africanos", in: A. Adu Boahen (Dir.) *Historia General de África*. África bajo e! dominio colonial (1880-1935). Editorial Tecnos, S.A., Madrid, tomo VII.
- Betto, Frei. 1986. *Fidel y la religión*. Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado. La Habana.
- Cairo, Ana. 2002. "Nicolás Guillén y las polémicas sobre la cultura mulata". www.bnjm.cu/sitios/revista/2002/01-02/anacairo.html.
- Carpentier, Alejo. 2012. *La música en Cuba. Temas de la lira y el bongó*. La Habana, Ediciones Museo de la Música.
- Childs, Matt. 2012. La rebelión de Aponte. Editorial Oriente, Santiago de Cuba.
- Fuente, Alejandro de la. 2014. *Una nación para todos. Raza, desigualdad y política en Cuba 1900-2000*. Ediciones Imagen Contemporánea, La Habana.
- García, Jesús "Chucho". 2015. "Afroepistemología y caribeñidad". In.: Melquiceded Blandón Mena and Ramón E. Perea Ledos. *Debates sobre conflictos raciales y construcciones afrolibertarias*, Ediciones Poder Negro, Medellín.
- García Agüero, Salvador. 1937. "El negro en nuestra cultura". *Mediodía*, vol.2, n. 6, La Habana.
- Guillén, Nicolás. 2002. "Racismo y cubanidad". *Prosa de prisa (1929-1985)*. Ediciones Unión, La Habana, tomo, I.
- Hoz, Pedro de la. 2006. *África en la Revolución cubana*. Editorial Letras Cubanas, La Habana.
- Leo, Octavio di. 2001. El descubrimiento de África en Cuba y Brasil 1889-1969. Editorial Colibrí, Madrid.

- Le Riverend Brusone, Julio and Venegas Delgado, Germán. 2005. Estudios sobre el criollo. Editora Política, La Habana.
- Lovejoy, Paul E.: "Los niños del Atlántico". Rina Cáceres Gómez (Ed.): *Del olvido a la memoria: África en tiempos de la esclavitud.* Oficina Regional de la UNESCO para Centroamérica y Panamá, San José, 2008.
- Matory, Lorand J. 2015. Las religiones del Atlántico negro. Editorial Oriente, Santiago de Cuba.
- Menocal, Raimundo. 1936. "Africanismo e hispanismo". El Siglo.
- Pérez Guzmán, Francisco. 2005. *Radiografía del Ejército Libertador*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana.
- Quiza, Ricardo. 1998. "Fernando Ortiz y su 'hampa afrocubana'", in: José Antonio Piqueras (Ed.). *Diez nuevas miradas de historia de Cuba*. Publicacions de la Universitat Jaume I, Castelló de la Plana.
- Suárez, Norma (Comp.). 1996. Fernando Ortiz y la cubanidad. Fundación Fernando Ortiz y Ediciones Unión, La Habana.
- Torres Cuevas, Eduardo. 2006. *En busca de la cubanidad*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2 tomos.
- Urrutia, Gustavo. 1935. "Armonías: 'Hora afrocubana'". Diario de la Marina..
- Zeuske, Michel. 2003. "Ciudadanos 'sin otro apellido'. Nombres esclavos, marcadores raciales e identidades en la colonia y en la República", in: Portuondo Zúñiga, Olga and Zeuske Ludwig, Michael: *Ciudadanos de la nación*. Fritz Thyssen A y Siftung y Oficina del Conservador de la Ciudad, Santiago de Cuba, 2 tomos.

RESUMEN

El presente estudio busca esclarecer la tardía identidad africana por toda la América Latina y, más específicamente, en Cuba. Con una visión histórica, el artículo objetiva recobrar la formación de la identidad criolla, así que, descubre la génesis del término actual "afrocubano". Además, la historia colonial cubana está llena de una estructura social de racismo y segregación a los afrocubanos. Mismo tras la independencia en el fin de los años 1890, la estructura social racista se mantuvo por décadas – un legado de la esclavitud que perduró por siglos en la isla. La identidad africana durante el siglo XX, sin embargo, creció en importancia en Cuba conforme el número de políticos afrodescendientes creció de misma forma en el parlamento. Pero, en síntesis, el artículo tiene como objetivo central encontrar la identidad cultural del pueblo cubano, si este se identifica apenas como cubano, o afrocubano, o, tal vez, primer como cubano y después como afrodescendiente, o mismo el contrario.

PALABRAS-CLAVE

Afrocubano; Identidad Criolla; Cultura Paralela; Segregación; Construcción de Identidad.

Recebido em 23 de junho de 2018. Aceito em 10 de janeiro de 2019.

IGUALDADE OU DESIGUALDADE DE GÊNERO NA ÁFRICA? PENSAMENTO FEMINISTA AFRICANO

Ineildes Calheiro¹ Eduardo David Oliveira²

Introducão

Gostaria de começar no entendimento da forma científica que conduz esse trabalho: a "Análise Cognitiva". Sobre o termo, enquanto teoria e método, baseamo-nos na autora Teresinha Froes Burnharm (2012) quando em sua explicação compreende não ser somente um método pois, vai além da análise, por se conduzir no significado da transdutibilidade (transdução). Trata-se de um novo campo de conhecimento que evidencia a multirreferencialidade, o que outros autores criticamente denominam de "saberes de baixo", saberes do sujeito, bem como, sendo a crítica ao eurocentrismo, a negação da ciência monológica e da objetividade como forma legítima do fazer ciência.

A análise cognitiva transporta-se pela interdisciplinaridade, e, na qual, os mandatários do conhecimento somos nós mesmos e não os outros ocidentalmente autorizados. E, o seu meio eficaz que garante a troca de saberes é a difusão do conhecimento, como abertura da porta do saber no processo restrito e hierárquico de conhecimento no mundo global.

Nesse trabalho de abordagem teórico-metodológica, denominada análise cognitiva, foca-se nos pensamentos e teorias de autoras(es) africanas(os), centrando-se na delimitação do lugar, com destaque para a Nigéria, ressaltando as concepções de gênero na África: na primeira parte, Ifi Amadiume e Oyeronké Oyĕwúmí trazem epistemologias que apontam para um África igualitária nas

I Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Brasil. E-mail: ildafrica@yahoo.com.br.

² Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Brasil. E-mail: afroduda@gmail.com.

relações de gênero, num processo anterior à colonização; na segunda parte, Chimamanda Adichie e Paul Zeleza (este último, do Zimbábue) trazem em suas concepções, uma África desigual nas relações de gênero, sobretudo binária. Evidencia-se a descentralização da epistemologia hegemônica euro-americana, compreendendo o complexo debate concernente à relação de gênero na África.

O estudo se deu pelo intuito da autora de conhecer epistemologias africanas no contexto do gênero e feminismo. As discussões a partir da incursão (em 2017) no curso de "Gênero na África", após o ingresso no doutorado (em 2016) em "Filosofia Contemporânea e Filosofia africana", provocaram o desejo de conhecer outras epistemologias, bem como, de contribuir na difusão desse conhecimento.

A exclusão de gênero nas esferas de poder e o racismo de inteligência: um enfoque africano

A começar no entendimento sobre conhecimento em gênero no contexto africano, destacam-se as autoras africanas Patrícia Gomes (2015; 2017) e Ângela Sofia Benoliel Coutinho (2017) com estudos que destacam a produção do conhecimento na Guiné Bissau e Cabo Verde. Elas contextualizam a participação das primeiras mulheres no movimento que culminou com a libertação desses territórios, seu envolvimento com os partidos, PAIGC e PAICV³, e a formação da UDEMU (Organização das mulheres) e entre outras. Ambas as autoras contribuem com a visibilidade da participação das mulheres na luta da libertação nos citados países, como bem ressalta o assunto Patrícia Gomes em vários estudos.

Conforme Coutinho (2017)⁴, Guiné Bissau tornou-se independente em 1973 e Cabo Verde em 1975. A autora, analisando documentos e focando na história oral/entrevistas e em biografias, destaca algumas mulheres africanas participantes da história da libertação, dentre um contingente geral de mais de cinquenta mulheres; levanta suas trajetórias, origens, nacionalidades e, principalmente, aborda suas influências, destacando-se o silenciamento sobre suas participações e sobre a influência do sexo na libertação e na reforma da sociedade. Como possíveis razões para essa questão, a autora

³ PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, oficialmente fundado em Bissau em 1956 por cabo-verdianos e guineenses sob a liderança de Amílcar Cabral. Principal Partido: PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

⁴ O texto Intitulado "A participação das mulheres cabo-verdianas no movimento da Libertação Nacional de Cabo Verde e Guiné-Bissau, 1956-1974: as pioneiras" é originalmente em inglês, tradução nossa, mediante o curso já citado anteriormente.

descreve que o apagamento da história de protagonismo das mulheres é o mecanismo do androcentrismo, visando mantê-las no lugar de subserviência em relação aos homens. Dessa forma, a luta da Guiné-Bissau e Cabo Verde para a independência foi longa e complexa, havendo a significativa participação das mulheres.

Gomes (2015) assinala que o fim dos anos sessenta do século XX foi acompanhado por um crescente interesse de intelectuais africanos pela "redescoberta" do passado histórico do continente, pelas ideias de liberdade e de unidade. Descobriu-se que a emancipação das mulheres africanas estava condicionada substancial e formalmente de formas diferentes daquelas que as mulheres do mundo ocidental tinham experimentado ao longo dos anos. Conforme a autora, a Guiné Bissau, colonizada no século XX, tem um contexto econômico de um país agrícola já no contexto cultural é um dos poucos lugares da África onde resiste a sociedade matriarcal – poder político exercido pela mulher (monarca, chefe, rainha). Porém, devido ao legado da colonização, houve profundas mudanças e retrocessos no campo da liberdade.

Nesta conjuntura, a autora assinala que as primeiras informações escritas de Guiné-Bissau se deram entre 1961-1974. Foi somente nos anos 1980 que as teorias feministas africanas começam a entrar na história das publicações, já o campo do gênero e feminismo apareceram com força apenas nos anos 1990 na Guiné Bissau (Gomes 2015). A autora descreve sobre a importância do gênero como determinante para o rumo da ONU:

A categoria "gênero" começou por ser utilizada para indicar a construção social das diferenças e das desigualdades características das sociedades humanas, ocidentais e não só. O "gênero" foi sendo concebido como uma categoria política orientada no sentido da redefinição das relações de poder, público e privado, entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se transformava numa categoria epistemológica, de pesquisa, finalizada a refundar os processos de conhecimento (Gomes 2015, 169).

De acordo com a supracitada, do ponto de vista teórico, a partir dos anos 1980 no sentido da desconstrução nos estudos "pós-coloniais", em termos de gênero, sustentaram-se questões essenciais sobre a produção do conhecimento: quem o produz; em que condições sociais e políticas é formulado o discurso; e a quem se destina esse conhecimento. Nesse sentido, convém neste estudo introduzir a discussão da cabo-verdiana Crispina Almeida Gomes que relaciona estes fatores com um tipo específico de racismo – o de "inteligência".

Sendo uma das fundadoras da Organização das Mulheres de Cabo Verde e uma das que desempenhou vários cargos importantes, inclusive como deputada nacional durante anos, Crispina Gomes (2009), no seu livro intitulado "Mujer y poder: El caso de Cabo Verde", discute sobre feminismo, desigualdade de gênero e participação feminina nas esferas de poder em Cabo Verde, e recorda neste estudo que após a independência do país somente uma mulher foi deputada nacional. Cabo Verde – país do continente africano (África subsaariana) – foi colônia de Portugal desde o século XV e independente em 1975, por meio de uma complexa luta.

A supracitada aborda as causas que impedem a participação de mulheres nas instâncias de poder, bem como sua participação na política e em diversos setores de atividades do país em termos de igualdade com os homens. Através do método da oralidade/ história de vida, ela aponta a participação significativa de mulheres na luta pela independência. Iniciando o texto, a autora insere a sua experiência, contando a sua história de violência sofrida com o racismo. Ao tornar-se professora universitária em Cuba (em 1980), ela se deparou com a exclusão de gênero e o racismo na academia, assim detectando um tipo específico de racismo, denominado por ela de "Racismo de inteligência". Em outros termos, seria: o privilégio dos acadêmicos brancos (de ambos os sexos); o não direito as pessoas negras ao pensamento intelectual e a difusão do próprio conhecimento e de outras culturas; [AP5] e o veto a uma epistemologia dos "de baixo" (termo que nos apropriamos, utilizado por alguns autores, referindo-se a maioria da população pobre e a cultura popular).

Epistemologias africanas: gênero na África descentralizando o gênero global

Epistemologias Africanas revelam culturas complexas, como vêm discutindo feministas e autoras(es) de estudos de gênero na África. Considerando o vasto território, diversas etnias e culturas africanas, nessa análise cognitiva, abordo estudos de autoras nigerianas destacando as concepções de gênero na África.

⁵ O Texto original é escrito em espanhol, cuja tradução em português neste estudo é de nossa autoria, sob a responsabilidade da interpretação.

Síntese na concepção de Oyeronké Oyěwúmí

Iniciando esse debate de complexidade na cultura africana, destaco a autora africana, nigeriana, de Yorubá, Oyeronké Oyĕwúmí que traz a cultura Yoruba para o contexto do gênero e do feminismo. Oyĕwúmí (2004), no texto "Conceituando gênero", traz a complexidade cultural, descrevendo que "marido" e "esposa" na África não tem especificidade de gênero. Conforme a autora, nesta complexa cultura, homens podem ser esposas, bem como mulheres podem ser maridos. E, no texto sobre laços familiares ela aprofunda o assunto focando na família, e esclarece:

Em grande parte da África, "esposa" é apenas uma palavra de seis letras [...]. Ser esposa tende a funcionar mais como um papel, que como uma identidade [...]. Em toda a África, a categoria geralmente traduzida como *esposa* não é o gênero específico, mas simboliza relações de subordinação entre quaisquer duas pessoas (Oyěwúmí 2000, 04, grifos da autora).

Explicitando sobre a subordinação não ser exclusivamente de gênero, afirma a autora que em alguns lugares da África, na relação entre os sexos relacionada à família e ao casamento, a subordinação pode ser de qualquer sexo, a depender do pertencimento de descendência (matrilinear ou patrilinear) e não de gênero.

Oyěwúmí (2000) defende o reconhecimento de um conceito de gênero próprio e o reconhecimento das epistemologias africanas, formulando críticas aos fundamentos eurocêntricos nos conceitos feministas⁶. Ela nos conduz para o campo de discussão do etnocentrismo e epistemicídio, bem como, discute sobre os mecanismos ocidentais para a manutenção do conhecimento supostamente legítimo.

Partindo dos conceitos de laços familiares, a autora critica os estudos feministas ocidentais de família nuclear euro-americana, que, segundo ela, ignoram outros arranjos familiares, como por exemplo, as famílias e culturas africanas que não se pautam em gênero ou homem/mulher e/ou em binarismos baseados em sexo/corpo, mas na ancestralidade, idade e geração. Para ela, o discurso sobre a família está em toda parte, mas a questão preocupante é o uso generalizado da metáfora da família. Ela, então, questiona o feminismo ocidental: de que família estamos falando?

⁶ Crítica ao gênero global e mulher universal, questão realizada também no Brasil por Lélia Gonzalez, Raquel Barreto, Cláudia Pons Cardoso, entre outras.

Outro ponto ressaltado é a lacuna do conceito de gênero tido como universal, o que se assemelha a crítica da questão racial dos feminismos negros (norte-americano, latino americano, sobretudo brasileiro) sobre a invisibilidade da raça. Portanto, a autora inclina-se a desconstruir a ideia de família universal, apontada em estudos feministas euro-americanas como original e legítima, mas sem considerar, inclusive, raça e classe nas suas conceituações familiares (Oyěwúmí 2000; 2017).

Na obra clássica "La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género", a autora se inclina a discussão de gênero nos estudos africanos situando a questão da mulher como problema. Na visão ocidental, as mulheres estariam oprimidas pelo patriarcado em qualquer sociedade, no entanto, ela assinala que na sociedade Yorubá (na África) a categoria social "mulher", identificada anatomicamente e assumida como vítima em desvantagem social, não existe. Seu estudo trata de mostrar a ausência de gênero no antigo Oyó, assinalando que o tempo do gênero chegou nesta sociedade no período colonial.

Para ela, fora da África a interpretação sobre família é ocidental e tem a perspectiva patriarcal. Porém, considerando que este tipo de relação não é parte da cultura pré-colonial africana, ela vem se firmando a partir da colonização, conformando-se na modernidade como uma imposição de gênero na África, constituída a partir da linguagem de domínio da língua inglesa. Baseada em uma forte análise, em seu livro clássico Oyĕwúmí (2017) discute sobre a produção da história e a criação do gênero, abordando a chegada do gênero no período colonial, debate a colonização das mentes, dos corpos, e volta-se a explicitar sobre a tradução das culturas.

Crítica dos estudos de gênero e feminismos ocidentais, Oyĕwúmí aborda a biologia, o fundacionalismo e o determinismo biológico, reconhecendo os esforços de autoras ocidentais em conceituar gênero e sexo diferenciando-os, no entanto, segundo julga a autora, na vertente ocidental, sexo e gênero são indissociáveis, ou seja, ainda estão amarrados e interdependentes. Desta forma, em uma palavra a autora define gênero nos termos e compreensões ocidentais como "BIO-LÓGICA". Comparando com as culturas africanas no que tange a epistemologia, a autora afirma que o gênero na África não se fundamentou na biologia/sexo, mas no sistema de "Senioridad", isto é, comando, hierarquia de posição social, idade, geração e categoria social no contexto de liderança e respeitabilidade.

⁷ Originalmente publicada em língua inglesa, em 1997, e traduzido para o espanhol em 2017.

Síntese na concepção de Ifi Amadiume

Ifi Amadiume (2005) revisitando vários autores(as) como Adam Kuper, Cheikh Anta Diop e Mudimbe, coloca-nos a par da complexidade da cultura africana. No capítulo intitulado "Teorizando matriarcado na África: ideologias e sistemas de parentescos na África e na Europa" a autora faz a crítica à antropologia ocidental e à teoria do patriarcado na persistência do modelo europeu. Contrária a esta teoria, ela apresenta a existência do matriarcado, trazendo dados contemporâneos, intercalando entre o ontem e o hoje e discutindo sobre as mudanças culturais no território africano, sobretudo, destrutivas no processo cultural mediante a colonização, na medida em que essas formas complexas de estrutura familiar, contrárias aos padrões de família nuclear ocidental, se escasseiam.

Ainda são visíveis na África, comunidades que deixam rastros de culturas plurais, matriarcais, matrilineares, e, também, ambíguas nas relações de gênero. Numa comparação do feminismo global ou euro-americano com o africano são os diferentes significados de gênero no contexto da reprodução, família e casamento, em nada é similar a conjuntura teórica ocidental, na qual enterra a mulher na submissão pela reprodução.

Segundo assinala a autora, na cultura africana a reprodução aparece de outra forma, nos termos da linhagem, manutenção da ancestralidade, subjetividade com a questão do empoderamento, autonomia. Também no ponto político, o poder adquirido pela mulher também é concernente a reprodução – o ser mãe significa ser responsável pela manutenção de uma ancestralidade e lhes possibilita estratos de poder. Além disso, no casamento, no modelo de poligamia (muito comum na África), a posição ocupada pela mulher difere da ocidental e tem importância sociopolítica, econômica e cultural como, por exemplo, na função de prover alimentos, no sentido de providenciar e não necessariamente cozinhar.

A questão da perda do valor da mulher também aparece nessa conjuntura, quando, nota-se, que nessa complexa cultura o homem perde valor, pois não é nele que está a sobrevivência nem da mulher nem da família. Por outro lado, o sexo masculino ganha valor na infância, ao nascer, pois apenas o sexo masculino mantém o nome e carrega a responsabilidade da manutenção do clã e da coesão familiar (Amadiume 2005). É o sexo masculino que manterá a linhagem, embora não de forma relacionada a (suposta) virilidade, ou por portar um dos hormônios para a reprodução, mas pela forma que culturalmente adquiriu o poder de manter o clã, a ancestralidade.

⁸ Publicado originalmente em inglês, em obra de coletânea de artigos, com Tradução nossa.

Sobre a poligamia, conforme o estudo de Amadiume, na família poligâmica todos do grupo têm diferentes funções, e não é o homem o provedor; As mulheres, por sua vez, são responsáveis por diferentes papéis e não exclusivamente o serviço doméstico (este não tem o mesmo peso ocidental, apesar de também fazer parte), uma das funções das mulheres é o de prover a alimentação, questão que não é igual ao ocorrido no ocidente, pois a comida deve ser providenciada cotidianamente e produzida.

Vale considerar estudos africanos que, nesse ponto, diferem das autoras supracitadas, como, insiro a título de exemplo, os estudos de Fatime Samb (2017) e Eufémia Rocha (2017). Considerando a não generalização territorial, as autoras, que localizam-se em Senegal e Cabo Verde, respectivamente, colocam a função doméstica como dupla ocupação das mulheres que trabalham fora e são submetidas pelo casamento. Com um estudo de caso, Rocha (2017) descreve o casamento (monogâmico) delimitando o tipo de trabalho da mulher, causando interrupção à liberdade construída no viés socioeconômico e de classe, e por outro lado, devido ao trabalho de rabidância (comércio informal) a mulher africana muitas vezes aparece como mantenedora principal do lar.

A submissão das mulheres não é exclusividade do casamento monogâmico, acontece também na poligamia, sendo esta a força de modelagem da família no Senegal. A monogamia no Senegal, entra como opção com a nova lei da família, unificando diversas formas de legislação, em vigor desde 1972 (Samb 2017, 107). Através da literatura, discutindo religião e poligamia (interpretando romance), Samb aponta a divisão sexual do trabalho e as desigualdades sociais constituindo os elementos que desencadeiam as lutas das mulheres em favor da própria emancipação. No romance que avalia em seu estudo, destaca: "Mariama Bâ procura demonstrar as desigualdades de gênero existentes nas sociedades africanas, em que a maioria não questiona ou denuncia situações de opressão." (Samb 2017, 102).

Na poligamia convém o destaque da vertente que aponta a preferência do marido por uma das quatro mulheres (número total de mulheres a que os homens têm direito legal, sendo que a mulher não tem esse mesmo direito), e que tratando-as diferentemente, inclusive na base sentimental, ocorre a violência. Apesar da lei proibir tratamento desigual para com as mulheres na estrutura poligâmica, desconsideram a subjetividade e os processos inerentes à humanidade, como, por exemplo, o sentimento, evidenciando o machismo e despontando um tipo de masculinidade forçada por essa complexidade

⁹ A primeira discutindo sobre as Rabidâncias (comerciantes) em Cabo Verde e, a seguinte, sobre religião e Poligamia em Dakar, Senegal.

cultural. Em oposição, a descrição nas concepções de Amadiume e Oyěwúmi apontam que na Nigéria há igualdade com os homens e, muitas vezes, superioridade das mulheres, visto a relação de poder voltada para o clã – o nome, a linhagem familiar e não ao sexo, o corpo, afins de androcentrismo como no mundo ocidental.

Na complexidade nas formas de casamentos, há o casamento entre mulheres, outra modelagem de família no continente africano mencionado pelas autoras que Amadiume afirma denominar-se de mulher-mulher ou marido-fêmea. Sobre o assunto, é encontrado no Quênia, descrito por Wairimu Njambi e William O'Brien (2005), o texto intitulado "Casamento Mulher-Mulher: anotações sobre as mulheres Gikuyu". Fazendo a investigação do maior grupo étnico no Quênia, as(os) autoras(es) afirmam que são poucos os estudos sobre mulheres que casam com mulheres na África, mas apontam que existem e trazem estudos de casos e narrativas com as vozes dessas mulheres. Estes casos se apresentam como uma forma de cultura, inclusive referendados por instituições públicas e aconselhados por mulheres mais velhas da família, a fim de manter a linhagem e certa autonomia política do sexo.

Em ambos os estudos a relação "mulher-mulher" ou "marido-fêmea", tem como fim o empoderamento, companheirismo, afeto, economia e segurança social financeira, além da manutenção da ancestralidade viva, não sendo vista, explicada, nem discutida, na ótica da relação carnal/sexual, ou no contexto de homossexualidade. Em nosso entendimento merece essa ressalva, considerando que os conceitos sobre homossexualidade (orientação sexual) partem da relação homoafetiva e se explicam pela atração pelo mesmo sexo.

Homossexuais se sentem atraídos por pessoas do mesmo sexo, o que não se relaciona com sua identidade de gênero. Não se questionam quanto a sua identidade como homens ou mulheres e ao gênero que lhes foi atribuído quando nasceram, ao contrário das pessoas transexuais (Jesus 2012, 9).

Devido às lacunas metodológicas presentes nesses estudos que utilizam as narrativas/entrevistas, os quais não apresentaram as falas das interlocutoras sobre o assunto da "prática sexual" (sobretudo entre elas) ou sobre a atração, torna-se importante saber se nessa relação de casamento entre duas mulheres não ocorria esse fenômeno. Além disso, há outra questão: diante da nossa observação sobre este tipo de relação, esse tipo de casamento, apesar de pouco frequente, não é comumente aceito, pela nova geração e pelas novas imposições culturais via colonização. Sendo essas mulheres alvo de críticas, preconceitos e, às vezes, de violência (conforme destaca o texto analisado).

Destarte, fica evidente nas epistemologias africanas de gênero que esse tipo de relação/casamento ocorreu e ainda ocorre, não obstante tenha se tornado escasso na modernidade, haja vista o processo da colonização, no qual ocorreram mudanças culturais e a influência da religião ocidental, afetando, assim, a estrutura cultural africana e, principalmente, a modelagem da complexidade.

Para Amadiume (2005) e Oyĕwúmi (2000) existiu e existe matriarcado e matrilinearidade (em cujo patriarcado não tem a mesma força do matriarcado) essa última não causa estranhamento aos nativos. Neste vasto continente, patriarcado e monogamia são exclusivamente elementos dos discursos dos antropólogos ocidentais, que partem do pressuposto de um homem-pai-chefe de família e controlador em todo o universo. Segundo a autora, basta encontrar um caso, um homem chefe de família, para que deem centralidade a esta forma como padrão e escondam todo um grupo de mulheres que se encontram no comando do lar.

Controvérsias de gênero: entre igualdade e binarismo nas relações sexuais na África Pré e Pós-colonial

Apesar das abordagens das autoras descritas, há controvérsias no interior dos estudos africanos sobre as relações de gênero na África, como analisam Zeleza e Amadiume.

Síntese na concepção de Paul Zeleza

Paul Tiyambe Zeleza, originário do Zimbábue, no texto "Perspectivas de gênero na historiografia africana"¹⁰, no qual não encontramos conceito de gênero na África, o autor se baseia na definição de Joan Scott apontando o entendimento desse autor:

O gênero tem sido definido como a organização social e representação simbólica da diferença sexual em transformação. É o campo principal em que ou pelo que o poder é articulado e significado. Como conceito, o gênero oferece uma redefinição epistemológica do conhecimento histórico como construção em vez de reconstrução (Scott, 1988: capítulos 1 e 2). (Zeleza 2005, 225).

¹⁰ Texto original em inglês, com tradução nossa.

Em sua crítica, nos estudos historiográficos que ainda vigoram na África, sistematicamente, os historiadores descreveram temas relacionados com o desenvolvimento político, as guerras, e a celebração da vida e dos feitos de grandes homens (sexo masculino). Ou seja, nesses estudos são apresentadas visões predominantemente masculinas e sexistas, ocorrendo a invisibilidade das mulheres ou a sua sub-representação nas principais correntes de pensamento.

Se por um lado, nesse estudo o autor destaca que nas últimas duas décadas (1980/90) houve o aumento significativo na produção literária sobre mulheres africanas, do outro, assinala o androcentrismo na historiografia africana e a forma estereotipada das mulheres na literatura. Nas imagens avaliadas por Zeleza (2005), as mulheres são estereotipadas e oprimidas, aparecendo como reprodutoras, mães e esposas, e também em situação de vitimização, infantilização e sendo violentas e encarceradas. Há casos em que, elas sequer são mencionadas, bem como, aparecem seminuas, todavia, esta última categoria foi retirada em edições subsequentes.

Ele afirma que, referências nestas literaturas apontam relações de casamento, fertilidade, moralidade a partir das percepções dos missionários e ideologias coloniais, e de outro lado, infertilidade e prostituição. Poucos estudos são destinados ao protagonismo e as atividades políticas das mulheres, como encontrado em algumas referências que abordam as mulheres chefes em instituições locais, voltadas para o povo Yorubá e para os reinos Wolof e Serer (do atual Senegal), com o papel protagonista da rainha Amina, além disso, são poucas as referências a sistemas matrilineares e patrilineares. O autor nos informa sobre as revoluções Jihadistas (focando no protagonismo das mulheres) ocorridas entre os séculos XIX e XX e a famosa revolução das mulheres "Aba", de 1929, contudo, quase nada mencionada sobre o assunto na historiografia africana.

Seguindo sua análise, a divisão do trabalho é vista fortemente em dois contextos, em relação ao trabalho familiar e em relação ao comércio local, solapando o influente papel das mulheres na economia. Na sua compreensão o trabalho familiar tem formas complexas, na Era pré-colonial, as sociedades da África Ocidental distinguiam entre trabalho masculino e feminino, embora isso não seja uma divisão de tarefas rígida, o que segundo a crítica, nos estudos analisados por ele não é explorado.

Numa síntese da análise feita pelo autor, nos estudos historiográficos africanos persistem as mulheres retratadas como vítimas permanentes de uma aparente estrutura primordial de pobreza. Ponderando sobre raça, classe e etnicidade nos estudos investigados, Zeleza (2005) informa que são

inseridos como questões secundárias ou adicionais, com o vírus eurocêntrico afligindo tanto os estudos sobre mulheres quanto às ciências sociais em sua globalidade, mas que (adverte), estudiosos(as) africanos(as), incluindo as feministas, têm lutado vigorosamente contra o imperialismo intelectual, apesar das práticas etnocêntricas continuarem em vigor, sobretudo entre intelectuais feministas ocidentais. Vale considerar que a análise do autor não se delimita apenas à um território específico, mas às cinco regiões africanas, como assinala em sua metodologia.

Após a crítica à historiografia o supracitado fala da importância da restauração das mulheres africanas, e que, quando escrevem história de gênero, fazem numa espécie de história compensatória, de contribuição. Apesar do aumento dos estudos sobre a mulher na literatura, sob a responsabilidade de algumas áreas e especialidades, como as feministas, começam a examinar de forma mais sistemática o desenvolvimento e construção histórica da cultura, redes de solidariedade e espaços sociais autônomos das mulheres. Sobre a Era colonial, o mesmo aponta que não houve passividade, as mulheres desafiavam e tomavam iniciativa, ao contrário dos estudos anteriores, grande parte dos estudos atuais, no período pós-colonial, trazem clareza sobre esse assunto, apesar das tensões nas relações de gênero.

Zeleza (2005) critica a opressão e discriminação discutida e analisada apenas na sua relação com o colonialismo, sendo a história africana, na ótica do autor, política e elitista. Para ele, há uma conexão entre o passado pré-colonial e colonial não descrito nos estudos, como: a influência das sociedades muçulmanas nas mudanças culturais e de gênero; o desenvolvimento de exploração e opressão das mulheres nas estruturas poligâmicas, sendo elas as chaves privilegiadas para a função de descendência, apesar dos poderes políticos das mulheres, em termos práticos; o limitado acesso delas a instrução na colonização; o retrocesso de gênero com as conquistas e independências; homens combatentes na luta e mulheres provedoras de alimentos – sendo um processo considerado comum e não o contrário, de imposição e de inferiorização do sexo.

No entanto, as assertivas de não binarismos de gênero na África, apontadas por alguns autores(as) como alternativa que põe as mulheres e os papéis de gênero em termos de igualdade ou de complementaridade, caracterizando como equilíbrio harmonioso a África pré-colonial, na concepção deste último autor, é puro romantismo. Assim sendo, constata desigualdade entre os sexos e nas relações de gênero, com mudanças mais influentes nos séculos XIX e XX devido à colonização. Em suma, notamos que, entre um período e outro na cultura complexa africana, há binarismos de gênero paralelo à outras formas, sendo mais contundente na modernidade.

Síntese da concepção de Chimamanda Ngozi Adichie

A nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015; 2017) assinala a relação de gênero também como desigual entre os sexos nas culturas africanas e revela a superioridade masculina e o androcentrismo, embora entenda como uma questão que pode ser mudada pela educação, ou seja, trata-se de uma construção sociocultural. Através do seu estudo, nota-se a relação de gênero que vem sendo forte para a centralidade do sujeito masculino, androcentrismo e relações binárias.

O feminismo aparece como movimento novo no contexto africano, exclusivo entre grupos de mulheres. Inclusive, muitas dessas mulheres são atacadas como sendo não-mulheres, talvez, pela sua resistência às imposições de gênero, demarcando a naturalidade na desigualdade e o estranhamento à posição ou posicionamento de igualdade. A autora entende ser necessária uma educação feminista, a começar desde casa uma educação feminista das crianças (Adichie 2017). Vendo resultados positivos nos termos da fuga da submissão em relação a aquelas que aderem ao feminismo, a autora sugere o feminismo para todas as pessoas como uma estratégia de mudança eficaz nas relações de gênero em "Sejamos todos feministas" (Adichie 2015).

Nota-se em Chimamanda, uma autora que utiliza o método da experiência pessoal, destacando a biologia, o corpo, a educação, o casamento, as fases da vida com a infância e adolescência e o ser mulher. Neste contexto em "O segundo sexo"^{II}, indo para além do pressuposto de universalidade de gênero e de mulher global, relaciona o debate com etnias e outras culturas, cuja literatura atravessa fronteiras, trazendo para o campo do conhecimento outras formas de vida de mulheres negras africanas. Assim, no contexto nigeriano ela encontra binarismos, desigualdade de gênero, preconceito, machismo, misoginia no interior da categoria mulher, entre outras questões. Diante desta vasta problemática, ela luta pela igualdade de gênero (sem confundirmos com o gênero global e mulher universal), possível por meio da educação, ou seja, uma educação feminista.

Analisadas nestas duas obras (Adichie 2015; 2017), as mulheres africanas de Chimamanda são destituídas de pobreza apresentando: boa saúde, excelente educação e invejáveis tipos de trabalho, de moradia e de renda. Em suma, uma história de vida socialmente inclusiva. É o mundo de onde parte Chimamanda, cuja preocupação é a relação de gênero na África e a reconstrução do imaginário do que se entende no mundo sobre o que é ser mulher africana, é a história que se conta. Seguramente, a autora mostra que a

¹¹ Cuja autora centraliza seus estudos com mulheres brancas francesas, sem considerar outras categorias de mulheres e a questão étnico-racial e outras culturas.

mulher africana não é a mulher natural e designadamente pobre, deseducada e excluída, de corpo marcado por vírus e doenças causadas por razões étnicas.

Além disso, em suas obras é possível interpretar que se trata da perspectiva de possibilidade de igualdade de gênero e étnica, apesar das destacadas diferenças e binarismos nas relações entre os sexos e comportamentos diferenciados na infância, desde o processo intrauterino: é menina ou menino? Rosa para ela e se for ele, azul (Adichie 2017). Portanto, mediante suas concepções evidencia-se uma luta pelo reconhecimento das diversas etnias, das outras comunidades e da igualdade de valor cultural.

Considerações finais

Africanas(os) feministas e/ou autoras(es) de estudos de gênero na África apontam para pontos cruciais em seus estudos: a crítica às pesquisas ocidentais, estudos intencionais eurocêntricos, etnocentrismo na ciência, epistemologia hegemônica-monológica e, ao gênero e feminismo globais. Assim, conclamam por direitos epistemológicos e pelo reconhecimento de outras epistemologias, também assinalam como problemáticas os efeitos da colonização, imperialismo e imposição de valores euro-americanos, apresentando mudanças devastadoras do continente africano, nos campos econômico, político, cultural e entre outros (Oyĕwumi 2004).

Dentre os conceitos que poderíamos compreender como inerente aos problemas da cultura africana(negritude, raça e racismo), são poucos estudos focados nesses pensamentos, teoricamente escassos nessas discussões, ou seja, não apresentam centralidade, sobressaindo o conceito de etnia em lugar de raça. Contudo, aparece o conceito de racismo, mais fortemente em Oyĕwúmí e Chimamanda, e inclusive concernente ao campo do saber, como o racismo no caráter de inteligência (Gomes 2009).

Para Zeleza, raça, classe e etnicidade nos estudos africanos são inseridos como questões secundárias. Nesse sentido, o debate da interseccionalidade não aparece como liame para os avanços nas desigualdades sociais, nos estudos de gênero africano, o que entendemos como fator relacionado à crítica ao conceito de raça e a complexidade, no que tange ao fator economia política não centralizada no capitalismo, consequentemente, nas classes. Oyĕwúmí entende raça como elaboração ocidental, voltado para as hierarquias humanas.

Numa tentativa de, não necessariamente responder, mas, compreender a seguinte questão: igualdade ou desigualdade de gênero na África? Zeleza e Chimamanda encontram desigualdade entre os sexos em etnias africanas, enquanto que Oyĕwúmí e Amadiume encontram a igualdade. As duas últimas autoras trazem epistemologias apontando para uma África igualitária nas relações de gênero num processo anterior à colonização que ainda existe. Por outro lado, os dois primeiros autores, trazem uma África desigual nas relações de gênero, sobretudo binárias. Vale notar que dentre as mudanças socioculturais dos países africanos, as relações tensionadoras de gênero são crescentes.

A partir do método da análise cognitiva, apresentou-se forte a propensão a perda da originalidade e complexidade da cultura africana, a partir da colonização, com as(os) autoras(es) apresentando concepções subdivididas na vertente da igualdade de gênero na compreensão do período anterior à colonização; outras(os) autoras(es) da vertente da desigualdade entre os sexos, se destinam a discutir a África hoje e os rumos do processo cultural africano no pós-colonização. Diríamos que há uma luta visando a manutenção da raiz cultural por via teórica-epistemológica, e há, um uma linha de pensamento da desesperança, simbolicamente atestando a vitória dos colonizadores, apesar da vitória africana mediante a luta da libertação da colonização. Abreviando em dois termos: resistência X desesperança.

Apesar das divergências no campo de gênero, tais teorias combatem o etnocentrismo, epistemicídio e contribuem na descentralização do conhecimento euro-americano-hegemônicos, ratificando outras epistemologias complexas. Em todo caso, convém a reflexão que fazemos concernente à mulher africana na forma inscrita no imaginário ocidentalista, e logo, baseados em preconceitos, disseminadas como o grupo humano mais inferior entre as mulheres, "a outra da outra", de pobreza extrema, destituída de valor corporal e intelectual. As(os) autoras(es) africanas(os) revisitadas(os) nos levam a reconstruir esse imaginário, impelindo-nos a reformular o pensamento sobre as diferenças, outras culturas e epistemologias diversas.

Agradecemos à CAPES pela bolsa que possibilitou este ensaio.

REFERÊNCIAS

- Adichie, Chimamanda N. Sejamos todos feministas. Tradução Christina Baum. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. *Para educar crianças feministas*: um manisfesto. Tradução Denise Bottman. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Amadiume, Ifi. Theorizing Matriarchy in África: Kinship Ideologies and Systems in áfrica and Europe. In: Oyĕwùmí, O. (Org.). African gender studies: a reader. Hampshire: Palgrave Macmillan, p. 83-88, 2005.
- Burnham, Teresinha F. *Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem*: currículo, educação a distância e Gestão/Difusão do conhecimento. Teresinha Fróes Burnham e Coletivo de autores. Salvador: EDUFBA, 2012.
- Calheiro, Ineildes; Oliveira, Eduardo D. Olhar africano no tornar-se feminista: Por uma nova geração no mundo de Chimamanda. Revista Tabuleiro de Letras, PPGEL Salvador, Vol.: 11; nº. 02, p. 230-235, Dezembro, 2017.
- Coutinho, Angela S. B. The participation of cape verdean women in the national liberation movement of Cape Verde and Guinea-Bissau, 1956-1974: the pioneers. *Africa in the world*. Rosa Luxemburg Stiftung. West Africa, 02, 2017.
- Gomes, Crispina. *Mujer y poder*: el caso de Cabo Verde. Instituto Cubano DEL LIBRO, Editora de Ciencias Sociales, 2009.
- Gomes, Patrícia G. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. *Outros tempos,* vol. 12, n. 19, p. 168-189, 2015.
- ______. De emancipada a invisíveis: as mulheres guineenses na produção intelectual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. In: GOMES, Patrícia; FURTADO, Cláudio (Org.). Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero. Salvador: EDUFBA, p. 27-45, 2017.
- Jesus, Jaqueline, G. de. *Orientações sobre identidade de gênero*: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.
- Njambi, N. Wairimu; O'Brien, William. Revisiting "Woman-Woman marriage": Notes on Gikuyu Women. In: Oyĕwùmí, O. (Org.). *African gender studies*: a reader. Hampshire: Palgrave Macmillan, p.145-165, 2005.

- Oyěwùmí, Oyeronké. Laços familiares /ligações conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas. Tradução para uso didático: Aline Matos da Rocha. *Signs*: Feminisms at a Millennium. Summer, vol. 25, n. 4. 2000, p. 1093-1098. Disponível em> http://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/abel_kouvouama_-_pensar_a_pol%C3%ADtica_na_%C3%81frica.pdf
 - _____. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e os desafios das epistemologias africanas. Tradução para uso didático: Juliana Araújo Lopes. *CODESRIA Gender Series*. Dakar, vol. 1, p, 1-8, 2004.
- _____. La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Tradução de Alejandro Montelongo González. Bogotá, Colombia: Editorial: en La Frontera, 2017.
- Rocha, Eufémia V. Mobilidades e Gênero: deslocamentos e fronteiras na rabidância em Cabo Verde. In: Gomes, Patrícia; Furtado, Cláudio (Org.). Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero. Salvador: EDUFBA, p. 65-87, 2017.
- Samb, Fatime. Entre religião e Poligamia: uma leitura a partir do romance Une si longue lettre de Mariama Bâ. In: Gomes, Patrícia; Furtado, Cláudio (Org.). *Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico*: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero. Salvador: EDUFBA, p, 89-111, 2017.
- Zeleza, Paul T. Gender biases in African historiography. In: Oyewùmí, O. (Org.). *African gender studies*: a reader. Hampshire: Palgrave Macmillan, p, 207-232, 2005.

RESUMO

O estudo aborda a discussão de gênero e cultura na África, delimitando alguns territórios, contribuindo na descentralização das epistemologias ocidentais através da discussão de gênero na África sob o olhar de teóricas/os africanas/os. Com o objetivo de discutir sobre a cultura africana na perspectiva de gênero destituída da concepção ocidental, esse trabalho remete a pensamentos africanos, evidenciando epistemologias outras e, visando, por um lado, a descentralização do conhecimento hegemônico euro-americano e, por outro, a compreensão do complexo debate concernente a relação de gênero na África, focando a seguinte questão: Igualdade ou desigualdade de gênero neste território? Teórico-metodologicamente realizou-se uma Análise Cognitiva das concepções de autoras/es dos estudos de gênero africanos.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero na África; Análise Cognitiva; Difusão do Conhecimento.

Recebido em 5 de abril de 2018. Aceito em 23 de dezembro de 2018.

A EMBAIXADA DE DAOMÉ EM SALVADOR (1750): PROTOCOLOS DIPLOMÁTICOS E AFIRMAÇÃO POLÍTICA DE UM ESTADO EM EXPANSÃO NA ÁFRICA OCIDENTAL

José Rivair Macedo¹

Introdução

Nas últimas décadas, pesquisadores interessados pelo estudo das relações transatlânticas durante os séculos XVI-XIX têm aprofundado o debate sobre o papel dos africanos não apenas como cativos, mas como agentes e parceiros nos negócios que envolviam o comércio escravagista. O estudo das conexões econômicas, redes de comunicação e negociações políticas têm revelado aspectos novos do funcionamento do vasto sistema de relações transcontinentais e o papel dos contatos diplomáticos mostra-se um elemento essencial neste sentido.

A prática das negociações entre africanos e europeus era relativamente comum durante os séculos do Antigo Regime, na África ou na Europa. Mas não foram muitas as missões diplomáticas ocorridas em solo brasileiro. A primeira delas proveniente da África Ocidental teve início em 29/09/1750, quando emissários da Costa da Guiné foram recebidos pelo vice-rei do Estado do Brasil, em Salvador. O acontecimento, visto na época como inusitado, chamou a atenção do escritor José Freire Monterroio Mascarenhas (1670-1760), que o descreveu em pormenor no folheto intitulado "Relaçam da embayxada que o poderoso Rey de Angome Kiay Chiri Brocon, senhor dos dilatadíssimos sertões de Guiné mandou ao illustríssimo e excellentíssimo Senhor D. Luiz Peregrino de Ataíde, conde de Atouguia... pedindo a amizade, e aliança do muito Alto, e

I Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: jrivair@uol.com.br.

Poderoso Senhor Rei de Portugal, nosso senhor", publicado no ano de 1751, que constituirá objeto central deste artigo. Exemplares originais deste documento estão preservados no acervo dos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal e no acervo da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A missão diplomática e o relato que dela se fez são relativamente conhecidos entre os especialistas brasileiros. Em síntese, sabe-se que ela provinha especificamente do antigo Daomé, atual República do Benin, e que era integrada por um embaixador de nome Churumá Nadir, dois representantes da elite daomeana designados como *alcatis*, um intérprete que conhecia a língua portuguesa, criados pessoais e quatro meninas de dez anos – três das quais foram posteriormente entregues como presente ao vice-rei e enviadas à família real em Lisboa. O emissário trazia consigo uma carta lacrada e duas caixas chapeadas de ferro contendo presentes, que em correspondência posterior vinda de Portugal sabemos terem sido tecidos. Na última página do folheto, o autor acrescenta: "Correo a voz que tambem fez hum prezente ao Conde de cem Negros para o servirem. Pode ser se equivocasse o vulgo com a carregação do Navio, em que o embaixador veio de Angome" (Mascarenhas 1751, 11).

Na passagem, fica confirmado o ponto de partida da missão, o reino de *Angome*, que é uma das formas, junto com Danxomé, Angomé, Dahomè ou Dahomey, para designar a unidade política formada a partir da unificação levada a cabo pelo grupo ajá-fon. O trecho chama igualmente atenção para a motivação principal da embaixada: a proposta de amizade e aliança encaminhada pelo "*Monarca de todas as Naçoens da Gentilidade*" ao "*Grande Senhor do Ocidente o Ínclito Rey de Portugal*" estava diretamente relacionada ao tráfico de escravos obtidos nos "*dilatados sertoens da Guiné*".

O contexto

Embora a circulação de negreiros entre os litorais africanos e da América portuguesa tenha sido frequente, o acontecimento aqui considerado assinala uma dupla reconfiguração, social e econômica, desencadeada por deslocamentos de interesse na geopolítica do tráfico internacional de escravos que convêm apontar para esclarecer o seu significado histórico.

O primeiro deslocamento diz respeito à ampliação dos negócios desenvolvidos por traficantes luso-brasileiros na costa africana e a gradual transferência, a partir de 1680, dos contatos com intermediários locais do negócio das áreas angolanas de Luanda e Cabinda para o Golfo do Benin, que voltou a constituir área de contatos após algumas décadas da perda do Forte de

São Jorge da Mina para os holandeses em 1637. A base de operações passou a ser feita a partir do Forte de São João Baptista de Ajudá, em paralelo aos negócios mantidos por holandeses, franceses e ingleses em seus respectivos estabelecimentos litorâneos, os fortes de Djékin, o Fort Royal Saint-Louis de Gregoy e o Fort Williams (Ferreira 2010). Sem exclusividade comercial, as negociações dependiam sempre do instável equilíbrio das companhias de comércio e agentes estatais europeus concorrentes com os povos africanos de matriz iorubá (em Oyó e Onin) e de matriz ajá-fon (em Hueda ou Uidá, Allada ou Ardra, e no Daomé), que disputavam espaço e hegemonia local (Soumonni 2001, 37-48).

O segundo deslocamento tem que ver, na América Portuguesa, com a gradual transferência de investimentos da região Nordeste para a Sudeste e Centro-Oeste após a descoberta das minas de ouro na passagem do século XVII para o XVIII e o subseqüente interesse por mão-de-obra escrava naqueles locais, de onde a ampliação da presença de homens de negócio do "grosso trato", oriundos do Rio de Janeiro e da Bahia no comércio de cativos e de tabaco, em conformidade ou à revelia da Metrópole (Carrara; Araujo; Cavalcante 2011). O porto de Salvador constituía ponto de passagem habitual da "carreira da Índia", sendo importante ponto de recepção de escravos e de saída de tabaco e açúcar, detendo inclusive, mesmo após a transferência da sede de governo para o Rio de Janeiro, em 1763, exclusividade da exportação do ouro (Rios; Mello e Silva 2011, 3).

A vinculação da embaixada daomeana aos interesses dos mercadores baianos era tal que, segundo informa Mascarenhas, o embaixador Churumá Nadir, os *alcatis* e demais tripulantes da comitiva chegaram embarcados em um navio pertencente a Luiz Coelho, grande negociante da Bahia, de que era capitão Manuel Luiz da Costa. Neste ponto, há décadas as pesquisas desenvolvidas por Pierre Verger demonstraram, com base em farta documentação, o quanto a elite mercantil baiana dispunha de instrumentos políticos e jurídicos junto aos representantes locais da coroa, inclusive o vice-rei, e mesmo junto ao Conselho Ultramarino, para reivindicar exclusividade no tráfico com a Costa da Guiné, tendo por base as decisões e ações tomadas pela *Mesa do Bem Comum* ou *Mesa do Comércio da Bahia* (Verger 1987, 96).

Também do lado africano observam-se recomposições político-econômicas significativas. Estão associadas a reconfigurações internas dos povos da costa envolvidos no circuito comercial transcontinental e ao fortalecimento de estados militarizados cada vez mais organizados para a imposição de tributos, a predação humana e o negócio escravagista, dentre os quais destacam-se, no Golfo do Benin da primeira metade do século XVIII, os estados de Hueda (Uidá), Allada (Ardra), Onim, Popó e o mais poderoso deles, o Daomé.

A afirmação política do Daomé ocorreu nas últimas décadas do século XVII, quando o microestado, controlado pelo clã do leopardo (akhosu), teve ampliada sua esfera de hegemonia a partir da sede de governo fixada no palácio de Abomey — situado cerca de 80 km ao Norte da costa. No decurso do século XVIII, este assumiu gradativamente os traços de um estado com ampla esfera de influência política, centralizado, tributário, articulado ao tráfico internacional de escravos, passando a exercer controle em áreas do litoral em que estavam situados os fortes europeus acima indicados (Soumonni 2001; Monroe 2014, 13-25). A ocupação do microestado de Uidá em 1727 permitiu aos daomeanos acesso direto ao lucrativo negócio escravagista e ao comércio de tabaco, armas de fogo e aguardente. A importância estratégica do litoral de Uidá era amplamente reconhecida, como se pode depreender das informações registradas em um manuscrito escrito em língua espanhola preservado na Biblioteca Nacional de Lisboa, identificado pelo título geral de *Noticia do Reino do Benin*, onde se pode ter a seguinte avaliação:

El puerto de Judá, del que tambien toma nombre el Reyno, es el de desu comercio con los europeos... Su comercio con Portugueses, Jngleses y Franceses, tienen el grueso en los esclavos y en retorro (sic) toman arman (sic) armas de fuego, â cuyo exercício se han aplicado con cuydado continuandolo en estar seempre en guerra con sus confinantes, de onde sacan los esclavos que comercian (Salvadorini 1972, 24).

O período enfocado neste estudo, a primeira metade do século XVIII, corresponde grosso modo ao momento de emergência do Daomé como potência local. Isto ocorreu durante o governo de Akaba (1685-1708), Agadja (1708-1740) e sobretudo de Tegbessu (1740-1774), que enviou a embaixada aqui analisada. Nota-se neste lapso de tempo a formação de uma estrutura de governo a partir da administração palaciana e a fixação de chefes locais, do estabelecimento de regras de sucessão dos governantes e a organização de uma tropa regular de combatentes, que se completou em 1729 com a introdução de uma elite de guerreiras denominadas *Ahosi* ou *Mino* — enaltecidas nos relatos europeus e objeto de viva admiração com a alcunha, de resto eminentemente eurocêntrica, de *Amazonas do Daomé* (Fuglestad 1977, 497-505; Diamond 1996, 132-133).

O momento da expansão militar daomeana coincide com o da reinserção luso-brasileira no Golfo da Guiné. Datam de 1680 as primeiras instruções da coroa portuguesa para que ali fossem criados um forte e feitorias, de modo a intensificar o comércio na região, e de 1721 a conclusão da edificação do Forte de Ajudá. Por determinação do Conselho Ultramarino, toda a juris-

dição, administração, encargos e direitos dele resultantes caberiam à Junta Comercial Geral do Brasil, a qual poderia nomear livremente seus respectivos quadros administrativos, com exceção dos governadores. A área ficava assim fora da esfera de influência das feitorias de São Tomé e Príncipe e Cacheu, sendo controlada pelos negociantes provenientes do Brasil, principalmente da Bahia, sendo por outro lado da responsabilidade dos vice-reis sediados em Salvador fazer o pagamento da guarnição e custear a manutenção do estabelecimento. Logo foram fundadas feitorias em Popó, Apa, Calabar e Camarões, para onde navios brasileiros levavam tabaco e aguardente, e de onde traziam escravos (Tavares 1999, 24-25).

Nas décadas de 1730-1740, a política expansionista daomeana criou alguma dificuldade para a permanência dos europeus no litoral, embora desde o princípio tivesse ficado clara a disposição de Agadja e Tegbessu em manter boas relações com os "brancos" e assumir o controle das fontes de fornecimento de cativos. O problema dizia respeito, especificamente, aos termos das negociações e a quem caberia a influência em Ajudá (Cornevin 1962, 101-111). No ano de 1738, a suspeita de que João Basílio, o diretor do estabelecimento, prestava apoio velado aos povos conquistados das redondezas, levou a que ele fosse intimado a comparecer perante Agadja, e que fosse mantido temporariamente prisioneiro, até ser substituído em 1740 por Velho de Godoi. Três anos mais tarde, rebeldes de Uidá entraram em Ajudá e, ao serem instados pelo mesmo João Basílio a se entregar, reagiram com violência, destruindo parcialmente as instalações; resistiram aos ataques e acabaram fazendo explodir o paiol e incendiar o forte (Tavares 1999, 39-40; Norris 1790, 39-48).

O episódio resultou na prisão e posterior expulsão das autoridades luso-brasileiras, que foram intimadas a abandonar o Daomé e forçadas a retornar ao Brasil. As negociações vieram a ser retomadas com o padre Martinho da Cunha Barbosa, que encontrava abrigo no forte francês, mas a morte dele em 1746 gerou nova situação de tensão quando representantes do Daomé, à revelia das autoridades portuguesas, procuraram impor alguém da confiança de Tegbessu, chamado Francisco Nunes Pereira, na direção do estabelecimento comercial.

Após exigência formal do Conde de Galveas, que ocupava então a função de vice-rei, em carta dirigida ao governante do Daomé, Filipe José de Gouveia foi empossado como novo diretor do forte, e o outro, considerado usurpador, depois de entregue pelos daomeanos às autoridades, foi condenado por crime de sedição, conduzido a Salvador e sentenciado em 03/03/1750 ao açoite público, ao degredo perpétuo no presídio de São Felipe

de Benguela e teve os bens confiscados em favor da Fazenda Real. Quanto a Tegbessu, seu envolvimento na trama dos acontecimentos levantou sérias dúvidas sobre a viabilidade das negociações nos domínios do Daomé. Eis o motivo pelo qual, em uma tentativa de justificar os laços que o uniam a Portugal, e de ver progredir o comércio de tabaco e de escravos, uma embaixada de Tegbessu foi enviada a Salvador (Tavares 1999, 44-45)

0 embaixador

Devemos a Pierre Verger a primeira análise formal do documento e o contexto em que foi redigido. Ao longo das décadas de 1960-1980, aquele experiente africanista examinou em pormenor a documentação administrativa e narrativa dos séculos XVII-XIX produzida na África e no Brasil, recompondo um quadro muito vivo das trocas econômicas, políticas e culturais dos dois lados do Atlântico (Verger 1964; 1969; 1987). Num capítulo de sua obra mais conhecida, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*, a embaixada daomeana foi interpretada no conjunto mais vasto das relações diplomáticas luso-brasileiras com os microestados da Baixa Guiné.

O pesquisador francês não atribui maior credibilidade às informações da parte africana da "Relaçam da Embayxada...", considerando-as "um pouco fantasiosas" (Verger 1987, 258). A começar pela troca do nome do governante, de Tegbessu para Kiay Chiri Brocon; e pela localização do reino, que não confinava, conforme ali é dito, com o Rio dos Bons Sinais ou com os reinos de Bonsoló e Inhaque; muito menos ficava a Oeste do Golfo do Benin, e sim ao Sul. Ademais, nenhuma menção é feita ao forte português de São João Baptista de Ajudá, nem às circunstâncias que envolveram sua destruição, em 1743. Também lhe parecem pouco fiáveis os detalhes do protocolo da recepção dada ao embaixador e o traje que usava, quando comparado às embaixadas africanas posteriores enviadas a Salvador ou a Lisboa (Verger 1987, 259).

Todavia, Verger não coloca em dúvida a historicidade da missão diplomática. Sabemos que o objetivo dela era restabelecer a tranquilidade nas relações entre o governante daomeano Tegbessu e os luso-brasileiros após os acontecimentos dramáticos que levaram à destruição do Forte de São João Baptista de Ajudá e à interrupção do tráfico. A visita dos emissários é tratada na correspondência trocada entre o vice-rei Luís Peregrino de Ataíde, o Conselho Ultramarino e os representantes de D. José I, logo após o retorno dos daomeanos. Em carta datada de 21/10/1751, o Secretário de Estado confirma

ter entregue no palácio real o pacote de panos oferecido e as três escravas meninas teriam sido encaminhadas ao quarto da rainha. O ofício encerra-se desta maneira: "Sua majestade recomenda vivamente a Vossa Excelência de manter a melhor harmonia possível com o Daomé, para a conservação da fortaleza de Ajudá e de lá fazer o comércio dos escravos para a manutenção deste Estado do Brasil" (Verger 1987, 263).

A respeito das imprecisões do folheto, é muito provável que elas estejam relacionadas ao gênero narrativo em que se insere. Os assuntos, a forma e o estilo da redação das onze páginas impressas da "*Relaçam da embay-xada...*" enquadram-se no gênero de obras de literatura popular de grande circulação no século XVIII denominadas *literatura de cordel*. O autor, José Freire de Monterroio Mascarenhas, dispunha de sólida formação humanística e grande experiência em assuntos internacionais. Dirigiu durante cerca de quarenta anos a *Gazeta de Notícias* de Lisboa e foi um dos mais prolíficos escritores de textos de divulgação sobre assuntos de interesse geral e atualidades (Ramos 2003), como tratados de paz, batalhas e guerras; nascimentos e óbitos de príncipes; vidas de santos, milagres e aparições miraculosas; ou assuntos que se poderia considerar ainda mais excepcionais, fantásticos ou exóticos, como a aparição de monstros, a incidência de terremotos e demais desregramentos naturais, ou a ocorrência de eventos inusitados e curiosos, como parece ter sido o caso da embaixada africana no Brasil.

Sentimo-nos tentados a considerar as imprecisões de Mascarenhas, parcialmente, ao pouco conhecimento do Daomé no cenário internacional da metade do século XVIII, e parcialmente ao pouco cuidado na caracterização dos assuntos tratados nos folhetos populares, em que a forma prevalecia sobre o conteúdo. A descrição do tipo de vestimenta usada pelo embaixador durante a audiência contribui para realçar o exotismo do evento:

Estava o embayxador vestido com um fayal de tela carmesi, todo guarnecido de rendas de ouro crespas, com hua especie de saya como de mulher, sem coz, a que elles dão o nome de Malaya, também do mesmo estofo, todo guarnecido de franjas de seda, hum sendal curto com borlas pendentes, e huma capa com uma grande cauda, como roupa real, de tela furtacores, forrada de setim branco com listas de cores differentes. Turbante magnífico, e preciozo, e os borzeguins dourados (Mascarenhas 1750, 9).

Admite-se que a primeira impressão suscitada por esta descrição seja de estranhamento, ficando em suspenso uma dúvida sobre a equivalência entre representação e a existência real do personagem. Porque a primeira imagem mental sugerida pela descrição é a de alguém relacionado ao mundo

muçulmano, e não aos emissários enviados pelos régulos africanos posteriores, que em geral apresentavam-se em trajes sumários — considerados inadequados aos padrões europeus, e acabavam recebendo roupas ocidentais. É digno de nota, aliás, que esta regra foi quebrada pelo embaixador daomeano. No momento em que, segundo Mascarenhas, os representantes do vice-rei ofereceram-lhe um traje de gala português para ser usado no dia da audiência, aquele recusou, insistindo em comparecer publicamente vestido de acordo com o traje de seu país (Mascarenhas 1750, 7).

Detalhes como esses podem sugerir a existência de diferentes protocolos na atividade diplomática praticada nas convenções internacionais concebidas por representantes de países da Europa e da África. Porque, em que pese a pouca frequência de eventos mediados por indivíduos provenientes desses dois continentes, a diplomacia era amplamente empregada por lideranças da África Ocidental como meio válido de resolução de conflitos, negociação de acordos de paz e declarações de guerra. O recurso era muito freqüente no século XVIII, era praticado por estados centralizados ou em fase de centralização, como a Confederação Achanti, o sultanato Hauça e o reino de Oyó, entre outros (Smith 1973, 604-605).

Para o que diz respeito diretamente a este estudo, sabe-se que uma parte importante de inovações institucionais no Daomé ocorreu no período de governo de Tegbessu (Le Hérisse 1911, 40; Cornevin 1962, 107-111). Deve-se a este governante a introdução de parte significativa da administração palaciana de Abomey, a partir de modelos emprestados do poderoso reino vizinho de Oyó – a quem pagava tributo. Daí é que teria sido decalcada a função de *ilarin* (ilari, lari) nome atribuído aos mensageiros e emissários reais encarregados de enviar mensagens aos europeus no litoral e espionar as atividades contrárias aos interesses do governo, além de vistoriar as ações dos chefes mantidos sob jugo daomeano (Smith 1973, 604; Smith 1989, 12). Por terem a cabeça parcialmente raspada, com cabelo longo e trançado apenas de um lado, eram conhecidos como "meias-cabeças" (*mi-tête, halfheads*) (Norris 1790, 103; Dalzel 1793, XX). A estes cabia o direito de portar a bengala ou bastão que era símbolo maior do poder dos governantes, o que os legitimava como embaixadores (Mendes 2002, 272).

Ainda assim, a descrição visual de um *ilarin* não corresponde ao retrato fornecido por Mascarenhas do embaixador Churumá Nadir. Neste caso, é provável que, em virtude da importância da missão, Tegbessu tenha recorrido aos serviços de um alto funcionário de sua confiança. Ao descrever a audiência com o Conde de Atoguia, a "*Relaçam da embayxada...*" atribui ao africano as seguintes palavras: "*E fazendo no seu conselho eleyção de minha*"

pessoa pela fidelidade, zelo, e segredo, que em mim tem reconhecido, me fez recolher da campanha, de onde o servia, para mandar-me ao Brasil..." (Mascarenhas 1750, 10).

Pode ser que o embaixador aqui considerado tenha pertencido ao grupo de mercadores que frequentava o litoral da Guiné e, não obstante o tráfico atlântico, seguiam com os negócios usuais do tráfico intracontinental. Cerca de quarenta destes negociantes muçulmanos foram vistos pelo capitão inglês William Snelgrave em 1732 no palácio de Agadja, e outros tantos estavam na corte de Tegbessu quando o capitão Robert Norris por lá passou, em 1776. Eram de cor negra ou morena, vestiam túnicas longas, turbante à moda turca e sandálias ou sapatos ao estilo marroquino, e recebiam o nome de Mullahs ou Mallays (Malaios). Provinham das fronteiras do Marrocos, igualavam-se aos brancos no domínio da escrita, negociavam tabaco, aguardente e outros artigos de interesse geral, eram hábeis fabricantes de artefatos de pele de cabra e de carneiro, com que revestiam caixas para cartuchos e recipientes para guardar pólvora de canhão (Snelgrave 1735, 92-93; Norris 1790, 117; Law 1990, 225). O emprego de muçulmanos na burocracia desses estados em expansão na costa atlântica, fato confirmado nas pesquisas do historiador Nehemia Levztion (1968, 181-188), permite supor que a ocorrência de emissários muçulmanos a serviço do Daomé seja uma hipótese aceitável, e que a descrição do embaixador Churumá Nadir feita por Mascarenhas não tenha sido plenamente fruto da criação ficcional do escritor, mas uma probabilidade – mesmo que estranha e exótica aos olhos dos leitores europeus e/ou luso-brasileiros.

A audiência

A única publicação dedicada exclusivamente ao exame do conteúdo da "*Relaçam da embayxada*..." foi elaborada pela pesquisadora Silvia Hunold Lara, que é destacada especialista em assuntos relativos ao tráfico transatlântico e às formas de organização dos cativos no mundo senhorial brasileiro. Sua leitura do documento foi direcionada para as estratégias narrativas e subentendidos do texto, que a levaram a perceber um contraste entre as formas usuais de descrição das embaixadas e o que aparece descrito no folheto – que acaba por evidenciar certos "desacertos da elite luso-baiana" (Lara 2001, 156).

Ao ressaltar o ineditismo dos acontecimentos que envolveram a embaixada africana, "uma grande novidade, nunca vista no Brasil" (Mascarenhas 1750, 6), Mascarenhas teria recorrido a uma série de expedientes para

acentuar, em tom aparente de espanto e admiração, o exotismo do encontro entre representantes de povos tão diferentes. O escritor setecentista atribuiu ao embaixador atitudes grandiloquentes, gestos demasiadamente solenes e orgulho exagerado em diferentes situações que envolviam ofertas de hospitalidade dos anfitriões, aspectos valorizados na análise de Silvia Lara.

De acordo com o relato de Mascarenhas, logo ao desembarcar, Churumá Nadir e os demais foram conduzidos em palanquim e cadeirinhas ao Colégio dos Jesuítas, lugar com excelentes acomodações, reservado a visitantes ilustres – como os vice-reis da Índia. Logo foi montada uma guarda especial na portaria, e os padres não conseguiram convencê-lo a abrir mão desta oferta, que lhes parecia desnecessária, mediante o argumento de que ele seria mal servido se a rejeitasse (Mascarenhas 1750, 6). Enquanto aguardava pela recepção formal no palácio, foi convidado por oficiais do vice-rei a passear por Salvador e apreciar seus monumentos, mas se negou a fazê-lo naquela ocasião, "mas que a reservava para depois de ter a sua primeira audiência" (7). Outra negativa é manifestada no momento em que lhe são oferecidas roupas de gala à moda portuguesa, e para coroar a sequência de mal-entendidos, no instante em que o Conde de Atouguia lhe ofereceu assento numa poltrona ricamente ornamentada "aquele o repugnou, dizendo que o assento se fizera para huma conversação dilatada e assim se não dava na sua corte aos embayxadores, como o recado he sempre breve" (9). Ao retornar do palácio, mandou dar vinte moedas aos escravos carregadores, contrariando a proibição dos oficiais militares para que os negros não aceitassem a dádiva, mediante o argumento de que "ninguém tinha jurisdição para limitar as acçoens dos Príncipes" (11). Diante dessas evidências, Silvia Lara é da opinião que José Freire Monterroio Mascarenhas poderia ter, através do relato, encontrado oportunidade para, em tom irônico, deixar entrever uma crítica ao vice-rei e à corte baiana. De onde conclui: "É possível que, no relato de Mascarenhas, a alteridade tenha sido instrumentalizada politicamente contra Atouguia" (Lara 2001, 164).

Admitindo que tal interpretação esteja correta, a pergunta que fica é: qual ou quais os motivos prováveis da ironia e da crítica ao comportamento daquele fidalgo da casa real, alto dignitário do império português? E seja qual for a resposta, tem-se que, neste modo de ler as informações da "*Relaçam da embayxada*...", os gestos, atitudes e expressões do africano pertenceriam tão somente ao plano da criação literária, como um recurso retórico para atingir o representante europeu. De onde permitimo-nos levantar uma dúvida: e se estes gestos, atitudes e expressões estiverem em conformidade com o protocolo e o cerimonial das relações diplomáticas então em uso no Daomé?

Em torno da primeira questão, concordamos que o relato de Mascarenhas tenha sido desenvolvido em tom de ironia, e o motivo para isso é revelado na passagem em que Mascarenhas informa ter o Conde de Atouguia, para mais impressionar o recém-chegado, prolongado a permanência dele em Salvador até o dia 22 de outubro, data em que se comemorava com grande júbilo o aniversário de D. João V, sem saber que este tinha falecido três meses antes, em 31 de julho (Mascarenhas 1750, 6). Portanto, o plano do vice-rei para acentuar o poder do soberano português em grande estilo poderia ser lido como um retumbante equívoco, uma gafe.

Entretanto, ao deslocar a atenção para o representante africano, um quadro diferente pode ser delineado. Com ou sem intenção, Mascarenhas descreve o embaixador daomeano não como personagem arrogante, reticente ou seguro demais de si, mas como alguém preocupado em cumprir adequadamente a missão que lhe foi atribuída. Era "bem feito" e de "nobre figura", mostrou-se simpático e agradeceu formalmente ao ser convidado a conhecer Salvador, o que fez logo após ter cumprido o compromisso diplomático. Durante a audiência, ao avistar e distinguir o Conde de Atouguia,

o cortejou primeiro à portuguesa com três cortezias, feitas com muito ar, e imediatamente, ao modo do seu Paiz, prostrando-se por terra com os braços estendidos, e as mãos huma sobre outra, e trincando os dedos, como castanhetas: cerimonia com que em Angome costumão venerar aos seus Reys; indicando-lhe deste modo o gosto com que lhes fazem esta prostração (Mascarenhas 1750, 9).

Guardadas as devidas proporções, as cenas evidenciadas durante a embaixada do Daomé revelam aspectos de duas sociedades altamente hierarquizadas, com poderes monárquicos rodeados de prestígio e lastro religioso, dotadas de rituais e signos de distinção bem estabelecidos. No caso de Portugal, as convenções socioculturais eram orientadas pelos princípios da civilidade cristã, do humanismo greco-romano e da ética aristocrática das cortes europeias do *Antigo Regime*. Quanto ao Daomé, estas emanavam das tradições ancestrais, dos rituais e cerimônias dirigidas aos governantes e de certo estilo palaciano então em desenvolvimento no Palácio de Abomey (Antongini; Spini 1999; Monroe 2010; Monroe; Janzen 2014).

Com efeito, na área de matriz cultural ajá-fon do litoral do Golfo do Benin, onde as sociedades tenderam a ser reguladas por estados com certa unidade territorial, o poder era altamente centralizado e redistribuído em níveis diferentes, segundo um sistema piramidal de dependência. Com pequenas variações, este poder era de tipo monárquico, hereditário, e se estendia aos mais diversos âmbitos: político, militar, judiciário, econômico, social, cultural. O governante detinha a totalidade do poder, e o exercia em todos

aqueles âmbitos, como senhor absoluto. Sua figura era cercada de cuidados especiais, interdições e tabus, o que levou alguns a considerá-lo um "rei-deus" (Palau-Marti 1964). O alcance excepcional da autoridade dos governantes daomeanos transparece nos qualificativos empregados para distingui-los das pessoas comuns: *axosu* (aquele a quem se paga uma dívida, a quem se é devedor), *dokonun* (o proprietário de todos os bens, de todas as riquezas), *sêmêdo* (o ser sem igual, que tem), *dada* (o que dispõe de tudo). De modo que, na esfera pública e na esfera privada, o poder desses governantes era o epicentro dos demais integrantes da sociedade, legitimando-os, protegendo -os, tutelando-os, enfim, irradiando-se por meio deles (Kossou 1981, 86-87).

Tal poder absoluto, ilimitado, exigia reconhecimento, reverência e obediência irrestrita. As formas de exteriorização das hierarquias políticosociais saltavam aos olhos dos estrangeiros que estiveram no Daomé ao longo do século XVIII. Desde os registros de caráter etnográfico efetuados por traficantes de escravos, oficiais encarregados da direção dos fortes europeus ou missionários que lá estiveram a pretexto de convertê-los, como William Snelgrave em 1732, Robert Norris em 1776, Archibald Dalzel em 1793 e Vicente Pires Ferreira em 1798, praticamente as mesmas informações se repetem. A recepção aos estrangeiros era feita de acordo com procedimentos fixos, ritualizados. Ao serem acolhidos no litoral por oficiais ou ministros, os recém-chegados eram conduzidos por carregadores em redes ou esteiras, acompanhados por um cortejo numeroso composto por guerreiros portando mosquetes e fuzis e executando sucessivas salvas de tiros ou alternados movimentos simulando guerra, ao som do toque de tambores e respectivas danças, depois eram formalmente recebidos sob grandes e coloridos guarda-sóis onde eram convidados a beber água fresca e "água da vida", vinho de palma ou outros gêneros de bebidas alcoólicas, que eram amplamente ingeridas em honra do monarca. Os visitantes ilustres, ao entrar em Abomey, eram saudados com tiros de canhão e depois levados a aposentos reservados aos "brancos" (Snelgrave 1735, 32; Norris 1790, 97).

Numa ocasião em que o missionário baiano Vicente Pires Ferreira foi recebido por alguns integrantes da elite dos "cabeceiras" de uma comunidade, todos comiam e bebiam aguardente, mas quando brindaram ao seu rei informaram em voz baixa que este encontrava-se muito bem, ressalvando que diziam isto neste tom porque o visitante não estava adequadamente trajado: "cerimônia esta, por isso que nós não estávamos decentemente vestidos, e, portanto, vinha a ser um crime falar em vós alta no nome do rei, sem que estivéssemos vestidos como devíamos ao nosso estado" (Ferreira 1957, 28).

As regras aqui levadas em consideração parecem ter sido as mesmas que orientavam o comportamento do embaixador Churumá Nadir em Salvador, normas rígidas, voltadas para o enaltecimento da figura do governante de Daomé. Vicente Pires Ferreira assinala outro aspecto significativo desses códigos compartilhados: ao beber e saudar o rei os cabeceiras se prostraram, e logo também saudaram o rei de Portugal, mas desta vez sem repetirem a prostração (Ferreira 1957, 30). De onde se pode concluir que, ao realizar o duplo gesto cerimonial de saudação, européia e daomena, diante do Conde de Atouguia, Churumá Nadir dava mostras da magnificência do seu senhor natural. No palácio de Abomey, os títulos do governante eram sempre enunciados pelos locutores com cabeça baixa, e na presença dele todos ajoelhavamse, beijando a terra três vezes (Ferreira 1957, 53). Ao se apresentar diante dos mais altos dignitários do governo, estes procediam ao mesmo cumprimento exibido pelo embaixador na audiência: "um aperto de mão seguido de três estalos de dedo, termo e sinal pelo qual demonstram respeito". Mas a condição temporária de visitante não garantia ao estrangeiro o direito de sentar-se, ficando o tempo todo de pé (Ferreira 1957, 53).

Considerações finais

Esperamos ter demonstrado que o documento aqui utilizado como referência de análise contém informações pertinentes não somente sobre a corte baiana e o universo luso-brasileiro, mas também sobre a sociedade de onde os africanos procediam. Estas evidências tenderam a ser pouco exploradas por estudiosos brasileiros, cuja atenção foi direcionada para o cenário do encontro e a identificação de padrões de comportamento estabelecidos na América portuguesa. Nosso trabalho pretendeu realçar determinados traços dos personagens retratados por José Freire Monterroio Mascarenhas, de modo a ampliar o ângulo de observação sobre os diferentes protocolos diplomáticos seguidos pelos respectivos representantes de monarquias, na Europa e na África. Pretendeu também sublinhar o quanto diversos elementos em aparência exóticos e fantasiosos são plausíveis quando observados a partir das referências sociais, políticas e culturais dos povos ajá-fon do Golfo do Benin.

Para finalizar, resta dizer que a esta primeira embaixada do Golfo da Guiné sucederam-se outras sete, sendo três do Daomé (1795, 1805, 1818), três de Onim (atual Lagos) (1770, 1807, 1822), e uma de Ardra (Porto Novo) (1810), além de uma farta correspondência trocada com as autoridades coloniais e metropolitanas. O interesse brasileiro pelas negociações com esses parceiros comerciais, por sua vez, tendeu a diminuir na primeira década

do século XIX, quando a continuidade do tráfico passou a ser posta em questão pela Inglaterra (Rodrigues 2008). Com efeito, a derradeira missão diplomática africana ocorreu entre 1822-1823, e coube ao rei Ajan, de Onim, através de seu emissário, o tenente coronel Manoel Alves Lima, ter sido o primeiro governante a manifestar apoio e reconhecer a independência do Brasil (Guizelin 2015).

REFERÊNCIAS

- Antongini, Giovanna; Spini, Tito. 1999. "Le royaume du Danxomè: objects, espaces, signes du pouvoir".In: V.V.A.A.. *Passé, present et futur des palais et sites d'Abomey (Actes de conferences, septembre, 1997).* Los Angeles: The Getty Conservation Institute,3-17.
- Carrara, Angelo Alves; Araujo, Luiz Antônio Silva; Cavalcante, Paulo. 2011. "Por entre impérios: negócios e negociantes numa inflexão estrutural, 1674-1727". Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH. São Paulo, 12p.
- Cornevin, Robert. 1962. *Histoire du Dahomey*. Paris: Éditions Berger-Levrault.
- Dalzel, Archibald. 1793. The history of Dahomy, an inland kingdom of Africa, compiled from authentic memoires, with an introduction and notes. London.
- Diamond, Stanley. 1996. "Dahomey: the development of a proto-state. An essay in historical reconstruction". *Dialectical Anthropology* (Netherlands), vol. 21, 121-216.
- Ferreira, Roquinaldo. 2010. "A primeira partilha da África: decadência e ressurgência do comércio português na Costa do Ouro (ca. 1637-ca. 1700)". Varia história (UFMG), vol. 26.nº44...
- Ferreira, Vicente Pires. 1957. Viagem de África em o Reino de Dahomé escrita pelo Padre Vicente Pires Ferreira. Ed. Clado Ribeiro Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Fuglestad, Fynn. 1977. "Quelques réflexions sur l'histoire et les institutions de l'ancien royaume du Dahomey et ses voisins". *Bulletin de l'IFAN* (Dakar), tome 39 n°3.
- Guizelin, Gilberto da Silva. 2015. "A última embaixada de um monarca africano no Brasil: Manoel Alves Lima, um embaixador do reino de

- Onim na corte de D. Pedro I". Anos 90: Revista do PPG de História da UFRGS (Porto Alegre), vol. 22 nº 42..
- Kossou, Basile. 1981. "La notion de pouvoir dans l'aire culturelle aja-fon". In: V.V.A.A.. *Le concept de poyvoiren Afrique*. Paris: Les Presses de L'UNESCO.
- Lara, Silvia Hunold. 2001. "Uma embaixada africana na América Portuguesa". In: Jancsó, Istvan; Kantor, Iris. (orgs). Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial vol. 1.
- Law, Robin. 1990. "Further light on BulfnchLambeand the 'Emperor of Pawpaw': king Agaja of Dahomey's Letter to King George I of England, 1726". History in Africa (Cambridge) vol. 17..
- Le Herissé, A. 1911. L'Ancien royaume du Dahomey: moeurs, religions, histoire. Paris: Emile Larose.
- Levztion, Nehemia. 1968. *Muslim and chiefs in West Africa*. Oxford: At the Clarendon Press..
- Mascarenhas, José Freire Monterroio. 1751. Relaçam da embayxada que o poderoso Rey de Angome Kiay Chiri Brocon, senhor dos dilatadíssimos sertões de Guiné mandou ao illustrissimo e excellentíssimo Senhor D. Luiz Peregrino de Ataíde... conde de Atouguia[...]Lisboa: Off. de Francisco da Silva.
- Mendes, Luís Antônio de Oliveira. 2002. A memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao reino da Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé. Ed. Alberto da Costa e Silva. Afro-Ásia (Salvador), nº 28.
- Monroe, J. Cameron. 2014. The precolonial state in West Africa. Building power in Dahomey. New York: Cambridge University Press.
- Monroe, J. Cameron; Janzen, Anneke. 2014. "Le festin da homéen. Femmes du palais, politiques internes et pratiques culinaire sen Afrique de l'Ouestau XVIII e XIX e siècle". Afriques: débats, methods et terrains d'histoire (Paris), n° 5.
- Norris, Robert. 1790. Mémoires du règne de Bossa-Ahadée, roi de Dahomé, états itué dans l'intérieur de la Guinée, et voyage de l'auteur à Abomé, quien est la capitale, traduit de l'anglais. Paris: Gatten, Librairie du Palais Royal. http://gallica.bnf.fr/
- Palau-Marti, Montserrat. 1964. Le Roi-Dieu au Bénin. Paris: Berger-Levrault.

- Ramos, Ana Margarida. 2003. "Na gênese da literatura de masss: organização narrativa e elementos temáticos da prosa de cordel do século XVIII". Forma Breve (Lisboa),vol. 1.
- Rios, Ricardo Bahia; Mello e Silva, Sylvio Bandeira de. 2011. "O porto de Salvador, a cidade e a região. *Revista Geográfica de América Central*, número especial
- Rodrigues, Jaime. 2008. "O tráfico de escravos e a experiência diplomática afro-luso-brasileira: transformações ante a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro". *Anos 90: Revista do PPG de História da UFRGS* (Porto Alegre), vol. 15 nº 27.
- Salvadorini, Vittorio. 1972. El reydel Benin: unmanoscrittodella Biblioteca Nazionaledi Lisbona. Pavia: Casa Ed. Pietro Cairoli.
- Santos, Joice de Souza. 2012. As embaixadas dos reinos da costa africana como mediadoras culturais: missões diplomáticas em Salvador, Rio de Janeiro e Lisboa (1750-1823). Dissertação de Mestrado, PUC-RJ.
- Smith, Robert. 1973. "Peace and palaver: international relations in Pre-colonial West Africa". *Journal of African History*, vol XIV nº 4.
- ______. 1989. Warfare & diplomacy in pre-colonial West Africa. Madison: University of Wisconsin Press, London: James Currey.
- Snelgrave, William. 1735. Nouvelle relation de quelques endroits de Guinée et du commerce d'esclaves qu'on y fait ... traduite de l'anglois du capitaine Guillaume Snelgrave par Mr. A. Fr. D. de Coulange. http://gallica.bnf. fr/
- Soumonni, Elisée. 2001. *Daomé e o mundo atlântico*. Amsterdam/Rio de Janeiro: SEPHIS- Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- Tavares, António J. Chrystêlo. 1999. *Marcos fundamentais da presença portuguesa no Daomé*. Lisboa: Universitária Editora.
- Verger, Pierre. 1969. "Relations comercial e set culturelles entre le Brésil et Le Golfe du Bénin". *Journal de La Société des Américanistes* (Paris), tome 58.
- _____. 1964. "Rôle joué par le tabac de Bahia dans letrait des esclaves au Golfe du Bénin". *Cahier d'Études Africaines* (Paris),vol. 45 n° 15.
- _____. 1987. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo doBenin e a Bahia de Todos os Santos. São Paulo: Ed. Corrupio.

RESUMO

Este artigo apresenta uma interpretação do livreto intitulado "Relaçam da embayxada que o poderoso Rey de Angome Kiay Chiri Brocon, senhor dos dilatadíssimos sertões de Guiné mandou ao illustrissimo e excellentíssimo Senhor D. Luiz Peregrino de Ataíde, conde de Atouguia...", escrito em 1751. Estudam-se o contexto de sua composição, as relações entre Portugal, o Brasil e o reino de Daomé, e desenvolvem-se duas questões a partir do que o documento retrata: 1) a identidade do embaixador do Daomé; 2) o significado de alguns gestos protocolares do embaixador daomeno na corte do vice-rei de Portugal.

PALAVRAS-CHAVE

Relações entre Brasil e África; Protocolos Diplomáticos; Reino de Daomé.

Recebido em 21 de agosto de 2018. Aceito em 9 de janeiro de 2019.

INVESTIMENTO CHINÊS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SEGURANÇA ECONÔMICA NIGERIANA

Shiitu Adewole Raji¹ Adenike Ogunrinu²

Introdução

O sistema internacional é composto por diferentes nações que perseguem seus interesses nacionais dentro da arena global, levando em consideração os benefícios que podem obter deste relacionamento (Ampiah e Sanusha 2015, 8). O crescimento explosivo dos interesses econômicos da China na África, que é parte das interações globais discutidas acima, é uma tendência importante na arena de relações internacionais do continente africano. A rápida expansão dos laços da China com a África superou os Estados Unidos desde 2010 como o principal parceiro comercial da África, devido seus investimentos massivos no continente, que é em grande parte auxiliado pelo empréstimo de US \$ 150 bilhões da *China Investible Export* às suas corporações multinacionais (Brautigam 2009, 22). Entre 2001 e 2011, as exportações chinesas para a África aumentaram de US \$ 4,4 bilhões para US \$ 56,3 bilhões. Embora a China ainda seja considerada um país do terceiro mundo, ela representa a segunda maior economia mundial.

Ao longo dos anos, a China tem se relacionado com a Nigéria através do comércio, ajuda e investimentos, enquanto a Nigéria também explora as oportunidades comerciais na China. A relação sino-nigeriana também tem por base a premissa de explorar suas vantagens econômicas comparativas para benefícios mútuos. O comércio entre os dois países também aumentou,

I Centro para a Paz e Estudos Estratégicos, Universidade de Ilorin, Ilorin, Nigéria. E-mail: adraj2010@yahoo.com

² Centro para a Paz e Estudos Estratégicos, Universidade de Ilorin, Ilorin, Nigéria.

conforme a crescente economia chinesa exige mais recursos de matérias-primas da Nigéria; incluindo petróleo bruto para impulsionar suas indústrias. A China também está aproveitando a enorme população da Nigéria, que é projetada em torno de 150 milhões de pessoas (Censo da População da Nigéria de 2006, 1) para gerar mercados territoriais extras para os produtos manufaturados da China. Devido a sua enorme população, sendo um país africano com valorosos recursos naturais , os investimentos da China na Nigéria se tornaram uma questão de tendência no século 21, com mais de 200 empresas chinesas operando na Nigéria, tornando o país, assim, o maior beneficiário do Investimento Estrangeiro Direto Chinês (IDE) , com cerca de US \$ 15 bilhões de seus investimentos de US \$ 26,5 bilhões injetados na África a partir de 2016.

Apesar da relação funcional entre a Nigéria e a China, os benefícios da interação socioeconômica entre os dois países foram submetidos a diversas opiniões de acadêmicos e analistas, nas quais os investimentos chineses na Nigéria atraíram ressentimentos e críticas. Preocupações têm sido levantadas especificamente sobre o impacto dos investimentos chineses na segurança econômica da Nigéria, que é substancialmente caracterizada pela entrada de produtos industriais chineses inferiores no país, falta de transferência de tecnologia da China para a Nigéria, redução das oportunidades para a sobrevivência dos investimentos da Nigéria na China, restrições de visto e emprego aos nigerianos que buscam explorar oportunidades de negócios no país (Ogunsanwo 2018, 12).

Enuka (2010, 11) também argumenta que o IDE da China aumentou a dependência da Nigéria em relação à economia chinesa, comprometendo assim sua própria segurança econômica. Este artigo investiga as implicações das relações bilaterais Nigéria-China para a segurança econômica da Nigéria. Especificamente, o artigo traça o pano de fundo para as relações Nigéria-China, examina os principais esforços e a importância estratégica desse relacionamento. O estudo também identifica os principais setores dos investimentos chineses na economia nigeriana e discute as implicações de seu relacionamento para a economia do país africano.

Embora haja uma vasta literatura sobre as relações bilaterais entre a Nigéria e a China, pouco se sabe sobre as implicações do aumento do IED chinês para a segurança econômica da Nigéria, uma lacuna que este artigo pretende preencher. O estudo está ancorado em metodologia de pesquisa descritiva, consistindo de dados qualitativos B, que se basearam principalmente na literatura existente.

Definição Operacional dos Termos

Investimento: é a alocação total ou parcial da riqueza atual com o objetivo de lograr benefícios imediatos ou futuros em forma de retorno ou lucro, seja em dinheiro ou em espécie.

Segurança Econômica: como usado neste documento, é o estado de maturidade econômica caracterizado pelo crescimento econômico e desenvolvimento exponencial ao mais alto nível, sem qualquer ameaça de compressão interna e externa. Essa economia segura é transformada desde o estágio inicial até a maturidade, por meio da contribuição de recursos humanos altamente qualificados e de políticas suficientes para uma economia política funcional e sustentável que seja autossuficiente sem nenhuma interferência econômica externa negativa. É uma economia avançada e independente que é suficiente para a aspiração de desenvolvimento nacional e pessoal dos cidadãos sem retrocessos internos e externos ou ameaça de estrangulamento econômico.

Revisão da Literatura

Como opina Ogunsanwo (2008, 6), os investimentos chineses e a ajuda na África, que subiram de US \$ 9,68 bilhões em 2000 para US \$ 1,3 trilhão em 2013, são uma ferramenta chinesa para explorar os recursos africanos no século 21, pois esse aumento exponencial dos investimentos chineses dobraram o montante dos lucros legalmente e ilegalmente repatriados da África para a China, enquanto 15% dos lucros foram pagos como impostos no continente entre 2006 e 2013. O World Investment Report (2012, 17) alega que o influxo chinês de IED para a África Ocidental é liderado principalmente pela Nigéria, que recebeu 70% do total sub-regional de US \$ 87 bilhões e 11% do investimento total de US \$ 1,3 trilhões da África. Desse montante, apenas o setor de petróleo da Nigéria recebeu cerca de 80% do ingresso de IED da China no país. Como observado pelo relatório, embora os enormes investimentos chineses na África devam ser mutuamente benéficos para ambas as partes, muitos países africanos ainda dependem da China para sua importação industrial em troca de sua produção primária de baixo valor, o que inclinou a balança comercial e a balança de pagamentos em favor da China. Pease (2010, 21) postula que a relação entre a África e a China não é recente, uma vez que a República Popular da China fornece ajuda às nações africanas desde o início dos anos 50, começando com um empréstimo de US \$ 2 milhões para o Egito em 1956. Além disso, a China também possuí um pacote de ajuda com a maioria dos países africanos que reconheceram a "One-China". Ogunrinu (2017, 9) argumenta que desde que o governo chinês iniciou a estratégia "Go Global", para capturar mercados globais por meio de empresas públicas e privadas chinesas em 1998, seu IDE vem aumentando na África através de suas estratégias de investimento no continente, tais quais são centradas na construção da infraestrutura necessária para explorar o petróleo e o gás africano para o crescimento industrial da China.

Mthembu (2009, 2-13) sustenta que contrariamente à alusão de que o IDE da China não contribuiu para o desenvolvimento da África, muitos desses investimentos permaneceram como catalisadores para promover o desenvolvimento de infraestrutura, geração de emprego e geração de receita no continente por meio de pagamento de impostos pelas indústrias chinesas que operam na África, ao mesmo tempo em que contribui para seus agregados do Produto Interno Bruto. Como apontado pelo autor, o colapso das relações comerciais entre China e África mostra que a Nigéria teve investimentos líquidos chineses de US\$ 15,42 bilhões, Argélia US\$ 9,23 bilhões, África do Sul US\$ 6,64 bilhões, República Democrática do Congo US\$ 6,5 bilhões, Níger US\$ 5,26 bilhões, Egito US\$ 3,23 bilhões, Líbia, US\$ 2,28 bilhões, Zâmbia US\$ 2,49 bilhões, Sudão US\$ 2,210 bilhões, Etiópia US\$ 1,9 bilhão, entre outros. Uma verificação crítica dessa relação comercial mostra o desequilíbrio do comércio em detrimento dos países africanos, que substituem seus produtos de baixo valor agregado à preços bem menores através dos produtos industriais chineses, com maiores ganhos em divisas para os últimos.

O Banco Mundial em seu relatório (2014, 6) critica as condições dos empréstimos da China para a África, o Banco argumenta que a generosidade dos programas de ajuda chineses, seus empréstimos a juros baixos, programa de alívio da dívida incondicional, prejudicam os esforços das instituições financeiras globais para promover boa governança política e econômica na África, além de prejudicar a influência dos mercados financeiros na África. Em Angola, por exemplo, depois que o Banco de Exportação e Importação da China forneceu US \$ 2 bilhões em empréstimos e créditos com uma condição de pagamento frágil que beira uma moratória longa, o governo angolano recusou um acordo de financiamento com o FMI que incluía medidas para fortalecer a transparência no setor petrolífero. Os empréstimos chineses para a África Subsaariana excederam os de qualquer nação ocidental e, em 2009, 35 países africanos tiveram suas dívidas perdoadas pela China, totalizando aproximadamente US\$ 30 bilhões. Também foi relatado pelo autor que, entre 2001 e 2010, os empréstimos bancários da *China Exim* à África

Subsaariana para o desenvolvimento de infraestrutura alcançaram US\$ 67,2 bilhões, superando os US\$ 54,7 bilhões do Banco Mundial.

Ian (2006, 27) identificou os interesses centrais das relações China-Nigéria na área de comércio e indústria, nos quais a Nigéria aprovou generosas concessões aos chineses para a implantação de indústrias no país. O autor também discutiu os condicionantes contemporâneos da relação entre os dois países, que giram em torno do petróleo da Nigéria em troca da ajuda chinesa. Apesar da tentativa de Ian de registrar os principais eventos que ocorreram nas relações Nigéria-China, o trabalho não explorou outras áreas vitais das relações bilaterais, como a condição de serviço dos trabalhadores nigerianos nas indústrias chinesas, entre outros.

Jiang (2009, 25-28) descreve as relações Nigéria-China da esfera econômica como o aspecto mais importante de seu relacionamento, uma vez que abriu caminho para enormes investimentos chineses na Nigéria no valor de cerca de US\$ 46 bilhões. No entanto, seu trabalho foi omisso sobre o ressentimento da Nigéria com produtos industriais chineses, que muitos nigerianos consideram de baixo padrão. Outra posição acadêmica relevante sobre a relação bilateral Nigéria-China foi fornecida por Oniku e Gbadamosi (2009, 2), os quais examinaram a evolução dos laços comerciais e diplomáticos entre os principais países africanos, inclusive entre Nigéria e China (particularmente de 1999 a 2007). O trabalho revelou que a China se beneficiou mais das relações bilaterais entre ela e a Nigéria, repatriando mais de US\$ 84 bilhões da Nigéria entre 1997 e 2007, enquanto os atores não estatais da Nigéria repatriaram menos de US \$ 10 bilhões da China entre o mesmo período. Seguindo este problema está a questão do desequilíbrio comercial e dos enormes empréstimos chineses que estão gradualmente afundando a Nigéria em um abismo de dívidas. Como argumenta Davies Martyn em seu livro: "Special Economic Zones: China's Development Model Comes to Africa", a tendência precária da dívida chinesa pela Nigéria, se não for verificada rapidamente, fará com que a China condicione a direção econômica de exportação e importação da Nigéria em seu favor.

O Congresso Trabalhista da Nigéria (2016, 5) critica as empresas chinesas na Nigéria por serem "fechadas", já que dificilmente empregam força de trabalho local qualificada e especializada. Como argumenta a União, as condições de emprego dos nigerianos nas empresas chinesas não estão de acordo nem com as Leis Trabalhistas da Nigéria nem com as da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A União sustenta igualmente que a transferência de tecnologia do IDE chinês para a Nigéria é insignificante visto que a maioria das empresas chinesas traz para o país produtos já acabados e equipamento completo com técnicos chineses.

No entanto, a busca de petróleo e gás natural pelos chineses parece ser importante no ressurgimento da atual onda de relações. Consequentemente, os cidadãos chineses não estão imunes à onda de agitação social no Delta do Níger, onde o petróleo e o gás estão localizados na Nigéria. Alguns dos trabalhadores petroleiros chineses foram sequestrados por militantes que reivindicam uma distribuição mais equitativa de recursos no país. Apesar das limitações identificadas nos trabalhos acima sobre a Nigéria, eles são úteis para uma compreensão clara da origem das relações bilaterais entre a Nigéria e a China, bem como a natureza e a dimensão de tal relacionamento.

Estrutura Teórica

Este trabalho adota as teorias da Cooperação e da Dependência como suas estruturas de análise. Dentro dos limites da teoria da cooperação, Joseph Nye e Robert Keohane (1994) argumentam que as relações internacionais são caracterizadas pela cooperação e interdependência das nações com resultados "win-win", mutuamente benéficos. Isto significa que ambas as economias, fracas e fortes, têm algo a ganhar em um relacionamento, não importa a proporção, enquanto que a dinâmica de relações desiguais na divisão internacional do trabalho não possa ser ignorada. A Teoria da Dependência é uma ferramenta de explicação da ciência social baseada na noção de que os recursos fluem de uma "periferia" de estados pobres e subdesenvolvidos para estados ricos "centrais", enriquecendo os últimos em detrimento dos primeiros.

A teoria da dependência origina-se de dois artigos publicados em 1949, um de Hans Singer e outro de Raul Prebisch, em que os autores observam os termos de troca para países subdesenvolvidos; relativo aos desenvolvidos, os termos de troca se deterioraram devido à natureza exploradora da relação entre os dois mundos. A teoria surgiu como uma reação à teoria da modernização; uma teoria anterior ao do desenvolvimento, que sustentava que todas as sociedades progrediam através de estágios similares de desenvolvimento e que as áreas subdesenvolvidas de hoje estão em situação semelhante às atuais áreas desenvolvidas no passado e que as melhores estratégias de retirar os países subdesenvolvidos da pobreza é acelerá-los ao longo deste caminho supostamente comum de desenvolvimento com o Ocidente, através da aceitação do investimento estrangeiro direto, transferência de tecnologia e integração mais próxima no mercado mundial. Os teóricos da dependência rejeitaram essa visão, mas opinaram que o que está causando o subdesenvolvimento nos países pobres é a relação de exploração que caracterizou

as interações entre as nações pobres e as desenvolvidas desde os tempos coloniais até hoje. É uma afirmação central dos teóricos da dependência que os Estados pobres são empobrecidos e os ricos, enriquecidos pela maneira desfavorável como os antigos estados estão integrados no sistema mundial. A dependência é, portanto, uma situação em que determinado grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outros, em que o primeiro é subserviente. Os principais proponentes africanos da teoria da dependência são Santos, Walter Rodney, Samir Amin e Claude Ake.

Embora a Nigéria e a China tenham cooperado para obter benefícios econômicos mútuos, a relação entre a Nigéria e a China poderia ser melhor explicada dentro da base teórica da dependência, na qual a tendência das relações entre os dois países favorece a China, como parceiros sênior nesse relacionamento; uma posição que vem sendo usada para condicionar o padrão de desenvolvimento da Nigéria a produzir a matéria-prima necessária para o crescimento industrial da China em troca da dependência nigeriana por produtos importados da China ao invés de produção interna, levando à problemas na balança comercial e no balanço de pagamentos para a Nigéria. As duas teorias, de Cooperação e Dependência, são fundamentais para este artigo, já que os argumentos centrais de ambos os trabalhos apontam que economias fracas e fortes têm algo a ganhar em um relacionamento, não importando a proporção através de cooperação funcional e ótima, mesmo que a dinâmica das relações desiguais na divisão internacional do trabalho não possa ser ignorada em tal relação, devido à natureza dependente da política internacional.

Panorama histórico das relações entre Nigéria e China

O primeiro contato da Nigéria com a China ocorreu em 1960, quando uma delegação chinesa, a convite do governo nigeriano, participou das celebrações da independência da Nigéria (Ogunsanwo 2018, 7). A delegação trouxe uma mensagem de líderes chineses parabenizando a Nigéria pela vitória do povo nigeriano em sua luta contra o colonialismo. Em fevereiro de 1971, a Nigéria finalmente estabeleceu um vínculo diplomático com a China mais de uma década após a independência. Ambos os países abriram embaixadas na capital um do outro durante o ano. Desde então, as relações bilaterais China-Nigéria desenvolveram-se lentamente ao longo dos anos.

Desde o momento em que General Gowon, que como Chefe de Estado militar, fez uma visita oficial à China, em 1972, para buscar ajuda financeira para os programas de reconstrução pós-guerra logo após a guerra civil nigeriana, na qual a China apoiou o Biafra (Pease 2010, 13). O general Abacha também apoiou a China na sequência da repressão das oposições políticas chinesas na Praça da Paz Celestial em Pequim, que levou ao isolamento internacional da China em 1977. O então primeiro-ministro chinês, Li Peng, visitou igualmente a Nigéria, em 1998, para estimular o renovado interesse chinês no país, visando reverter o declínio do comércio da China com a Nigéria (Reno 1999, 6).

Em 2001, Olusegun Obasanjo, o então presidente da Nigéria, fez uma visita à China, este que buscava atrair os industriais chineses para investir na economia da Nigéria. O acordo bilateral alcançado entre os dois países durante a visita colaborou com um acordo econômico no setor petrolífero, que culminou com a participação ativa de empresas chinesas no setor de upstream e downstream das indústrias de petróleo, gás e petroquímica da Nigéria. De fato, Obasanjo ofereceu o Direito de Preferência (DP) em blocos petrolíferos à China sobre taxas reduzidas em troca de investimentos obrigatórios nos setores de petróleo downstream e transporte, especialmente nas áreas de exploração de petróleo e construção de rodovias e ferrovias, respectivamente. Quando a rodada de licitação do bloco petrolífero foi realizada em 2006, a Comissão Nacional de Petróleo da China (CNPC) recebeu 4 blocos petrolíferos e 2 licenças de produção de petróleo em troca do compromisso da de investir US \$ 2 bilhões para reabilitar a refinaria de Kaduna, no país africano. Houve também o programa de intercâmbio Oil for Infrastructure para o desenvolvimento de infraestrutura entre os dois países, no qual a China foi contratada para a construção de rodovias e ferrovias, no valor de US \$ 5 bilhões, e coletou petróleo bruto equivalente ao custo.

A Nigéria e a China também estabeleceram uma parceria estratégica em 2006, qual permitiu que os bens e serviços de ambos os países tivessem livre acesso aos mercados uns dos outros. A alta escala de corrupção no processo de licitação para petróleo e a execução deficiente ou não execução de projetos por muitos investidores chineses levou ao cancelamento do programa de *Oil for Infrastructure* e sua substituição com as políticas de *Oil for Cash*, que permite à China pagar o equivalente em dinheiro de óleo importado.

Enquanto os projetos de infraestrutura de petróleo foram executados sob o acordo público-privado entre a Nigéria e algumas empresas privadas na China, incluindo aquele entre a *Nigeria National Oil Corporation* (NNPC), uma empresa pública da Nigéria no setor de petróleo e a *China State Construction Engineering Corporation* (CSCEC), as duas empresas assinaram em conjunto um contrato de US\$ 23 bilhões para a reforma de três refinarias da Nigéria

e a construção do complexo de combustível refinado, financiado com US\$ 8 bilhões pela Sinosure e pelo China Exim Bank. O CSCEC forneceu 80% dos custos, com a NNPC liberando os 20% restantes de contrapartida. A empresa chinesa também ajudou a Nigéria a construir o satélite NIGCOM-SAT-1, lançado em 2007.

Umar Musa Yar'Adua, que sucedeu a Obasanjo como presidente em 29 de maio de 2007, revisou os acordos de "Oil for Infrastructure" entre Nigéria e China, que levou à suspensão dos contratos porque o relatório da Chatham House revelou que a Nigéria perdeu cerca de US\$ 6 bilhões em acordos fracassados de petróleo com a China, como também não foram implementados mecanismos de acompanhamento para fazer cumprirem-se os acordos, levando à implementação parcial ou abandono total de muitos projetos no âmbito do acordo "Oil for Infrastructure" por parte de investidores chineses na Nigéria. Além disso, o relatório do comitê de investigação revelou que grande parte dos blocos petrolíferos foram concedidos a licitantes chineses que estavam bem conectados ao corredor do poder político na Nigéria, mas com pouca experiência na indústria.

Embora os chineses tenham solicitado à administração Yar'adua para vender um grande número de ativos de petróleo e gás com reservas estimadas de seis barris de petróleo com uma oferta de US\$ 50 bilhões como um financiamento alternativo para o desenvolvimento de infraestrutura na Nigéria, o governo recusou (This Day, 2010). A *China Petroleum e Chemical Corporation* (SINOPEC) igualmente comprou a Canada Addax, que era uma das maiores produtoras de petróleo da África Ocidental com operações *offshore* expansivas na Nigéria.

Durante o governo Goodluck Jonathan, a Nigéria assinou três contratos de empréstimo com o China Exim Bank, o acordo é de US\$ 500 milhões para o *Abuja Light Rail Project*, US\$ 500 milhões para a construção de quatro terminais de aeroportos no país e 100 milhões de contrato para a expansão da conectividade entre os ministérios do governo na Nigéria (NICAF 2013). A visita de estado de Goodluck Jonathan à República Popular da China, em 2013, gerou manifestações de interesse por mais de US\$ 25 bilhões em investimentos de empresas chinesas na Nigéria, incluindo o *Memorandum of Understanding* de US\$ 20 bilhões, assinado entre o Ministério de Energia da China e o Ministério de Energia para gerar para a Nigéria, gerando para o país 20.000 megawatts de eletricidade. A China também ofereceu US\$ 6 bilhões para a Nigéria para projetos de infraestrutura durante a administração de Muhammadu Buhari e um empréstimo de US\$ 1,5 bilhão para o desenvolvimento da Nigéria, incluindo a expansão de quatro aeroportos em

Lagos, Kano, Abuja e Port Harcourt. Ao mesmo tempo, o governo de Buhari também assinou um acordo de câmbio com a China, no qual a Naira da Nigéria é trocada diretamente com o iene da China pelo seu valor real ao invés de convertê-lo em dólar para suas transações de importação e exportação. O esforço realmente reduziu o custo de importação da China para a Nigéria e vice-versa, diminuindo assim o preço de venda dos produtos nos dois países.

Os principais impulsos e importância estratégica das relações Nigéria-China

Há oito condicionantes principais do objetivo das relações bilaterais Nigéria-China (Ian 2006, II). Eles incluem fornecimento garantido de matérias-primas agrícolas e minerais para a China em troca de melhores ganhos em transações para a Nigéria, criação de mercado para produtos chineses e nigerianos nos respectivos mercados, obtenção de terras para fins agrícolas e apoio diplomático da Nigéria aos interesses da China nos assuntos internacionais em troca de ajuda técnica e facilitação de empréstimos para a Nigéria. Outros focos das relações China-África incluem a responsabilidade da China de apresentar uma alternativa credível ao modelo ocidental de desenvolvimento através do investimento estrangeiro direto e ensino dos modelos de desenvolvimento da China, o último que depende largamente de transferência de tecnologias de médio alcance para a Nigéria e da migração desimpedida do povo chinês para a Nigéria e vice-versa. Outro impulso fundamental da relação China-Nigéria é a provisão de informações verossímeis sobre possíveis oportunidades de investimento em ambos os países e como consolidar essas oportunidades por meio de conferências, palestras e outros fóruns de discussão.

A relevância estratégica das relações bilaterais Nigéria-China é enorme. Atualmente, a China é a segunda maior economia do mundo, uma conquista que ela usou com sucesso para tirar cerca de 400 milhões de chineses da pobreza. Este sucesso atraiu a atenção da Nigéria, com enorme população, para aprender lições das experiências chinesas na área de proteção social, a fim de conseguir usar seus próprios programas de erradicação da pobreza para tirar cerca de 80 milhões de nigerianos desta situação. A Nigéria é um dos países afortunados com os maiores depósitos de recursos naturais na África, e que poderiam ajudar o crescimento industrial da China.

A China é o país mais populoso do mundo, com o crescimento econômico global mais rápido nas últimas três décadas, uma média de 10% ao

ano, o que a transformou em uma das principais peças na economia global. Sua economia nacional é agora maior do que a do Japão, ou dos países da UE combinados. A Nigéria poderia aprender com a China como esse feito econômico foi alcançado e replicá-lo no país. Atualmente a Nigéria é o país mais populoso da África com vastas reservas de petróleo e gás, mas o país precisa da assistência financeira e técnica da China para aprimorar essas matérias-primas primárias em produtos de maior valor agregado, o que pode gerar maior número de divisas estrangeiras na Nigéria dos mercados internacionais. A China também precisa do petróleo e gás da Nigéria para impulsionar sua crescente indústria, enquanto a Nigéria é o maior mercado para produtos industriais da China na África, uma vez que as importações do país representam mais de um terço de seu comércio total com a África Ocidental.

A crescente política de diversificação da exploração de petróleo para o gás e outras alternativas energéticas pelos EUA e outros Estados ocidentais, que poderiam afetar as vendas dos recursos petrolíferos da Nigéria para esses países, trouxe a necessidade de diversificar as exportações de petróleo nigeriano para a China, com seu maior potencial de patrocínio sustentado por causa do aumento de suas principais indústrias que continuarão a exigir o petróleo da Nigéria, que está dentro da faixa de um milhão. A crescente demanda chinesa por petróleo da Nigéria também compensou a folga da demanda de petróleo da Nigéria pelos EUA, uma vez que a China respondeu por mais de 40% da demanda global de petróleo da Nigéria em 2017. Assim, uma cooperação econômica mais estreita entre a Nigéria e a China é muito instrutiva para a venda do óleo nigeriano. A Nigéria também está buscando mercados externos favoráveis para seus bens manufaturados e serviços, que a China poderia fornecer com sua população próxima a um bilhão de pessoas.

A economia da China é altamente diversificada, com grande capacidade de exportar variedades de produtos de valor agregado para muitos países, gerando um enorme acúmulo de divisas em contraste com a Nigéria, que ainda depende do petróleo como o ápice de sua economia com fraca fonte de divisas. A Nigéria poderia replicar os modelos de diversificação da China para seu crescimento econômico. Enquanto a China é o líder *de facto* do mundo em desenvolvimento, a Nigéria pertence ao continente com o maior número de países em desenvolvimento que poderiam ser ajudados pela China.

A Nigéria, como muitos outros países africanos, ainda prefere buscar assistência da China com condicionalidades de empréstimo mais leves, comparando a condicionalidade de empréstimos inflexíveis dos países ocidentais. A China está frequentemente disposta a financiar projetos de desenvolvi-

mento na Nigéria, às vezes sem garantia de retorno, uma política que muitos de seus parceiros tradicionais da Europa se recusaram a adotar.

Apesar dos benefícios inerentes às relações bilaterais entre a Nigéria e a China e sua importância estratégica para ambos os países, há ansiedade e preocupação quanto à escala das atividades da China na Nigéria, especialmente em seu apetite por recursos energéticos que são atormentados por uma fraca trajetória ambiental doméstica. O medo da possível degradação ambiental das empresas chinesas têm gerado preocupação entre os ativistas ambientais na Nigéria sobre as implicações dos investimentos chineses em segurança ambiental no país. Consequentemente, o investimento chinês é considerado uma ameaça e uma oportunidade para a Nigéria.

Os setores-chave dos investimentos chineses na Nigéria

Relações de investimento positivas foram registradas nas relações bilaterais Nigéria-China. As informações disponíveis apontam para uma tendência geral de aumento no influxo de IDE da China para a Nigéria. Embora, informações sobre atividades chinesas na Nigéria apontem para o aumento das atividades socioeconômicas; comércio, investimento, educação, saúde e relações técnicas, a maior parte do investimento chinês na Nigéria é pronunciada no setor econômico. De acordo com o East Asian Investment Indicator (2016), a China criou unilateralmente mais de 200 empresas de propriedade exclusiva ou joint ventures na Nigéria, que estão ativamente envolvidas nos setores de construção, petróleo e gás, serviços de tecnologia e setores educação da economia nigeriana. De fato, os interesses econômicos chineses na Nigéria podem ser amplamente classificados em três principais, incluindo aqueles pertencentes a investidores chineses privados, aqueles investimentos pertencentes ao governo chinês, àqueles mantidos em conjunto entre investidores privados chineses e nigerianos e aqueles privados entre chineses e outros investidores estrangeiros. Os investimentos chineses também se beneficiaram dos incentivos da Nigéria para investimentos estrangeiros, incluindo isenções fiscais e generosas cotas de expatriados. A Tabela 1 a seguir mostra o padrão de investimento chinês na Nigéria.

Tabela 1: Algumas empresas chinesas localizadas na Nigéria em 2015

Nome da empresa	Origem	Natureza do negócio	Natureza do investimento	Nível do investimento	Geração de emprego
Happy Chef Restaurant Ltd.	Chinesa e Nigeriana	Alimentícia - Restaurante	Joint venture	20 milhões	35 milhões
Plas Alliance Company Ltd.	Chinesa	Manufatureira de bolsas e sapatos de borracha	WFO	75 milhões	170 milhões
Royal Motors Company Ltd.	Chinesa	Peças de motocicletas	WFO	10 milhões	1000 milhões
Sun Lung Industries (Nigeria) Ltd.	Chinesa	Manufatura -Importação e dis- tribuição de bens eletrônicos, materiais de telecomunicação e instrumentos musicais.	WFO	20 milhões	75 milhões
ZTE Nigeria Investment Ltd.	Chinesa e Australiana	Produção, vendas, serviços e investimento relacionados a telecomunicações.	WFO	5 mithões	136 mithões

Fonte: NIPC (2016)

Por outro lado, as exportações da Nigéria para a China estão espalhadas por muitos e variados produtos que foram classificados de acordo com o Standard International Trade Classification Revision 3 (SITC Rev. 3) mostrado na Tabela 2. Estes produtos incluem alimentos crus, pele animal, petróleo bruto, produtos químicos e produtos manufaturados. A exportação total da Nigéria para a China em 2015 foi de US\$ 307,3 milhões, sendo a principal commodity de exportação o petróleo e os lubrificantes, que representaram US\$ 273,7 milhões. O próximo setor importante de exportação em 2016 foi de matérias-primas, que totalizaram US\$ 33,3 milhões. As duas outras commodities, de cacau e algodão, exportadas para a China em 2016 foram avaliadas entre US\$ 0,1 milhão e US\$ 0,2 milhão. Assim, em termos das exportações da Nigéria para a China, o petróleo e os lubrificantes ficaram em primeiro lugar, seguidos por bebidas e animais vivos, enquanto os bens manufaturados ficaram em quarto lugar. Em termos de importância das exportações da Nigéria para a China em relação ao mundo, a Nigéria exportou mais matérias-primas do que qualquer outro item, o que constituiu as principais exportações da Nigéria para a China em 2016.

oxportações da Nigória (115¢ milhão) Tabela 2: Parcela chinesa nas

Tabela 2	Tabela 2: Parcela chinesa nas exportações da Nigéria (US\$ milhão)	exportaçõ	es da Nig	éria (US\$	milhão)					
	Natureza do produto	2011		2013		2015		2011	2013	2015
Rev. 3		Mundo	China	Mundo	China	Mundo	China	Parcela exporta	Parcela chinesa nas exportações da Nigéria	nas Nigéria
0	Alimentos e animais vivos	293.9	0.0	205.4	0.2	592.6	1.8	0.0	0.1	0.3
_	Bebidas e Tabaco	1.7	0.0	1.3	0.0	3.9	0.0	0.0	0.0	0.0
2	Matérias-primas ex./ Combustível	262.4	0.0	54.5	33.3	304.0	12.6	0.0	61.1	4.1
m	Combustível e Lubrifi- cantes minerais	11189.8	0.0	19950.5	273.7	43054.7	503.9	0.0	1.4	1.2
7	Óleo animal/ vegetal e cera	0.1	0.0	2.6	0.0	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0
2	Produtos químicos n.e.s.	38.6	0.0	8.6	0.0	15.6	0.2	0.0	0.0	1.5
9	Bens manufaturados	347.3	0.0	10.0	0.1	255.4	8.2	0.0	9.0	3.2
7	Equipamentos de trans- porte/ maqunaria	185.9	0.0	70.3	0.0	114.7	0.0	0.0	0.0	0.0
∞	Outros artigos manufa- turados diversos ex. arte	15.7	0.0	9.1	0.0	26.9	0.2	0.0	0.0	9.0
6	Commodities <i>n.e.s.</i>	4.4	0.0	0.0	0.0	0.8	0.0	0.0	0.0	0.0
	Total de exportações	12339.7	0.0	20312.3	307.3	44369.6	526.9	0.0	1.5	1.2

Fonte: World Integrated Trade Solution (WITS) database (2007)

Implicações dos investimentos chineses para a segurança econômica da Nigéria

A partir das conclusões deste documento, os investimentos chineses na Nigéria são mais pronunciados nos setores de petróleo, gás e rodoviário. Outros interesses de investimento chineses abrangem a construção ferroviária, energia e telecomunicações, sendo SINOPEC, CNPC e CNOON os principais investidores chineses nos setores de petróleo e gás da Nigéria, com um investimento total de US\$713.4 bilhões em 2015. Os investimentos chineses no setor de construção na Nigéria, que é de cerca de US\$ 115,41 bilhões, é dominado por quatro grandes empresas: CCECC, CGC, SINOMA e CSCEC. O CCECC é responsável pela construção de ferrovias, habitações, rodovias e pontes, enquanto o CGC está encarregado pela construção de aeroportos e projetos de abastecimento de água, como barragens. O SINOMA está na produção de cimento, enquanto o CSCEC está na construção de imóveis. A ZTE e a Huwaei são as principais empresas do setor de telecomunicações, responsáveis por cerca de US\$ 55 bilhões em investimentos na China em 2015. A SEPCO é uma grande investidora no setor de energia nigeriana, com cerca de US\$ 40,9 bilhões em investimentos. Os resultados indicam que os investimentos chineses no setor de petróleo e gás assumiram a liderança ao longo dos anos. As exportações da Nigéria para a China incluem bebidas, petróleo bruto, peles de animais, materiais de artes, que totalizam cerca de US\$ 12 bilhões.

Pode-se deduzir que, desde o início, os investimentos chineses na Nigéria são enormes e crescentes, enquanto que os investimentos da Nigéria na China são menores devido à sua incapacidade de competir com os produtos chineses na China, comprometendo assim a sua segurança econômica contra o domínio chinês. A Nigéria precisa aumentar sua capacidade interna para acompanhar o ambiente competitivo da China. No entanto, a magnitude dos investimentos chineses é grande na Nigéria, mas sua contribuição para o desenvolvimento do país é questionável, já que muitos dos ganhos obtidos com seu investimento na Nigéria não são reinvestidos, porém repatriados para a China a fim de promover seu crescimento econômico, ao mesmo tempo em que enfraquecem a sobrevivência da economia da Nigéria. Os investimentos chineses nos setores de petróleo e gás, energia, telecomunicações e construções também aumentaram a dependência da Nigéria da China para seus aparelhos de telecomunicações, em vez de facilitar as TICs feitas na Nigéria, por meio da transferência tecnológica, o que leva à falta de criatividade e diversificação da economia nigeriana e, assim, comprometendo

sua segurança econômica na área de autossustentabilidade. O fato de que o setor petrolífero, principal permanência da economia nigeriana e de onde o país obtém 80% de suas divisas estrangeiras, é administrado principalmente por estrangeiros, incluindo a China, prejudica a segurança econômica da Nigéria, porque dá aos chineses acessos privilegiados à informações sobre as fontes de sucessos relativos sobre o quanto a economia petrolífera nigeriana é premissa e como tal economia poderia ser comprometida, se necessário.

O estudo constatou que os investimentos chineses continuaram a se expandir na Nigéria com o aumento da concorrência entre as indústrias manufatureiras locais e os investimentos estrangeiros do país. Todo o cenário negativo acima expõe a economia da Nigéria ao perigo de um crescimento atrofiado e prejudica suas indústrias nascentes de concorrentes rígidos da China. Há também a dependência da economia nigeriana da China, pois 60% das importações eletrônicas para a Nigéria são atualmente provenientes da China, pois esses bens são relativamente mais baratos do que os importados da Europa. Muitas das indústrias de médio porte da Nigéria são incapazes de vender seus produtos nos mercados por causa do alto custo de produção, dos altos custos indiretos e da infraestrutura de produção em ruínas na Nigéria, condicionando a segurança das empresas nacionais ao iminente colapso em face de duras competições de mercadorias importadas da China. A corrupção na Nigéria também enfraquece sua segurança econômica, já que muitas agências fiscais nigerianas, incluindo a Federal Inland Revenue, às vezes subvalorizam os impostos das empresas chinesas, levando à perda de enormes receitas acumuladas para a Nigéria. O tratamento desumano dos trabalhadores nigerianos nas empresas chinesas também enfraquece a sua segurança econômica pessoal, já que muitos deles são informais e não possuem direitos, enquanto outros são sobrecarregados e mal remunerados.

O aumento do afluxo de empresas chinesas para a Nigéria, em grande parte, tirou do mercado muitos setores nacionais emergentes, levando à perda de empregos e a insegurança econômica pessoal para esses trabalhadores. No estado de Kano, na Nigéria, por exemplo, a presença de empresas têxteis chinesas deixou desempregados muitos nigerianos, tendo em vista que a empresa forçou o fechamento de muitas empresas locais devido ao fato de não poderem competir com essas as empresas estrangeiras. A Nigéria também continuou a ser um enorme mercado para os produtos chineses, o que, por sua vez, tem impulsionado continuamente a economia da China em vez da Nigéria, enfraquecendo assim a segurança da economia do país de um ótimo desempenho. A Embaixada da China na Nigéria também enfraquece sua segurança econômica concedendo vistos principalmente aos nigerianos que querem importar da China, o que criou a oportunidade para muitos

da Nigéria de patrocinar produtos chineses relativamente baratos em vez dos feitos localmente, o que levou ao colapso gradual das indústrias locais. Muitas empresas chinesas, incluindo a ZTE, não produzem na Nigéria, já que a maioria de seus produtos são importados da China com equipamentos completos e técnicos chineses, prejudicando assim a segurança no emprego para muitos nigerianos.

Conclusão

Os resultados deste artigo foram que a Nigéria e a China se beneficiaram de suas relações diplomáticas, mas a relação não é mutuamente recompensadora, uma vez que esta tem sido inclinada para a China. A relação desigual entre os dois países aumentou a dependência da economia nigeriana da China e minou sua segurança econômica. Os resultados também revelaram que a China é um modelo global de rápida transformação socioeconômica , e que a Nigéria poderia estudar para melhorar o desempenho ideal de sua economia. O estudo concluiu que, para a Nigéria beneficiar-se otimamente de suas relações econômicas competitivas com a China, o país precisa construir sua capacidade produtiva interna por meio do treinamento regular de sua força de trabalho.

Recomendações

Deveria haver uma sinergia entre o governo nigeriano e as partes interessadas sino-nigerianas para garantir a coerência na formulação de políticas e esforços que visem reduzir o desequilíbrio comercial entre os dois países a favor da Nigéria. A Nigéria também deve diversificar suas exportações de produtos primários para produtos secundários para aumentar o valor de seu produto na China, a fim de gerar maiores ganhos em divisas. O governo nigeriano deve aprovar legislação contra a importação de mercadorias inferiores da China.

REFERÊNCIAS

- Ampiah, Kweku, and Sanusha Naidu. 2008. "Crouching Tiger, Hidden Dragon?: Africa and China",12-17. Cape Town: University of Kwazulu-Natal Press.
- Brautigam, Deborah. 2009. The Dragon's Gift: The Real Sting of China in Africa. New York: Oxford Press.
- Brown, D. 2012. "Hidden Dragon Crouching Lion: How China's Advance in Africa is underestimated and Africa's Potential Underappreciated"; Strategic Studies Institute USA.
- Chibundu, V. N. 2007. Foreign Policy with Particular Reference to Nigeria (1961-2008). Spectrum books Limited Ibadan.
- Christensen, Thomas. 1996. "Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization and Sino-American Conflict 1947-1958," 43-45. Princeton: University Press.
- Dabour, N. 2000. "The role of Foreign Direct Investment(FDI) in Development and growth in OIC member countries" *Journal of Economic Cooperation* 21,(3) 27-55.
- Davies, Martyn. 2008. "Special Economic Zones: China's Development Model comes to Africa". In China into African Trade and Influence, edited by Rotberg, Berga, 137-145 Maryland: Brooking Institution Press.
- Davies, P. 2007. *China and the end of poverty in Africa towards mutual benefit?* Diakonia, August . Alfaprint, Sundbyberg, Sweden,
- Denus, Tull. 2006. "China's Engagement in Africa: Scope, Significance and Consequences" *The Journal of Modern African Studies*. No.3. Vol.44 459-497.
- Enuka, Chuka. 2010. "The Forum of China-Africa Cooperation (FOCAC): A Framework of the 21st Century". Pakistan Journal of Social Sciences (PJSS) 30 (2): 2009-2018.
- Farole, T and Winkler D, eds. 2014. "Making Foreign Direct Investment Work for Sub-Saharan Africa: Local Spillovers and Competitiveness in Global Value Chains". Directions in Development. Washington, DC: World Bank
- Gregory, M. S. 2001. "Elephants, Ants And Superpower: Nigeria's Relations With China"; publication eds Chris Alden "Issues in the Nigerian China Dialogue NIIA PESPECTIVE": South Africa Institute of International Affairs Occasional paper No 42 SAIIA'S On the Occasion of Nigeria China Dialogue.

- Global Development *Monitoring Report*. 2012: A Development Emergency in China, 11-13. Washington: Global Press.
- Haruna Danja, K. 2012. "Foreign Direct Investment and the Nigerian Economy" in American
- Hickey, M. and Mohan G. 2004. *Towards participation and transformation:* critical themes and challenges. London: Macmillan Press
- Hyden, G. and Mukandala R. (eds.) (1999). Agencies in Foreign Aid: Comparing China, Sweden and the United States in Tanzania. London: Macmillan Press
- Ian, Taylor. 2006. China's Oil Diplomacy in Africa. London: Routledge.
- Jiang, Wenran. 2009. "Fuelling the Dragon: China's Rise and its Energy and Resources Extraction in Africa". *China's Quarterly* (199) (09): 585-615.
- Kelley, J. 2010. "China in Africa: Curing the Resource Curse with Infrastructure and Modernization." *Sustainable Development Law & Policy* NewYork 12, no. 3 35-41, 57-60.
- Kort, Daniel. 2010. South- South Strategic Bases for Africa to Engage China. London: Zed Books
- Meine, Park. 2011. *The New Presence of China in Africa*. Amsterdam: University Press.
- Mthembu, Salter .G. 2009. "Elephants, Ants and Super Powers: Nigeria's Relations with China". South African Institute of International Affairs, 7-13.
- Ogunrinu, Olaoluwanike. 2014. "Chinese Investments in the Nigerian Oil, Gas and Power Sectors". *Graduate Project*. University of Ilorin: Department of History and International Studies, 6-34.
- ______. 2017. "The Implications of Chinese Investments in Nigeria for National Development". Postgraduate Dessertation. *Centre for Peace and Strategic Studies*, University of Ilorin, 9-16.
- Ogunsanwo, Alaba.2008. *China's Policy in Africa*, 23-28. London: Cambridge University Press.
- Okwe, Mathias. 2012. "Federal Government Incurs More Debt, Takes China's #1.1 billion Credit". *The Guardian*, 9.

- Oniku, Charles, and Gbadamosi, Adelodun. 2009. "The Strategic Implications of China's Economic Pacts with Sub-Saharan African Countries: The Case of Nigeria". Conference of the International Journal of Arts and Sciences 1(18):115-130
- Pease, Kelley-Kafe. 2010. "China in Africa: Curing the Resource Curse with Infrastructure and Modernization". Sustainable Development Law and Policy. 12(3). 35-41, 57-60.
- Reno, William. 1999. "The Descriptive Political Logic of Weak States". In Warlord Politics and African States, edited by Edbong Moore 23-28. Lynne: Rienner publication.

RESUMO

Apesar das relações bilaterais funcionais existentes entre a Nigéria e a China, os benefícios acumulados para cada país de sua interação socioeconômica têm atraído debate, ressentimento e críticas entre os nigerianos. Preocupações foram levantadas sobre o impacto negativo presumido dos investimentos chineses na frágil economia da Nigéria através do dumping de produtos industriais chineses inferiores no país e da falta de transferência de tecnologia da China para a Nigéria. Alguns estudiosos argumentam que há menos oportunidades para a sobrevivência dos investimentos da Nigéria na China, esta que é amplamente caracterizada pelas restricões de emprego e vistos para muitos nigerianos que procuram explorar oportunidades de negócios na China. Este estudo analisou o perfil de investimento da China na Nigéria e suas implicações para a segurança econômica desta. Especificamente, o documento traçou o contexto das relações Nigéria-China e investigou os principais impulsos e importância estratégica desse relacionamento. O estudo também identificou os setores-chave dos investimentos chineses na economia nigeriana e discutiu as implicações das relações bilaterais Nigéria-China para a sobrevivência econômica da Nigéria. O estudo está ancorado em metodologia de pesquisa descritiva, consistindo de dados qualitativos B, que se basearam principalmente na literatura existente. Os resultados do trabalho mostraram que a Nigéria e a China se beneficiaram de suas relações diplomáticas, mas a relação entre os dois países não é mutuamente recompensadora por essa ser inclinada para a China. A relação desigual entre os dois países aumentou a dependência da economia nigeriana na China e enfraqueceu sua segurança econômica. Os resultados também revelaram que a China é um modelo global de transformação socioeconômica rápida que a Nigéria poderia estudar para melhorar o desempenho ideal de sua economia. O estudo concluiu que, para a Nigéria beneficiar-se otimamente de suas relações econômicas competitivas com a China, o país precisa construir sua capacidade produtiva interna por meio do treinamento regular de sua força de trabalho, além de também proibir a importação de produtos chineses comparativamente inferiores.

PALAVRAS-CHAVE

Investimento; Economia; Segurança; Consequências.

Recebido em 10 de outubro de 2018. Aceito em 13 de janeiro de 2019.

Traduzido por Gabriela Ribeiro Santos.

O PAPEL DAS CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS DE PETRÓLEO NA NIGÉRIA: MAIS EXPLORAÇÃO EQUIVALE A UM MENOR DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO RICA EM PETRÓLEO DO DELTA DO NÍGER

Oluwatoyin Oluwaremilekun Oluwaniyi1

Introdução

A integração das economias mundiais exigiu a criação e a propagação dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs) de modo global, devido à sua potencialidade como uma importante fonte adicional de capital de investimento e experiência gerencial. Devido aos potenciais dos investimentos estrangeiros, países em desenvolvimento têm aderido às corporações multinacionais como fontes de progresso econômico, crescimento de renda, oportunidades de emprego e redução de pobreza, obtendo, até agora, um resultado, surpreendente. Em 2012, o valor do IDE (investimento direto estrangeiro) em economias em desenvolvimento, pela primeira vez, superou o das economias desenvolvidas, com os fluxos de IDE em direção ao Sul Global, alcançando mais de USD 700 bilhões (Anner e Hossain 2014, 6). Os resultados obtidos da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD 1999) revelaram que o IDE continua a aumentar globalmente enquanto multinacionais operam em tais economias. Para reforçar essa afirmação, em 2008, 82.000 corporações multinacionais (MNCs) controlavam uma estimativa de 810.000 afiliações estrangeiras, comparadas às 63.459 MNCs que possuíam 689,520 afiliações estrangeiras em 1998 (UNCTAD 2000; UNCTAD 2009). Curiosamente, cerca de 425.000 dessas afiliadas

I Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade de Redeemer, Ede, Nigéria. E-mail: oluwaniyio@run.edu.ng.

estão localizadas em países do Sul Global, fora que o valor acrescentado ao comércio contribui em 30% para o PIB dos países do Sul Global, enquanto que nos países desenvolvidos contribui com 18% (UNCTAD 2013).

Nigéria não é isenta da integração de economias em desenvolvimento dentro do sistema global capitalista. A origem da integração nigeriana pode ser traçada pelo fluxo das Corporações Multinacionais nos setores de banco e manufatura durante a era colonial. m 1956, porém, a descoberta de petróleo bruto pela Shell D'Archy expandiu a integração no setor extrativista e as corporações multinacionais emergiram como os principais organismos extrativistas (Oluwaniyi 2010). Desde 1956, o petróleo bruto na região Delta do Níger tem sido central para a economia política da Nigéria, representando mais de 90% de sua receita estrangeira e definindo seu lugar nas 'relações internacionais' (Raji; Yusuf e Samuel 2013, 24; Soremekun 2011, 99)

Embora alguns acadêmicos tenham associado às corporações multinacionais de petróleo com o desenvolvimento dos Estados hospedeiras, a região Delta do Níger continua a definhar na pobreza profunda. As comunidades ricas em petróleo falharam em se beneficiar dos lucros obtidos pelos níveis de exploração do petróleo bruto e da região no geral. Esse paradoxo demonstra ainda mais a violenta crise perpetrada pela frustrada juventude da região (Obi e Rustad 2011). Da mesma forma, Angola, Guiné-Equatorial e Sudão também estão entre os cinco maiores exportadores de petróleo da África Subsaariana mas, em termos de desenvolvimento, sua performance têm sido deprimente (UNCTAD 2007). Os efeitos da presença das MNOCs (corporações multinacionais) provocaram debates sobre o quanto elas contribuíram para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento da região. É mediante esse contexto que tem sido extremamente pertinente avaliar, em termos concretos, os efeitos das atividades das MNOCs na região Delta do Níger. Os objetivos deste artigo incluem analisar até que ponto as corporações petrolíferas multinacionais colocaram suas expectativas na região Delta, o papel do Estado como mediador ou perpetuador das crises entre as corporações e as comunidades petrolíferas e os impactos nas relações na região.

Este estudo é um resultado de várias pesquisas de campo em toda região do Delta, Bayelsa e River, que são as áreas mais voláteis do Delta-Níger, de 2004 à 2015. Os estudos consistem em entrevistas pessoais e discussões de grupos focais, atingindo locais, grupos da sociedade civil e ex-militantes. As comunidades incluem: Okerenkoko, que hospeda a Chevron-Texaco e a Empresa de Desenvolvimento de Petróleo da Shell da Nigéria (SPDC); e a Kokodiagbene, que hospeda apenas a SPDC. Ambas são comunidades Ijaw no Rein Gbaramatu, Estado do Deta; Otuasega na área governamental Ogbia

no Estado de Bayelsa hospeda a SPDC, Peremabiri hospeda SPDC e a AGIP (Azienda Generale Italiana Petroli), e Olugbobiri hospeda a SPDC e a NAOC, que estão no sul de Ijaw, em Bayelsa; Bukuma hospeda a SPDC, AGIP e a Empresa de Gás Natural Liquefeito (GNL). Bakana hospeda a Eroton Exploração e Produção Limitada (anteriormente hospedada pela SPDC) e Bille em Degema; e Kegbare Dere no governo local de Gokana em Ogoniland, no estado de Rivers. Ambos possuem oleodutos SPDC passando pelas suas comunidades. As comunidades fornecem uma quantidade suficiente de evidência para reforçar a relação entre as atividades das corporações petrolíferas multinacionais e o subdesenvolvimento da região rica em petróleo.

À parte da introdução, a seção dois foca em uma ampla análise conceitual das corporações multinacionais. A seção três envolve a análise contextual das operações das corporações petrolíferas na região do Delta, enquanto a seção quatro analisa de forma crítica os efeitos das operações dessas multinacionais na região, citando dados primários e o papel do Estado na consolidação dos efeitos negativos. A seção cinco explora a realidade atual da região na sequência do programa de anistia. A seção cinco é a conclusão.

Corporações Petrolíferas Multinacionais na região do Delta

A região Delta do Níger, que é o centro da produção de petróleo e gás, é uma das maiores zonas úmidas do planeta, cobrindo 70.000 km², formada pelo acúmulo de depósitos sedimentares, transportados pelos rios Níger e Benue (Azaiki 2007, I; World Bank Report 1993, I). Isso não infere o fato de que todos os estados produtores de petróleo constituem a região Delta (Ejovi et al 2014, 142). Nesse contexto, Delta-Níger se refere a áreas identificadas com características deltaicas, no sul da Nigéria, que inclui os estados de Bayelsa, Riverses e Delta, além de partes dos estados de Akwa Ibom, Cross River, Edo e Ondo (Oluwaniyi 2017).

O terreno pantanoso e a ecologia frágil – compreendendo a extensa planície tropical, florestas frescas, ecossistema aquático e biodiversidade – basicamente forma a economia política pré-existente da região e define os meios de subsistência da população local, como agricultores, pescadores, comerciantes, processadores de alimentos e fabricantes locais de itens ligados às principais economias de subsistência (Anistia Internacional 2011). De fato, nas eras pré-colonial e colonial, o azeite de dendê, um grande produto agrícola da região, serviu como uma grande fonte de exportação e câmbio

estrangeiro, assim como fonte de renda para agricultores². A emergência de petróleo bruto e a dependência das atividades extrativistas das multinacionais na região, entretanto, mudaram a base da economia do Estado nigeriano.

Em 1956, Shell D'Archy (agora SPDC), descobriu petróleo bruto em Oloibiri, agora estado de Bayelsa, e, em meados de 1958, o produto estava disponível em quantidades comerciais através da distribuição da SPDC para outras multinacionais petrolíferas, incluindo Mobil, Gulf (agora Chevron), Agip, Safrap (agora Elf), Texaco e outras. Desde esta descoberta de petróleo em quantidades comerciais, a região tem provado ser a área produtora de petróleo mais fértil da Nigéria, contendo setenta e oito campos de petróleo, incluindo os de Forcados e Yorki (Ejovi et al 2014). Mas é imperativo notar que o mesmo terreno pantanoso que serviu como meio de subsistência para a população local, atraiu também a extração de petróleo bruto em largas escalas, distorcendo, assim, a agro-economia orgânica dos habitantes da região.

Obviamente, a recuperação da produção e as receitas provenientes da venda de petróleo – especialmente a subida de N4,733 milhões em 1971 para 8880.8 milhões em 1979 – (Ermenuga 1993) levaram a uma negligência total do setor não-petrolífero da economia nigeriana, tornando-se o principal pivô em torno do qual os objetivos de desenvolvimento da Nigéria eram articulados.

A receita do petróleo subiu de N1,410.7 milhões do total da receita do governo para N2.240.1 milhões em 1980, representando 53.8% do total da receita acamulada para o Estado (Amu 1986). Em 1989, a porcentagem de participação da receita do petróleo (39,130.50 milhões) da receita total (47,798.30) foi 81.9% (CBN 1998). O número para o período 1990-1993 totalizou US\$ 199,3 bilhões. A Nigéria obteve tanto lucro do petróleo que um alto funcionário do governo foi citado dizendo: "dinheiro não era um problema na Nigéria, mas sim como se gasta esse dinheiro" (Owugah 2000, 105). Entre 1990 e 1997, o valor da exportação de petróleo estava acima de 95% do total de suas exportações. Por exemplo, em 1991, o valor da exportação do petróleo bruto estava N116,856.5 milhões do total do valor das exportações de N121,533.7 milhões, representando 96.2%, o que aumentou para NI,065,501.60 bilhões do total de exportação de 1,091,130.90 (CBN 1998). Até 31 de dezembro de 1995, o valor do petróleo bruto, a taxa de petróleo e seus royalties totalizaram US\$ 7,898 bilhões (Anyanwu 1997, 54). Em 2007, as estatísticas mostraram que um estimado de 23,183.9 bilhões barris de petróleo

² Entrevista com a Chefe Sra. Josephine Ogoba, Warri 10 de agosto de 2006; Sra. Victoria Abadi, a líder Kokodiagbene, 5 de março de 2009; e o Chefe Azulu em Olugbobiri, 7 de março de 2013.

bruto eram produzidos no Delta do Níger e que isso equivale a uma receita de N29.8 trilhões (Tell 2008*). A militância, entretanto, afetou as receitas de petróleo, fazendo com que as contribuições do petróleo nas receitas totais declinassem de 71.7% para 69.2% em 2012 (Bureau of Statistics 2013).

Devido, principalmente, às receitas de petróleo, a economia nigeriana estava, em 2016, avaliada em termos de PIB (Produto Interno Bruto) como o 6º país produtor de petróleo e como a 12ª maior economia do mundo (UNDP 2016, 20). Mas, ironicamente, enquanto o governo federal (em diferentes regimes) embarcou em um desenvolvimento estrutural da infraestrutura, incluindo projetos elefantes em áreas não-petrolíferas, fornecendo eletricidade a alguns países da África, se comprometendo com outros programa humanitários na África e, além disso, incluindo a manutenção de paz; mais de 85% da população ativa da região não tinha conexão com a indústria de petróleo e gás, contando com empresas informais que forneciam baixo salário e baixa produtividade como fonte principal de subsistência (UNDP 2006; Owugah 2000, 106). Isso representa o paradoxo da extrema riqueza, da extrema pobreza e do subdesenvolvimento da região do Delta Níger.

Efeitos do papel das Companhias Multinacionais de Petróleo na região do Delta

Dizer que a extração de petróleo por parte das multinacionais na região tem sido uma benção é ignorar a propensão da agonia do desenvolvimento. Como argumentado por moradores,

petróleo flutua pelos nossos gramados e comunidades, flutua dia e noite, fornecendo bilhões de dólares enquanto os verdadeiros 'donos' não ganham nada³, não há benefícios na exploração do petróleo. Não temos boas escolas... Tudo é sub-gerenciado. A Shell tem mais de 30 poços e se a AGIP aparecer, nós vamos ter mais de 50 poços, mas não há desenvolvimento⁴.

Devido à subjugação da região do Delta às operações *onshore* e *offshore* das multinacionais, portanto, as relações sociais da produção de petróleo têm penetrado a estrutura social das comunidades locais e definindo seu espaço,

³ Entrevista com Apaingolo Ebipatei, no assentamento da Anistia em Obubra, 9 de Agosto,2011

⁴ Entrevista com Toby, o Jovem vice-presidente em Peremabiri, 5 de março de 2013

em grande parte como os excluídos, os alienados e os explorados" na grande sociedade nigeriana (Ibaba 2005, 13-14).

A degradação ambiental, através dos entornos de petróleo e chamas de gás, forma o ponto crucial das multinacionais em definir o espaço de alienação e exploração perpetuado pelas mesmas. Entre 1976 e 1996, uma estimativa de 1,369,471 barris de petróleo bruto foram derramado durante a prospecção de petróleo e gás ou devido ao vazamento de tubulações, dos quais, 1,820,411 não foram recuperados e foram, portanto, absorvidas pelo solo (Okaba 2005). Até 2011, foi observado que um total de 2,4 milhões de barris tinham vazados no Delta (Ekubo e Abowei 2011). Na maioria das comunidades Ogoniland, especialmente K-Dere e Bille, a água potável está totalmente contaminada com altos níveis de hidrocarbonetos, comprometendo assim a sua saúde⁵. Na ausência de fontes alternativas, os habitantes utilizam a água escura e oleosa do rio para cozinhar e beber⁶. Assistência humanitária tem sido motivada externamente ou dirigida por filantropos sob forma de prestação de ajuda para salvar as comunidades de crises de saúde potenciais ou imediatas⁷. Em outros casos, a auto-ajuda em termos de esforço coletivo ou comunitário tem ajudado a fornecer água subterrânea. Mas, na maioria das vezes, devido a falta de fundos, tais projetos são totalmente abandonados por causa da procura de petróleo bruto, deixando os habitantes sem outras opções a não ser a depender do rio como principal fonte de sobrevivência8. Em outras comunidades, é um sistema de crença cultural enterrar os mortos no gramado de casa que serve como forte imagem icônica das pessoas, se contrapondo à moderna escavação de poços9. Como no tempo do estudo de Peremabiri, a água subterrânea era disponível apenas na casa de hóspedes e na residência do ex-senhor de guerra Ogunboss¹⁰.

⁵ Durante a minha visita a esses dois lugares, eu vi fazendeiros que haviam sido poluídos pelo petróleo

⁶ Estudos científicos em K-Dere, Ogoniland; Otuasega, Peremabiri e Olugbobiri no Estado de Bayelsa; e Kokodiagbene no Estado do Delta em vários períodos confirmaram esse desastre.

⁷ Entrevista com Joshua Inifa em Bukuma no dia 11 de fevereiro de 2013, revelou que uma membra da Jovem Corporação Nacional de Serviço doou um furo completo à comunidade Bukuma em 2012.

⁸ Entrevistas com residentes em K-Dere, Bille, Olugbobiri e Bakana.

⁹ Entrevistas com diferentes categorias de pessoas em Peremabiri, incluindo os chefes Karibo (Snr) e Kologbo, o jovem vice-presidente, Tobi; o Secretário CDEC, Siri, em março de 2013. Entrevista com Jams Ugbokiri, Uju CDC Presidente Similar cultura existe em Okrika.

¹⁰ Eu fiquei na Casa de Hóspedes com a minha assistente de pesquisa e observei que aldeões entravam na casa de hóspedes para buscar água na fonte subterrânea.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (2011) afirma que devido às trações dos rios e riachos do Delta do Níger, que fluem em direção ao Oceano Atlântico, o derramamento de petróleo em uma comunidade pode prejudicar outras comunidades. Em locais onde os efeitos de tais derramamentos não são óbvios, essas áreas foram 'severamente contaminadas' no seu subterrâneo, assim ameaçando a segurança dos humanos na região. De fato, "o rio que deveria ser utilizado para a pesca foi neutralizado pelo excesso de petróleo bruto"11. Em Ogoniland, Rivers, Otuasega eBayelsa; o derramamento de petróleo em fazendas atrofiou o crescimento de alguns produtos agrícolas e afetou a existência de algumas espécies de taro (cocoyam) e bananas, refletindo nos preços dos produtos agrícolas disponíveis no mercado¹². Também afetou alguns produtos da fauna. Nos últimos anos, produtos aquáticos são geralmente muito pequenos e até contaminados¹³. Na maioria das vezes, as mulheres vendem frutos do mar contaminados para obter lucros, deixando os compradores com questões de saúde de alto risco¹⁴. Às vezes, devido à espessura do derramamento de óleo, as redes de pescas são danificadas. Mas infelizmente, as companhias petrolíferas presentes nessas comunidades falharam em fornecer novas redes de pesca, pagar pelas danificadas ou então achar outras alternativas ao tradicional mecanismo de pesca, pois quando o pagamento é feito, é sempre muito distante do que foi estragado¹⁵. Os resultados são dificuldades econômicas para centenas de famílias que dependem da pesca e da agricultura para sobreviver, se tornando uma grande ameaça à segurança humana¹⁶. De fato, levaria à SPDC 30 anos e um custo de \$1b para limpar os derramamentos de petróleo em Ogoniland (Obi 2012). Antes da exploração de petróleo bruto em quantidades comerciais, as mulheres poderiam lavrar a terra por vários anos, entretanto, atualmente, as atividades das multinacionais impediram totalmente essas oportunidades.

II O General-Chefe Okei (o porta-voz dos ex-agitadores da terceira fase) em um grupo focal de discussão com o General Parker, General Godbless Ozoto e o General Andrew em 5 de dezembro de 2012

¹² O autor foi levado aos locais de derramamento.

¹³ Entrevistas com mulher do mercado nos Estados de Delta e Rivers em 2006 e 2013 respectivamente

¹⁴ Entrevista com o Sr. Jonjon, o líder do Conselho Jovem de Ijaw, no escritório IYC, Yenagoa no dia 4 de abril de 2005.

¹⁵ FGDs com chefes em Peremabiri em março de 2013. Eles reclamaram amargamente sobre a perda de suas redes de pesca para o grande derramamento de petróleo no meio-ambiente e como a SPDC se recusou a recompensá-los. As mulheres líderes em Bakana também reclamaram sobre a perda de suas redes de pesca e até de barcos para a poluição do petróleo.

¹⁶ Entrevistas com mulheres em casa e na áreas de mercado em Warri, e Yenagoa

Com o intuito de evitar pagar compensação pelos danos na flora e na fauna, as multinacionais petrolíferas fizeram reclamações de que a maioria dos derramamentos foram causados por sabotagens, e, de acordo com as leis nigerianas, não é necessário compensação em casos assim. A conclusão de que a sabotagem ocorreu é amplamente definida pelas próprias multinacionais, aumentando as chances de injustiças contra as vítimas¹⁷.

Para piorar as condições repressivas dos habitantes locais, o gás é queimado sem parar, sem preocupação com a saúde dos habitantes, com a sua sobrevivência econômica nem com o meio ambiente em geral. De fato, chegar perto da zona de queima de gás pode ser comparado com uma carne ou peixe assado em uma alta temperatura¹⁸. Apesar disso, a Nigéria foi do segundo Estado com maior queima de gás (com 80% de gás queimado) para a sétima posição, com Rússia, Iraque, Irã, Estados Unidos, Venezuela e Argélia no topo da lista, apesar da porcentagem de queima de gás ainda ser alta aos 10% (Okafor, 2017; Igwe, 2009: 6-9). Enquanto isso, a pena contra a queima que é N10 por 1,000 scf de gás, associado a deflagrar, parece extremamente baixa para compensar as perdas de vidas e propriedades, tendo diminuído seu valor ao longo do tempo age não como pretendido, mas como um desincentivo (Asu 2017). No que diz respeito a isso, a baixa penalidade garantida pelo Estado sobre a sistemática poluição da região fornece uma opção muito mais barata, assim como aumenta a arrogância e a atitude indiferente das companhias petrolíferas. Enquanto isso, atitudes tão imprudentes não existem nos países natais das multinacionais de petróleo¹⁹. Para Ejovi et al (2014), o interesse das multinacionais petrolíferas é a maximização do lucro direto, obtendo, como resultado, a sua desconsideração com os regulamentos ambientais existentes e as leis que protegem os necessitados contra um Estado ineficaz de aplicar e implementar a regulamentação. Os impactos na saúde por derramamento de petróleo e queima de gás não são quantificáveis. Enquanto o derramamento de petróleo culmina em deformidades infantis e dores corporais, as explosões de gás resultam em sérios problemas de saúde respiratória²⁰.

¹⁷ Entrevista com as ONGs Anpex e Terra Viva Fundação Nigeriana no Estado de Rivers, agosto 2011 assim como o representante da NDDC no escritório da mesma, Yenagoa, Estado Rivers em dezembro de 2012

¹⁸ Encontro do autor durante a sua visita às áreas de queima de gás em Otuasega, 2005 e Olugbobiri, sul de Ijaw, no Estado de Bayelsa em 2013

¹⁹ A Nigéria perdeu 217 bn para a queima de gás em 2016 - NNPC 24 See Punch Fevereiro 2017

²⁰ O filho da minha assitente de pesquisa em Olugboiri teve um grande crescimento no olho direito

Os efeitos desses incidentes devastantes pelas indústrias petrolíferas é tanto que as pessoas não se envolvem mais com agricultura produtiva, pesca e caça como deveriam. Nas palavras de Owugah (2000, 109), "a confiança e a segurança na qual as pessoas tinham na capacidade do seu ambiente natural e na sua própria capacidade de aproveitar os recursos naturais para sustentar suas necessidades psicossociais foram muito desgastadas pelos efeitos devastadores das atividades das empresas petrolíferas sobre seu meio ambiente e seus meios de subsistência. As condições de vida nos locais não reflete a presença de multinacionais tão ricas nas áreas afetadas (UNDP 2016, 20). Por exemplo, é importante notar que a SPDC começou suas operações em Kegbare Dere (ou K-Dere) em 1958 e possui 57 poços de petróleo dos 96 poços de petróleo em Ogoniland, porém as condições de vida são totalmente desanimadoras e dignas de pena 21. Apesar do número de companhias petrolíferas operando em Peremabiri e Bakana, ambas comunidades continuam completamente subdesenvolvidas. Grande parte da sua juventude está ou desempregada²² ou empregada nos degraus mais baixos da escala do emprego, geralmente por contrato²³. Baseado nos pedidos das multinacionais, os jovens e, por vezes, os líderes do CDC recrutam um número específico de jovens da comunidade para cortar grama e reparar tubos e paredes a fim de conter o nível das chamas de gás²⁴. Às vezes, o SPDC outorga subsídios sit-in-home aos jovens com condições ou em comunidades agressivas, para atuar como um indicador para aliviar sua capacidade destrutivas em tubulações de petróleo²⁵.

No entanto, as multinacionais têm, de algum jeito, contribuído para o desenvolvimento da região. Desde os anos 90 elas têm implementado muitas políticas de responsabilidade social, particularmente com os projetos de 'desenvolvimento' na região, como prefeituras, bancas de mercado, clínicas caseiras, escolas, eletricidade (através da compra e instalação de geradores)

²¹ Estudos científicos conduzidos em K-Dere, uma comunidade Ogoni em 2005 e 2011; e em Peremabiri e Bakana em 2013.

²² Grupo focal de discussão com os generais Okei, Andrew, Parker e Godbless Ozonto em Yenagoa, 15 de dezembro de 2012; Entrevista com a Secretária Financeira Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Bakana (BCDA), Apostle Abioton Allison em Bakan, 14 de fevereiro de 2013

²³ Entrevista com o Chefe Kosini e FGDs com jovens membros em Olugbobiri em 7 de março de 2013

²⁴ Entrevista com Toby revelou que ele selecionou 30 jovens em Peremabiri, como foi requisitado pela SPDC, para ajudar nas paredes.

²⁵ Em Otuasega, o Jovem líder Christian Igbedon revelou que aos dois jovens foi pago N30,000 para três meses e depois, rodando entre a população jovem sucessivamente

e cais²⁶. Alguns dos projetos foram executados através do Grande Memorandum de Entendimento (GMOU²⁷), assinado entre companhias petrolíferas e grupos da comunidades, conhecidos como 'aglomerados'. Na maioria das vezes, os aglomerados não trabalham, visto que as decisões sobre os tipos de projetos a ser implementados, o custo e o compartilhamento de fundos varia de comunidade em comunidade. As variações geralmente provocam conflitos raciais entre essas comunidades. Para Joshua,

tudo é baseado no aglomerado e a comunidade de Bukuma não está pronta para estar em nenhum aglomerado, visto que o recurso que temos aqui é mais do que se tem em outras comunidades para nós compartilharmos os lucros igualmente... O compartilhamento de aglomerados trouxe uma confusão total da lei e ordem entre Bukuma e Tombia. O dinheiro compartilhado não pode ser tangível para nós. Mas se o dinheiro vai diretamente para a comunidade que o necessita, eles podem implementar seus projetos muito bem.

Além disso, a maioria das instalações sociais fornecidas nas comunidades ricas em petróleo são extremamente inadequadas em termos de quantidade e qualidade para atender a necessidade da população local²⁸. Devido à falta de monitoramento apropriado e de manutenção das instalações por parte das multinacionais, ocorre o fácil desgaste das instalações sem qualquer forma de substituição²⁹, deixando as comunidades vulneráveis, dando, também, aos jovens a possibilidade de se aproveitar dessas instalações para benefício pessoal³⁰. Enquanto falta pessoal em clínicas caseiras de algumas comunidades, incluindo doutores³¹, outras áreas ricas em petróleo nem possuem clínicas.³² Neste último caso, pessoas doentes têm de se locomover para lugares próximos ou então para comunidades mais distantes onde tais

²⁶ Entrevistas em diferentes comunidades

²⁷ Sigla do inglês, Grand Memorandum of Understanding.

²⁸ Entrevistas com grupos de jovens, mulheres, chefes, ex-militantes e residentes nesses casos ao longo dos anos

²⁹ Observações durante as visitas de pesquisa em 2013. Ao longo da minha estadia de uma semana em Peremabiri, não havia eletricidade em toda a região, com exceção de algumas casas que tinham condições de pagar no melhor estilo de 'eu tenho que repassar para o meu vizinho' (pequena generalização).

³⁰ Entrevista com residente da comunidade do Delta-Níger em Ede, 10 de outubro de 2017 31 Discussão de uma mãe com seu filho que teve um tumor no olho revelou que a clínica não poderia ajudar que ela teve que levar seu filho ao Hospital Geral em Yenagoa, onde eram referência ao Hospital de Ensino em Port Harcourt, no Estado Rivers.

³² Entrevista com Alaso Jonah, um fazendeiro em Bukuma em 12 de fevereiro de 2013

serviços existem, utilizando bicicleta, motocicleta ou barco como meios de transporte.33 Similarmente, educação nessas comunidades é estagnada, faltando a participação total das multinacionais e do Estado. Assim, consequentemente, a maioria das estruturas tornaram-se dilapidadas e seus professores são desencorajados³⁴. Todos esses problemas tornaram a região em um "local com nível social de expropriação". Em defesa de suas atividades exploradoras, a SPDC argumenta: "nós não temos a solução que a comunidade demanda de mais facilidades, desenvolvimento, emprego e controle das receitas de petróleo. Isso é primeiramente, uma responsabilidade governamental" (Boele et al 2007, 76). Sequestros por resgate, assassinatos e tomada de reféns criaram situações caóticas e assustaram a maioria das companhias petrolíferas, como SPDC, Chevron e Mobil, apenas para mencionar algumas, enquanto suas subsidiárias são: Willbros – uma companhia de serviço petrolífera americana - e Indorama, operadora do Eleme Petrochemical Company Limited, que também fechou suas portas em Lagos e Abuja devido o incessante sequestro de seus trabalhadores. A insensibilidade e a falta de sinceridade das multinacionais em relação às crises deliberadamente causadas pelas suas operações levanta questões sobre a efetividade dos termos dos acordos assinados entre as corporações e o Estado nigeriano, sobre o quão confiável é o Estado em dispensar justiça contra as companhias petrolíferas errantes.

Os beneficiários e os perdedores das operações extrativas das Multinacionais Petrolíferas

Dentro do contexto de um capitalismo petrolífero global, alguns grupos emergiram como beneficiários, enquanto outros emergiram como perdedores. Sem dúvidas, o primeiro conjunto de beneficiários continua sendo as multinacionais petrolíferas, em que o maior, senão o único, interesse é a maximização de lucro e a acumulação de capital. De 1958 a 2012, a receita da SPDC rendeu cerca de \$30 bilhões em receitas de petróleo, subordinando as vidas e os meios de subsistência da população local através de frequentes derramamentos de petróleo, explosões sísmicas, queimas de gás e descargas de efluentes diretamente em seus corpos de água. O Estado assiste as multinacionais lucrem através da redução de impostos pagos ao Estado, evasão fiscal, leis, como o Decreto Anti-Sabotagem de 1975, que impôs a pena de

³³ Observações em Bukuma e Bakana

³⁴ Em Olugbobiri, Peremabiri, e Bukuma, suas escolas estavam em total desordem e necessitavam urgentemente de renovação.

morte ou o aprisionamento de mais de 21 anos para atividades que obstruem a produção e distribuição de petróleo bruto, e a Lei de Uso de Terra de 1978, que investiu a propriedade de todas as terras e recursos em e dentro do Estado; e a militarização dos blocos petrolíferos e das empresas. A impunidade das multinacionais aprofundou as crises na região (Ukeje 2005, 328).

Visto que os interesses globais de produção ininterrupta de petróleo coincidem com os interesses do Estado e das forças sociais dominantes, que dependem das receitas petrolíferas, o Estado emergiu como a segunda categoria de beneficiários na política econômica do petróleo. O Estado hospedeiro no sul global é retratado como um Estado capturado em uma tripla aliança, compelido a avançar e proteger os interesses do capital internacional, incluindo os investimentos petrolíferos em petro-acumulação (Omeje 2005, 321). Dentro da rede de avanço dos interesses deste capital internacional, os burocratas e gerentes estatais são capazes de acomodar e satisfazer seus próprios interesses por meio do recolhimento de aluguéis de recursos naturais, além da expansão de fronteiras, gerando um enriquecimento corrupto e uma apropriação indevida dos recursos públicos. Nesse contexto, considerando que o Estado é dependente da renda vinda das vendas de petróleo, Ele sacrifica em grande parte o bem-estar da população, ao atuar no quesito de formulação de políticas e de governança que dão preferência aos interesses do capital internacional, mantendo uma aliança profana com as multinacionais petrolíferas e com a parafernália da força, comunidades ricas em petróleo. Intimamente na terceira categoria e dependendo da estratificação das comunidades do Delta do Níger, estão os chefes e os idosos, em um lado, e a juventude, do outro.

A partir do que foi exposto acima, não há contestação alguma de que os perdedores e as vítimas das políticas do petróleo são os pobres e sem voz. Os habitantes rurais de zonas ricas em petróleo, especialmente as mulheres, e sua vitimização poderia ser medida de duas maneiras. Primeiramente, é interessante notar que a experiência feminina em degradação, espoliação, vulnerabilidades e marginalização é mais aterrorizante do que para os homens. Geralmente, mulheres nas áreas rurais se empenham com precários meios de subsistência em uma tentativa de erradicar a pobreza e a fome. Da mesma forma, na região do Delta, mulheres em sua maioria são pescadores, agricultores e comerciantes, e o que elas obtêm das vendas de tais produtos é totalmente devotado aos seus lares. Assim sendo, qualquer distorção em forma de poluição na terra ou nos rios, incluindo vazamentos e queimadas, iria afetar as mulheres de um modo mais intenso e tal cenário iria piorar as suas vulnerabilidades. Infelizmente, o papel central na segurança alimentar é amplamente ignorada pela indústria extrativa. Segundamente,

apesar dos seus papéis e vulnerabilidades, elas também são difamadas na formulação de políticas que as afetam em grande parte. O patriarcado ganha preferência em uma sociedade dominada por homens, como é a do Delta, e, assim, problemas que afetam mulheres e crianças são determinados pela população masculina. Evidências revelaram que as mulheres não podem questionar os homens e o capital do petróleo³⁵.

Lidando com as perdas: resistência dos locais vs. reação das multinacionais petrolíferas

Como perdedores nas políticas do petróleo, as pessoas pobres procuram alternativas para sobreviver. Para garotas e mulheres, o caminho para a prostituição é o mais rentável (Oluwaniyi 2010). Algumas garotas confiam fortemente em homens relativamente ricos, principalmente oriundos do setor de gás e do petróleo, para virarem "seguidoras de acampamento". Por vezes, elas entrelaçam estes homens com gravidezes, que, na maioria das vezes, são rejeitadas por seus "supostos donos", agravando assim as condições de pobreza³⁶. Para os homens, a alternativa estratégica para sobreviver varia de bandidagem, roubo, abastecimento de petróleo até pirataria marítima. A consciência da exploração, marginalização e o desempoderamento faz com que a região um local de profunda frustração e conflito.

Com a falha do Estado rentista como mediador entre as multinacionais petrolíferas e o povo local da região, as queixas se agravam de ações não-violentas a violência real. A resistência violenta se tornou a última alternativa disponível e geralmente vêm como resposta à violência governamental, que acredita-se ser intimidador ao utilizar-se de forças repressivas. (Owugah 2000, 114). Ações não-violentas incluem: tomar ações legais contra as companhias petrolíferas para obter compensação adequada por danos em terras e rios e a formação de grupos baseados em etnia ou comunitários que variam de comunidade em comunidade com o mesmo objetivo(s). Para os agrupamentos étnicos, MOSOP (Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni) foi a primeira organização estabelecida com o intuito de contestar o subdesenvolvimento na região, seguida por outras como o Jovem Conselho Ijaw (IYC37), que organizou comícios e procissões culturais; O Movimento

³⁵ Entrevista com Grace, uma mulher em Olugbobiri, 11 de março de 2013

³⁶ Entrevista com o Chefe Azulu em 7 de março de 2013 e com o relações públicas da Otuasega CDC, Nelson Adams em Otuasega, 5 de abril de 2005.

³⁷ Sigla do inglês, Ijaw Youth Council.

Nacional Jovem Isoko (INYM³8); e A Federação Jovem Egi (EYF³9) entre outras, grupos nacionais étnicos como o Movimento Elimotu, o Congresso Nacional Ijaw (INC) e o Congresso Nacional Egbema também estavam envolvidos. Mulheres foram muito ativas nesses grupos. Elas ajudaram a mobilizar companheiras mulheres durante os protestos. As mulheres intelectuais, entretanto, foram mais ousadas, confrontando diretamente a questão do petróleo⁴°.

Havia grupos civis pan-étnicos como o Movimento Chicoco (CM) e as Mulheres para Justiça do Delta-Níger (NDWJ). Esses grupos ultrapassavam as relações de de laços étnicos e foram demasiados ativos na luta da região. Ultimamente, a emergência de organizações ambientais não-governamentais atraíram a atenção do público para os problemas ecológicos e de alto risco para a subsistência da população local, o que intensificou a sua mobilização social para a demanda de empoderamento de base. Esses grupos foram Os Direitos Humanos e Ambientais do Delta-Níger (ND-HERO) e Ação de Direitos Ambientais (ERA). Alguns membros desses grupos também pertenceram à instituições étnicas e pan-étnicas. Eles também constituíram as asas intelectuais e científica do movimento de massas militante Conselho Jovem Ijay (IYC) (Ukeje 2002, 30). Desses grupos, os grupos de jovem foram os mais vociferantes, ativos e violentos no que tange suas atividades e métodos.

Da metade dos anos 1990 até meados dos anos 2000, o confronto tomou uma dimensão violenta, mas não militar. Tamanha violência implicou na vandalização de propriedades das multinacionais petrolíferas, apreensão de seus navios e bloqueio das estações de fluxo de petróleo, entre outras atividades. Corroborando com esse fato, um ex-militante entrevistado no assentamento de Obubra argumentou: 'eu sou da comunidade Egwema. Se você entrar na minha comunidade, não há luz, não há água mas nós somos aqueles que promovem a Nigéria por causa do petróleo, comparado a outras regiões. É por causa dessa marginalização que nós decidimos nos engajar em confrontos violentos com a SPDC e o governo federal.'⁴¹Desde que a SPDC opera na maioria dos campos on-shore, que são de fácil acesso, estes locais forami também a mais afetados em confrontos violentos. Dos 631,000 bdp que a Nigéria perdeu em 2007, a SPDC sozinha somou cerca de 455,000 bpd, Agip, 75,0000 e as outras 121,000 (Agbo 2008, 25). Apesar das perdas, a SPDC pagou alguma compensação

³⁸ Sigla do inglês, Isoko National Youth Movement.

³⁹ Sigla do inglês, Egi Youth Federation.

⁴⁰ Entrevista com o Secretário da IYC em Yenagoa, no Estado de Bayelsa, 7 de fevereiro de 2014

 $^{{\}tt 41}$ Entrevista com Nicholas Asieman no assentamento da Anistia em Obubra, 5 de agosto de ${\tt 2011}$

para reprimir os protestos violentos, mas elas caíram nas "mãos erradas", tornado tais protestos em uma militância completa a partir de meados dos anos 2000.⁴² Os protestos na região explicaram as demandas ascendentes dos grupos sociais privados/marginalizados em vista dos reais anseios por justiça e igualdade. Como retaliação, o comprador do Estado nigeriano destruiu suas próprias massas, incluindo os mais velhos, mulheres e crianças, através do uso de forças armadas, Polícia Móvel (MOPOL) e o apoio militar internacional ao adiantamento da agenda das multinacionais do petróleo, em particular aos interesses predatórios da SPDC (Asuni 2009).⁴³

O atual programa de pós-anistia do governo federal – que enfatiza o desarmamento, a desmobilização e a reintegração (DDR) de ex-militantes – é esperado para facilitar a reconciliação econômica e o desenvolvimento da região. Embora muito tenha mudado com o papel das multinacionais na era pós-anistia através do acordo da GMOU com alguns grupos nas áreas ricas em petróleo para melhorar a participação governamental do desenvolvimento social de suas comunidades, o que permanece é que o Estado falhou em redesenhar ou transformar o ambiente da região. Cinco anos após a DDR, os problemas que levaram à militância permanecem, atividades exploradoras continuam de modo ininterrupto e as comunidades ricas em petróleo continuam arbitrariamente degradadas. Dividir e comandar ainda é algo utilizado, para o desgosto das partes rurais interessadas, incluindo a governança, com uma representação institucionalizada das comunidades em decisões ainda muito ausente dentro da estrutura da GMOU e do desenvolvimento geral da região. As multinacionais, particularmente a SPDC, ainda são recalcitrantes sobre a limpeza de derramamento de petróleo e sobre a compensação de fazendeiros e pescadores afetados. Não obstante, as contribuições das multinacionais para o sucesso do processo do programa de pós-anistia têm sido bastante escasso. Por exemplo, enquanto o governo federal foca no completo empoderamento através da educação e das vocações dos ex-militantes até os níveis terciários, as multinacionais limitam que os programas de empoderamento e vocações não excederam seis meses. Além disso, dos mais de 30,000 ex-militantes, apenas 3,000 ex-militantes foram selecionados, deixando a massa de responsabilidades com o governo federal. Isso mostra a centralidade dos interesses das multinacionais petrolíferas, assim como sua não-sinceridade em desenvolver a região⁴⁴. Comparando o desenvolvimento

⁴² Entrevista com Inifa Joshua

⁴³ Entrevista com Monday Sample em Yenagoa, abril de 2013

⁴⁴ Entrevista com o Professor Ibaba, Universidade do Delta-Níger, Wilberforce, Bayelsa em 13 de dezembro de 2012

entre a região e os países onde foram treinados, alguns ex-militantes perceberam que esses países são 'light' e os seus 'obscuros'.⁴⁵ Realisticamente, isso mostra que falta toda forma de desenvolvimento de suas comunidades em relação ao desenvolvimento infraestrutural das comunidades dos países que eles ficaram. Por último, é contínua a concentração de riqueza e poder em algumas poucas mãos, com a corrupção e a desigualdade perpetuadas pelas multinacionais em colaboração com o Estado nigeriano.

Como resultado desses desafios pós-anistia, novas ameaças ressuscitaram na região, variando de protestos, sequestros, tomada de reféns, troca de tiros e ameaças que retornam aos riachos (Oluwaniyi 2017, 35). Ao invés de ser governada de forma mais participativa, equitativa e com um desenvolvimento sustentável das comunidades anfitriãs, a natureza extrativa das multinacionais como resultado das dinâmicas globais de desapropriação de terras e recursos, enquanto cria novas formas de dependência e dominação em países ricos em recursos na Ásia, América Latina e África em geral. Tamanha acumulação descontrolada é acompanhada por uma explosão de conflitos socioambientais, processado por vítimas nessas sociedades. As crises anunciam perigo para os países em crescimento e desenvolvimento e, no caso da região do Delta-Níger, o conflito violento e da desestabilização do processo escasso de desenvolvimento, revive e complica velhos conflitos sobre identidade, cidadania, liderança e governança (Omeje 2008b, 8). Mais devastador é o fato de que a sua presença limitou as possibilidades do Estado Nigeriano de diversificar sua economia, o que iria criar um ambiente para o crescimento econômico saudável e para o desenvolvimento, com redução de pobreza nas áreas pobres rurais.

Conclusão

A partir do que foi exposto, é visível que as multinacionais petrolíferas promovem subdesenvolvimento dos Estados que as abrigam, especialmente nos países em desenvolvimento. Sua ambição em conquistar o capitalismo global tem produzido um desenvolvimento desigual entre os países já desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento, deixando o último em condições de mais pobreza do que desenvolvimento. Suas operações na região do Delta-Níger no Estado nigeriano claramente corrobora essa afirmação. Alguns dos desafios de desenvolvimento enfrentados pela região incluem:

⁴⁵ Entrevistas com ex-militantes que viajaram para a África do Sul, Malásia e Gana, e retornaram para as comunidades em Bayelsa e Rivers.

degradação ambiental em forma de poluição de petróleo e queimas de gás, pobreza, difusão inadequada de tecnologias, fraqueza institucional, forças econômicas disruptivas, distorções políticas, desigualdade, educação inadequada, falta de métodos apropriados para avaliação de recursos, promoção do conflito, militância e proliferação de armas.

O significado das multinacionais petrolíferas, no entanto, não pode ser enfatizados nesta atual era global devido à baixa capacidade tecnológica e de capacidade de financiamento da Nigéria. Portanto, com o intuito de maximizar os benefícios sobre seus recursos, o Estado nigeriano irá necessitar se aliar às forças multinacionais (UNCTAD 2007, 82). Mas como o Estado nigeriano irá maximizar seus benefícios e minimizar os custos, em particular das áreas ricas em petróleo?

O Estado deveria alavancar em seu poder como Estado rico em recursos para determinar os tipos de investimentos estrangeiros que irão beneficiar seus habitantes, quem deveria investir e que as condições para investir sejam rigorosamente respeitadas. Isso é para garantir que o Estado não seja objeto de nenhuma dominação econômica estrangeira e, posteriormente, isso irá assegurar a intervenção positiva direta e a transparência do governo. Leis restritas seguidas por sanções apropriadas devem ser seguidas pelos investimentos das companhias petrolíferas, salvaguarda os direitos das comunidades, além do fato de evitar as tensões crescentes entre as comunidades e os investidores deverem possuir grande relevância. Isso inclui políticas ambientais incorporadas, como o total banimento de queimas de gás, a não-imposição de facilidades infra estruturais em comunidades, o treinamento da equipe local, um ambiente verde, a limpeza dos derramamentos de petróleo, uma compensação adequada para as terras destruídas e um gerenciamento responsável do meio ambiente. Seguindo a mesma linha, o processo de compartilhamento de dinheiro na região, o que resultou no interminável conflito, deveria ser eliminado. Melhor, os fundos deveriam ser convertidos na industrialização da economia da região com o intuito de gerar oportunidades de emprego para a jovem população desempregada⁴⁶. A sociedade civil deveria ser encorajada a ter uma maior participação, defendendo os direitos da rica, porém subdesenvolvida, região abundante em petróleo, com foco nas necessidades coletivas e de segurança da população local da região do Delta-Níger.

⁴⁶ Entre os anos de 1999 e 2000, pessoas morreram em Peremabiri como resultado do conflito do 'compartilhamento de dinheiro'.

REFERÊNCIAS

- Ahiakpor, James C. W. 2016. "Multinational Corporations in the Third World: Predators or Allies in Economic Development?" *Religion and Liberty*, 2(6), July
- Agbo, A. 2008. "Hostage Economy: Oil Firms Flee Niger Delta", *TELL*, 23, June 9, 2008
- Ake, C. 1981. A Political Economy of Africa. London: Longman
- Akinlo, A. E. 2004. "Foreign Direct Investment in Nigeria: An Empirical Investigation", Journal of Policy Modelling, 26: 627-39
- Anner e Hossain, 2014. "Multinational Corporations and Economic Inequality in the Global South: Causes, Consequences and Countermeasures" Paper Prepared for the 9th Global Labour University Conference, "Inequality within and Among Nations: Causes, Effects and Responses", Berlin, 15-17 May 2014
- Anyanwu, J. C., Oyefusi, S. A., Oaikhenan, H, Dimowo, F.A. 1997. Structure of the Nigerian Economy (1960-1997). Onitsha: Joeanne Educational Publishers
- Aremu. 2005. Attracting and Negotiating Foreign Direct Investment with Trans-National Corporations (TNCs) in Nigeria. Lagos: Market Link Communications
- Asu, F. 2017, "Nigeria Lost N217bn to Gas Flaring in 2016", *The Punch*, February 23
- Asuni, J. B. 2009, *Blood Oil in the Niger Delta*. USIP Special Report. Washington: United States Institute of Peace
- Baran, P. 1973. *The Political Economy of Growth with an Introduction by R. B. Sutcliffe.* Harmondsworth: Penguin Books
- Boele, R., Fabig, H., Wheeler, D. 2001. "The Story of Shell, Nigeria and the Ogoni People Environment, Economy, Relationships: Conflict and Prospects for Resolution." *Sustainable Development*. 9:74-86.
- CBN. 1998. CBN Statistical Bulletin. Abuja: CBN
- Ejovi, A. Ebie, S. e Akpokighe, O. 2014. "Globalization and Environmental Degradation of the Niger Delta Region of Nigeria," *Research on Humanities and Social Sciences* 4 (13): 142-152
- Ekubo e Abowei. 2011. "Aspects of Aquatic Pollution in Nigeria" Research Journal of Environmental and Earth Sciences, 3 (6): 673-693

- Eze, W. 2013. "Oil Exploration and Corporate Social Responsibility- A Case of SPDC Global Memorandum of Understanding (GMoU)" Global Journal of Human Social Science, Sociology and Culture, 13 (2): 15-21
- Facing Finance. 2004. "Royal Dutch Shell in Nigeria". http://www.facing-finance.org/en/database/cases/royal-dutch-shell-in-nigeria/
- Frynas, J. 2005. "The False Development Promise of Corporate Social Responsibility: Evidence from Multinational Oil Companies." *International Affairs* 81(3):581-598.
- Frynas, J. 2000. Oil in Nigeria: Conflict and Litigation Between Oil Companies and Village Communities. Hamburg: LIT VERLAG
- Gahel, M. e Bruner, H. 2003. Global Inc. New York: New Press
- Ghani, F. 2015. "Economic Role of MNCs in Developing Countries: A Case Study of Pakistan", *Journal of Political Science* XXXIII, 70
- Halperin, S. 1997. "In the Mirror of the Third World: Capitalist Development in Modern Europe. Ithaca, NY: Cornell University Press
- Ibaba, S. I. 2005. *Understanding the Niger Delta Crisis*. Port Harcourt: Amethyst and Colleagues
- Ikelegbe, A. 2004, "Crisis of Resistance: Youth Militias, Crime and Violence in the Niger Delta Region of Nigeria" African Studies Centre Seminar, Leiden, the Netherlands on 5th August.
- Karl, T. L. 1997. *The Paradox of Plenty: Oil Boom and Petro-States*. Berkeley: University of California Press
- Marchant, M. 2014. CSR and Oil in the Niger Delta: Solution or Part of the Problem? http://www.unrisd.org/ystp-marchant
- Nwankwo, A. 2011. "After Oil, what Next?" Journal of Africa in a New World Order 3 (2) 20-30
- NNPC. 2017. "Joint Venture Operations", http://nnpcgroup.com/NNP-CBusiness/UpstreamVentures.asp
- Obi, C. 2012. "Africa's International Relations Beyond the State: Insights from the Niger Delta" Tim Murithi (ed), Handbook of Africa's International Relations. London: Routledge
- Obi, C. e Rustad, S. 2011. "Introduction: Petro-Violence in the Niger Delta-the Complex Politics of an Insurgency", C. Obi. e S. Rustad (eds), Oil and Insurgency in the Niger Delta London: Zed Books, 1-27
- Obi, C. 2004. "Globalization in Nigeria's Oil Industry: Implications for Local Politics" A. Agbaje et al (eds), Nigeria's Struggle for Democracy

- and Good Governance, A Feetschrift for Oyeleye Oyediran. Ibadan: University Press
- Okaba, B. O. 2005. Petroleum Industry and the Paradox of Rural Poverty in the Niger Delta, Benin City: Ethiope Publishing
- Okafor, C. 2017. "NNPC: Nigeria Drops to Seventh Highest Gas Flaring Country,. https://www.thisdaylive.com/index.php/2017/04/03/nn-pc-nigeria-drops-to-seventh-highest-gas-flaring-country/
- Oluwaniyi, O. O. 2017. "The Challenges of Reintegration in Post-Conflict Peacebuilding: The Case of Nigeria's Niger Delta Region." *African* Peacebuilding Network (APN) Working Paper (to be published)
- ______. 2014. Post-Amnesty Reintegration and Peacebuilding Challenges in Nigeria's Niger Delta Region: The Way Forward" in *Kujenga Amani*, April 7
- ______. 2011a. Women's Protests in the Niger Delta", C. Obi. e S. Rustad,(eds), Oil and Insurgency in the Niger Delta London: Zed Books, 150-166
- ______. 2011b. "Post-Amnesty Programme in the Niger Delta: Challenges and Prospects" *Conflict Trends*, Issue 4.
- ______. 2010. "Oil and Youth Militancy in Nigeria's Niger Delta Region", Journal of Asian and African Studies 20 (10), 1-17
- Omeje, K. 2008b. "Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Re-engaging Rentier Theory and Politics" Kenneth Omeje (ed), *Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Multi-Regional Perspectives on Rentier Politics*. Aldershot: Ashgate.
- _____. 2006. High Stakes and Stakeholders: Oil Conflict and Security in Nigeria. Aldershot: Ashgate.
- ______. 2005. "Oil Conflict in Nigeria: Contending Issues and Perspectives of the Local Niger Delta People" New Political Economy 10 (3), 321-334
- Owugah, L. 2000. *Political Economy of Resistance in the Niger Delta* Benin City: ERA/ Friends of the Earth.
- Rawlings, S. 2007. The Multinational Companies: Instrument for World Growth" *Journal of Commerce* 5 (2), 25-33
- Ruccio, D F. 2012. Development and Globalisation: A Marxian Analysis. London: Routledge

- Soremekun, K. 2011. "Nigeria's Oil Diplomacy and the Management of the Niger Delta Crisis" C. Obi. e S. Rustad, (eds), Oil and Insurgency in the Niger Delta London: Zed Books, 99-114
- te Velde, D. 2001. Policies Towards FDI in Developing Countries: Emerging Best Practices And Outstanding Issues. London: Overseas Development Institute. March
- Todaro, M. P. e Smith, S. C. 2003. *Economic Development*. Bloomberg: Pearson Education Limited
- Todaro, M. P. 1981. Economic Development in the Third World 2nd ed. London
- Ukeje, C. 2002. "Oil Communities and Political Violence: The Case of Ethnic Ijaws in Nigeria's Delta Region" *Terrorism and Political Violence*, 13 (4) (Winter 2001), 15-36
- UNCTAD 2013. World Investment Report: Global Value Chains, Investment and Trade for Development. New York and Geneva: United Nations.
- ______. 2009. World Investment Report: Transnational Corporations. New York and Geneva: United Nations.
- ______. 2007. World Investment Report: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development. New York and Geneva: United Nations.
- ______. 1999. World Investment Report 1999: Foreign Direct Investment and the Challenge of Development. New York and Geneva: United Nations.
- UNDP. 2016. Human Development Report on Nigeria, 2015. New York: UND
- United Nations Environment Program (UNEP). 2011. Environmental Assessment of Ogoniland. http://postconflict.unep.ch/publications/OEA/UNEP_OEA.pdf
- Wig A. e Kolstad, I. 2010. "Multinational Corporations and Host Country Institutions: A Case Study of CSR Activities in Angola", *International Business Review* 19 (2) 178-190

RESUMO

Estudos acadêmicos em desenvolvimento têm revelado que a penetração das Corporações Multinacionais na economia de países em desenvolvimento levaria a um crescimento econômico estável e coesão social. Porém, Aaté o presente momento, porém, os resultados obtidos vêm mostrando um agravamento na desigualdade econômica e um aumento dos conflitos violentos. Essas miríades de problemas vêm trazendo preocupações sobre a relevância das Corporações Multinacionais de Petróleo (MNOCs) na economia política do Delta do Níger, a subordinação do papel do Estado aos interesses dessas Corporações e os efeitos da tripla aliança entre capital estrangeiro, capital nacional e Estado na região.

PALAVRAS-CHAVE

MNOCs; Região de Delta do Níger; Petróleo Cru; Desenvolvimento.

Recebido em 10 de outubro de 2018. Aceito em 13 de janeiro de 2019.

Traduzido por Luiza Ferreira Flores.

'BANDIDOS DE TERRAS' OU 'GRILEIROS': CONFLITOS SANGRENTOS E INCESSANTES ENTRE PASTORES FULANI E FAZENDEIROS LOCAIS NA NIGÉRIA

Seun Bamidele¹

Introdução

Conflitos incessantes e sangrentos entre pastores Fulani e fazendeiros locais na África resultaram em mortes e deslocamentos. Diferentes partes do continente, incluindo a Nigéria, passaram por conflitos entre pastores e fazendeiros durante todo o período colonial e ainda depois deste (Abubakar 2012). A extrema necessidade dos pastores Fulani de aumentar a produtividade de sua atividade pecuária, em meio a condições climáticas desfavoráveis, levaram à busca por terras adequadas para o gado pastar. Na África, os Fulani representam uma população de cerca de vinte milhões, sendo um dos povos mais amplamente dispersos e culturalmente diversos, espalhados pela Nigéria, Guiné, Mali, Níger, Camarões, Chade e Sudão. Os Fulani, também conhecidos como "Povo Fula" ou "Fulbe", são um grande grupo pastoril nômade, com origens na África Ocidental, parte Norte da África Central e Egito (Adisa e Adekunke 2010). A atividade mais comum dos Fulani é a criação de gado, o qual é deslocado de uma região à outra em busca de pastagens. A pecuária corresponde a um terço do Produto Interno Bruto (PIB) agrário da Nigéria e contribui 16% para o PIB da agricultura; é um componente importante da agricultura em geral e um contribuinte-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de qualquer nação (Ojiako e Olayode 2008, 114).

Além disso, o cultivo é uma ocupação comum de cidadãos nigerianos, apesar da dependência do petróleo, este último um empreendimento elitista

ı Institute de Paz, Segurança e Governança, Universidade do Estado de Ekiti, Ado-Ekiti, Nigéria. E-mail: oluwaseun.bamidele@gmail.com.

que alicerça a economia nacional. A atividade agrícola ainda desempenha um papel crucial para a sobrevivência de muitos moradores rurais na Nigéria, sendo uma fonte de subsistência para muitas famílias em vilarejos e pequenas cidades, bem como um negócio rentável de grande escala para outros. A maior parte dos alimentos cultivados que são consumidos no mercado urbano nigeriano é resultado do esforço produtivo das comunidades rurais do país. Atualmente, a agricultura como um todo contribui 34.18% para o PIB da Nigéria, um salto com relação aos 23,83% no quarto trimestre de 2014 (CBN Financial Watch 2016). Isto se dá, porque fazendeiros em muitas das comunidades rurais estão trabalhando duro para aumentar a produtividade de cultivos alimentares e outros produtos agrários, apesar das condições climáticas desfavoráveis.

No entanto, desenvolvimentos recentes viram terras rurais cultivadas sendo invadidas por pastores Fulani armados, com a desculpa de pastagem para o gado. Diversas invasões foram levadas a cabo por estes pastores nos últimos dois anos da administração do Presidente Mohammadu Buhari, ele próprio um Fulani (Opejobi 2016). Na Nigéria, conflitos entre os dois grupos intensificaram-se após o governo aprovar uma lei de pastagem anti-aberta. A situação securitária do país tornou-se muito grave e há preocupação crescente sobre estes confrontos incessantes entre fazendeiros e pastores na Nigéria. Este conflito tornou-se uma questão de preocupação securitária e de debate público. O Governo Federal da Nigéria respondeu enviando efetivos de segurança para investigar e neutralizar as forças dos pastores Fulani armados (Opejobi 2016). Apesar desta política de resposta ter alcançado algum sucesso, as causas fundamentais dos conflitos ainda não foram tratadas.

A falha da política governamental sobre reservas de pastagens deixou os pastores Fulani largados à própria sorte, com relação ao local e a maneira de criar seu gado. Em meio a esta situação, algumas corporações pecuárias médias e grandes emergiram, enquanto muitos Fulani mantiveram seu estilo de vida nômade. Estes últimos vivem uma espécie de vida selvagem, caracterizada pela ajuda mútua na busca de campos para pastagem através de Estados, buscando proteger suas vidas e sua propriedade de animais selvagens e ladrões de gado. Estas questões, entre outras, levaram os pastores Fulani a se armar com equipamentos militares perigosos, como AK-47s, e outras armas e munições nocivas, as quais, por sua vez, levaram a uma série de assassinatos sangrentos envolvendo os pastores Fulani e fazendeiros locais em diferentes comunidades rurais por todo o país.

Estudos anteriores em vários estados relataram a ocorrência de massivas invasões de terras por parte dos Fulani, as quais desencadearam violentos conflitos pelo uso da terra (Aliyu 2015). Outros acadêmicos forneceram

informações gerais, focando na escassez de terras causada pela mudança climática, pelo aumento populacional e pela ineficácia do sistema de posse de terra (Bello 2013). Estes estudiosos não explicam a mudança nas políticas de controle e alocação de terras entre os Fulani e os fazendeiros locais em comunidades rurais. Além disso, nenhum dos acadêmicos tratou sobre as mudanças e continuidades na natureza destes conflitos por terras em muitos estados nigerianos. Os estudiosos mencionados acima não analisam as implicações do atraso nas respostas para a resolução de conflitos sobre pastagens. Portanto, o estudo proposto pretende abordar estas lacunas e assim contribuir para a literatura existente.

Metodologia

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa. O estudo também fez uso de fontes secundárias e de arquivo, que ajudaram a obter informações contextuais da área estudada, necessárias para fortalecer a revisão de literatura e a estrutura teórica. As informações de coleções de jornais forneceram algumas pistas quanto às intervenções dos governos estadual e federal em assuntos pastoris, especialmente no aspecto da colônia Fulani e de leis de pastagem anti-abertas. Este método forneceu uma compreensão dos confrontos por terra relacionados a pastagens do ponto de vista rural. Em geral, estas informações foram utilizadas para abordar as formas e a magnitude dos incessantes confrontos entre os Fulani e os fazendeiros locais. Os dados também fornecem um entendimento da incoerência das políticas estaduais e federais para combater tais conflitos, bem como as razões para sua persistência. Esta análise ajudou, ainda, a discutir a eficácia das respostas do governo federal e da população local a estes confrontos. Por meio deste método, o artigo examina criticamente a raiz causadora dos incessantes conflitos entre esses dois grupos, juntamente com o modelo contraditório de políticas postas em práticas pelo atual governo para lidar com as ameaças emergentes postas pelos Fulani armados. A causa fundamental dos conflitos por terras durante o período analisado e a eficácia dos mecanismos usados para resolvê-los são, também, fatores relevantes discutidos no trabalho de pesquisa.

Discurso teórico

O presente artigo está ancorado nas teorias da Modernização e da Escassez de Recursos. Mais de uma teoria foi utilizada, pois muitos assuntos relacionados aos conflitos entre os pastores Fulani e fazendeiros locais na Nigéria atravessam diferentes dimensões e contextos, portanto uma só teoria não bastaria para a análise (Gyong 1998). A maior premissa da Teoria da Modernização é que as sociedades tradicionais foram desenvolvidas conforme adotavam práticas mais modernas (Okoli e Atelhe 2014). Há diversos termos utilizados para explicar o nível dos incessantes conflitos entre pastores e fazendeiros, a partir da perspectiva de que a suposta invasão de terras para pastagem destrói lavouras e retira dos fazendeiros sua alta produtividade e lucros esperados. A abordagem teórica tem sua origem na conexão entre conflitos internos e os processos de construção estatal. A Teoria da Escassez de Recursos também foi utilizada para compreender os conflitos sangrentos e incessantes mencionados, que estão agora sob pressão de diferentes atores, como donos de terras, fazendeiros locais e pastores Fulani armados e as agências estatais nigerianas (Olayoku 2014).

A Teoria da Modernização é um bom campo de teste para abordar estes conflitos por terras, pois, do ponto de vista dos colonizadores, os sistemas tradicionais de uso e posse de terras entre os Fulani e os fazendeiros locais era considerado primitivo, improdutivo e necessitava de transformação e "modernização" (Audu 2013). É desta perspectiva que governos coloniais e pós-coloniais introduziram diversas intervenções, incluindo programas de reassentamento, redução de estoques, novos sistemas de posse e políticas de terras. Estas políticas foram fortalecidas pelos governos estaduais atuais na forma de leis de pastagens abertas, as quais, por sua vez, desencadearam os sangrentos conflitos entre pastores e fazendeiros. A Teoria da Modernização, como atribuído à campanha anticolonial sobre alienação de terras, favorece o assentamento, reassentamento e livre pastagem para pastores Fulani em qualquer terra, bem como os impactos decorrentes.

Outra teoria utilizada é a dos conflitos por recursos. Confrontos entre as partes envolvidas ocorrem, frequentemente, como resultado da escassez de terras, gerada pela mudança climática, pelo crescimento populacional e pela ineficácia dos sistemas de posse de terras por parte do governo (Baca 2015). Estas suscitam queixas de ambas as partes. No entanto, conflitos internos sempre pressionam a sociedade a produzir normas para governar os violentos confrontos. Tais normas incluem leis e políticas que são utilizadas para lidar com a tensão. Além disso, os governos estadual e federal desenvolveram diversos meios para tratar dos conflitos entre os pastores Fulani e fazendeiros locais. Contudo, se os órgãos estabelecidos que lidam com estes confrontos forem desafiados pela má implementação de suas resoluções, os embates por recursos seguirão sendo inevitáveis.

A teoria dos conflitos por recursos aborda a escassez de terras e os conflitos entre os Fulani e os fazendeiros, pois as comunidades locais são habitadas por ambos, e cada grupo tem interesses diversos sobre o uso da terra, o que torna os conflitos inevitáveis. A partir deste ponto, o artigo estabeleceu os gatilhos destas lutas por terras no período analisado, assim como a eficácia dos mecanismos postos em prática para tentar resolvê-las.

Gatilhos para a crise dos pastores na Nigéria

Os gatilhos dos incessantes conflitos entre os pastores Fulani e os fazendeiros locais são frequentemente baseados em supostas invasões de terras para propósitos de pastagem, que destroem lavouras e privam os fazendeiros de sua alta produtividade e lucros esperados. Tais gatilhos podem, geralmente, ser categorizados em dois tipos: causas externas e internas. Na Nigéria, as causas internas desses confrontos representam desafios maiores ao desenvolvimento socioeconômico do que as externas. Este artigo, portanto, foca nas causas internas de tais conflitos e considera os incessantes confrontos como sendo auto-infligidos e não externamente determinados.

Incoerência das políticas do governo

Os confrontos entre os pastores Fulani e suas comunidades receptoras abriu espaço para afirmações e argumentos conflitantes sobre os direitos constitucionais de posse de terras e de estabelecimento de reservas para pastagem. Como a insatisfação relacionada à política anti-aberta dos governos estaduais sobre pastagens alimentou a frustração e a sede pela violência sem sentido? Por meio de manobras políticas de legisladores Fulani e dos poderes de seu lobby, a Lei Sobre Pastagens (Grazing Bill) está sendo passada na Assembleia Nacional, e, portanto, irá deslocar pessoas de suas terras à força (Onwubiko 2017). O Ministério da Agricultura destina bilhões para a compra de grama brasileira para os pastores Fulani. Tal disposição sentimental aponta também para a possibilidade dos pastores saírem impunes de mortes e destruições arbitrárias, enquanto o governo federal propõe sacar do tesouro estatal para auxiliar negócios privados (Onwubiko 2017). Audu Ogbeh, o atual Ministro da Agricultura, afirmou, certa vez, que os ataques eram resultado da falha de sucessivos governos de dar atenção aos Fulani e à pecuária. Ele afirmou, ainda, que a indignação nacional era sobre a recusa do governo federal de responsabilizar os pastores Fulani pelas mortes perpetradas (Onwubiko 2017). No entanto, em outros momentos, Audu Ogbeh foi visto apresentando planos de políticas contraditórios sobre como o governo resolverias as graves ameaças emergentes postas pelos pastores Fulani (Onwubiko 2017). Ele afirmou que o estabelecimento de ranchos para gado havia sido explorado, enquanto, em outro fórum, afirmava , que o governo federal estava demarcando terras em alguns estados (Dimelu; Salifu e Igbokwe 2016). Constitucionalmente, na Nigéria, reservas de pastagens instituídas federalmente não são realistas, pois direitos às terras e a seguros de licenças estão a cargo dos governos estaduais desde o período colonial até a atualidade, de acordo com o Ato de Uso de Terras de 1978 (Folami 2010). Sobre a questão dos ranchos no país, ainda não é sabido como o governo federal pretende utilizar fundos públicos para estabelecer ranchos para pecuaristas particulares, enquanto grupos empreendedores, como fazendeiros locais, foram postos sob consideração para receber suporte financeiro do governo federal.

De acordo com a Seção 42 (1) da Constituição Nigeriana, a política de usar fundos públicos para estabelecer ranchos para pastores Fulani fere a provisão constitucional contra a discriminação (Ehiabhi 2012), apesar da posse privada de ranchos ser, em si, uma boa prática no mundo de hoje. Houve muitos desafios para a contínua experimentação do país com objetivos políticos pouco claros e incoerentes no aspecto de resolver os conflitos incessantes e sangrentos entre pastores Fulani e fazendeiros locais. Sapru (2012) afirmou que

[...] se os objetivos da política não são claros ou especificados em nenhuma forma mensurável, determinar a extensão em que eles foram atingidos torna-se uma tarefa complexa e incômoda, enquanto oficiais como legisladores e administradores que estão em diferentes posições no sistema político pode ser incerto sobre o cumprimento do programa [...] mesmo quando os objetivos são claros, especificá-los e colocá-los em efeito iria requerer mais ação política dentro das organizações (Sapru 2012).

A especificação dos objetivos pode, também, levar à divisão de responsabilidades (Sapru 2012). O país opera um sistema de políticas disfuncional e incoerente, devido à natureza de soma zero da política local. Além disso, a nova onda de violência por parte dos pastores Fulani pode ser considerada uma estratégia premeditada para o governo federal, dada sua atual posição de inação em face aos óbvios massacres e tomadas de terras, visando a intimidar partes da população para que não desafiem a renovada onda de hegemonia Fulani no Estado nigeriano (Higazi 2016). O governo federal é, portanto, compelido a dar fim à administração incoerente das políticas públicas, visando barrar os grupos bandidos de terra compostos por pastores Fulani armados

e julgá-los de acordo com o direito penal. Alguns acadêmicos afirmaram que, no nível macro, o controle dos pastores sedentos de sangue é dificultado pela total ausência de uma política pública coerente para lidar decisivamente com o grave fenômeno do seu armamento, enquanto, no nível micro, alguns governos estaduais, como dos estados de Ekiti, Oyo e Ondo, puseram em prática leis para checar o extremismo dos Fulani armados, ao passo que outros governos estaduais experimentaram uma forma distorcida de política de apaziguamento que, em larga medida, não obteve sucesso, pois qualquer sociedade que apazigua elementos violentos viverá para arrepender-se de tal erro de cálculo (Hart 2016).

Muitos estados, como Benue e Kaduna, experimentaram uma política de apaziguamento para amortecer o efeito dos conflitos com os Fulani, mas sem trazer um fim às invasões e destruições de fazendas locais. Centenas de fazendeiros e milhares de cidadãos inocentes foram deslocados como resultado das atividades dos pastores Fulani somente nestes dois estados (HRW 2013). O apaziguamento de fazendeiros locais em Benue tem se dado na forma de doações de quantidades substanciais de terras pastoris próximas às comunidades rurais destruídas do grupo étnico Idoma, enquanto o de Kaduna envolveu compensações financeiras às partes afetadas. No entanto, a estratégia de apaziguamento e execução por parte destes dois governos estaduais é o clássico caso de confusão organizada (Ibrahim 2014). As políticas incoerentes de apaziguamento dos governos estaduais e federal provaramse inapropriadas e, portanto, podem gerar também mais mortes pelo país.

Insegurança humana

Insegurança humana é um problema crítico nos processos de desenvolvimento. Em um país com problemas agudos de pobreza, fome, inquietação social e problemas crônicos de desenvolvimento são fatores, de acordo com investigações do HRW (2013), responsáveis pela raiva que alimenta os incessantes conflitos sangrentos entre os pastores Fulani e os fazendeiros locais. Colocando de forma simples, os pastores Fulani e os fazendeiros em comunidades rurais são vítimas da pobreza opressiva, visto que não podem viver em boas casas, pagar por uma alimentação digna , ter acesso a oportunidades educacionais nem buscar superar seus atrasos.

A insegurança apresenta sérias ameaças à sustentabilidade das sociedades rurais e urbanas, já que os habitantes afetados pelos sangrentos conflitos são, geralmente, minorias e grupos étnicos dominantes na região Centro-Norte (Idegu 2015). Especialistas em segurança também levantam questões sobre os requisitos para serviços sociais nas referidas áreas rurais.

Da mesma forma, o aumento na demanda por amenidades sociais frequentemente requer o desvio de fundos de investimentos produtivos para a provisão de infraestrutura social (Kabir 2016).

Quando o devido redirecionamento de fundos para desenvolvimento de infraestrutura não é feito, os habitantes da região Centro-Norte experimentam agitação social, pobreza aguda e mais ataques de pastores Fulani. Diversos estudos na Nigéria identificaram meios inadequados de suporte ao capital humano e participação no projeto de desenvolvimento, bem como a fraca manutenção de pastagens e culturas agrícolas, como fatores-chave que levam aos problemas crônicos de desenvolvimento, inquietação social e crescimento da pobreza aguda entre os habitantes da região (Majekodunmi; Fajinmi; Dongkum; Shaw e Welburn 2014). De fato, alguns desses estudos afirmam que há a necessidade de avaliar o problema dos conflitos entre os pastores Fulani e os fazendeiros locais, visto que estes são com frequência a gênese dos problemas sociais e da violência doméstica na região.

A Nigéria enfrenta sérios dilemas securitários. Em um tom sério, Marietu e Olarewaju (2009), avisaram que "o colapso de um estado dificilmente ocorre espontaneamente ou de um só vez. Se acontece, é provável que tenha sido iniciado por processos de deterioração, declínio e erosão de funções como consequência de confrontos violentos". A Nigéria forneceu um solo fértil para a insegurança graças à natureza da sociedade e da inabilidade dos governos estaduais e federais de efetivamente atender às demandas de base étnica. Sem dúvida, os planos dos pastores Fulani, que matam e mutilam seus anfitriões sob o disfarce do pastoreio, colocam-se como uma ameaça à segurança nacional e à sobrevivência da Nigéria. A crescente ameaça à segurança na Nigéria, especialmente nos aspectos abordados, não pode ser combatida pelo gasto de grandes somas de dinheiro em equipamento militar. De fato, o aumento do orçamento federal para defesa é bastante desnecessário e beira o desperdício.

A insegurança da Nigéria pode ser melhor combatida por meio de táticas de segurança sociais. Governos estaduais e federais podem ser responsáveis e sinceros ao lidarem com o problema da corrupção, a fim de demonstrar seu desejo de apoiar os pastores com reservas para pastagens e os fazendeiros locais com recursos suficientes. O retorno da democracia foi precedido por altas expectativas de que alguns dos problemas que atingiam o país, sendo o principal desses a corrupção oficial, seriam endereçados. No entanto, contrariamente às expectativas, a nova ordem democrática foi contaminada por uma corrupção que ultrapassa mesmo aquela da era militar (Odoh e Chigozie 2012).

As consequências de tais falhas são evidentes no grosseiro subdesenvolvimento do Estado nigeriano, na instabilidade econômica, na violência, na falta de boa governança, na pauperização do povo nigeriano, bem como na ameaça à recente democracia do país. Especificamente, a culpa da corrupção pelo problema geral do país tem suscitado diversos esforços por parte do estado nigeriano, que incluem engenharia constitucional, além de abordagens institucionais e legais, para dirimir sua ocorrência. A segurança deve ser padronizada de forma que todas as divisões étnicas e tribais sejam o foco primário da formulação de políticas

Proliferação de armas pequenas e leves

A proliferação de armamentos leves e pequenos tem exacerbado os crimes rurais violentos, como assassinatos por pastores Fulani armados, roubos de gado associados à violência étnica e o descontentamento generalizado com a insegurança. Em geral para o país, e especificamente sobre a situação dos pastores, a descoberta pelo governo federal de 1497 rotas ilegais ao longo da fronteira nigeriana é uma informação extremamente relevante. Mesmo assim, esta descoberta não é tão crucial quanto a forma como o governo reagiu a ela. A porosidade das fronteiras nigerianas apresenta um grande desafio no combate aos incessantes assassinatos entre pastores Fulani e fazendeiros, baseados na invasão de terras para propósitos de pastagem. O Governador do estado de Kaduna formulou, certa vez, um comitê de paz e levou, com sucesso, os pastores para locais fora das fronteiras nigerianas (Premium Times 2017). Ainda assim, a porosidade das fronteiras continua sem ser endereçada

As instituições de segurança da Nigéria são muito relapsas e fracas na checagem de visitantes estrangeiros infiltrados como mercenários que auxiliam nos incessantes homicídios perpetuados pelos pastores na Nigéria, especialmente com relação ao envolvimento de nacionais de nações vizinhas como Sudão, Mali, Níger e Chade (Shettima e Tar 2008). Além das fronteiras porosas, a Nigéria não tem forças especiais guardando estas áreas. Relatórios recentes de sequestros e roubos, realizados por supostos nômades contra cidadãos viajando pelas regiões de floresta é um indício do motivo por que a Nigéria precisa de policiamento especial para suas florestas e montanhas. Na maioria dos casos, os países mencionados são rotas de escape para pastores Fulani armados, uma vez que estes ficam cientes da presença militar.

Violência entre pastores e populações sedentárias na Nigéria

Foi declarado que entre 2010 e 2017, as atividades dos pastores representaram ameaças à existência de várias comunidades nigerianas (Kingdom News 2017). Mais de 5.000 vidas foram perdidas com mais de 100.000 pessoas deslocadas internamente pelos ataques dos pastores Fulani na região Centro-Norte (Kingdom News 2017). Muitas comunidades rurais foram dispersadas e seus habitantes largados à confusão, rompendo a coesão das comunidades e ameaçando a existência da população local. Também foi alegado que os pastores Fulani, após os ataques, ocupam as terras das quais eles, violentamente e de forma assassina, expulsam fazendeiros locais, e que, na sequência, as forças de segurança e o governo tomam medidas para garantir a posse dos Fulani sobre a terra ocupada (Ojomoyela 2016; Kingdom News 2017).

Há, de acordo com todos os relatos, um padrão na má administração de tais emergências. No governo imediatamente anterior, do Presidente Goodluck Ebele Jonathan, por exemplo, as emergências de Jos continuaram, independentemente do clamor regional e internacional (Okeke 2014). De 1996 a 2006, cerca de 121 indivíduos perderam suas vidas somente nos estados de Bauchi e Gombe, devido a tais conflitos. Em 13 de julho de 2014, dez pessoas foram assassinadas em conflitos entre rancheiros locais e pastores Fulani na Rua Pilagani, em Langtang, Governo Local do Norte no estado de Plateau (Ovuakporie e Agbakwuru 2016). Além disso, no dia 14 de julho de 2014, mais de 50 indivíduos foram dados como mortos na região de Pilagani, do Governo Local de Marakun, estado de Zamfara. (Premium Times 2016). Em maio de 2015, da mesma forma, cerca de cem pessoas morreram em cidades e campos afastados situados em Ikura, no estado de Benue, devido a agressões, possivelmente partindo dos pastores. Desde o início deste ano, mais de cem rancheiros locais e ocupantes inocentes foram assassinados pelos Fulani (Opejobi 2016).

Em 2015, os ferozes pastores Fulani ficaram na quarta posição entre os agregados criminosos mais mortíferos do planeta pelo Índice Global de Conflitos (*Global Conflict Index*). Apesar disso e dos vários indivíduos assassinados, o governo tem sido negligente em tomar atitudes mais incisivas (Stein 2016) No estado de Benue, por exemplo, a Associação Nigeriana de Criadores de Gado Miyetti Allah expressou que os ataques a seus rancheiros próximos são uma forma de contra ataque pela tomada de cem bovinos por indivíduos de grupos rústicos que têm estado sob ataque. Além disso, em

2016, mais de 1.042 habitantes foram assassinados devido aos sangrentos conflitos. Em 2015, cerca de sete cidades foram invadidas por pastores Fulani na região do Governo Local de Agatu, sete fazendeiros foram executados nas regiões de Ikpele e Okpopolo e mais de 6.000 habitantes foram deslocados (Stein 2016).

Por volta de 15 áreas de Governo Locais das 23 em Benue, incluindo Agatu, foram invadidas pelos pastores, matando milhares de residentes, destruindo casas e terras e estuprando as mulheres e filhas dos homens dessas comunidades (Opejobi 2016). Outro ponto crucial e notável das invasões Fulani é a comunidade Ukpabi-Nimbo no estado de Enugu, onde cerca de 300 pastores invadiram a localidade com armas e machetes, atirando esporadicamente, matando pessoas e ateando fogo a casas e veículos (Mikailu 2016).

Outros pontos relevantes incluem regiões nos estados de Plateau (Comunidade de Berom), Lagos (Agege), Ekiti (Oke Ako Community), Taraba (Gashaka), Ibadan (Lagelu), Delta (Comunidade Ossissa), Kwara (Comunidades de Lagun, Iyana Offa, Offa), Akure, Nasarawa, Abia e Imo, para citar alguns. A Mercy Corps (2015) coloca os pastores Fulani como o grupo militante mais letal da Nigéria, com um número de 1.220 mortes em 2014, um crescimento significativo com relação às 63 mortes em 2013. Os militantes Fulani foram responsabilizados por 97% das mortes em 2014, contra os 67% registrados pelo Boko-Haram (Mercy Corps 2015). Dos 163 países analisados no "2015 Mercy Corps", a Nigéria estava na 149ffi posição na lista do Índice Global de Conflitos (Global Conflict Index). Isto ajuda a demonstrar a frágil situação da paz na Nigéria (Mercy Corps 2015). Um relatório recente da Mercy Corps (2015), uma organização humanitária global, financiada pelo Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), coloca os infindáveis conflitos entre fazendeiros e pastores por todo o país, especialmente na região Centro-Norte, como tendo um custo de \$14 bilhões em possíveis receitas para a Nigéria.

Tabela 1: Casos selecionados de incessantes conflitos sangrentos entre pastores Fulani e fazendeiros locais na Nigéria

Nome da Comunidade Atacada (Estado)	Nº de Pessoas Mortas	Fonte da Notícia/ Data
Beye e Beryen, Beron, Tusung-Barkin, Mazah, Tarok, Riyon-Barkin Ladin, Bokkos, Dogo na Hauwa, Riyom, Barkin Ladi, Jos North, Jos South, Jos East, Mangu, Bassa, Kwata, Kuru (Estado de Plateau)	657	Março de 2010 e Dezembro de 2015
Gowen, Guma, Tiv-Guma, Tse Abatse e Tse Yoo, Tarok -Wase, Barkin-Ladi, Eguma-Agalie, Agatu, Guma, Tiv, Soja Patali, Vilarejo de Amenbo, Agatu, Buruku, Guma, Gwer-West, Logo, Kwande, Gwer-East, Katsina-Ala, Odugbeho Agatu, Idele, Guma, Gwer-East, Buruku, Gwer- West, Ucha Nyiev, Ega Adapati, Ikpele, Okpopolo (Estado de Benue)	Mais de 2000	Fevereiro de 2011 e Janeiro de 2018
Akpanaja Ondori Rukubi-Doma, Udeni Gida, Doma, Eggon, Eggons, Tivs, Alago, Agatu (Estado de Nasarawa)	Mais de 205	Fevereiro de 2011 e Agosto de 2016
Jukun, Wukari, Majehuku e Zandukwu, Dori e Mesuma, Gasaka, (Estado de Taraba)	97	Janeiro de 2013 e Abril de 2016
Egbe (Kogi)	5	Abril de 2013
Tiv (Fronteira de Benue e Nasarawa)	23	Maio de 2013
Ketu (Ogun)	1	Outubro de 2013
Atakar e Zandang, Kirim, Zagar, e Zandyan, Vilarejo de Ambie, Vilarejo de Paa, Unguwan Dauda (Estado de Kaduna)	Mais de 400	Outubro de 2013 e Dezembro de 2017
Uzouwani, Ukpabi Nimbo, Uzo-uwani, Nimbo Ngwoko, Ugwuijoro, Ekwuru. Ebor, Nimbo, Umuome, Ugwua- chara (Enugu)	Mais de 622	Junho de 2013 e Dezembro de 2016
Uzuakoli, Ebem (Abia)	23	Outubro de 2015
Nta Obu, Ikpanya (Akwa Ibom)	100	Julho de 2014
Akoko South-East (Estado de Ondo)		Julho de 2014
Tse Chia, Tse Nhumbe, Deghkia, Ngorukgan (Abuja)		Setembro de 2015
Fufore, Girei, Demsa, Manassah Nayangom (Estado de Adamawa)	Over 125	Março de 2016 e Dezembro de 2018
Ofagbe, Isoko North, Matokun, Pategi (Estado de Delta)	4	Junho de 2015 e Fevereiro de 2016
Ayamelum (Estado de Anambra)	2	Fevereiro de 2016
(Ekiti)	5	Outubro de 2017

Fonte: Diário do Autor

As implicações da crise entre pastores e fazendeiros locais na Nigéria

De fato, os ataques dos pastores Fulani levantaram preocupações sobre segurança envolvendo todos os estados e a federação. A Nigéria tornouse um país atingido por bandidos e que é considerado um foco de homicídios. Deve ser notado que, não só a difícil situação da segurança nacional da Nigéria torna a vida mais perigosa para seus habitantes, mas ela também drena os recursos dos governos estaduais e federal, inibe o fornecimento de serviços públicos, perturba estratégias governamentais, desencoraja potenciais investidores, afeta o rápido crescimento econômico e atrasa o desenvolvimento político. O impacto é multifacetado, ao passo que afeta as esferas social, política, econômica e ambiental. A implicação dos atuais confrontos entre pastores Fulani e fazendeiros locais é evidente tanto nas empresas existentes quanto nas que possivelmente se instalarão nas áreas atingidas. Enquanto potenciais investidores locais e estrangeiros são dissuadidos de fazerem investimentos em decorrência dos altos riscos securitários, aqueles que já alocaram seus recursos ficam incertos sobre a segurança de seus investimentos. Além disso, empresas existentes são afetadas pela dificuldade em desempenhar suas áreas funcionais (produção, financiamento e marketing, entre outras). O efeito resultante destes fatores debilitantes é que a produtividade das empresas irá recuar, a pobreza será mais manifestada, haverá deslocamento social e desalojamento de populações, assim como as perturbações na vida familiar e comunal tornar-se-ão mais pronunciadas, aumentando as taxas de criminalidade. Outra implicação dos conflitos entre pastores e fazendeiros é a destruição de vidas e fazendas, que se tornaram as maiores ameaças à produção alimentar da nação. Alguns dos estados produtores de alimentos na Nigéria experimentaram pesadas perdas de vidas e propriedades. Tais perdas de vidas afetaram negativamente as operações rurais e outros negócios e atividades socioeconômicas relacionadas, resultando na redução da produtividade das fazendas e, portanto, no aumento do medo da fome. Desde já, a maior parte dos fazendeiros nos estados afetados abandonou fazendas e escolas com medo dos ataques dos pastores Fulani. Para comunidades que já foram predominantemente agrícolas, a ocupação na agricultura já não é mais tão interessante como antes. Muitos fazendeiros foram deslocados ou tiveram suas terras desapropriadas pelos pastores Fulani armados.

Especialistas em desenvolvimento agrícola são unânimes em suas previsões de que os ganhos registrados neste setor da economia, especialmente na área da produção alimentar, podem sofrer sérios retrocessos como resultado dos

efeitos negativos dos conflitos com pastores Fulani. Atualmente, quase todos os estados da Nigéria foram afetados por estes agressivos pastores. Os efeitos da contínua crise dos Fulani nas localidades afetadas levaram à relutância dos fazendeiros em retornar às suas terras, mesmo durante a temporada de colheita. Fazendeiros locais fugiram, deixando suas terras despreparadas e ociosas, sujeitando as terras à pastagem indesejada por parte dos pastores Fulani.

Em todos os conflitos, pesadas perdas de vidas e propriedades são registradas em ambos os lados. Enquanto os fazendeiros locais contabilizam perdas em casas e em produção agrícola, os pastores Fulani contam suas perdas em cabeças de gado. Fazendas e escolas nas áreas afetadas foram tomadas por ervas daninhas e aquelas que já estavam prontas para colheita foram deixadas abandonadas (Opejobi 2016). De acordo com o Fórum dos Governadores, "isto irá impactar negativamente no fornecimento de alimentos dos fazendeiros locais a todas as partes do país, já que a maior parte dos fazendeiros moveram-se para locais seguros, onde eles não estão desempenhando suas atividades e permanecendo ociosos" (Opejobi 2016). Ainda que o conflito entre os sedentários fazendeiros e os nômades pastores de gado Fulani na Nigéria já venha de décadas, o atual escalonamento para uma crise aberta entre os dois grupos é um fenômeno recente. À medida que os assassinatos continuam em uma proporção maior, agências de segurança aparentam estar abismadas pela sofisticada natureza das armas utilizadas pelos mercenários. A morte de homens, mulheres e crianças, e a destruição de lavouras e animais tornaram-se marcas registradas desta guerra, a qual tirou pessoas de seus lares ancestrais e colocou-as em situações intoleráveis como deslocadas internas

Conclusão

Apesar dos numerosos estudos na Nigéria que mostram os conflitos como ataques dos pastores às propriedades dos fazendeiros, a presente investigação sobre os confrontos pelo uso e posse das terras nos diversos estados nigerianos é uma exceção, pois concentra-se na intrusão dos pastores em regiões agrícolas próximas. Na mesma linha, notou-se a aplicabilidade deste artigo na Nigéria e no mundo, ao passo que apresenta o fluxo dos conflitos e de seu escalonamento, bem como considerações sobre seus gatilhos e ramificações. Este artigo contribuiu fundamentalmente para o avanços dos meios normalmente utilizados para abordar conflitos. É relevante compreender todos estes, pois os conflitos por pastagens e pelo uso de terras entre fazendeiros locais e pastores na Nigéria contribuíram não só para a desestabilização da paz e da segurança do país, mas também para a estagnação

do desenvolvimento agrícola e pecuário nos estados de Adamawa e Benue e na Nigéria como um todo. O artigo fornece um estímulo para as partes e acadêmicos interessados desenvolverem futuras pesquisas. Criar e recriar o futuro é a missão e o desafio das estratégias, as quais lidam com a interação da população local. Isto significa que o plano deve se adaptar às reações antecipadas daqueles que serão afetados. Para governos em todos os níveis, é necessário saber que a insegurança causada pelos conflitos entre pastores e fazendeiros nasce, geralmente, do sentimentos de fraqueza e desespero. Portanto, os governos estaduais e federal devem dar mais atenção aos elos faltantes sobre reservas de pastagens e importação de pasto brasileiro, bem como fornecer vias para sensibilizar os cidadãos sobre a necessidade e os valores da consciência sobre segurança. Todo cidadão deve ter em mente que a vida deve ser assegurada antes que se possa pensar sobre como alimentar, vestir e abrigar alguém e, posteriormente, engajar-se em atividades políticas, culturais e ideológicas. Não há nada em absoluto que dê significado e essência à vida como a segurança. A maior ameaça securitária à Nigéria encontra-se na sua fraca unidade política e econômica e práticas de corrupção. Isto é agravado pelos fatores paralelos da pobreza difundida por um lado, e da abundância de petróleo no território por outro, ambos fatores que levam à intensa competição por recursos entre as seis zonas geopolíticas da Nigéria. A postura de segurança interna na Nigéria é altamente assustadora; o país é, basicamente, mais ameaçado por questões internas do que por aquelas relacionadas a fatores externos, especialmente na região Centro-Norte, com muitos conflitos étnico-religiosos e confrontos comunais. O artigo examinou a situação da nação focando nos problemas de segurança na Nigéria. Argumentou-se que a Nigéria atingiu um ponto de ruptura em questões securitárias, as quais que não tem fim em vista. Também notou-se que ainda falta para o país uma visão estratégica sobre como lidar com a crise de segurança, tornando futuros problemas securitários inevitáveis.

REFERÊNCIAS

- Abubakar, Muhammed. 2012. Sociological assessment of nomadic pastoralist and sedentary farmer conflicts in Katsina State. (M.Sc. Thesis), Ahmadu Bello University, Zaria, Kaduna State, Nigeria.
- Adisa, Solagberu. R. e Adekunke, Adekunle O. 2010. Farmer-Herdsmen Conflicts: A Factor Analysis of Socio-economic Conflict Variables among Arable Crop Farmers in North Central. *Nigeria Journal of Human Ecology*, 30 (1), 1-9.

- Aliyu, Aliyu Sheu. 2015. Causes and resolution of conflict between cattle herders and crop farmers in katsina state. (M.Sc. Thesis), Ahmadu Bello University, Zaria
- Audu, Sunday Didam. 2013. 'Conflicts among farmers and pastoralists in Northern Nigeria induced by freshwater scarcity', *Developing Country Studies*, vol. 3, no. 12, pp. 25-32
- Baca, Michael W. 2015. Farmer-herder clashes amplify challenge for beleaguered Nigerian Security. http://theglobalobservatory.org/2015/07/farmer-herdernigeria-buhari-abuja-fulani/
- Bello, Alhassan Usman. 2013. Herdsmen and Farmers Conflicts in North-Eastern Nigeria: Causes, Repercussions and Resolutions. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*, 2(5), 129-139
- CBN financial Watch. 2016. Financial Stability Report December 2016 Central Bank of Nigeria
- Dimelu, Mabel Ukamaka, Salifu, Edward Danjuma, e Igbokwe, Edwin M. 2016. "Resource use conflict in agrarian communities, management and challenges: A case of farmer-herdsmen conflict in Kogi State, Nigeria". *Journal of Rural Studies*, 46, 147-154
- Ehiabhi, Victor. 2012. Senate passes law to halt Fulani, Farmer's conflict. https://www.naij.com/434292-senate-passes-law-to-halt-fulani-farmersconflict.html
- Onwubiko, Emmanuel. 2017. "Policy Incoherence Fuels Herdsmen Attacks", National Daily. http://kingdomnewsng.com/articles/417-policy-incoherence-fuels-herdsmen-attacks
- Folami, Olakunie Michael. 2010. Climate change and inter-ethnic conflict between Fulani herdsmen and host communities in Nigeria. In Conference on Climate Change and Security, organised by the Norwegian Academy of Science and Letters, Trondheim, Norway
- Gyong, John. 1998. *Conflict Management: Traditional Methods from Pre-colonial Times to the Present*. Paper presented at the conference on enhancing peaceful co-existence in Nigeria. Organized by the centre for peace and conflict resolution National War College Abuja
- HART. 2016. "Herdsmen-Farmer Conflict in Nigeria: An Ongoing Legacy of Division and Mistrust". *Humanitarian Aid Relief Trust.* http://www.hartuk.org/blog/herdsmen-farmer-conflict-nigeria-ongoing-legacy-divisionmistrust/

- Higazi, Adam. 2016. 'Farmer-Pastoralist Conflicts on the Jos Plateau, Central Nigeria: Security Responses of Local Vigilantes and the Nigerian State', Conflict, Security & Development 16(4): 365-385
- Human Rights Watch. 2013. Leave Everything to God. Accountability for Inter-Communal Violence in Plateau and Kaduna States, Nigeria. Human Rights Watch. https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/nigeria1213_ForUpload.pdf
- Ibrahim, Haliu. 2014. Team nabs 16 cattle rustlers in Plateau. Daily Trust, http://www.dailytrust.com.ng/news/general/team-nabs-16-cattle-rustlers-inplateau/38032.html#4UFLufEjxDoRljBg.99 (20 March, 2018)
- Idegu, Yusufu Aminu. 2015. "Why does blood flow in Berom?" *The Nation*. http://thenationonlineng.net/why-does-blood-flow-in-berom/.
- Kabir, Muhammed M. 2016. 'Roles of surveyors in conflict resolution and peace building in farmers herdsmen perennial resource clashes in Nigeria with special reference to Katsina State, Nigeria (7974)', *Recovery from Disaster*.
- Kingdom News. 2017. Communiqué of the Conference on Herders and Farmers Conflicts in Central Nigeria, organized by the Centre for Research Management, Benue State University, Makurdi, held at the Auditorium 1 of the College of Health Sciences, Benue State University from 13th 16th March, 2017 Christened. http://kingdomnewsng.com/news/412-fulani-herdsmen-attacks-makurdi-declaration-2017
- Majekodunmi, Ayodele O, Fajinmi, Akinyemi, Dongkum, Charles, Alexandra P M Shaw; Susan C Welburn; 2014. 'Pastoral Livelihoods of the Fulani on the Jos Plateau of Nigeria', *Pastoralism* 4(1): 1.
- Marietu, Tenuche S. e Olarewaju Ifatimehin. 2009. 'Resource conflict among farmers and Fulani herdsmen: Implications for resource sustainability,' *African Journal of Political Science and International Relationships*, 3(9): 360-364.
- Mercy Corps. 2015. Conflict Between Nigerian Rural Communities Takes Enormous Economic Toll. Press Release https://www.mercycorps. org/pressroom/releases/mercy-corps-conflict-between-nigerian-ru-ral-communitiestakes-enormous-economic
- Mikailu, Naziru. 2016. Making sense of Nigeria's Fulani-farmer conflict, BBC News http://www.bbc.com/news/world-africa-36139388

- Nicholas, Ibekwe, Nicholas. 2018. Soyinka berates Buhari over government's failure to rein in Fulani herdsmen https://www.premiumtimesng.com/news/headlines/255149-soyinka-berates-buhari-governments-failure-rein-fulani-herdsmen.html
- Odoh, S. I e Chigozie, Chilaka Francis. 2012. 'Climate change and conflict in Nigeria: A theoretical and empirical examination of the worsening incidence of conflict between Fulani herdsmen and farmers in Northern Nigeria', *Arabian Journal of Business and Management* Review 2(1):110-124
- Ojiako, Ifeanyi. A. e Olayode, G. A. 2008. Analysis of trends in livestock production in Nigeria: 1970-2005. *Journal of Agriculture and Social Research*, 8 (1), 114-120
- Ojomoyela, Rotimi. 2016. Fayose Threatens Reprisal Over Herdsmen Attacks in Ekiti. *The Vanguard*. /http://www.vanguardngr.com/2016/05/fayose-threatens-reprisalherdsmens-attack-ekiti/
- Okeke, Okechukwu Edward. 2014. Conflicts between Fulani Herders and Farmers in Central and Southern Nigeria: Discourse on Proposed Establishment of Grazing Routes and Reserves. *AFRREV IJAH: An International Journal of Arts and Humanities*, 3(1), 66-84.
- Okoli, Chukwuma. e Atelhe George Atelhe. 2014. Nomads against natives: A political ecology of Herder/Farmer conflicts in Nassarawa State, Nigeria. American International Journal of Contemporary Research, 4(2), 76-88
- Olayoku, Philip Ademola. 2014. Trends and patterns of cattle grazing and Rural violence in Nigeria (2006 2014) Nigeria watch project. http://www.ifra-nigeria.org/IMG/pdf/
- Opejobi, Seun. 2016. Buhari has no solution to Fulani herdsmen/farmers crises Zakari. Daily Post. http://dailypost.ng/2016/07/20/buhari-no-solution-fulaniherdsmenfarmers-crises-zakari/
- Ovuakporie, Emman e Agbakwuru, Johnbosco. 2016. Herdsmen More Dangerous Than Boko-Haram, *The Vangaurd*, http://www.vanguardngr.com/2016/04/herdsmen-dangerousboko-haram-akpatason/

- Premium Times. 2016. Fayose vows to equip Ekiti hunters for war with Fulani herdsmen. *Press Release*. http://www.premiumtimesng.com/news/topnews/203970-fayose-vows-equip-ekiti-hunters-war-fulani-herdsmen.html
- Sapru, Radha Krishan. 2012. Public Policy: Formulation, Implementation and Evaluation, New Delhi: Sterling Publishers
- Shettima, Abba Gana e Tar, Usman A. 2008. 'Farmer-pastoralist conflict in West Africa: Exploring the causes and consequences', *Information, Society and Justice,* 1(2): 163-184.
- Stein, Chris. 2016. "Farmer-Herder Conflict Rises across Nigeria". VOA News. http://www.voanews.com/a/farmer-herder-conflict-rises-acrossnigeria/3326151.html

RESUMO

Incontáveis mortes desnecessárias ocorreram devido aos incessantes e sangrentos conflitos entre pastores Fulani e fazendeiros locais nigerianos. A situação da segurança no país já é ruim o suficiente sem esta ameaça, que envolve a simples, inocente e trabalhadora população de base. No entanto, as autoridades parecem não ter pistas sobre o ângulo apropriado, a partir do qual abordar a questão. As principais discussões acadêmicas sobre o assunto também não deram atenção ao embate em relação às leis de pastoreio e uso de terra. Esta pesquisa, portanto, investiga as mortes perpetradas por pastores Fulani sob a luz de fatores multidimensionais, que estão, também, sujeitos a um cenário político em constante alteração. A pesquisa é qualitativa e utiliza fontes de dados secundárias e de arquivo. As discussões são baseadas na Teoria da Modernização e na Teoria da Escassez de Recursos, o que permite abordar os conflitos de perspectivas variadas. O estudo identifica as políticas contraditórias para o uso pacífico e apropriado de terras e o problemático esquema de apaziguamento nos diversos níveis do governo nigeriano como um dos gatilhos para os confrontos. Além disso, o fraco pacote de segurança social ofertado à população pode ser conectado às Lutas sangrentas e incessantes Visto que não são realizados planos de desenvolvimento estrutural apropriados, que criem reservas de pastagem para os mercantes nômades, estes decidiram expandir seus negócios à força, uma opção que rapidamente atende às suas necessidades em um país deficitário em segurança. Novamente, a porosidade das fronteiras da nação é, também, um fator crucial considerado nesta pesquisa, já que abundam evidências para provar que a maior parte dos perpetradores destes assassinatos sem sentido tem seus esconderijos em nações fronteiriças, de onde armas são transportadas para dentro do país, a fim de executar suas atividades. Por último, o estudo discute a tomada de terras rurais como a finalidade dos massacres realizados pelos pastores Fulani. Após destruir as vilas, os criminosos confiantemente ocupam a terra, algumas vezes com ajuda militar, enquanto os donos originais fogem em busca de segurança. Este desafio securitário contribui para o atraso econômico, social e político, visto que leva à perda de vidas e propriedades, dificulta e provavelmente impede investimentos locais e estrangeiros, destrói terras férteis e aráveis, além de reduzir o fornecimento de alimentos, em última instância reduzindo a produtividade como um todo. Se o governo não responder à altura, por meio de medidas de segurança drásticas, ocorrências futuras permanecerão prováveis.

PALAVRAS-CHAVE

Nigéria; Pastores Fulani; Fazendeiros Locais; Conflitos Sangrentos.

Recebido em 2 de abril de 2018. Aceito em 14 de dezembro de 2018.

Traduzido por Artur Holzschuh Frantz.

MIGRAÇÕES SAZONAIS, ALÍVIO DA POBREZA E CONTRATOS DE SEXO NOS CENTROS DE PRODUÇÃO DE CACAU NO QUADRANTE LITORÂNEO DE CAMARÕES: UM ESTUDO DIAGNÓSTICO SOCIAL-AN-TROPOLÓGICO NA ÁREA PÓS-COLONIAL

Martin Sango Ndeh¹

Introdução

A produção de cacau constitui uma parte muito importante do empreendimento agroindustrial de Camarões, particularmente ao longo das zonas de floresta costeira ao longo do quadrante litorâneo. Existem várias comunidades na região sudoeste de Camarões que suas economias dependem fortemente da indústria do cacau. Essas comunidades que incluem áreas como Munyenge, Bafia, Bai Bikum, Ekata e muitas outras operam economias sazonais que dependem da colheita intermitente dos produtores de cacau. Os períodos de pico da colheita nessas comunidades produtoras de cacau geralmente são períodos de expansão que têm um efeito cascata sério na economia dessas comunidades. A indústria do cacau nessas áreas é bem organizada e atrai mão-de-obra migrante de longe e de perto. Há imigrantes de lugares distantes nas regiões noroeste e oeste de Camarões que vêm e se estabelecem em áreas produtoras de cacau na região sudoeste². Nessas áreas, existem diferentes categorias de administradores de plantações de cacau, aqueles que possuem fazendas de cacau como proprietários únicos, enquanto outros trabalham como trabalhadores remunerados e outros como

I Departamento de História, Universidade de Buea, Buea, Camarões.

E-mail: ndeh.martin@ubuea.cm

² SOWEDA Focus: Um Boletim Integrado de Desenvolvimento Rural do Sudoeste - Autoridade de Desenvolvimento. Dezembro de 2008. P. 3

operadores bipartidários³. Nessas áreas produtoras de cacau, existem outras categorias de trabalhadores, como os compradores de cacau, que atuam como intermediários entre os agricultores e as empresas exportadoras de cacau, como a TELCA. Compradores de cacau são agentes que compram cacau diretamente dos agricultores e pretendem vendê-los a empresas exportadoras de cacau. Alguns dos compradores de cacau são operadores independentes, enquanto outros atuam como agentes das empresas exportadoras de cacau. Estas empresas compradoras de cacau, junto ao governo de Camarões, contribuíram enormemente para o desenvolvimento do setor do cacau, que é um importante intermediário na exportação. O governo de Camarões, por meio de órgãos regionais como a Autoridade de Desenvolvimento do Sudoeste (SOWEDA4) e o Projeto de Desenvolvimento Participativo de Rumpis, demonstraram interesse em melhorar a indústria do cacau nessas áreas devido ao papel que esta indústria desempenha no desenvolvimento dessas áreas, em particular da nação como um todo. O crescimento e a expansão do setor do cacau nessas áreas atraiu um enorme influxo de migrantes e é anteposto a esse pano de fundo que este documento estabelece uma ligação entre a produção de cacau, a migração sazonal e alguns dos males sociais associados a esses movimentos sazonais.

Contexto do estudo

Na contextualização deste estudo é importante estabelecer uma relação entre a produção de cacau, migrações sazonais e prostituição como um significado de luta contra a pobreza na área estudada. Os centros de produção de cacau são suscetíveis a migrações sazonais de diferentes categorias. Pessoas, que deixam suas casas e migram para outras áreas em busca de trabalhos, são forçadas em novos padrões de vida que podem ser tanto benéficas como prejudiciais. Nas localidades de produção de cacau no quadrante litorâneo, várias fábricas contam para o alto influxo de migrantes e essas fábricas incluem a necessidade de conseguir o muito necessário trabalho que não pode ser adquirido em imediato dos ambientes de plantações vizinhas,

³ Os operadores das *Duas-partes* são trabalhadores que não possuem fazendas e, ao mesmo tempo, não trabalham como trabalhadores remunerados, ao contrário, o proprietário das fazendas que não podem trabalhar devido a problemas de saúde ou outros obstáculos pode abrir mão de suas fazendas para trabalhar e as duas-partes compartilharão o produto.

⁴ Sigla do inglês, South West Development Authority.

⁵ O Projeto de Desenvolvimento Participativo de *Rumpi* é um projeto que é financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (ADB, sigla do inglês, *African Development Bank*) e pelo Governo de Camarões, que cobre uma área ampla para melhorar o desenvolvimento rural e reduzir a pobreza entre os agregados familiares rurais na região sudoeste.

por causa de certas restrições. As comunidades comerciais de plantação de cacau contam com trabalhadores migrantes, um extensivo sistema de esquemas de produtores de fora e ligações com os centros urbanos vizinhos. O presente estudo não está ligado a todos migrantes sazonais que movem para dentro e fora dessas áreas durante o pico das temporadas de colheita, mas o foco é em um grupo particular, que é os trabalhadores sexuais sazonais que deixam os centros urbanos para os centros de produção de cacau durante o pico da temporada de colheita com o objetivo de fazer grandes negócios e as resultantes consequências das suas atividades.

Este artigo, portanto, se concentra na produção de cacau, migrações sazonais com atenção particular à prática de contratos de sexo e exploração da prostituição e a rede social de operações nos centros de produção de cacau durante o período de *boom* do cacau. Como mencionado anteriormente, o aumento nos níveis de renda das diferentes categorias de operadores da fazendo durante as temporadas de pico cria um diferente clima social que é caracterizado por gastos exuberantes, bebidas pesadas, prostituição e outros vícios sociais. Antes de entrar no núcleo de discussão desse documento, é importante dar uma imagem vívida do que caracteriza essas localidades de plantação de cacau.

Classificando as localizações de plantação de cacau

As áreas de plantação de cacau descritas nesse trabalho são caracterizados por uma pobreza aguda, rendas *per capita* baixas, baixos índices de desenvolvimento humano, estruturas econômicas não diversificadas dominadas pelas culturas do cacau e taxas de crescimento modestos da economia⁶. Nessas sociedades, agricultura como um todo e a produção de cacau são o setor mais importante em termos de número de pessoas diretamente e indiretamente envolvidas. Isto é dizer que a principal ocupação dessas pessoas nessas áreas é a plantação de cacau. Normalmente as fazendas de cacau intercalam com outros produtos não rentáveis, como plantações que as pessoas vendem para subsistência durante os períodos de pouca colheita⁷. Latifundiários detêm grandes escalas de fazenda comercial cobrindo muitos hectares, e os trabalhadores nessas fazendas normalmente vêm de áreas distantes da região oeste e noroeste. Durante o período de baixa colheita, as fazendas de cacau nessas áreas vivem uma pobreza miserável, e os períodos de alta colheita são considerados os períodos de grande gasto e de calorosa

⁶ Coulter, Jonathan, NR Group e Pierre Etoa. Estudo de financiamento da cadeia de valor para café e cacau em Camarões. p.9 7 Ibid.,

atmosfera social, porque é neste período quando há a disparada nos lucros das fazendas de cacau.

A pobreza é considerada um importante indicador social neste artigo, porque os operadores das fazendas que sofrem de pobreza durante as temporadas de baixa colheita consideram os períodos de supersafra como temporadas de grandes gastos, enquanto os trabalhadores comerciais de sexo nos centros urbanos também consideram esse período como temporadas favoráveis à exploração da prostituição e a contratos de casamento, como uma forma de subsistência. O aumento do padrão de vida nos centros urbanos e o crescente número de prostitutas normalmente empurra algumas das prostitutas a procurar por dinheiro em outros lugares e, normalmente, os períodos do boom do cacau na localidades de produção de cacau é visto como um período de ganhos que essas prostitutas migrantes vão conseguir mais dos fazendeiros em serviços sexuais e gastar menos, já que eles estão em instalações rurais onde os padrões de vida são comparativamente mais baixos.

A pobreza pode, sendo assim, ser considerada o maior fator responsável pelo grande influxo de meretrizes migrantes dentro dos centros de produção de cacau durante períodos de supersafra. A definição de pobreza é normalmente indescritível como o próprio fenômeno, porque é visto diferentemente em disciplinas diferentes – economia, ciência política e sociologia. Existe literaturas dentro das disciplinas que claramente revela a diversidade em ambas definições de pobreza e onde a ênfase está sendo dada. No contexto do presente estudo, pobreza é largamente percebida como uma condição econômica que pode ser resolvida usando soluções econômicas primárias. Melhorias nas taxas de renda nacional, por exemplo, tendem a caracterizar a contemporânea análise da pobreza⁸. A ampla terminologia de pobreza e migrantes é entrelaçado e complexo porque um possui um comportamento direto com o outro, que é que a pobreza pode levar a migração e a migração pode ou aliviar a pobreza ou aumentá-la. O relacionamento entre pobreza e emprego para mulheres no setor informal é bastante compreensível, porque a pobreza pode empurrar as mulheres no que se chama "aflição na venda de trabalho" e a prostituição é uma delas. É dessa forma que meretrizes e cortesãs migram dos centros urbanos dentro dos centros de produção de cacau durante os períodos de boom do cacau para assinar contratos de casamento e de contratos de sexo que normalmente duram o período do boom. Tais meretrizes e cortesãs fizeram disso uma ocupação sazonal e quando elas se mudam para qualquer centro de produção de cacau, elas assinam contratos com diferentes categorias de operadores de cacau, incluindo donos de fazendas, trabalhadores e, em alguns casos, compradores de cacau.

⁸ Oliver Saasa e Jerker Carlson. Ajuda e Redução da Pobreza na Zâmbia.

Metodologia

A metodologia adotada para este estudo foi interdisciplinar porque o estudo atravessa a história e as ciências sociais. O estudo examina questões relacionadas à produção de cacau e migração sazonal, conceitos diretamente ligados à geografia. A pobreza e a prostituição estão associadas a condições humanas e padrões comportamentais que podem ser vistos a partir de perspectivas sociológicas e antropológicas. O exposto anteriormente justifica a adoção do desenho interdisciplinar. Com relação aos instrumentos de coleta de dados, esta pesquisa se baseou fortemente em fontes primárias devido à escassez de fontes secundárias sobre o assunto em discussão. No que se refere a fontes primárias, alguns registros foram coletados da SOWEDA, atas de reuniões de grupos de agricultores e, finalmente, entrevistas orais foram realizadas. Na condução de entrevistas orais, o grupo-alvo foram os operadores de cacau e as prostitutas que migram para os meios produtores de cacau durante os períodos de pico. Outras partes interessadas, que estão envolvidas neste setor, foram igualmente contatas para informações vitais. A abordagem participante/observador foi igualmente utilizada, uma vez que o autor do presente artigo, de vez em quando, passava férias em torno dessas localidades. Suas interações com os agricultores e até certo ponto as prostitutas nessas localidades permitiram que ele reunisse informações vitais para este estudo. Em termos de análise de dados, um desenho qualitativo foi adotado para estabelecer uma relação entre produção de cacau, migração sazonal e prostituição.

Justificativa do estudo

A atual pesquisa permanece sendo significante porque estabelece uma conexão entre a produção de cacau, migrantes sazonais e o alívio de pobreza pela prostituição. Analisando através da literatura que existe nas produções de cacau e trabalho em Camarões, há um espaço vazio em como essa indústria de cacau atraiu migrações sazonais e, particularmente, prostitutas migrantes de forma sazonal. É essa lacuna na literatura existente que faz a atual pesquisa muito relevante. Um estudo dessa natureza fornece uma imagem vivida nas mudanças do desenvolvimento social através das localidades de plantação durante os períodos do supersafra do cacau e durante os períodos de baixa colheita. Além de preencher um vazio na literatura existente, o estudo ilumina o leitor nos novos padrões das temporadas de migração das zonas urbanas e rurais provocado pelas operações de cacau

e como essas formas de operações aumentaram a propagação de HIV em algumas comunidades de Camarões.

Sustentabilidade da indústria de cacau e atração para migrantes

A SOWEDA e outras ONGs contribuíram para sustentar e expandir a indústria do cacau em muitas áreas da Região Sudoeste. Essas organizações, por meio de qualificações e treinamento, promoveram o desenvolvimento de técnicas agrícolas e isso contribuiu enormemente para expandir o cultivo e melhorar a qualidade e a quantidade da produção. Atualmente, o setor do cacau está gerando enormes riquezas para os proprietários de fazendas e milhares de jovens são empregados nesse setor. A SOWEDA e ONGs também contribuíram imensamente na construção de fornos modernos que são usados para a secagem do cacau e o fornecimento de outras instalações relacionadas9. Anteriormente, os agricultores dessas áreas dependiam de técnicas locais de secagem e isso afetava a qualidade do cacau que Camarões exportavam para o mercado mundial. Diante da crescente concorrência, o governo de Camarões decidiu empreender uma campanha para construir modernos fornos de cacau através da missão que é atribuída à SOWEDA. O governo neste esforço foi assistido por algumas ONGs, empresas exportadoras de cacau e muitas outras partes interessadas. Considerando o fato de que o desenvolvimento da indústria do cacau é um processo contínuo que exige grandes financiamentos e equipes multidisciplinares de especialistas, a SOWEDA tem tentado ao longo dos anos cobrir aspectos como a construção de fornos que criam um enorme impacto na população, com recursos financeiros limitados colocados à sua disposição pelo governo. O esforço conjunto dessas diferentes partes interessadas contribuiu para a expansão do setor do cacau nessas áreas, e essa expansão também viu o crescente influxo de migrantes, incluindo os profissionais do sexo e outras categorias de assistentes sociais.

A indústria do cacau, efeitos multiplicadores e trabalho de migrantes

O crescimento e expansão da indústria de cacau possui uma série de efeitos multiplicadores nas operações comerciais e a atração de populações de migrantes incluindo meretrizes. Estatísticas mostraram que afastado do

⁹ SOWEDA Focus em Fotos: Um Boletim Integrado de Desenvolvimento Rural da Autoridade de Desenvolvimento do Sudoeste. Dezembro de 2011. P.4.

trabalho familiar, mais de 80% do trabalho assalariado em torno das plantações comerciais de cacau possuem trabalhadores migrantes. Alguns dos trabalhadores imigrantes dentro dessas áreas são trabalhadores permanentes enquanto outros são trabalhadores temporários recrutados sazonalmente e é esta categoria que está propensa a acordos comerciais sexuais ou porque a maioria deles não está casada ou abandonaram suas famílias. Um dos problemas centrais que confronta os novos operadores de cacau no começo foi a incapacidade de garantir trabalho imediato nas localidades vizinhas. Diversos argumentos foram colocados para justificar porque conseguir trabalho nessas plantações de cacau era problemático. Junto com esses problemas há o fato que aqueles que poderiam ter cedido como trabalhadores preferiram operar suas próprias fazendas para obter benefícios a longo prazo¹⁰.

Novamente foi argumentado que os trabalhadores em potencial nessas localidades de plantação de cacau eram familiarizados com a natureza tediosa da cultivação de cacau e consequentemente preferiram operar em interesses de pequena escala ou com fazendeiros comerciais de larga escala. Anteposto a esse plano de fundo que muitos dos operadores das plantações de cacau mudaram-se para longe em busca de trabalho para suas operações de plantação e a escolha preferida foram homens novos não casados. Os planaltos do ocidente e de Bamenda foram descobertos como solos cabíveis para trabalhadores¹¹ irem como das áreas de Esimbi, Beba, Kom, Khambe, e outros grupos étnicos da região ocidental de Camarões e da divisão Lebialen da região sudoeste. Entretanto, estatísticas atestam para o fato que o trabalho no setor de produção de cacau em algumas dessas comunidades foi dominado por trabalhadores de Kom da região noroeste de Camarões. Esse trabalho quando recrutado foi agrupado em diferentes categorias, dependendo da forma de operação que era executada.

Categorização das operações de trabalho nas plantações de cacau

Trabalhadores que migram para dentro das plantações comerciais de cacau operam sob categorias diferentes dependendo no tipo de contato e a forma de operações que vão executar. Alguns operam como trabalhadores permanentes com um pagamento anual enquanto outros operam sob arranjos periódicos e são pagos mediante parcelas ou produtividade periódica. Em algumas instâncias, uma percentagem da produção total é renunciada para o trabalhador como pagamento. Para trabalhadores permanentes que são

¹⁰ Coulter, Jonathan, NR Group e Pierre Etoa. Estudo de financiamento da cadeia de valor para café e cacau em Camarões.p.4

¹¹ Entrevista com Pa Folefac Abraham Ngulefac. Fazendeiro De Cacau, Munyenge, June2015

pagos anualmente, uma quantidade é acordada como pagamento no final do ano. Contudo isso normalmente exclui subsídios alimentícios e plano de saúde. Para os trabalhadores que são pagos em porcentagens da colheita, eles na realidade recebem pagamentos duas vezes ao ano – nas temporadas de baixa colheita e nos períodos de pico¹². O pagamento deles é calculado dependendo da quantidade de cacau que é colhido em cada temporada e isso também tem uma implicação na forma que os contratos que os trabalhadores fazem com meretrizes. No que diz respeito ao pagamento e compensação dos trabalhadores, uma característica que foi notada através dessa pesquisa foi o arranjo das *Duas-partes*. É importante reiterar o fato que a natureza dos contratos que são feitos pelos trabalhadores contribuíram na definição dos acordos de contratos de sexo.

Os arranjos das Duas-partes e hipoteca na indústria de cacau

O arranjo das *Duas-partes* era uma forma de acordo que foi conduzida por proprietários de fazendas que não podiam imediatamente administrar suas fazendas por vários motivos. Em alguns casos, faltava o financiamento para esses fazendeiros manter suas fazendas. Em alguns casos, alguns foram incapazes de administrar suas fazendas devido a problemas de saúde e à falta de comprometimento. Pelas razões acima expostas, donos de fazendas arrendaram suas fazendas por períodos variáveis de dois anos para acima de cinco anos. Estes arranjos ou acordos foram feitos de tal maneira que os arrendatários tinham total controle sobre a fazenda e a produção, mas uma certa porcentagem da renda anual gerada pela fazenda tinha que ir para os arrendatários como benefícios até o término do contrato¹³. Esses tipos de contratos existem porque os proprietários das fazendas nem sempre estão dispostos para vender suas fazendas corretamente, em vez disso, preferem arrendamentos temporários que ainda garantem a propriedade das fazendas. São essas diferentes categorias de operadores agrícolas que constituem o alvo de meretrizes e cortesãs migrantes durante os períodos de crescimento do cacau. Se proprietário da fazenda, trabalhador permanente ou operador de duas partes, todos eles estão envolvidos na exploração de prostituição.

¹² Entrevista com Jacob Mbeh, trabalhador em Ikata, junho de 2015 13 Ibid.

A supersafra do cacau e migração sazonal nas áreas de plantação de cacau

Durante os períodos de pico da produção do cacau as localidades de plantação do cacau recebem um grande influxo de migrantes sazonais na categoria de compradores de cacau, negociantes pequenos e prostitutas imigrantes. Essas categorias diferentes de migrantes se movem para ambiente das plantações de cacau em busca de ganhos sazonais. A despeito de que a indústria de cacau diretamente contribui para o desenvolvimento dessas áreas, as plantações de cacau em lugares como Munyenge, Bafia e Bai-Bikum também criaram círculos diferentes de operações econômicas e sociais com resultados positivos e negativos. Típico do entrelaçamento das operações sociais que são criadas são a quantidade de prostitutas que deixam os centros urbanos e migram para as localidades de produção de cacau sazonalmente e particularmente durante os períodos de pico das colheitas. Os períodos de crescimento do cacau geralmente são caracterizados por outros negócios temporários que são operados como um efeito multiplicador desse boom. Entre os pequenos empreendimentos que surgem do boom estão os casamentos por contrato e acordos sexuais comerciais que são contratados por curtos períodos. De acordo com uma pesquisa que foi conduzida em Munyenge, Bafia, Bai-Bikum e algumas outras áreas, uma seção transversal das prostitutas migrantes contatadas salientou que elas vinham de Mutengene, Limbe, Douala, Tiko e outras grandes cidades em Camarões. Essas prostitutas entram nessas áreas e assinam contratos temporários de sexo (contratos de casamento) variando de um mês a seis, dependendo dos termos do contrato e da duração da supersafra. Esses contratos são assinados com distribuidores de cacau de diferentes categorias, desde os proprietários das fazendas até os trabalhadores e compradores. Estes acordos sexuais geralmente incluem aluguéis, alimentação e roupas para a prostitutas¹⁴.

A pobreza e a busca por estratégias de subsistência continuaram sendo um grande fator impulsionador dessas operações. Seções transversais das meninas que realizam essas operações são meninas que mal conseguem sobreviver e estão vivendo abaixo da linha da pobreza nos centros urbanos. O desemprego, os altos padrões de vida e a crescente pobreza pressionam essas meninas a buscar estratégias alternativas de sobrevivência, além de suas explorações sexuais convencionais nos centros urbanos. O negócio da prostituição nos centros urbanos está se tornando cada vez menos compensador por causa de tantos outros fatores, isto é, o número cada vez maior de

¹⁴ Entrevista com Josephine Mabengu, uma profissional do sexo, Ikata Village, em junho de 2015.

prostitutas que inundaram o espaço urbano e fizeram com que o negócio não fosse muito lucrativo.

Mais uma vez, a incidência de AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis também atuam como um impedimento à exploração da prostituição nos espaços urbanos. Acima de tudo, o alto nível de sensibilização e consciência familiar fez com que a prostituição sofresse um retração, especialmente com o crescente número de igrejas pentecostais. Há um bom número de ONGs que estão no negócio de campanhas contra o HIV e outros vícios negativos, como a prostituição, e essas organizações estão bem estabelecidas nos centros urbanos de Camarões. Embora muitos argumentem que, diante desses fatores de dissuasão, a exploração da prostituição ainda está em alta, mas o fato é que esses fatores têm, até certo ponto, imposto um declínio nas atividades sexuais comerciais no ambiente urbano.

Além das prostitutas migrantes sazonais que penetram nesses centros produtores de cacau, há outros migrantes como os pequenos comerciantes que se deslocam para essas áreas para explorar o *boom* do cacau. Alguns vão lá para vender mediações, enquanto outros vão lá com itens pequenos como sabão, *maggi* e muitos outros itens. Alguns dos comerciantes são especializados na venda de inseticidas que são usados nas fazendas de cacau. Nos últimos tempos, a incidência de migração de trabalhadores temporários, incluindo trabalhadores do sexo comercial, foi aumentada pela liberalização do setor do cacau. A liberalização deste setor aumentou o número de compradores que se deslocaram para os centros produtores de cacau, particularmente durante os períodos de pico e isso tem um efeito cascata sobre os outros setores de operação¹⁵.

A liberalização do setor do cacau e o crescente influxo de migrantes

Depois da independência, estabeleceu-se um sistema de *marketing* controlado pelo Estado para a compra e comercialização de cultivos comerciais, como o cacau e o café. Este sistema prevaleceu até o início dos anos 90. Esse sistema funcionava sob a égide do Conselho Nacional de Marketing de Mercadorias (ONCPB), que nas áreas francófonas operava como *Caisse de Stabilization*, enquanto que nas áreas anglófonas seguia os paradigmas do Marketing Board. Seguindo esse tipo de arranjo, ambas áreas de cacau e café eram supridas por meio de uma estrutura monopolística, consistindo de sociedades primárias, sindicatos cooperativos regionais com muito poucos

¹⁵ Coulter, Jonathan, NR Group e Pierre Etoa. Estudo de financiamento da cadeia de valor para café e cacau em Camarões. p.7

exportadores privados. O ONCPB atribuiu aos compradores suas respectivas cotas e zonas de compra¹⁶. Havia uma escala oficial (*bareme*) fixando as margens em toda a cadeia de valor, enquanto a diferença entre os preços de exportação determinados e os preços de exportação reais era atribuída ao ONCPB, se a diferença fosse positiva, ele era transferido para o ONCPB e, se negativo, o ONCPB reembolsou os exportadores pela perda incorrida¹⁷. Na prática, as diferenças positivas foram absorvidas pelas finanças gerais, pelo que o ONCPB não conseguiu desenvolver o seu fundo de estabilização. Tornou-se altamente endividado para as cooperativas, e estas acabaram atrasando os pagamentos aos agricultores, por períodos de três anos ou mais¹⁸. O ONCPB ficou tão endividado que os produtores de cacau receberam apenas metade do preço garantido durante as temporadas 1989-1990.

Em resposta a esta situação e à pressão exercida sobre a administração dos Bretton-Woods mediante o Programa de Ajustamento Estrutural, a política governamental voltou-se para a liberalização do setor do cacau. A partir de meados de 1991, os exportadores puderam exportar diretamente e as condições de licenciamento para os comerciantes locais foram suspensas. Ao mesmo tempo, o ONCPB continuou a fixar todas as margens de comercialização, e um fundo oficial de estabilização foi criado no Conselho Nacional de Café e Cacau (ONCC) para regular as flutuações de preços interanuais. Infelizmente, este sistema ficou sob pressão crescente, o fundo de estabilização foi declarado falido e o ONCC e os encargos de gestão continuaram a subir. O impacto da liberalização do setor do cacau, no ponto atual da discussão, é que aumentou o influxo de trabalhadores migrantes para as áreas de plantação, já que os bairros produtores rurais de cacau foram inundados com compradores.

Entre 1994 e 1995, este primeiro conjunto de reformas foi seguido por outro conjunto de mudanças, com a abolição da escala de preços e do fundo de estabilização. Um dos objetivos desse segundo conjunto de reformas era "profissionalizar" a mão-de-obra dos setores de cacau e café. Por exemplo, os compradores de cacau deveriam se organizar para negociar contratos com exportadores e financiar com os bancos, e para garantir o cumprimento dos padrões internacionais. Os produtores organizar-se-iam para aumentar seus produtos e negociar com os compradores, para controlar a qualidade do produto e adquirir insumos por meio de licitações. Foi essa liberalização do setor do cacau que atraiu operadores privados do departamento de *marketing*

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

de cacau. Empresas privadas como TELCA e SAMFO exploraram essa liberalização e seus agentes de compra foram enviados para todas as direções, incluindo as áreas de produção de cacau anteriormente mencionadas. Os agentes de compras constituíam parte da hierarquia trabalhista nessas áreas e, uma vez que foram forçados a estabelecer moradias semipermanentes nessas localidades de cacau, também rapidamente se envolveram no negócio da prostituição. É importante notar que a maioria dos agentes de compra de cacau que se mudaram para os centros produtores de cacau não eram casados ou abandonaram suas famílias onde residiam permanentemente. Suas atividades sazonais como agentes de compra os forçaram a criar novos círculos de operações sociais. Alguns contratavam acordos de contratos de sexo temporário, enquanto outros faziam casamentos por contrato.

A tendência invertida da migração sazonal como um desdobramento da indústria do cacau

No tocante à tendência da migração, é comum e usual ver trabalhadores migrantes, especialmente mulheres migrantes, deixarem o campo rural para centros urbanos em busca de trabalhos melhor remunerados como prostitutas ou como empregadas domésticas. A crença é que os centros urbanos têm mais oportunidades de emprego e são ambientes muito mais lucrativos para a prostituição, dada sua caracterização cosmopolita, como os tantos bares, salas de cinema e outros centros de entretenimento. No entanto, no contexto do presente estudo, o inverso é verdadeiro porque, antes, esses profissionais do sexo e outras categorias de trabalhadores se deslocam para o meio rural de centros urbanos e semiurbanos sazonalmente. Meretrizes e cortesãs deixam o meio urbano para os centros produtores de cacau rural durante períodos específicos da época de colheita do cacau com o objetivo de fazer dinheiro rápido. Esta rede de movimento urbana a rural por esta categoria de trabalhadoras do sexo é necessária por dois fatores principais, isto é, o momento da colheita máxima e as perspectivas dessas prostitutas migrantes que saem dos centros urbanos para as comunidades de cacau comparadas com as outras mulheres ao redor da vizinhança. Com relação ao tempo, é importante mencionar que a temporada de pico de colheita geralmente cai em torno de novembro antes das celebrações do final do ano, durante o qual todos precisam de dinheiro para as festividades do final do ano¹⁹.

¹⁹ Entrevista com Bobe Nsom Abraham Kimbi, trabalhador de cacau Munyenge 27 de agosto de 2015.

Essas novas redes de operações sociais que são criadas durante o pico das estações de colheita do cacau têm implicações muito sérias nessas comunidades. Enquanto os primeiros surtos de HIV/AIDS foram considerados predominantes nos centros urbanos, à maioria das pessoas que vivem com a doença está agora nas áreas rurais por causa da falta de informação e da migração gradual de prostitutas para essas comunidades rurais para explorações sexuais sazonais. Entre as diferentes categorias de mulheres que hoje se envolveram na tendência de migração urbano-rural, estão as cortesãs sazonais que transportam temporariamente suas atividades de prostituição para áreas de cacau durante períodos específicos do ano. É importante mencionar que essas profissionais do sexo não têm nenhum destino permanente, mas são motivadas pela lucratividade de seus contratos sexuais. Então, onde os contratos são lucrativos, eles sempre podem voltar para lá na próxima temporada. É importante mencionar que diferentes contratos são assinados dependendo da categoria do operador de cacau e seu nível de renda. Esses acordos sexuais e casamentos contratuais fazem parte da rede de operações sociais nos centros produtores de cacau.

Redes de operações sociais durante as supersafras do cacau

Ao analisar a rede de operações sociais nos centros produtores de cacau durante o período de pico da colheita, é importante mencionar que os proprietários/trabalhadores das fazendas de cacau são pessoas com renda sazonal. Estas estações podem ser referidas como as estações de pico pequeno e as estações de pico alto. Épocas de subsafra são quando os agricultores reclamam de colheita mínima, ou seja, as fazendas podem produzir apenas alguns sacos de cacau. As temporadas de supersafra são períodos de colheita máxima, ou seja, quando as fazendas produzem em seu pico. Desses dois períodos, o restante da estação agropecuária é geralmente caracterizado por gastos pesados nas fazendas porque os proprietários das fazendas precisam comprar produtos químicos para a pulverização do cacau e também precisam cuidar de seus trabalhadores. Isto quer dizer que, a partir do período de pico da colheita, o resto da estação agrícola é geralmente caracterizado por atividades sociais discretas como resultado da escassez de dinheiro.

Com relação aos gastos com as fazendas, a maioria dos agricultores depende de empréstimos para poder levantar capital para comprar inseticidas e outros produtos químicos. Em alguns casos, os agricultores até embarcam

em uma espécie de comércio por permuta para poder sobreviver. Alguns dos compradores de cacau fornecem a eles produtos químicos e outros implementos agrícolas em troca do cacau durante a época de colheita. Esses tipos de arranjos geralmente eram apoiados por contratos que eram orais ou evidenciados por escrito diante de testemunhas, a fim de evitar futuros conflitos. Houve também ocasiões em que os fazendeiros davam cacau aos comerciantes de cacau com a intenção de coletar inseticidas e outros produtos químicos na próxima estação agrícola.

Supersafras de cacau e o espaço social em torno das plantações de cacau

O crescimento do cacau no contexto do presente estudo refere-se aos períodos de pico de grandes colheitas. Este é um período que é caracterizado pela alta circulação de dinheiro devido ao dinheiro que é bombeado para essas áreas pelos compradores de cacau. O efeito multiplicador deste *boom* de cacau é geralmente negativo e positivo. Positivamente aumenta os padrões de vida das massas rurais que se refletem em sua dieta, padrão de vida e outras virtudes pessoais e sociais. Durante esse período, os agricultores podem enviar seus filhos para a escola, expandir suas fazendas e construir casas melhores. Até mesmo suas esposas se beneficiam desse boom por causa do dinheiro que seus maridos podem dar a eles. A atmosfera em torno desses centros produtores de cacau é geralmente a de gastos generosos.

Por outro lado, a atmosfera social nessas localidades durante o período de supersafra do cacau é repleta de muitos vícios sociais. Estas áreas testemunham um alto nível de delinquência juvenil e banditismo durante os períodos de pico. Geralmente, há um aumento no número de alambiques e um tremendo aumento no consumo de álcool nessas áreas. Este aumento no alcoolismo leva a aumentar a onda de criminalidade, a libertinagem imoral e outros vícios. Durante os períodos de pico, é comum ver a Brasseries Trucks (a empresa Brewery que produz cerveja em Camarões) transportando toneladas e toneladas de cerveja para as cidades produtoras de cacau de Munyenge, Bafia, Bai e outras áreas diariamente devido ao alto consumo. É durante esses períodos que o adultério e a fornicação ocupam um lugar central na vida social das pessoas. Como meio de expressar suas riquezas sazonais, os cacaueiros e principalmente os proprietários de fazendas contratam os serviços de prostitutas de centros urbanos como Douala, Mutengene e Limbe e assinam contratos sazonais de contratos de sexo (casamentos por contrato) com eles que podem durar até seis meses. São casamentos temporários que duram apenas durante os períodos de pico da comercialização do cacau em torno dessas áreas. Os trabalhadores, que também contratam os serviços dessas cortesãs, assumem a responsabilidade de pagar suas rendas, arcar com suas contas médicas e alimentá-las durante a vigência do contrato. E um montante semanal ou mensal é acordado como pagamento para o profissional do sexo. Este montante é frequentemente pago no início ou no final do contrato, dependendo dos termos²º. É importante notar que a maioria, senão todos esses contratos, geralmente são contratos verbais.

O número de casos judiciais nessas áreas também aumenta, porque os produtores de cacau afirmam ter dinheiro e não que aceitarão nenhum desaforo de ninguém. Isso quer dizer que as questões que poderiam ser negociadas e resolvidas nos níveis dos conselhos locais tornam-se processos judiciais. Portanto, o *boom* do cacau não vem apenas com virtudes, também gera conflitos e outros males sociais. Das fontes entrevistadas, foi revelado que as forças de Camarões – a polícia e os gendarmes aproveitam vantagens destes agricultores locais durante estes períodos para se deslocar para estas áreas, casos de extorsão de combustível e de riqueza alheios. As estradas que levam a essas áreas durante a alta temporada geralmente são caracterizadas por diversos pontos de controle, porque os agentes de segurança também expropriam dinheiro dos transportadores de cacau. Logo, o *boom* tem uma cadeia multiplicadora que é positiva e negativa. Entre as operações sociais que são realizadas como resultado do boom do cacau destacam-se os casamentos de curto prazo que são contratados durante esse período.

Casamentos por contrato e ofertas comerciais por sexo

A prostituição é uma instituição antiga que tem prevalecido em muitas partes do mundo, particularmente em centros urbanos e semiurbanos. A causa para que as mulheres se envolvam no negócio da prostituição é, geralmente, a pobreza. No entanto, existem outros especialistas sociais e antropológicos que argumentam que nem toda mulher se envolve em prostituição por causa da pobreza. Contudo, não se pode negar o fato de que seções transversais das prostitutas são mulheres que são de lares muito depauperados, que vivem abaixo da linha de pobreza e que mal conseguem suprir suas necessidades diárias. A pobreza pode empurrar as mulheres para o emprego, muitas vezes empregos informais e a prostituição é um dos setores informais que as mulheres comumente encontram. Na maioria dos países em desenvolvimento, as mulheres muitas vezes procuram emprego assalariado em resposta a crises e a circunstâncias familiares difíceis, como

²⁰ Entrevista com Fotabe Raymond, Cocoa Buyer, Munyenge. 17 de junho de 2015.

a separação ou a viuvez. Atualmente se prostituem nos centros urbanos de Camarões não são apenas jovens, mas muitas delas são divorciadas e viúvas que lutam pela sobrevivência.

As dificuldades encontradas pelas prostitutas no meio urbano estão, gradualmente, empurrando-as a buscar alternativas e, voltar à configuração rural, muitas vezes é considerado uma opção. Alternativamente, um bom número de meretrizes está agora atravessando as fronteiras para países como Guiné Equatorial e Gabão, enquanto outras que não podem se dar ao luxo de chegar a esses países se mudam para comunidades produtoras de cacau para obter altos benefícios temporários em suas explorações sexuais. Portanto, é comum ver prostitutas que migram sazonalmente de áreas como Douala, Limbe, Tiko, Mutengene e outros centros urbanos em Camarões para lugares como Munyenge, Bafia, Bai e outras áreas produtoras de cacau para contratar matrimônios temporários. Os termos desses casamentos por contrato geralmente são muito claros.

Os operadores da fazenda importam essas meninas, lhes alugam quartos e mobiliam os quartos com camas e outros móveis. Estas jovens são geralmente colocadas em subsídios diários de alimentação e a sua saúde, durante o período do contrato, é da responsabilidade do operador de cacau. Juntamente com essas instalações, as meninas recebem uma quantia de dinheiro que varia de 150.000 Frs. Fcfa para 300.000 Frs. Fcfa, dependendo dos termos acordados no final do período de seis meses²¹. Há operadores de cacau que mantêm mais de uma concubina em uma única temporada de cacau, dependendo de sua situação financeira. Como mencionado anteriormente, esse novo clima social que é criado em torno das localidades de plantação de cacau durante períodos de expansão tem implicações de longo alcance em tais localidades.

Casamentos por contrato e mazelas sociais nos bairros de plantação de cacau

Não será surpresa ressaltar que, embora os produtores de cacau vejam a contratação de casamentos temporários como um meio de mostrar riqueza e engrandecimento social, essa operação vem com muitos problemas sociais, como lares desfeitos, abandono escolar, aumento da poligamia, e a propagação do HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. De acordo com uma pesquisa realizada no campo, descobriu-se que alguns dos agricultores

²¹ Entrevista com Jacob Fobiteh. Fazendeiro do cacau em Ekata, sub-divisão de Muyuka, 17 de junho de 2015.

que entraram em contato com cortesãs acabaram abandonando suas famílias e isso ocorreu principalmente quando suas esposas descobriram suas relações de contratos de sexo. O efeito disso foi que algumas das crianças perderam seus pais e isso afetou sua educação, uma vez que suas mães não poderiam mantê-las sozinhas. Este é um fenômeno muito comum nas áreas produtoras de cacau. Em alguns casos, onde as mulheres casadas podiam acomodar as concubinas, seus maridos acabavam se tornando poligâmicos. Esses períodos de pico do cacau na maioria dessas comunidades resultaram no desmembramento das famílias. Dos informantes contatados, descobriu-se que o número de crises familiares durante essas temporadas era muito grande, incluindo casos registrados de divórcio. A pior incidência registrada como um vício social do boom do cacau nessas localidades é o aumento no número de casos de AIDS registrados nas diferentes localidades em que a pesquisa foi conduzida.

Vulnerabilidade induzida pela mobilidade ao HIV/AIDS nestas localidades do cacau

O HIV/SIDA é uma questão de longa data para muitos países da África Subsariana, incluindo Camarões, e é afirmado que os trabalhadores migrantes são especialmente vulneráveis a esta doença. Um estudo para confirmar esta hipótese foi o que foi realizado em 1999 na CARE Tailândia/Raks Fundação Tailandesa, com o apoio da Fundação Japonesa para a Prevenção da AIDS, que cobre alguns países do terceiro mundo. Este estudo, no entanto, não fornece informações com relação a evidências sobre ou a extensão do HIV/AIDS entre trabalhadores migrantes. Em vez disso, tentou identificar o risco nos comportamentos dos trabalhadores migrantes em algumas áreas selecionadas, incluindo plantações agrícolas comerciais.

No contexto deste artigo, este autor examina como as condições e a estrutura da migração dessas meretrizes e cortesãs dos centros urbanos para as áreas rurais durante os períodos de crescimento do cacau podem aumentar a vulnerabilidade do HIV para prostitutas migrantes e os habitantes do cacau localidades das plantações, iluminando assim os principais desafios. É importante notar que as taxas de infecção pelo HIV nas áreas rurais são difíceis de medir e provavelmente não são reportadas²². Embora as interrupções iniciais em Camarões como um todo e a região sudoeste em particular tenham sido relatadas predominantemente nos centros urbanos, a maioria das pessoas vivendo com HIV/AIDS está agora nas áreas rurais,

²² Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e a Organização Internacional do Trabalho: Dimensões de Gênero do Emprego Agrícola e Rural, Caminhos Diferenciados fora da Pobreza. P. 28

como resultado de muitos trabalhadores migrantes do sexo masculino com sintomas de AIDS retornando às aldeias. A incidência do HIV nessas áreas de plantação de cacau está aumentando pelos muitos profissionais do sexo que visitam essas áreas durante os períodos de crescimento do cacau. Uma das principais preocupações neste artigo é que a mobilidade da população pode ser responsável pela disseminação do HIV que essas pessoas podem transportar o vírus de um lugar para outro.

De fato, grande parte da literatura confirma que a migração facilitou claramente a propagação do HIV em diferentes partes de Camarões nas últimas duas décadas. Muitos estudos descobriram que a ligação entre o HIV e a migração parece ser estreita e complexa, enquanto outros relatos argumentam que pode não haver uma relação causal entre a migração *per se* e a transmissão do HIV²³. Outros especialistas argumentam que a disseminação de doenças infecciosas, como o HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, não é apenas o resultado de ações e comportamentos individuais, mas também é influenciada pela organização política, social e econômica da sociedade. Não obstante, tem sido cada vez mais reconhecido que a população migrante pode ser mais vulnerável à infecção pelo HIV do que a população residente e que a migração não apenas facilita a rápida disseminação do vírus pelos chamados corredores da migração, mas também promove o comportamento e situações que podem facilitar a transmissão de pessoa para outra.

Conclusão

O setor do cacau no quadrante litorâneo de Camarões, assim como em muitas áreas da África Ocidental e Central, continua sendo um importante catalisador para a transformação econômica e social. As localidades que hospedam essas fazendas de cacau no quadrante litoral de Camarões estão gradualmente sendo transformadas em termos dos novos valores que acompanham a operação de grandes fazendas comerciais de cacau. O alto influxo de migrantes laborais por si mesmo é transformador porque os migrantes se movem com sua linguagem e outros valores socioculturais. Essas localidades atraíram não apenas trabalhadores, mas também outras categorias de migrantes, como pequenos comerciantes, compradores de cacau e cortesãs sazonais. As fortunas flutuantes da colheita de cacau que se enquadra na baixa temporada de colheitas e no pico da safra aceleraram os negócios em

²³ FAO 2003. HIV / AIDS e agricultura: impactos e respostas. FAO, Roma (também disponível em ftp://ftp.fao.org/dorep/fao/006/Y5145E/Y514E00.pdf).

torno dessas localidades. As temporadas de pico de colheita são consideradas períodos de *boom* e este período é identificado com altos gastos por parte dos operadores de cacau. Como resultado de riquezas temporárias, os operadores de cacau dedicam-se a diferentes tipos de atividades sociais que têm consequências positivas e negativas. Positivamente há expansão nos negócios que tem um sério efeito multiplicador sobre essas comunidades em termos de padrões de vida, educação e bem-estar social. Negativamente, é criado um novo clima social que gera delinquência em vários níveis. Essas áreas nas épocas de pico de colheita frequentemente testemunham alto consumo de álcool, adultério e contratos de sexo, resultando na disseminação do HIV/ AIDS. A sustentabilidade e expansão do cacau nessas localidades são graças ao esforço do governo e de outras ONGs que contribuíram para o desenvolvimento e expansão do setor cacaueiro nessas áreas. Esse crescimento no setor do cacau é acompanhado por mudanças econômicas e sociais.

REFERÊNCIAS

- Asuagbor, Dilys. The Commercial Sex Industry in Douala, Cameroon: A Qualitative Investigation. A Dissertation submitted to the Graduate School-Newark Rutgers, the State University of New Jersey in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy.
- Coulter, Jonathan, NRGroup and Pierre Etoa. Study of Value Chain Finance for Coffee and Cocoa in Cameroon.
- The Food and Agricultural Organization of the United Nations, the International Fund for Agricultural Development and International Labour Organization: Gender Dimensions of agricultural and rural Employment, Differentiated Pathways out of Poverty.
- Traore, Doussou. 2009. "Cocoa and Coffee Value Chains and Central Africa: Constraints And Options for Revenue-raising Diversification". AAACP Paper Series-No 3.
- SOWEDA Focus. 2008. An Integrated Rural Development Newsletter of the South West Development Authority. December.
- SOWEDA Focus in Pictures. 2011. An Integrated Rural Development Newsletter of the South West Development Authority. DecembeR.
- SOWEDA Focus Activities 2010-2016. 2011. An Integrated Rural Development Newsletter of the South West Development Authority. December.

RESUMO

O presente estudo estabelece uma ligação entre a produção de cacau e a migração de trabalhadores sazonais, especialmente exploração da prostituição de centros urbanos para centros de produção de cacau durante períodos específicos do ano. Camarões como um todo opera no nível primário de produção com a agricultura dominando as operações econômicas. A produção de cacau constitui um importante componente da economia da área de estudo, com as cidades produtoras de cacau de Munyenge, Ekata, Bai, Bafia e muitas outras atraindo usualmente migrantes sazonais, especialmente durante períodos de crescimento do cacau. A supersafra do cacau cria um espaço social diferente que atrai diferentes categorias de trabalhadores sociais – pequenos comerciantes, compradores de cacau e profissionais do sexo que migram para essas áreas com a intenção de obter ganhos rápidos de suas atividades sexuais. Ao chegar a essas áreas, as profissionais do sexo entram na prostituição, fazem acordos sexuais e contratam casamentos que duram o período de supersafra. Meretrizes são geralmente de centros urbanos como Douala, Mutengene, Tiko e Limbe. As explosões de cacau em torno dessas áreas são geralmente caracterizadas por uma espécie de euforia social que é animada pela importação de profissionais do sexo, consumo excessivo e gastos generosos. Esse tipo de atmosfera social em torno dos centros de produção de cacau aumenta a vulnerabilidade das profissionais do sexo e dos operadores de cacau ao HIV / AIDS. Para realizar os objetivos deste estudo, adotou-se uma abordagem interdisciplinar, pois atravessa as ciências sociais e a história. Um delineamento qualitativo de análise foi empregado. Os mecanismos participantes / observadores foram igualmente um instrumento eficiente de coleta de dados. A escassez de literatura fez com que esta pesquisa dependesse principalmente de fontes orais. A partir das descobertas, os centros produtores de cacau de Munyenge, Ekata e muitos outros registram um enorme influxo de migrantes durante os períodos de expansão do cacau, incluindo a exploração da prostituição. Casamentos por contrato e contratos sexuais são comuns nessas áreas durante essas temporadas, resultando em um aumento na vulnerabilidade induzida pela mobilidade ao HIV.

PALAVRAS-CHAVE

Migração Sazonal; Contrato de Sexo; Aumento da Pobreza; Produção de Cacau: Quadrante Litorâneo de Camarões.

Recebido em 23 de junho de 2018. Aceito em 10 de janeiro de 2019.

Traduzido por Larissa Kröner Bresciani Teixeira.

RESENHA

"ÁFRICA OCCIDENTAL: CRISIS VS ESTABILIDAD POLÍTICA"

de Yoslán Silverio González¹

María Elena Álvarez Acosta²

La Serie Africana, editada por el Centro Brasileño de Estudios Africanos (CEBRAFICA) de la Universidad Federal de Río Grande del Sur, nos presenta bajo el título "África Occidental: crisis vs estabilidad política", una excelente propuesta del joven africanista cubano Yoslán Silverio González. Este libro, sin dudas, aporta al debate en curso sobre los aspectos cardinales de las crisis, de los conflictos, la inestabilidad política y la democracia, en África Subsahariana en general, y las características específicas que estos fenómenos adquieren en el África Occidental.

La pluma del profesor e investigador Silverio nos guía por un entramado difícil y complejo. Sin embargo, el estilo del texto, nos hace fácil, agradable y amena su lectura. El autor nos proporciona las explicaciones y respuestas a las inquietudes e interrogantes que nos surgen, en el momento y lugar precisos, como un rompecabezas que nos ayuda a resolver fácilmente. La conciencia de la necesidad de un enfoque multidisciplinario del tema y el método rigurosamente aplicado, terminan convenciendo al lector de un trabajo excelentemente bien pensado y realizado.

En este libro, el autor nos propone el análisis de las principales crisis políticas y conflictos armados ocurridos en dicha subregión entre el período de 2010 y el 2017. Sin perder de vista el enfoque histórico de la evolución específica de cada una de estas situaciones, expone cómo la tendencia ha

I González, Yoslán Silverio. 2018. África Occidental: Crisis vs Estabilidad Política. Porto Alegre: Palmarinca/CEBRAFRICA.

² Instituto Superior de Relaciones Internacionales, Habana, Cuba.

E-mail: alvarezme@isri.minrex.gob.cu.

estado marcada por la solución de los mismos, a través de diferentes vías. La obra se complementa con el tratamiento de otro grupo de países que no estuvieron afectados por estas crisis y cuyos escenarios políticos se caracterizaron por la estabilidad, como son los casos de Cabo Verde, Senegal o Ghana.

El texto también se adentra en el debate teórico, al quedar demostrada la necesidad de abordar las problemáticas políticas africanas, a partir de nuevos enfoques y rumbos, no solo para los casos particulares que se exponen, sino también como fundamento para otros, puesto que hace referencia a los diferentes componentes desestabilizadores presentes en los más variados tipos de conflictos que han ocurrido en el subcontinente: el rol del factor étnico-religioso y de los recursos naturales, los problemas socioeconómicos y las cuestiones relacionadas con la seguridad, tales como el terrorismo y la piratería.

Se hace un examen también de los golpes de Estados y sus características más importantes, tomando como ejemplo los realizados en la subregión del África Occidental. A su vez, están presentes algunas ideas relacionadas con el llamado síndrome del tercer mandato y cómo éste ha tenido diferentes expresiones en estas regiones, muchas veces manipulado siguiendo intereses políticos.

En este sentido, se presta especial atención a los disímiles procesos eleccionarios, a la labor de una amplia gama de partidos y de otras fuerzas políticas, así como a los factores internos, regionales e internacionales, coyunturales o estructurales, que influyeron en el estallido de las crisis y/o los conflictos. De igual manera, hace referencia a las acciones de mediación de organizaciones tales como la Comunidad Económica de Estados del África Occidental y de la Unión Africana, en cada escenario político relatado.

En el penúltimo capítulo, se realiza un balance comparativo de los 15 países abordados, a partir de las crisis y los conflictos, los procesos eleccionarios, los partidos y los mecanismos de integración subregional, el cual nos permite arribar a algunas conclusiones propias, al tiempo que abre nuevas interrogantes, por ejemplo, si prevalecerá la alternancia en un clima de estabilidad política. Mientras, en el último capítulo se establecen escenarios sobre las principales tendencias que el autor ha identificado.

La actualidad de los temas seleccionados justifica el valor de los resultados científicos alcanzados, que constituyen una sistematización de los sucesos ocurridos en cada uno de los Estados de la subregión. Se articulan, de manera armónica, la metodología de las ciencias históricas, con la de las ciencias políticas y las relaciones internacionales, evidenciando un buen nivel de interdisciplinariedad en el análisis de dichas realidades. Sobresale,

además del rigor científico del libro, su estructura: en este último aspecto, resalta la lógica expositiva que va de los aspectos generales a los casos de estudios concretos y el adecuado balance entre los epígrafes y los capítulos. Se destaca la utilización de los mapas, los gráficos y las tablas, los cuales ayudan a la mejor comprensión de los procesos políticos explicados.

Las dificultades para realizar estudios en el terreno, acceder a información y bibliografía actualizada, así como consultar fuentes primarias, fueron sólo algunas de las barreras que enfrentó el autor. Sin embargo, salió exitoso de esas dificultades. Ello se aprecia en el número importante de bibliografía especializada que fue consultada. En particular, hay que subrayar la amplia cantidad de fuentes documentales y periodísticas, sobre todo, procedentes de organismos, agencias e instituciones propiamente africanas.

La obra "África Occidental: crisis vs estabilidad política" constituye un aporte a los estudios sobre la realidad africana más contemporánea y en especial, a los relacionados con esta subregión, de mayoría francófona. Como se aprecia, estamos ante una obra de gran utilidad y obligada referencia para los especialistas, estudiosos de la temática y hacedores de políticas, así como para todo el que esté interesado en profundizar sobre problemáticas que, de forma directa o indirecta, están presentes a nivel planetario.

Por todas las razones expuestas anteriormente, los invito a que lean este libro: una obra que nos ayudará no solo a comprender el mundo africano, sino el mundo en que vivimos.

Recebido em 30 de setembro de 2018. Aprovado em 24 de dezembro de 2018.

PARCEIROS

NERINT

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no sul do Brasil. Foi estabelecido em 1999 junto ao ILEA-UFRGS visando ao estudo crítico e inovador das principais transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria. Desde 2014, o NERINT esteve localizado na Faculdade de Economia da UFRGS (FCE-UFRGS) e a partir de 2018 no Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), localizado no Instituto Latinoamericano de Estudos Avançados (ILEA-UFRGS). Paralelamente, buscou contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil através da análise das opções estratégicas disponíveis para a consolidação da inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento. O advento de uma "diplomacia ativa, afirmativa e propositiva" no Brasil no início do século XXI veio a convergir com as análises e projeções feitas nos seminários e publicações do NERINT.

Um dos resultados de sua atividade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do país de acordo com o Ministério da Educação (2012), e de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (2010). Duas revistas também foram criadas: a bimestral Conjuntura Austral e a semestral e bilíngue Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Assim, além da pesquisa avançada, focada prioritariamente nos países emergentes, o NERINT deu origem a programas de graduação e pós-graduação, além de propiciar intensa atividade editorial.

CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG),

do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), no CEGOV.

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou seis livros, foi transformada em Série Africana, atualmente com onze títulos. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRICA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a "A presença do Brasil, da China e da Índia na África", "A África na Cooperação Sul-Sul", "Conflitos africanos", "Integração e desenvolvimento na África", "As relações da África com as Grandes Potências", "As relações interafricanas" e "Agenda de segurança e defesa na África".

CEGOV

O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um centro interdisciplinar vinculado à Reitoria, cujo objetivo é estudar a ação governamental no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a missão do CEGOV é articular seus pesquisadores em áreas interdisciplinares prioritárias e realizar projetos de pesquisa aplicada. O CEGOV também desenvolve atividades de extensão e de ensino, e serve como espaço para coordenação e interlocução entre pesquisadores, grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFRGS, voltados para as políticas públicas.

NORMAS DE SUBMISSÃO

- A Revista Brasileira de Estudos Africanos publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
- 2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas
- 3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 50 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé);
- 4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
- 5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabibliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
- 6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
- 7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
- 8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
- 9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
- 10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
- II. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras.
- 12. As contribuições devem ser feitas através do website da Revista: www.seer.ufrgs.br/rbea.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
- 2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB)
- URLs para as referências foram informadas quando possível.
- 4. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
- 5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
- 6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.



Editoração e impressão:

Gráfica da UFRGS Rua Ramiro Barcelos, 2500 Porto Alegre/RS (51) 3308 5083 grafica@ufrgs.br www.ufrgs.br/graficaufrgs

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS Brazilian Journal of African Studies

Editorial

Analúcia Danilevicz Pereira

Estratégia alternativa para a crise na República Centro-Africana: o estabelecimento de uma força africana permanente de paz

Josias Marcos de Resende Silva

Moçambique no processo de integração na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Arnaldo Timóteo Massangaie

Determinantes de secessões bem-sucedidas na África pós-colonial: o caso do Sudão do Sul

Albano Agostinho Troco

De afrocubanos a cubanos negros. Africanidad y color de piel en el imaginario social cuban

Zuleica Romay Guerra

Igualdade ou desigualdade de gênero na África? Pensamento feminista africano Ineildes Calheiro, Eduardo David Oliveira

A embaixada de Daomé em Salvador (1750): protocolos diplomáticos e afirmação política de um Estado em expansão na África Ocidental

José Rivair Macedo

Investimento chinês e suas consequências para a segurança econômica nigeriana Shiitu Adewole Raji, Adenike Ogunrinu

O papel das Corporações Multinacionais de Petróleo na Nigéria: mais exploração equivale a um menor desenvolvimento da região rica em petróleo do Delta do Níger Oluwatoyin Oluwaremilekun Oluwaniyi

'Bandidos de Terras' ou 'Grileiros': incessantes conflitos sangrentos entre pastores Fulani e fazendeiros locais na Nigéria

Seun Bamidele

Migrações sazonais, alívio da pobreza e contratos de sexo nos centros de produção de cacau no quadrante litorâneo de Camarões: um estudo diagnóstico social-antropológico na área pós-colonial

Martin Sango Ndeh

RESENHA

"África Occidental: crisis vs estabilidad política" de Yoslán Silverio González María Elena Álvarez Acosta



